



*Relatório e Contas*

*2013*

## *Relatório e Contas 2013*

- Parte 1      Relatório de Gestão
- Parte 2      Relatório do Governo Societário
- Parte 3      Demonstrações Financeiras Consolidadas
- Parte 4      Certificação do Revisor e Relatório do  
Conselho Fiscal relativo às Contas  
Consolidadas
- Parte 5      Demonstrações Financeiras Individuais
- Parte 6      Certificação do Revisor e Relatório do  
Conselho Fiscal relativo às Contas  
Individuais

## PARTE 1

### RELATÓRIO DE GESTÃO

---

## Índice

<b>1. Enquadramento Macro-Económico.....</b>	<b>6</b>
<b>2. Síntese da atividade do Grupo Semapa.....</b>	<b>8</b>
<b>3. Área de Negócios de Papel e Pasta de Papel – PORTUCEL.....</b>	<b>14</b>
3.1. Principais Indicadores Económico-Financeiros .....	14
3.2. Síntese Global da Atividade do Grupo Portucel.....	15
3.3. Evolução dos Negócios .....	16
3.4. Atividade Industrial .....	18
3.5. Desenvolvimento .....	20
3.6. Recursos e Funções de Suporte.....	21
<b>4. Área de Negócios de Cimentos e Derivados – SECIL+SUPREMO .....</b>	<b>27</b>
4.1. Principais Indicadores Económico-Financeiros .....	27
4.2. Principais Indicadores Operacionais.....	28
4.3. Síntese global das atividades dos grupos secil e supremo .....	28
4.4. Evolução dos Negócios .....	31
4.5. Recursos e Funções de Suporte.....	43
4.6. Organização .....	44
<b>5. Área de Negócios de Ambiente – ETSA .....</b>	<b>46</b>
5.1. Principais Indicadores Económico-Financeiros .....	46
5.2. Principais Indicadores Operacionais.....	47
5.3. Síntese Global da Atividade do Grupo ETSA .....	47
<b>6. Recursos Humanos do Grupo Semapa .....</b>	<b>49</b>
<b>7. Responsabilidade Social no Grupo Semapa.....</b>	<b>50</b>
<b>8. Área Financeira do Grupo Semapa.....</b>	<b>52</b>
8.1. Endividamento.....	52

8.2. Gestão de Risco .....	53
8.3. Evolução da Performance Bolsista .....	53
8.4. Dividendos .....	53
8.5. Resultado Líquido de 2013 .....	54
<b>9. Acontecimentos mais relevantes em 2013.....</b>	<b>55</b>
<b>10. Perspetivas Futuras.....</b>	<b>56</b>
<b>11. Referências Finais .....</b>	<b>59</b>
<b>12. Proposta de Aplicação de Resultados .....</b>	<b>60</b>

## 1. Enquadramento Macro-Económico

O ano de 2013 iniciou-se com a atividade económica a contrair, numa altura em que as medidas anunciadas pelas autoridades europeias para resolver a crise da dívida soberana tardavam em se materializar na recuperação da confiança dos agentes económicos.

Ao longo do primeiro trimestre, acentuou-se a recessão na zona euro, com nova queda da procura interna, a par de uma redução das exportações. Os países periféricos registaram ritmos de contração mais acentuados, devido também ao impacto das políticas de consolidação orçamental.

Nos Estados Unidos, os sinais eram mais animadores, com a recuperação que se registava na taxa de desemprego e nos indicadores de atividade, industrial e dos serviços, reinando, contudo, uma grande incerteza, resultante do debate quanto à resolução dos desequilíbrios gerados por políticas orçamentais de anos anteriores (*fiscal cliff*).

Em Portugal, durante os primeiros meses do ano, acentuou-se a deterioração do sentimento de confiança, em face do agravamento do desemprego e das expectativas de um novo impacto recessivo, resultante do aumento da carga fiscal. No primeiro trimestre, o PIB tinha contraído mais do que o esperado, em grande parte devido à queda do investimento, havendo a convicção de que uma rápida recuperação da atividade só seria possível mediante um aumento das exportações, com origem na retoma do crescimento, a nível europeu.

No final do segundo trimestre, a economia europeia deu, por fim, sinais de recuperação, com os principais indicadores de atividade a subirem para os níveis mais elevados desde 2011.

Durante o segundo semestre foi-se consolidando a progressiva, embora tímida, melhoria do ambiente económico, registando-se, também, um recuo no desemprego e uma consequente recuperação do consumo privado.

Nos Estados Unidos o crescimento foi mais sustentado, tendo a taxa de desemprego diminuído para mínimos desde 2008, mantendo-se, contudo, a incerteza quanto à capacidade de conciliar a necessária redução do défice orçamental com o crescimento económico.

As taxas de juro de referência e de curto prazo registaram neste ano níveis historicamente baixos, suportados por políticas claramente expansionistas, em particular na zona euro, em que se procurou mitigar os efeitos adversos das medidas orçamentais e fiscais que foram sendo implementadas, as quais se revestiram de maior intensidade nos países sujeitos a programas de ajuda financeira externa.

As taxas de juro de longo prazo registaram alguma volatilidade, com subidas significativas no final do primeiro semestre, motivadas pelas perspetivas de término das medidas de estímulo nos Estados Unidos, enquanto ainda não eram patentes os sinais de desanuviamento da economia europeia. No final do verão, os valores voltaram a descer para os níveis mínimos de maio.

A consolidação desta evolução era particularmente decisiva para Portugal, dada a urgência de reconquistar a confiança dos investidores, para evitar a necessidade de um segundo resgate, após o final do programa de assistência, em 2014.

No mercado cambial, a taxa de câmbio euro/dólar registou alguma volatilidade em 2013. O euro depreciou-se no primeiro trimestre, para cerca de 1,28 USD, em grande parte devido ao clima de incerteza gerado pela crise política e económica de Chipre, que veio diluir os desenvolvimentos e resultados orçamentais positivos que tinham sido conseguidos na zona euro.

A partir daí, o comportamento manteve-se oscilante - muito em função da evolução das expectativas sobre a política orçamental nos Estados Unidos – tendo atingido um máximo de 1,38 USD em outubro.

O preço do petróleo oscilou entre valores perto dos 100 USD por barril, no final do primeiro trimestre e um máximo de 113 USD por barril, no final do terceiro trimestre, evidenciando uma grande sensibilidade aos detalhes da conjuntura.

Já a evolução do preço do ouro denotou uma recuperação de confiança sustentada por parte dos investidores, no que diz respeito às perspetivas de evolução da economia global no médio / longo prazo, já que 2013 terminou com uma cotação abaixo dos 1 300 USD por onça, valor bem distante do máximo, acima de 1 800 USD por onça, que se tinha registado em 2012.

O ano de 2013 terminou com expectativas de continuidade da recuperação da atividade económica, que se tem vindo a verificar nos mercados mais desenvolvidos, embora subsistam os fatores de incerteza, que não permitem considerar como duradouramente ultrapassados as dificuldades e desequilíbrios que têm marcado a economia mundial nos últimos anos.

## 2. Síntese da atividade do Grupo Semapa

### PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS – comparação com os do exercício de 2012:

**Volume de Negócios:** 1.990,5 milhões de euros ↑ 1,9%

**Total de exportações e vendas no exterior:** 1.502,3 milhões de euros

**EBITDA Total:** 422,1 milhões de euros ↓ 14,7%

**EBITDA Recorrente:** 420,6 milhões de euros ↓ 5,9%

**Resultados antes de impostos:** 151,7 milhões de euros ↓ 37,2%

**Resultado Líquido:** 146,1 milhões de euros ↑ 15,5%

**Dívida Líquida:** 1.324,8 milhões de euros ↓ 128,2 milhões de euros (vs. Dez de 2012)

**Dívida Líquida/EBITDA:** 3,14x em Dez 2013

Apesar da conjuntura negativa, o volume de negócios do Grupo Semapa foi de 1.990,5 milhões de euros, o EBITDA recorrente atingiu 420,6 milhões de euros e o Resultado Líquido 146,1 milhões de euros, tendo este último apresentado um crescimento de 15,5% relativamente ao do exercício de 2012.



### Indicadores Económico Financeiros

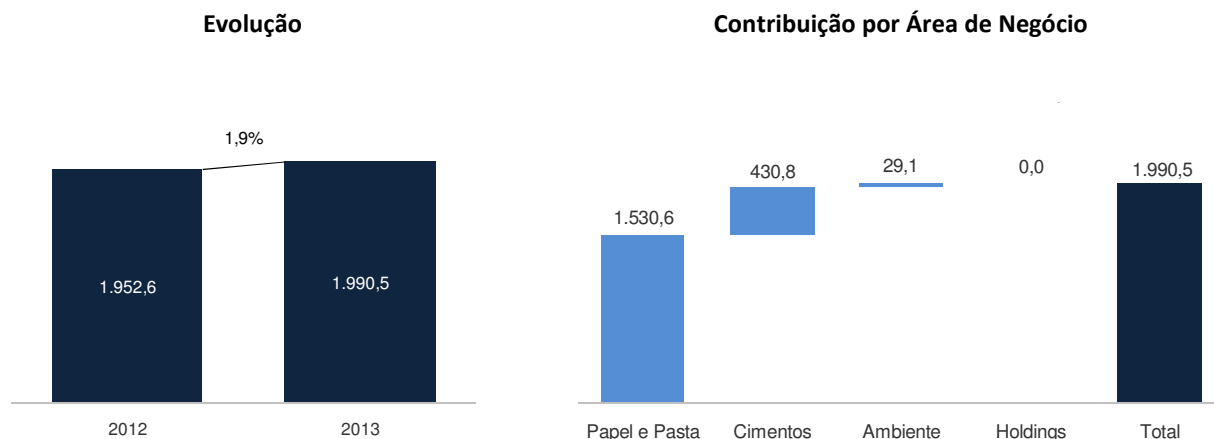
IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2013	2012	Var. (%)
<b>Volume de Vendas</b>	<b>1.990,5</b>	<b>1.952,6</b>	<b>1,9%</b>
Outros Proveitos	52,0	96,5	-46,1%
Gastos e Perdas	(1.620,4)	(1.554,3)	-4,3%
<b>EBITDA Total</b>	<b>422,1</b>	<b>494,8</b>	<b>-14,7%</b>
EBITDA Recorrente	420,6	447,1	-5,9%
Amortizações e perdas por imparidade	(169,4)	(199,8)	15,2%
Provisões (reforços e reversões)	(14,1)	9,5	-248,4%
<b>EBIT</b>	<b>238,6</b>	<b>304,5</b>	<b>-21,6%</b>
Resultados Financeiros	(86,9)	(63,0)	-37,8%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>151,7</b>	<b>241,5</b>	<b>-37,2%</b>
Impostos sobre Lucros	39,4	(70,9)	155,6%
Lucros Retidos do Exercício	191,1	170,6	12,1%
<b>Atribuível a Acionistas da Semapa</b>	<b>146,1</b>	<b>126,5</b>	<b>15,5%</b>
Atribuível a Interesses Não Controlados (INC)	45,0	44,0	2,2%
Cash-Flow	374,7	360,9	3,8%
<b>Margem EBITDA (% Vol. Vendas)</b>	<b>21,2%</b>	<b>25,3%</b>	<b>-4,1 p.p.</b>
Margem EBIT (% Vol. Vendas)	12,0%	15,6%	-3,6 p.p.
	<b>31-12-2013</b>	<b>31-12-2012</b>	
Capitais Próprios (antes de INC)	880,7	795,9	10,7%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.324,8</b>	<b>1.453,0</b>	<b>-8,8%</b>

#### Notas:

- EBITDA total = resultado operacional + amortizações e perdas por imparidade + provisões (reforços e reversões)
- Cash-Flow = lucros retidos do período + amortizações e perdas por imparidade + provisões (reforços e reversões)
- Dívida líquida = dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos) + dívida remunerada corrente (incluindo dívida a acionistas) – caixa e seus equivalentes – valor de mercado das ações próprias da Semapa e Portucel e outros títulos em carteira (Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e Ativos disponíveis para venda)

A comparabilidade encontra-se afetada em 2013 pela consolidação integral da Secil no exercício de 2013 vs consolidação proporcional de 51% durante o 1º trimestre de 2012 e consolidação integral nos restantes trimestres de 2012.

**Volume de Negócios Consolidado: 1.990,5 milhões de euros ↑ 1,9%**



Valores em milhões de euros

O volume de negócios consolidado aumentou 1,9% relativamente ao exercício de 2012 explicado essencialmente pela consolidação adicional de 49% da Secil a partir do 2º trimestre de 2012 e pelo aumento do volume de negócios da Portucel. A contribuição por área de negócio foi a seguinte:

**Papel e Pasta: 1.530,6 milhões de euros ↑ 1,9%**

As vendas consolidadas do Grupo Portucel em 2013 totalizaram 1.530,6 milhões de euros em 2013, cerca de 29 milhões de euros acima do valor registado em 2012. Este aumento deveu-se, por um lado, ao contributo positivo do negócio da pasta e, por outro, ao desempenho da área de energia. Importa salientar, no entanto, que, em 2013, as vendas de energia estão positivamente influenciadas pela consolidação integral da Soporgen, empresa de cogeração de gás natural no Complexo Industrial da Figueira da Foz.

**Cimentos<sup>1</sup>: 463,0 milhões de euros ↓ 6,7%**

**Apropriado pela Semapa: 430,8 milhões de euros ↑ 3,7%**

Em 2013, o volume de negócios da área de Cimentos foi de 463,0 milhões de euros, 6,7% inferior ao valor registado em 2012, refletindo o menor desempenho da generalidade das vendas dirigidas ao mercado português.

O Grupo Semapa apropriou-se de 430,8 milhões de euros, o que se traduziu num acréscimo de 3,7% face ao valor registado no ano anterior, decorrente de critérios de consolidação aplicados de forma diferente no exercício em análise vs ano anterior<sup>2</sup>.

Este menor desempenho deveu-se fundamentalmente à quebra das vendas no mercado interno na unidade de negócio de cimento em Portugal e das vendas na unidade de negócio de cimento em Angola.

**Ambiente: 29,1 milhões de euros ↓ 18,2%**

O volume de negócios do grupo ETSA cifrou-se, em 2013, em cerca de 29,1 milhões de euros, o que representou uma

<sup>1</sup> Inclui 100% do Grupo Secil +100% do Grupo Supremo

<sup>2</sup> Inclui 100% do Grupo Secil + 50% do Grupo Supremo após ajustamentos de consolidação em 2013 vs. 51% do Grupo Secil no 1º trimestre e 100% do Grupo Secil + 50% do Grupo Supremo nos 2º, 3º e 4º trimestres, em 2012

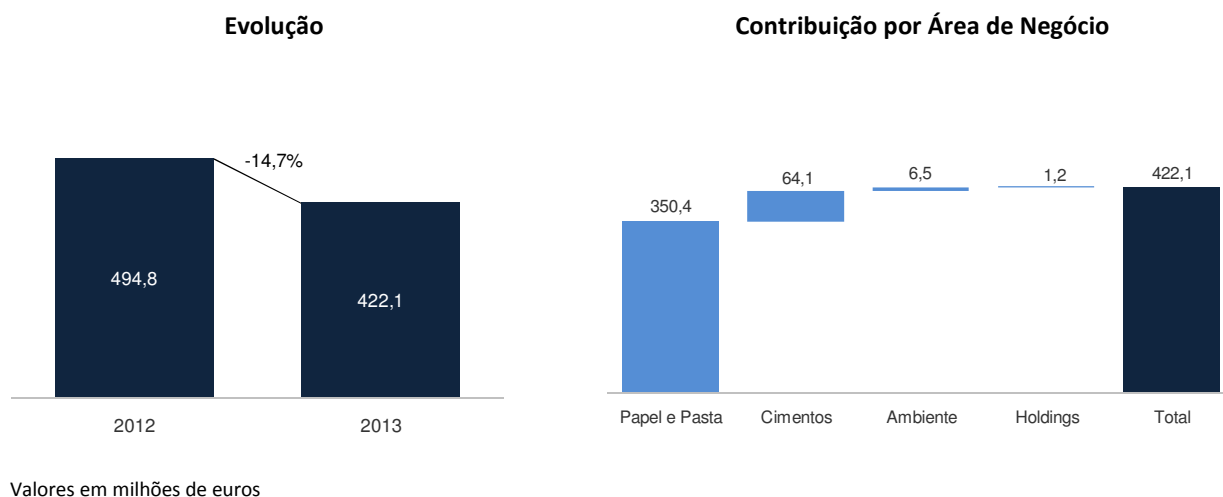
quebra de cerca de 18,2% comparativamente com igual período de 2012.

Esta evolução desfavorável deriva essencialmente do efeito combinado de: (i) uma redução das quantidades vendidas e dos preços médios de venda das gorduras de baixa acidez, (ii) uma redução do valor médio de avenças praticadas na recolha de SPOA (subprodutos de origem animal) junto das grandes superfícies comerciais e (iii) uma redução do volume de negócios associado à recolha, transporte e destruição de cadáveres animais, comparativamente com o período homólogo de 2012.

**EBITDA Consolidado Total: 422,1 milhões de euros ↓ 14,7%**

**EBITDA Consolidado Recorrente: 420,6 milhões de euros ↓ 5,9%**

**Margem EBITDA Consolidada: 21,2% ↓ 4,1 p.p.**



Apesar do EBITDA total ter decrescido 14,7%, há que realçar que o EBITDA recorrente registou uma redução menos acentuada - 5,9% - visto que no período transato foram contabilizados itens positivos de carácter não recorrente ao nível das Holdings.

**Papel e Pasta: 350,4 milhões de euros ↓ 9,1%**

Conforme anteriormente mencionado, no período em análise assistiu-se a um aumento das vendas consolidadas do Grupo Portucel de 1,9%, resultante do aumento de quantidades vendidas de papel e pasta, apesar da quebra dos preços respetivos e do aumento das vendas da área da energia por via da consolidação integral da Soporgen nas contas do Grupo.

Os custos de produção foram negativamente influenciados pelo preço da madeira e pelo preço de compra da eletricidade e do gás natural. A incorporação da Soporgen no perímetro de consolidação do Grupo teve também um impacto materialmente relevante ao nível dos custos, ao provocar o seu aumento global, em particular nos custos com o gás natural.

Neste enquadramento, o EBITDA consolidado em 2013 foi de 350,4 milhões de euros, o que representa uma redução de 9,1% relativamente a 2012 e traduz uma margem EBITDA de 22,9%, inferior em 2,8 pontos percentuais à registada no ano anterior.

**Cimentos<sup>3</sup>: 66,5 milhões de euros ↓ 10,9%****Apropriado pela Semapa: 64,1 milhões de euros ↓ 3,7%**

O EBITDA da área dos cimentos foi de 66,5 milhões de euros, registando-se uma redução de 10,9% face ao ano de 2012.

O Grupo Semapa apropriou-se de 64,1 milhões de euros, o que representou uma quebra de apenas 3,7% relativamente ao ano de 2012, decorrente de critérios de consolidação aplicados de forma diferente no exercício em análise vs ano anterior <sup>4</sup>.

Apesar da performance atingida pelas operações no Líbano, o acumulado do ano saldou-se por uma evolução desfavorável essencialmente em resultado da menor performance dos segmentos de negócio localizados em Portugal.

O EBITDA do exercício de 2013 encontra-se ainda negativamente influenciado pelo registo de imparidades para inventários e dívidas a receber cujo valor aumentou em cerca de 3 milhões de euros face ao registado no exercício de 2012. A margem EBITDA situou-se nos 14,4% no período em análise, 0,7 p.p. abaixo do observado no ano anterior.

**Ambiente: 6,5 milhões de euros ↓ 28,1%**

O EBITDA do grupo ETSA totalizou 6,5 milhões de euros no período, representando uma redução de 28,1% face ao ano de 2012, explicado fundamentalmente (i) pela diminuição do volume de negócios anteriormente referido, (ii) pelo aumento generalizado do preço médio de compra dos subprodutos e (iii) pelos custos de estrutura incorridos com o aumento significativo da atividade SPOA (sub-produtos de origem animal).

A margem EBITDA atingiu 22,2%, o que se traduziu numa variação negativa de cerca de 3,1 p.p face à margem do ano de 2012.

**Holdings (Semapa SGPS e suas sub-holdings instrumentais)**

O EBITDA das holdings contribuiu 1,2 milhões de euros, comparando desfavoravelmente com os 33,8 milhões de euros positivos registados no período homólogo do ano anterior, decorrentes essencialmente da contabilização, nesse período, de itens positivos de carácter não recorrente, no valor global de 45,4 milhões de euros.

**Resultados Financeiros: -86,9 milhões de euros ↓ 37,8%**

Em 2013, os resultados financeiros registaram um agravamento de 23,8 milhões de euros face ao período homólogo anterior, situando-se nos 86,9 milhões de euros negativos.

Esta evolução resultou essencialmente: i) do aumento do endividamento médio do Grupo no período relacionado com as aquisições efetuadas (49% da Secil e 50% da Supremo), ii) do aumento da dívida bruta do Grupo Portucel com o objetivo de garantir flexibilidade financeira e elevados níveis de liquidez, iii) do agravamento das taxas médias de juro suportadas, iv) de perdas nos instrumentos de cobertura cambial contratados pelo Grupo e, v) da diminuição da taxa de remuneração da liquidez excedentária. Refira-se que no caso da Portucel, os resultados financeiros são positivamente influenciados em cerca de 8,7 milhões de euros relativos à anulação de juros compensatórios decorrente do programa de regularização de dívidas fiscais.

<sup>3</sup> Inclui 100% do Grupo Secil +100% do Grupo Supremo

<sup>4</sup> Inclui 100% do Grupo Secil + 50% do Grupo Supremo após ajustamentos de consolidação em 2013 vs. 51% do Grupo Secil no 1º trimestre e 100% do Grupo Secil + 50% do Grupo Supremo nos 2º, 3º e 4º trimestres, em 2012

**Resultados Líquidos Consolidados: 146,1 milhões de euros ↑ 15,5%**

Os resultados líquidos consolidados do exercício de 2013 totalizaram 146,1 milhões de euros.

**Dívida Líquida Consolidada: 1.324,8 milhões de euros ↓ 128,2 milhões de euros**

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida líquida consolidada totalizava 1.324,8 milhões de euros, o que representa uma redução de 128,2 milhões de euros face ao valor apurado no final do exercício de 2012.

**Contribuição por Segmentos de Negócio (IFRS)**

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	Papel e Pasta	Cimentos	Ambiente	Holdings	Consolidado
<b>Volume de vendas</b>	<b>1.530,6</b>	<b>430,8</b>	<b>29,1</b>	<b>-</b>	<b>1.990,5</b>
<b>EBITDA Total</b>	<b>350,4</b>	<b>64,1</b>	<b>6,5</b>	<b>1,2</b>	<b>422,1</b>
EBITDA Recorrente	349,3	63,6	6,5	1,2	420,6
Amortizações e perdas por imparidade	(118,1)	(48,5)	(2,5)	(0,3)	(169,4)
Provisões (reforços e reversões)	(14,0)	(3,8)	(0,3)	3,9	(14,1)
<b>EBIT</b>	<b>218,3</b>	<b>11,9</b>	<b>3,7</b>	<b>4,8</b>	<b>238,6</b>
Resultados Financeiros	(14,0)	(24,2)	(1,1)	(47,6)	(86,9)
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>204,3</b>	<b>(12,4)</b>	<b>2,6</b>	<b>(42,8)</b>	<b>151,7</b>
Impostos sobre Lucros	1,8	6,3	(0,1)	31,4	39,4
Lucros Retidos do Exercício	206,1	(6,1)	2,6	(11,4)	191,1
<b>Atribuível a Acionistas da Semapa</b>	<b>166,9</b>	<b>(11,9)</b>	<b>2,5</b>	<b>(11,4)</b>	<b>146,1</b>
Atribuível a Interesses Não Controlados (INC)	39,2	5,8	0,1	-	45,0
<b>Cash-Flow</b>	<b>338,1</b>	<b>46,1</b>	<b>5,3</b>	<b>(14,9)</b>	<b>374,7</b>
Margem EBITDA (% Vol. Vendas)	22,9%	14,9%	22,2%	-	21,2%
Margem EBIT (% Vol. Vendas)	14,3%	2,8%	12,7%	-	12,0%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>162,6</b>	<b>264,4</b>	<b>19,6</b>	<b>878,2</b>	<b>1.324,8</b>

**Notas:**

- Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação
- O segmento Cimentos em 2013 inclui 100% do Grupo Secil (vs. 51% dos resultados do 1º trimestre de 2012 + 100% dos resultados nos restantes trimestres de 2012) + 50% do Grupo Supremo

### 3. Área de Negócios de Papel e Pasta de Papel – PORTUCEL

#### 3.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2013	2012	Var (%)
<b>Volume de vendas</b>	<b>1.530,6</b>	<b>1.501,6</b>	<b>1,9%</b>
Outros Proveitos	18,8	30,6	-38,5%
Gastos e Perdas	(1.199,1)	(1.146,8)	-4,6%
<b>EBITDA</b>	<b>350,4</b>	<b>385,4</b>	<b>-9,1%</b>
EBITDA Recorrente	349,3	384,1	-9,1%
Amortizações e perdas por imparidade	(118,1)	(129,4)	8,8%
Provisões (reforços e reversões)	(14,0)	15,0	-193,4%
<b>EBIT</b>	<b>218,3</b>	<b>270,9</b>	<b>-19,4%</b>
Resultados Financeiros líquidos	(14,0)	(15,7)	10,8%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>204,3</b>	<b>255,2</b>	<b>-20,0%</b>
Impostos sobre Lucros	1,8	(63,4)	102,8%
Lucros Retidos do Exercício	206,1	191,9	7,4%
<b>Atribuível aos Acionistas da Portucel*</b>	<b>206,1</b>	<b>191,8</b>	<b>7,4%</b>
Atribuível a Interesses Não Controlados (INC)	0,0	0,0	-64,5%
<b>Cash-Flow</b>	<b>338,1</b>	<b>306,4</b>	<b>10,4%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>22,9%</b>	<b>25,7%</b>	<b>-2,8 p.p.</b>
<b>Margem EBIT (%)</b>	<b>14,3%</b>	<b>18,0%</b>	<b>-3,8 p.p.</b>
	<b>31-12-2013</b>	<b>31-12-2012</b>	
Capitais Próprios (antes de INC)	1.327,8	1.336,3	-0,6%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>162,6</b>	<b>255,6</b>	<b>-36,4%</b>

\* Dos quais são atribuíveis à Semapa 80,84% em 2012 e 81,09% em 2013

Nota: Alguns indicadores supra diferem dos individualmente apresentados pelo Grupo Portucel, em virtude dos ajustamentos de consolidação efetuados ao nível da holding Semapa

## 3.2. SÍNTESE GLOBAL DA ATIVIDADE DO GRUPO PORTUCEL

Conforme referido anteriormente, as vendas consolidadas do Grupo Portucel totalizaram 1.530,6 milhões de euros em 2013, cerca de 29 milhões de euros acima do valor registado em 2012.

Na pasta BEKP, fruto do desempenho produtivo muito positivo das suas fábricas e do acréscimo de consumo verificado no mercado, o Grupo conseguiu atingir um crescimento de cerca de 13% nos seus volumes de venda. A produção aumentou cerca de 4% face ao ano anterior, devido essencialmente à maior disponibilidade de pasta proveniente das fábricas do Grupo, em particular da fábrica de Cacia, onde não foi necessário efetuar a paragem de manutenção e foi possível registar ganhos significativos de eficiência, com o consequente aumento da produção. Não obstante o índice de referência do PIX, FOEX BHKP em euros, ter registado uma subida de cerca de 2%, o preço médio de venda do Grupo ficou abaixo do preço registado em 2012, em resultado da maior agressividade comercial sentida no mercado internacional e do acréscimo de vendas denominadas em USD para mercados fora da Europa.

No negócio de papel UWF, o Grupo registou um acréscimo de 0,2% no seu volume de vendas, apesar do preço de papel ter registado um decréscimo. Importa salientar que o ano ficou marcado pelas difíceis condições no mercado de papel, já que a débil situação económica e a manutenção do índice de desemprego em níveis elevados na Europa tiveram reflexos negativos no consumo. Assim, apesar do bom desempenho ao nível dos volumes, as vendas de papel em valor ficaram cerca de 4% aquém do valor registado em 2012. A redução no preço médio é essencialmente explicada por três fatores: a deterioração do preço de referência no mercado Europeu (o índice PIX recuou 1,9% face a período homólogo), a variação cambial adversa e o *mix* geográfico de vendas do Grupo.

Na área de energia, a produção bruta de energia elétrica situou-se em cerca de 2.359 GWh, o que representa um incremento de mais de 25,5%. Este valor não é comparável com o do ano anterior, já que inclui a totalidade da produção da Soporgen, empresa de cogeração de gás natural localizada no Complexo Industrial da Figueira da Foz. As vendas de energia refletem também esta consolidação e totalizaram cerca de 2.100 GWh.

Os custos de produção foram negativamente influenciados pelo preço da madeira e pelo preço de compra da eletricidade e do gás natural.

A incorporação da Soporgen dentro do perímetro de consolidação do Grupo teve também um impacto materialmente relevante ao nível dos custos, ao provocar o seu aumento global, em particular nos custos com o gás natural.

Neste enquadramento, o EBITDA consolidado em 2013 foi de 350,4 milhões de euros, o que representa uma redução de 9,1% relativamente a 2012 e traduz uma margem EBITDA / Vendas de 22,9%, inferior em 2,8 pontos percentuais à registada no ano anterior.

Os resultados operacionais situaram-se em 218,3 milhões de euros, menos 19,4% que no ano anterior. Importa referir que, no ano de 2012, os resultados operacionais foram positivamente influenciados pela reversão de provisões num montante de cerca de 15 milhões de euros, enquanto que, em 2013, foram constituídas provisões de 14 milhões de euros.

Os resultados financeiros apresentam uma evolução favorável, situando-se no final do ano num valor negativo de 14,0 milhões de euros, comparando com um valor também negativo de 15,7 milhões de euros em 2012. Os resultados financeiros em 2013 foram beneficiados em 8,7 milhões de euros devido à anulação de juros compensatórios de igual montante, decorrente do programa de regularização de dívidas fiscais.

O resultado líquido consolidado do período situou-se em 206,1 milhões de euros, 7,4% acima do resultado de obtido no ano de 2012 e que totalizou 191,8 milhões de euros. O resultado líquido foi positivamente influenciado pelos benefícios fiscais associados a investimentos realizados e pela anulação de um conjunto de provisões registadas em

exercícios anteriores nos impostos a pagar, por terem deixado de se verificar os riscos que tinham determinado a sua constituição. Adicionalmente, o resultado líquido reflete uma taxa efetiva de imposto inferior à taxa nominal, uma vez que incorpora, em 2013, o impacto em impostos diferidos da redução da taxa de IRC prevista a partir de 2014.

### 3.3. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

#### 3.3.1. Papel

##### 3.3.1.1. Enquadramento de Mercado

Estima-se que a procura global de papéis finos não revestidos (UWF) tenha recuado cerca de 0,5% em 2013 face ao ano anterior, mantendo o desempenho assimétrico de anos passados, embora com menor expressão, entre os mercados maduros da Europa e América do Norte (que representam cerca de 45% do consumo mundial) e os mercados emergentes do resto do Mundo. Foi um ano particularmente difícil neste mercado, com a conjugação de diversos fatores adversos.

Na Europa, estima-se que a procura tenha regredido 1,2% no ano, tendo o consumo aparente de papel de escritório estabilizado nos níveis de 2012, o que surpreende pela positiva, dada a contração no consumo privado e público que se tem verificado na economia Europeia.

A primeira metade do ano ficou marcada na Europa pelo aumento de papel importado, tendo regressado a níveis habituais no segundo semestre. O efeito combinado de aumento de papel importado e da quebra da procura provocou uma degradação na taxa de ocupação da indústria Europeia de 4 pontos percentuais para 89%.

A valorização cambial do Euro face ao USD, em particular na segunda metade do ano, e a melhoria relativa da procura nos últimos meses de 2013, permitiram à indústria Europeia terminar o ano com uma carteira de encomendas a níveis acima da média histórica.

Também nos EUA se registou uma diminuição inferior a 2% no consumo de UWF relativamente ao período homólogo, após diversos anos a regredir a um ritmo substancialmente mais elevado. Tal como na Europa, o consumo de papel de escritório nos EUA denotou melhor desempenho, registando pela primeira vez nos últimos 6 anos, um crescimento de 1%.

No Norte de África e no Médio Oriente, países chave da presença do Grupo, continuou a instabilidade política e económica, o que, combinado com a grande agressividade de produtores de outras áreas geográficas, tornou a situação competitiva muito difícil. Acresce a maior disponibilidade dos produtores europeus para colocarem volume fora da Europa, dada a baixa taxa de ocupação no mercado interno, bem como a evolução cambial do USD face ao EUR, que penalizou as vendas do Grupo nestas regiões.

Neste contexto, os principais índices de preços da Europa e EUA para o UWF apresentaram degradações de 1,8% e 4,2%, respetivamente. Em termos comparáveis com estes índices (preços brutos de *cut-size standard*), o Grupo registou perdas de 1,6 e 2,8%, superando assim o desempenho dos diferentes mercados.



### 3.3.1.2. Desempenho Operacional

O Grupo Portucel atingiu novos máximos históricos de volume de vendas durante 2013, tendo contudo o valor global de vendas de papel do Grupo sido reduzido em 4%, dada a perda no preço médio que é no essencial explicada por três fatores: a deterioração do preço de referência no mercado Europeu e americano, a variação cambial adversa e o *mix* geográfico de vendas do Grupo.

O crescimento da penetração em mercados não europeus prosseguiu em 2013, com aumento no volume vendido e do alargamento geográfico a mais 5 nacionalidades, para um total de 118 países globalmente.

As vendas de marcas próprias continuam a progredir no seu peso no total das vendas de produtos transformados em folhas, pilar de estabilidade e rentabilidade para o Grupo, tendo crescido 3 pontos percentuais. Em particular, o crescimento de 3% no volume vendido da marca Navigator na Europa demonstra uma vez mais a força da marca e a sua resiliência a condições adversas de mercado.

Por último, é de salientar o quadro muito adverso de restrições de acesso ao crédito ao longo dos canais de distribuição de papel, que constitui um fator de dificuldade adicional e implica uma grande atenção ao risco de crédito, tendo o Grupo Portucel conseguido, mais uma vez, gerir muito bem a sua exposição.

### 3.3.1.3. Branding

O ano de 2013 foi de consolidação para as marcas próprias do Grupo Portucel, que continuou a investir no seu desenvolvimento enquanto pilar da sua estratégia comercial, tendo as mesmas representado mais de 62% do total das vendas de produtos transformados em folhas.

A importância das marcas do Grupo foi reconhecida por estudos independentes ao longo do ano de 2013, feitos tanto junto de consumidores de papel de escritório como de profissionais da distribuição, que avaliaram positivamente não somente a notoriedade das marcas mas também a sua performance.

## 3.3.2. Pasta

### 3.3.2.1. Enquadramento de Mercado

Apesar da tendência de abrandamento do mercado da pasta, iniciada no terceiro trimestre de 2013, se ter mantido durante o último trimestre, o ano veio a revelar-se positivo em termos de procura global. De acordo com informação divulgada pelo PPPC W-20 referente a 2013, verificou-se um consumo total de 44,6 milhões de toneladas, o que significa um acréscimo de 1,1 milhões de toneladas (2,5%) em relação a 2012. De todos os segmentos de pasta, foi o de BEKP que teve o comportamento mais positivo, com um consumo total de 15,7 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 844 mil toneladas (5,6%).

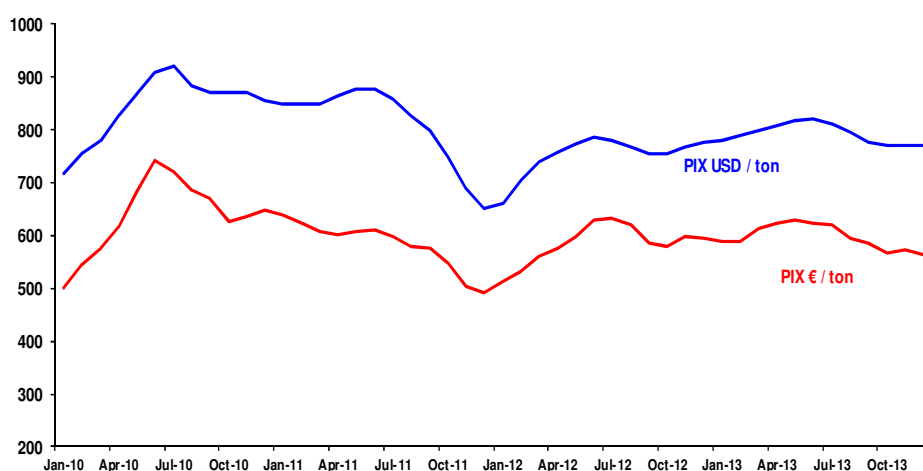
Este bom desempenho foi possível devido, mais uma vez, ao comportamento do mercado chinês, posicionando-o como o mercado de maior crescimento em volume. A China foi responsável pelo consumo de 10,4 milhões de toneladas, um aumento de 468 mil toneladas (4,6%) em relação ao ano anterior, salientando-se também neste mercado o desempenho da pasta de BEKP, com um consumo de 3,6 milhões de toneladas, um acréscimo de 674 mil toneladas (23%).

Ao nível de preços, verificou-se uma certa retração do preço do BEKP no segundo semestre, após o pico de junho, onde o indicador de referência PIX atingiu USD 820 CIF Europa, reflexo também da desvalorização cambial face ao USD de moedas de países com posição de relevo na produção de pasta de fibra curta, como sejam os da América

Latina e a Indonésia, cujos produtores locais estão assim menos pressionados pelo nível de preços na moeda norte-americana. Mesmo assim, a descida do indicador PIX não foi tão forte como apontavam algumas previsões, verificando-se mesmo uma certa estabilidade à volta dos USD 770 no quarto trimestre.

Em consequência de alguns fatores, como o balanço oferta / procura favorecendo os produtores de fibra longa e o atraso no arranque dos novos projetos de produção de fibra curta, principalmente BEKP, assistiu-se a anúncios de aumentos de preços no final do ano.

Evolução Mensal do Preço PIX Europa - BHKP



### 3.3.2.2. Desempenho Operacional

As vendas de pasta BEKP do Grupo situaram-se cerca de 17% acima das vendas do ano anterior.

Em termos de vendas de pasta BEKP por segmentos papeleiros, 60% do volume é dirigido ao fornecimento do segmento de papéis especiais, indubitavelmente o de maior valor acrescentado, onde o Grupo continua a deter uma posição de liderança.

A nível de vendas por destino geográfico, e apesar da conjuntura do ano, o Grupo vendeu, como habitualmente, uma percentagem muito elevada nos mercados europeus (85%).

## 3.4. ATIVIDADE INDUSTRIAL

### 3.4.1. Atividade Produtiva

As unidades industriais do Grupo Portucel tiveram em 2013 um desempenho produtivo muito assinalável, obtendo novos máximos de produção, quer na atividade de pasta, quer no papel.

A operação continuada, associada a níveis de eficiência muito elevados, conduziu no período a produções de pasta bastantes superiores aos valores de períodos anteriores.

A boa atividade produtiva foi resultado de um ótimo desempenho dos equipamentos instalados, o que vem mais uma vez demonstrar a excelência dos ativos industriais do Grupo.

De realçar o desempenho da produção de pasta, em que no ano de 2013 se atingiram produções totais de 1.423.920 tAD, com especial relevo para a Fábrica de Pasta de Cacia que produziu 313.339 tAD, tendo pela primeira vez ultrapassado as 300 mil tAD.

A Fábrica de Pasta de Setúbal, com uma produção de 547.541 tAD ultrapassou em 7.529 tAD o seu anterior máximo.

A produção de papel situou-se também em muito bom nível, com uma produção de total de 1.618.634 tAD, tendo, mais uma vez, a nova fábrica de papel (About The Future) superado a sua anterior produção.

Este notável desempenho industrial está associado a uma cuidada e experiente operação, complementada por uma atividade de manutenção, que tendo sempre presente o controlo de custos da atividade, consegue garantir níveis de eficiência muitíssimo elevados, com alguns equipamentos ao melhor nível mundial.

Mercê do resultado obtido ao nível de produção de pasta do Grupo, foi possível aumentar a disponibilidade das pastas para o mercado, invertendo-se uma redução que vinha a acontecer nos últimos anos.

O Grupo Portucel, ao privilegiar a colocação no mercado de produtos *premium*, assenta esta estratégia na qualidade dos seus ativos industriais e no *know-how* das suas equipas de operação, que permitem atingir níveis de qualidade dos seus produtos muito acima dos seus congéneres.

A estabilidade da operação das fábricas do Grupo constitui um fator decisivo na obtenção dos referidos ganhos da produtividade e na obtenção de padrões de qualidade ao melhor nível mundial. Este facto tem permitido a penetração em novos mercados e a obtenção de vantagens competitivas nos mercados mais concorrenciais.

O desempenho da nova Fábrica de Papel de Setúbal (About the Future), agora no seu pleno desenvolvimento, permitiu avançar para novos produtos papeleiros, os quais só foram possíveis como resultado dos desenvolvimentos tecnológicos aí instalados, que ao longo do tempo têm vindo a ser otimizados, conduzindo a níveis de qualidade assinaláveis.

Na constante procura da melhoria do posicionamento competitivo das unidades industriais do Grupo Portucel, é de referir a redução dos consumos específicos de matérias-primas e subsidiárias, com especial enfoque para a madeira, principal fator da produção, e para os produtos químicos, nos quais foi possível obter reduções assinaláveis.

Na geração e consumo de energia, onde o Grupo Portucel ocupa uma posição de relevo no panorama nacional, com uma produção essencialmente baseada em fontes renováveis, os níveis de eficiência alcançados têm permitido reduções na intensidade energética dos nossos produtos, garantindo níveis acrescidos de excedentes de energia elétrica que têm sido colocados na Rede Elétrica nacional, com um importante contributo para os resultados do Grupo.

Os químicos utilizados no processo de branqueamento constituem um dos principais fatores da produção, com custos de aquisição elevados. Os ganhos obtidos nas eficiências das lavagens de pasta, associados à plena utilização do “*Eucalyptus Globulus*” com ótimas condições de branqueabilidade, têm conduzido à obtenção de consumos específicos mais reduzidos e consequente redução de custos de produção.

Ao longo do ano 2013 foi possível reduzir o consumo energético nas unidades papeleiras, com especial destaque para a nova fábrica de papel (ATF), onde os níveis de consumo de energia elétrica atingiram níveis em linha com a eficiência dos equipamentos aí instalados.

Em 2013, as unidades produtivas de energia elétrica, respetivamente as centrais de ciclo combinado a gás natural de Setúbal (SPCG) e Figueira da Foz (Soporgen), tiveram um desempenho normal, atingindo níveis de produção de energia elétrica muito elevados.

Os custos fixos das unidades industriais do Grupo Portucel mantiveram-se a um muito bom nível, sendo de referir os custos com pessoal, onde a redução de tempo com o trabalho extraordinário assume particular relevância.

A atividade de manutenção apoiada na EMA 21, empresa do Grupo específica para esta atividade, desenvolveu-se de acordo com os objetivos de eficiência traçados, mantendo uma ótima relação entre os dispêndios e os níveis de eficiência alcançados, os quais são essenciais para o desempenho do Grupo.

Mercê de um conjunto de programas de melhoria continuada, foi possível otimizar os dispêndios em algumas atividades de manutenção, sendo de realçar a redução de valores utilizados nos serviços externos.

De salientar o desenvolvimento associado à implementação do projeto MEO (Melhoria de Eficiência Operacional), o qual se desenvolve em todas as unidades do Grupo Portucel, com excelentes resultados. Integrado neste projeto, salientamos ainda a implementação do programa 5 S+1, uma ferramenta que tem como objetivo simplificar o ambiente de trabalho, reduzindo os desperdícios e as atividades sem valor acrescentado, enquanto melhora a eficiência, a qualidade e a segurança. Este programa está a ser implementado em todas as unidades do Grupo, com ampla participação de todos os colaboradores, tendo até ao momento sido obtidos resultados assinaláveis.

A este projeto estão associados importantes ganhos de produtividade no âmbito da atividade de produção de papel bem como os aumentos de eficiência da fábrica de Cacia.

Continua a implementação de um conjunto de medidas e projetos essencialmente vocacionados para a componente energética, onde se tem mantido e consolidado os ganhos obtidos nos anos anteriores, tendo o resultado contribuído para a diminuição dos consumos e melhoria da eficiência de transformação.

### 3.4.2. Projetos de Investimento

Prosseguindo a política de investimentos seletivos do Grupo, e tendo sempre presente a necessidade de garantir eficiências muito elevadas e melhorar o posicionamento competitivo das unidades produtivas, concluíram-se durante o período diversos projetos, sendo de realçar:

No Complexo da Figueira da Foz:

- Instalação de um novo silo de casca para alimentação da caldeira de casca de modo a cumprir os valores acordados das respetivas emissões;
- Instalação de um novo sistema de acionamento do raspador de fundo do digestor;
- Instalação de um sistema de recuperação de areias do leito fluidizado da caldeira auxiliar;
- Início do funcionamento do novo sistema de colagem da cortadora da linha 1.

No Complexo de Setúbal:

- Instalação do sistema de recuperação de areias na caldeira de biomassa;
- Realização de diversos projetos de substituição de equipamentos em fim de vida;
- Início do projeto de instalação de uma prensa na lavagem para a fase “D0” do Branqueamento.

No Complexo de Cacia:

- Realização de diversos projetos de substituição de equipamentos em fim de vida.

## 3.5. DESENVOLVIMENTO

O projeto integrado de produção florestal, de pasta de celulose e de energia que o Grupo Portucel tem vindo a desenvolver em Moçambique está a entrar numa nova fase, dado os resultados encorajadores do período inicial

experimental.

A preparação da nova fase incluiu a decisão de avançar com o Estudo de Impacto Ambiental e Social, segundo os padrões internacionais mais exigentes. O relatório provisório está em fase de finalização, para dar início ao processo de consultas públicas e, seguidamente, à aprovação das autoridades moçambicanas.

Para apoiar este trabalho, reforçar a sustentabilidade das operações florestais, planear e desenvolver projetos de inclusão das comunidades locais, implementar os respetivos investimentos e fomentar o tecido empresarial associado ao projeto, a Portucel Moçambique assinou um contrato de consultoria com a IFC (*International Finance Corporation*), instituição do grupo do Banco Mundial vocacionada para trabalhar com o setor privado.

Este contrato de consultoria com a IFC constitui o primeiro passo numa colaboração que se pretende seja duradoura, e que permita ampliar o impacto dos investimentos da Portucel no desenvolvimento sustentável de Moçambique e a criação de oportunidades partilhadas de crescimento nas zonas concessionadas. A assinatura deste contrato refletiu assim o empenho do Grupo no desenvolvimento do seu projeto em Moçambique de acordo com as normas internacionais mais exigentes em matéria ambiental e social.

Neste contexto de desenvolvimento inclusivo, no ano de 2013 deu-se bastante ênfase ao apoio no desenvolvimento da agricultura junto das comunidades da área do projeto, tendo sido estabelecidos 78 hectares de campos de demonstração com culturas essenciais à segurança alimentar, como o milho, a soja e o feijão. Em 2014, as áreas de demonstração irão crescer significativamente.

Foi também lançado o processo de consulta para a construção faseada no tempo dos primeiros 5 viveiros florestais, a realizar até 2016, com uma capacidade anual de 30 milhões de plantas clonais.

O projeto integrado de produção florestal, de pasta de celulose e de energia está avaliado em 2,3 mil milhões de dólares, prevendo a criação de cerca de 7.500 postos de trabalho e um volume de exportações, em ano cruzeiro, nas condições atuais de mercado, de cerca de 1.000 milhões de USD.

## 3.6. RECURSOS E FUNÇÕES DE SUPORTE

### 3.6.1. Sustentabilidade

A Política de Sustentabilidade do Grupo Portucel estabelece as linhas gerais do investimento no domínio da sustentabilidade, no âmbito do qual o Grupo adota os princípios da ética, da responsabilização, da transparência e da cidadania empresarial, sem perder de vista que a viabilização económica e financeira é um elemento decisivo da sua estratégia.

A Gestão da Sustentabilidade tem vindo a ser continuada e consistentemente aperfeiçoada no Grupo Portucel e, no biénio que terminou em 2013, foram levadas a cabo duas importantes e pioneiras iniciativas com reflexos muito positivos nessa gestão e no seu reporte operacional e institucional. Foram elas:

- Elaboração do “Handbook dos Indicadores de Sustentabilidade”, que veio a reforçar e consolidar os procedimentos e práticas internas relativas à definição, cálculo, controlo e reporte desses indicadores;
- Preparação e início de implementação do “Projeto de Gestão da Performance de Sustentabilidade do Grupo”, consistindo na centralização, recolha, informatização SAP e reporte da Informação de Sustentabilidade.

Os objetivos estratégicos do Grupo Portucel, no âmbito da Sustentabilidade, integraram-se, em 2013, naqueles que foram elencados para o biénio que agora terminou, alinhados com a estratégia do negócio e que refletem o comportamento e compromisso do Grupo neste domínio no médio e longo prazo, reforçando a Política de

Sustentabilidade e o propósito da criação de valor.

Estes objetivos estão, obviamente, também alinhados com a evolução da agenda da sustentabilidade e ajustados às realidades económicas, ambientais e sociais com que o Grupo tenha que lidar no futuro, de entre eles salientando-se os seguintes:

- Manter o alinhamento da estratégia e as práticas de Sustentabilidade do Grupo com a evolução das melhores práticas internacionais reconhecidas;
- Manter a aposta na Investigação e Desenvolvimento, com enfoque na gestão florestal e nas melhorias do processo produtivo e dos produtos papéis;
- Continuar a envolver os parceiros da área florestal no cumprimento das boas práticas da gestão florestal;
- Manter o Grupo Portucel como empresa atrativa para os Colaboradores e procurar posicioná-lo como uma das empresas de excelência para trabalhar e como referência na atração e retenção de talentos;
- Prosseguir o Projeto de Plantações em Moçambique, com o objetivo de criar uma base florestal para abastecer a futura Fábrica de Pasta e de Produção de Energia de dimensão mundial.

Para finalizar, uma breve nota para referir a atividade de um órgão considerado fundamental na vivência sustentável da governação do Grupo Portucel, que é o seu Conselho Ambiental, constituído por cinco personalidades académicas independentes e de reconhecida competência técnica e científica nos domínios do ambiente, que dá aconselhamento científico ao Conselho de Administração, nas áreas do ambiente, e cuja mensagem é uma das peças mais importantes do conteúdo do Relatório de Sustentabilidade de 2012/2013.

### 3.6.2. Floresta e Abastecimento de Madeiras

#### Gestão Sustentável

O ano de 2013 representou mais uma etapa na reorganização empresarial da área florestal do Grupo Portucel, aprofundando a especialização dos seus ativos fundiários e florestais com o objetivo de garantir a unificação de processos e a consequente uniformização do modelo de gestão. A Portucel Soporcel Florestal surge atualmente como a empresa dedicada à vertente florestal do Grupo, concentrando a gestão de todos os espaços agroflorestais, tanto em terrenos próprios, como naqueles cuja gestão lhe está confiada pelos seus proprietários.

No final de 2013, o Grupo Portucel era responsável pela gestão de cerca de 120 mil hectares de áreas agroflorestais, segmentadas em cerca de 1.400 unidades de gestão distribuídas por 165 concelhos do País. Cerca de 73% da área gerida é constituída por povoamentos de eucalipto ou florestações em curso com a referida espécie.

A estratégia de reforço da presença do Grupo numa base local foi prosseguida, mantendo-se a atividade de arrendamento e aquisição de terras, que inclui a angariação de novas áreas ou renegociação de contratos existentes, como importante forma de relacionamento com os proprietários florestais.

Com este processo, o Grupo possibilita a renovação dos espaços florestais nacionais e valoriza o rendimento fundiário dos proprietários, transferindo *know-how* e ganhos de produtividade para o terreno, quer pela utilização de plantas clonais selecionadas, quer pela aplicação das melhores práticas silvícolas e de gestão, certificadas pelos mais exigentes sistemas internacionais.

Em termos silvícolas, a campanha de florestação de 2013 refletiu níveis de atividade inferiores aos do ano anterior, fruto das condições climáticas, inapropriadas em boa parte do ano ao plantio de eucalipto, tendo-se concluído o ano com cerca de 2.400 hectares florestados ou reflorestados. Ao longo do ano, foram instalados pelo Grupo cerca de 3,1

milhões de plantas selecionadas de eucalipto.

Visando a gestão eficaz da diversidade do seu património agroflorestal, o Grupo também gerou produções relevantes em cortiça (3,9 mil arrobas), vinho (48,7 mil litros), caça e pastagens, entre outras.

Ao nível da florestação, em 2013, foram submetidos a licenciamento 137 projetos (rearborização, arborização e reconversão) e licenciados 165 projetos, correspondendo, respetivamente, a uma área de aproximadamente 2,9 mil hectares e 3,3 mil hectares de eucalipto. No entanto, o licenciamento dos projetos continuou muito condicionado pela complexidade do quadro legal que regulamenta este tipo de ações. Em relação a este aspeto, este período ficou marcado pela entrada em vigor no final de outubro, de um novo quadro legal, RJAAR – Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização, que visa simplificar o processo de licenciamento e reduzir os tempos de aprovação dos projetos.

### Abastecimento de Madeira

A oferta de rolaria de eucalipto no mercado nacional, a exemplo dos últimos anos, tem sido deficitária face às necessidades de consumo instaladas na Península Ibérica, contudo o Grupo Portucel manteve a tendência de recuperação iniciada no ano transato.

O consumo de matéria-prima foi da ordem dos 4,27 milhões de metros cúbicos de madeira sem casca.

Na prossecução da política de responsabilidade corporativa e de envolvimento com as comunidades em que se insere, o Grupo manteve a forte aposta quer na Certificação da Gestão Florestal quer na Certificação da Cadeia de Custódia, como garantes do desenvolvimento sustentado do negócio. Foram abastecidos às fábricas cerca de 1,85 milhões de metros cúbicos de madeira certificada, dos quais 31% tiveram origem nas matas próprias. Toda a restante madeira rececionada teve origem controlada.

O mercado de *woodchips* na Europa, e em especial na Península Ibérica, tem conhecido grandes desenvolvimentos nos últimos anos e as quantidades movimentadas a nível mundial têm-se incrementado, apesar do aumento de custos do petróleo.

Em 2013, face à insuficiente oferta de matéria-prima lenhosa no mercado ibérico, o Grupo recorreu ao mercado internacional com a importação de *woodchip carriers* provenientes do mercado sul-americano.

Nas compras no mercado internacional de eucalipto, o Grupo Portucel preocupa-se fortemente em garantir o cumprimento integral de todos os seus *standards* de respeito ambiental, social e económico, tendo adquirido, em 2013, exclusivamente material de plantações com certificado FSC.

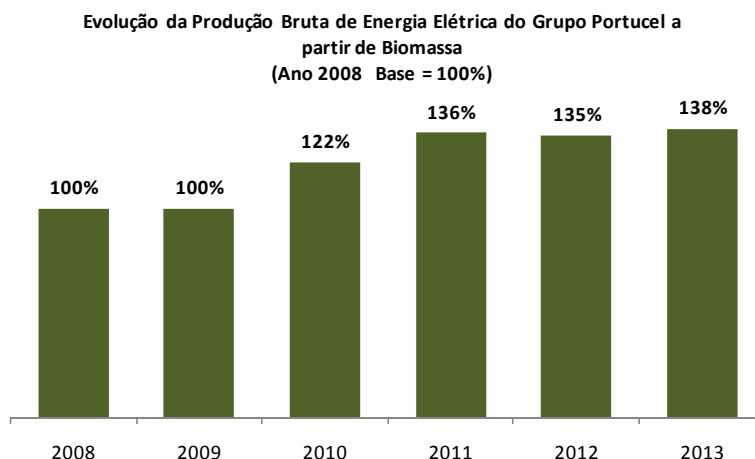
A atividade de angariação de terras em 2013 caracterizou-se por um forte crescimento em relação a 2012, prosseguindo desta forma o esforço do Grupo para alcançar uma maior componente de abastecimento próprio e desenvolver práticas florestais que constituam um estímulo e um exemplo para os produtores florestais independentes.

### 3.6.3. Energia

Em 2013, o Grupo Portucel atingiu uma produção bruta de energia elétrica de 2.359 GWh, registando-se um aumento de 25,5% face ao ano anterior, devido à consolidação, por aquisição do total do capital, da cogeração de ciclo combinado a gás natural no Complexo Industrial da Figueira da Foz, com designação social de SOPORGEN, S.A.. Esta produção total de energia elétrica corresponde a cerca de 5% da produção total nacional, tendo esta também registado um considerável aumento face ao ano anterior, com uma consequente redução da importação líquida de

Espanha.

A produção de eletricidade a partir de centrais a biomassa (3 em regime de cogeração e 2 centrais dedicadas) atingiu 1.242 GWh, um ligeiro acréscimo de 2,3 % face ao ano anterior, representando mais de 50% da estimativa da produção total nacional em 2013 a partir deste recurso renovável. O ligeiro aumento de produção de energia elétrica a partir desta fonte primária de energia foi conseguido nas cogerações a biomassa, em contrapartida com algumas perdas nas centrais termoelétricas a biomassa, devido a paragens para intervenção nas caldeiras e sistemas de armazenamento, transporte e alimentação de biomassa. O ano de 2013 foi particularmente afetado com várias avarias na caldeira da central termoelétrica a biomassa de Cacia, devido essencialmente à erosão causada pelos inertes incorporados na biomassa florestal residual.



O contributo das duas novas centrais termoelétricas a biomassa, dedicadas só à produção de eletricidade, representou uma produção bruta total de 207 GWh com uma venda para a rede de 183 GWh, ultrapassando claramente as expectativas iniciais do projeto que eram de 167 GWh. Esta boa prestação deve-se essencialmente à grande estabilidade e boa performance da operação e manutenção, apesar de algumas dificuldades, devido às elevadas humidades e teor de inertes e a irregularidades da biomassa residual adquirida.

A nova central de cogeração a gás natural de ciclo combinado de Setúbal contribuiu com uma produção bruta de 581 GWh (-2,9% que o ano anterior devido a um acidente na turbina a vapor). Esta central de cogeração tem vindo a incorporar alguns reajustamentos e alterações no que diz respeito a determinados componentes mecânicos das turbinas a gás natural, tendo em vista melhorar a sua disponibilidade.

A Soporgen, empresa de cogeração agora totalmente consolidada no Grupo e vocacionada para o fornecimento de energia térmica ao Complexo Industrial da Figueira da Foz, produziu 474 GWh em 2013.

Apesar do incremento da produção de energia a partir de gás natural, associada às necessidades energéticas das fábricas de papel de Setúbal e Figueira da Foz, a produção de energia do Grupo foi essencialmente assegurada em 52,7% por centrais de cogeração e centrais termoelétricas a biomassa, ou seja, com recurso a combustíveis renováveis. Importa salientar que a cogeração combina a produção de energia elétrica com quantidades muito superiores de energia térmica, tornando-se consideravelmente mais eficiente do que a convencional produção exclusiva de eletricidade.

## Bioenergia e Combustíveis Fósseis

As duas centrais termoelétricas a biomassa dos Complexos Industriais de Cacia e de Setúbal e as três centrais de cogeração a biomassa do Grupo, permitiram consolidar a sua posição no domínio da produção nacional de energias



renováveis. O grande benefício em termos de redução de emissões de CO<sub>2</sub> terá impacto no balanço destas emissões a nível nacional e na diminuição da dependência de combustíveis fósseis importados, sendo desta forma um contributo do Grupo para um desígnio nacional.

### **Biomassa Florestal para Fins Energéticos**

O Grupo Portucel tem reforçado a sua posição como entidade produtora e fornecedora de biomassa florestal e de subprodutos da madeira, consolidando essa posição.

A gestão integrada e sustentável da floresta, com preocupações ao nível da conservação da biodiversidade, é fundamental para o equilíbrio na obtenção de matéria-prima para a produção de bens transacionáveis de elevado valor acrescentado, como o caso da pasta e papel, e obtenção de recursos sobranes de biomassa para a produção de energia.

O Grupo deu continuidade ao abastecimento dos seus centros de receção de biomassa, incluindo os situados nas unidades fabris, permitindo a otimização da exploração dos equipamentos de trituração de biomassa adquiridos e da respetiva logística relacionada com as operações ligadas a este recurso.

#### **3.6.4. Ambiente**

Para monitorização e comunicação das emissões de gases com efeito estufa, as várias instalações do Grupo Portucel submeteram à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, em 2012, os procedimentos para atualização dos TEGEE – Títulos de Emissão de Gases com Efeito de Estufa, para o período 2013 – 2020. Deste processo resultou a emissão de novos títulos de emissão para cada uma das instalações, com novas regras de monitorização e de comunicação de resultados à entidade competente para o período 2013-2020 e a atribuição definitiva das licenças de emissão.

O estudo, iniciado em 2012, para definição de metodologia para avaliação das emissões difusas nas três fábricas do Grupo foi concluído em 2013, com a colaboração de entidades acreditadas para a monitorização de emissões gasosas.

Em 2013, o Grupo Portucel implementou um novo modelo para a monitorização e controlo das emissões gasosas que resultam das suas atividades de combustão. Com esta nova ferramenta de gestão foram uniformizadas as metodologias da monitorização em contínuo e otimizada a recolha, sistematização e agregação de informação por fonte de emissão e por site.

Na Figueira da Foz, foi construído em 2013 um novo silo de casca de alimentação à caldeira de biomassa, permitindo um regime de exploração mais próximo da capacidade nominal, com redução da emissão de Monóxido de Carbono por regularização das condições de abastecimento de casca à caldeira.

Em Setúbal, foi feita em 2013 a renovação da caldeira de biomassa, com introdução de novos níveis de ar secundário e terciário, permitindo redução das emissões de NO<sub>x</sub>.

Para cumprimento dos compromissos assumidos na Política dos Sistemas de Gestão e na Política de Sustentabilidade, o Grupo Portucel identifica, monitoriza e controla os aspetos ambientais da sua atividade, tendo como objetivo a sua eliminação ou minimização, através de implementação de práticas assentes no rigoroso cumprimento da legislação e no princípio da melhoria contínua.

Os indicadores de desempenho ambiental mantiveram um bom e sustentado desempenho em todas as instalações fabris, como resultado de melhorias processuais que, de forma consistente, têm vindo a ser implementadas nos vários domínios: ar, água, resíduos, energia e materiais.

### 3.6.5. Inovação e Investigação e Desenvolvimento

Durante o ano de 2013, o Grupo Portucel reforçou a sua aposta no desenvolvimento de novos segmentos de mercado, tendo alargado a distribuição do Navigator Students, produto destinado a um público estudantil e adaptado às necessidades dos consumidores mais jovens que pretendem obter produtos de qualidade a preços competitivos, a novas geografias.

A relevância dos projetos de Investigação e Desenvolvimento em que o Grupo está envolvido tem sido reconhecida pelos organismos oficiais competentes, designadamente a Agência de Inovação, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Fundação para a Ciência e Tecnologia. No âmbito do SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial), estes organismos têm vindo a certificar como elegíveis investimentos nesta área. Em 2009, 2010 e 2011 os investimentos realizados ascenderam a 3,7 milhões, 3,8 milhões e 8,4 milhões de euros, respetivamente. Em 2012 foi candidatado um investimento de 9,8 milhões de euros e em 2013 foi realizado um investimento superior a 9 milhões de euros.

Em 2013, o Grupo manteve o investimento em investigação nas áreas florestal, pasta e papel, através das atividades do RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel. Estas atividades foram desenvolvidas em estreita cooperação com as respetivas áreas de atividade do Grupo e diversas entidades do sistema científico e tecnológico.

## 4. Área de Negócios de Cimentos e Derivados – SECIL+SUPREMO

Conforme anteriormente mencionado, o Grupo Secil passou a ser integrado nas contas da Semapa pelo método de consolidação integral a partir do final de março de 2012.

Os dados apresentados no presente capítulo correspondem a 100% das atividades do Grupo Secil e do Grupo Supremo no período em análise, após ajustamentos de consolidação para a Semapa, não sendo diretamente comparáveis com os apresentados na tabela “Contribuição por Segmentos de Negócio”, incluída no capítulo 2 *supra*, uma vez que na referida tabela o segmento Cimentos corresponde ao somatório de 100% das operações do Grupo Secil e de 50% das atividades do Grupo Supremo.

### 4.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2013	2012	Var. (%)
<b>Volume de vendas</b>	<b>463,0</b>	<b>496,4</b>	<b>-6,7%</b>
Outros Proveitos	26,6	41,5	-36,0%
Gastos e Perdas	(423,1)	(463,2)	8,7%
<b>EBITDA</b>	<b>66,5</b>	<b>74,7</b>	<b>-10,9%</b>
EBITDA Recorrente	61,2	69,8	-12,3%
Amortizações e perdas por imparidade	(49,7)	(74,0)	32,8%
Provisões (reforços e reversões)	(3,8)	0,4	-1079,2%
<b>EBIT</b>	<b>13,0</b>	<b>1,1</b>	<b>1038,4%</b>
Resultados Financeiros líquidos	(26,0)	(15,7)	-65,8%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>(13,0)</b>	<b>(14,5)</b>	<b>10,6%</b>
Impostos sobre Lucros	6,3	(7,3)	187,2%
Lucros Retidos do Exercício	(6,7)	(21,8)	69,4%
<b>Atribuível aos Acionistas</b>	<b>(12,5)</b>	<b>(26,5)</b>	<b>53,0%</b>
Atribuível a Interesses Não Controlados (INC)	5,8	4,7	22,2%
<b>Cash-Flow</b>	<b>46,9</b>	<b>51,8</b>	<b>-9,4%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>14,4%</b>	<b>15,1%</b>	<b>-0,7 p.p.</b>
<b>Margem EBIT (%)</b>	<b>2,8%</b>	<b>0,2%</b>	<b>2,6 p.p.</b>
	<b>31-12-2013</b>	<b>31-12-2012</b>	
Capitais Próprios (antes de INC)	574,6	591,4	-2,8%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>298,8</b>	<b>323,1</b>	<b>-7,5%</b>

## 4.2. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unid.	2013	2012	Var 13/12
Capacidade produtiva anual de cimento	1 000 t	8.010	8.010	0%
Vendas Cimento cinzento	1 000 t	4.997	4.902	2%
Vendas Cimento branco	1 000 t	87	92	(5%)
Vendas Cal artificial	1 000 t	56	66	(16%)
Vendas Clinquer	1 000 t	231	315	(27%)
Betão-pronto	1 000 m³	1.214	1.406	(14%)
Inertes	1 000 t	2.346	2.432	(4%)
Prefabricação em betão	1 000 t	74	87	(15%)
Argamassas	1 000 t	99	141	(30%)
Cal hidráulica	1 000 t	22	15	47%
Cimento-cola	1 000 t	12	10	22%
Número de pessoal	nº	2.617	2.659	-42

## 4.3. SÍNTESE GLOBAL DAS ATIVIDADES DOS GRUPOS SECIL E SUPREMO

Em Portugal, principal mercado do Grupo Secil, a atividade da construção continuou em baixa, tendo-se mantido a tendência negativa a que se assistiu no ano transato. De acordo com a AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços, o setor da construção encontra-se confrontado com uma quebra sem precedentes na atividade produtiva, assistindo-se a uma falta generalizada de obras e à ausência de perspetivas de uma alteração rápida da conjuntura.

No período de janeiro - dezembro a produção do setor da construção diminuiu 16,3 % (Índice de produção na construção e obras públicas – INE Fevereiro 2014) e o consumo de cimento registou em 2013 uma quebra de cerca de 20% em relação a 2012, fixando-se em 2.800 milhares de toneladas. No entanto, de acordo com a última informação disponível da FEPICOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas, apesar da atividade da construção se manter em terreno negativo, os dados de novembro de 2013 revelam uma tendência de recuperação dos índices baseados nas opiniões dos empresários da construção civil.

Neste contexto adverso, o volume de negócios consolidado da área de Cimentos<sup>5</sup> no exercício de 2013 ascendeu a 463,0 milhões de euros. Este desempenho representou um decréscimo de 6,7% face ao verificado no período homólogo, refletindo o menor desempenho da generalidade das vendas dirigidas ao mercado português e da unidade de negócio de cimento em Angola.

Refira-se o incremento do volume de negócios no mercado externo da unidade de negócio de cimento em Portugal em 6,5% e das atividades desenvolvidas no Líbano, na Tunísia e no Brasil, que permitiram minimizar o decréscimo global de atividade.

O EBITDA atingiu 66,5 milhões de euros, o que comparado com o valor registado em 2012, de 74,7 milhões de euros, traduziu-se num decréscimo de 10,9%, devido essencialmente à menor performance atingida pelos segmentos de negócio localizados em Portugal (consequência direta da crise profunda que se verifica no setor de construção) e, em menor grau, das unidades de negócio de cimento na Tunísia e em Angola.

O EBITDA do exercício de 2013 encontra-se negativamente influenciado pelo registo de imparidades para inventários e dívidas a receber cujo valor aumentou em cerca de 3 milhões de euros face ao registado no exercício de 2012.

<sup>5</sup> Inclui 100% do Grupo Secil + 100% do Grupo Supremo

Destaca-se o efeito muito positivo da diminuição e controlo dos custos operacionais, incluindo os custos com pessoal, em resultado da reestruturação operacional levada a cabo em Portugal durante os anos de 2012 e 2013, no sentido de adaptar as estruturas à atual realidade do mercado.

A margem EBITDA durante o exercício de 2013 situou-se nos 14,4%, 0,7 p.p. abaixo da margem observada no período homólogo.

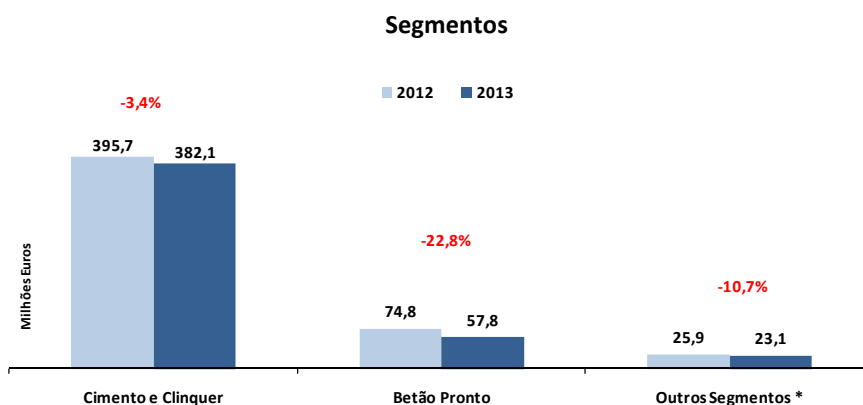
Os resultados operacionais situaram-se em 13,0 milhões de euros, que compara com 1,1 milhões de euros no ano anterior. No exercício de 2012, este indicador foi negativamente influenciado pela contabilização de um conjunto de perdas com imparidades no valor global de 23,9 milhões de euros.

No exercício económico de 2013, a área de Cimentos registou prejuízos de 12,5 milhões de euros, fundamentalmente explicados pelos seguintes fatores: (i) diminuição da margem operacional, (ii) registo de um conjunto de perdas com imparidades anteriormente referido e (iii) aumento dos encargos financeiros (em resultado do efeito combinado do aumento da dívida líquida média no período e da taxa média de juro do Grupo).

O investimento global ascendeu a 112,4 milhões de euros (34,4 milhões de euros referentes ao Grupo Secil e 78,0 milhões de euros referentes ao Grupo Supremo), dos quais 33,8 milhões dizem respeito a investimentos operacionais e 78,5 milhões de euros relativos a investimentos de desenvolvimento (2,0 milhões de euros referentes ao Grupo Secil e 76,5 milhões de euros relacionados com a construção da nova fábrica do Grupo Supremo localizada no Brasil).

A 31 de dezembro de 2013, a dívida líquida cifrava-se em 298,8 milhões de euros (-24,2 milhões de euros do que em 2012).

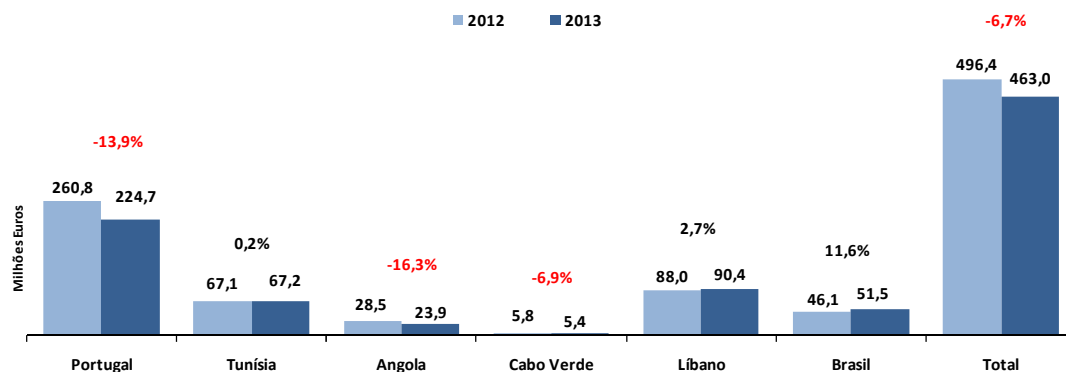
#### Distribuição do Volume de Negócios por Segmentos e Geografia



\* Inclui Inertes, Argamassas e Pré-fabricados

O volume de negócios do segmento Cimento e Clínquer regrediu 3,4% face ao ano de 2012, em resultado da diminuição das vendas de cimento dirigidas ao mercado interno em Portugal, assim como das operações cimenteiras situadas em Angola. Os restantes segmentos registaram igualmente uma contração face aos valores apresentados em 2012.

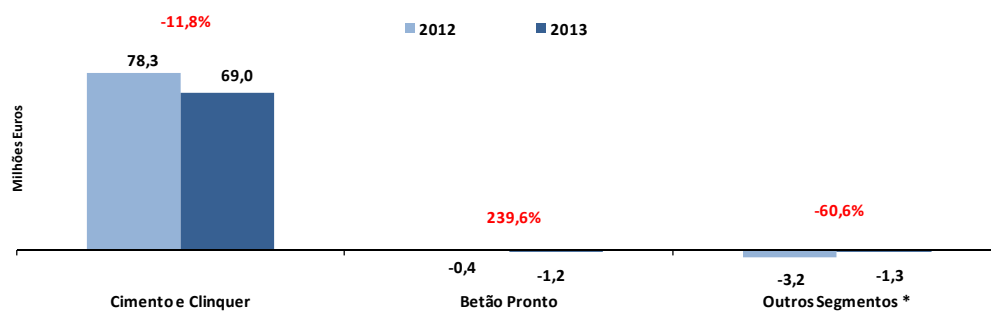
### Geografia



O volume de negócios resultante do conjunto das operações desenvolvidas fora de Portugal e das exportações a partir de Portugal aumentou o seu peso relativo: 67,2% vs 61,2% registados em 2012.

### Distribuição do EBITDA por Segmentos e Geografia

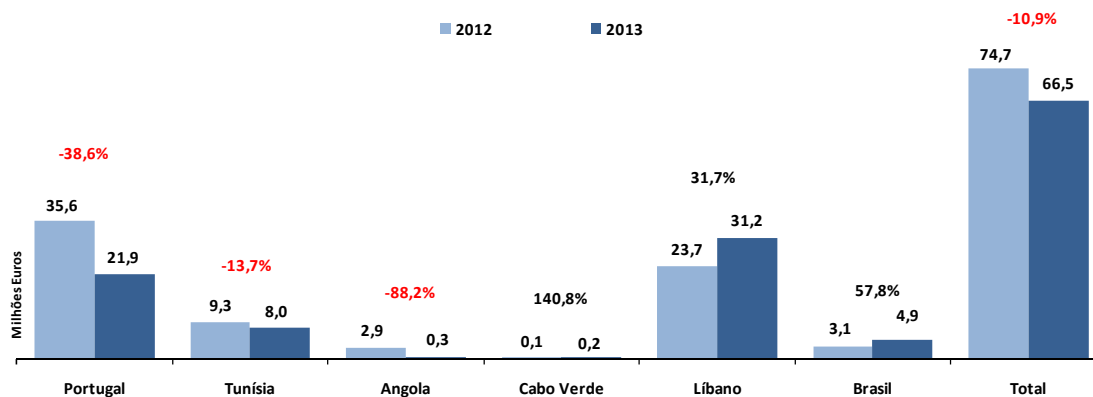
#### Segmentos



\* Inclui Inertes, Argamassas e Pré-fabricados

Em 2013, o segmento Cimento e Clínquer diminuiu o seu peso, absoluto e relativo, no conjunto das operações desenvolvidas, comparativamente com o ano anterior.

### Geografia



Nota: O segmento Portugal inclui o EBITDA da Silonor (França) e Secilpar (Espanha)

Em termos de repartição geográfica, o EBITDA apresentou uma maior concentração das operações fora de Portugal

face ao período homólogo, sendo que as mesmas representaram cerca de 67,1% do total do EBITDA vs 52,4% registados no exercício de 2012.

## 4.4. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

### 4.4.1. Portugal

#### 4.4.1.1. Enquadramento de Mercado

De acordo com as previsões divulgadas pelo FMI, o produto interno bruto terá caído 1,8% em 2013 (*World Economic Outlook*, FMI, janeiro 2014). As atuais projeções do Banco de Portugal apontam igualmente para uma queda em 2013, estimada em 1,5% (Boletim Económico de inverno – janeiro 2014).

A atividade da construção e o consumo de cimento continuam em baixa na União Europeia, especialmente nos países com graves dificuldades orçamentais e financeiras, como é caso de Portugal, que constitui o principal mercado do Grupo Secil.

O ano de 2013 foi assim, mais uma vez, marcado por um forte ambiente recessivo no setor da construção em Portugal. As restrições orçamentais que têm vindo a ser impostas conduziram a uma redução no investimento público e privado, resultando num decréscimo do consumo de cimento em Portugal.

O setor da construção residencial continuou a não recuperar, fruto do elevado *stock* acumulado e do endividamento das famílias. Nas obras públicas, tradicional alavanca da economia, o contexto orçamental voltou a adiar os projetos para o futuro.

Neste enquadramento desfavorável, o Grupo Secil apresentou os seguintes indicadores globais da atividade desenvolvida em Portugal durante o exercício de 2013:

Portugal (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Unid.	Quantidades Vendidas		
	2013	2012	13/12 (%)	2013	2012	13/12 (%)		2013	2012	13/12 (%)
Cimento e Clínquer	161,4	177,1	-8,9%	26,1	40,7	-35,9%	1.000 t	2.233,6	2.427,0	-8,0%
Betão Pronto	40,8	58,8	-30,5%	-2,9	-1,7	-69,4%	1.000 m3	699,0	958,1	-27,0%
Inertes	7,6	8,7	-12,3%	-0,2	-1,6	84,8%	1.000 t	1.733,8	1.978,8	-12,4%
Argamassas	9,2	9,1	0,7%	0,9	0,3	178,6%	1.000 t	133,5	166,1	-19,6%
Pré-fabricados	4,9	5,7	-14,0%	-1,4	-0,4	-251,8%	1.000 t	69,8	82,1	-15,0%
Outros	0,8	1,5	-44,7%	-0,6	-1,7	67,9%				
<b>Total</b>	<b>224,7</b>	<b>260,8</b>	<b>-13,9%</b>	<b>21,9</b>	<b>35,6</b>	<b>-38,6%</b>				

#### 4.4.1.2. Cimento e Clínquer

Em 2013, a procura de cimento continuou em queda, assim como o consumo, que se estima ter atingido 2,8 milhões de toneladas, que de acordo com os dados do CEMAPRE – Centro de Matemática Aplicada à Previsão Económica, registou em 2013 uma variação homóloga negativa de 20%, ainda assim inferior à verificada em 2012 (-28,6%).

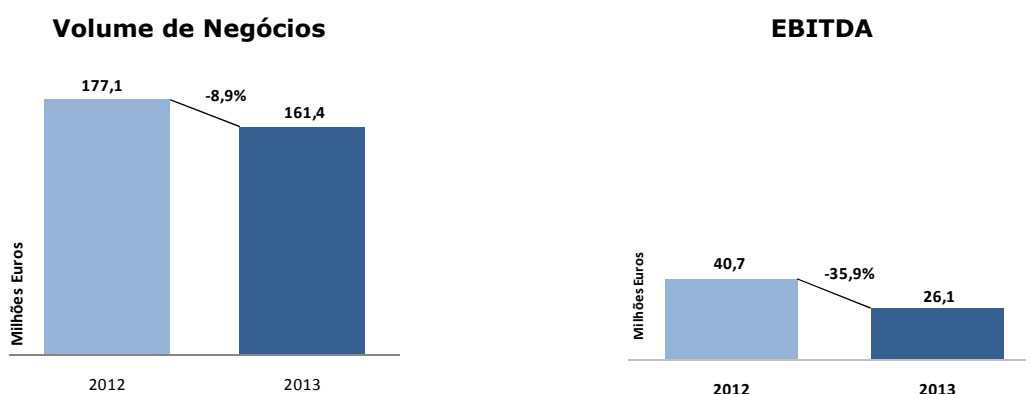
As vendas da unidade de negócio de cimento da Secil no mercado nacional acompanharam esta tendência e foram vendidas 996 mil toneladas, menos 20,0% que em 2012. O ano de 2013 foi marcado por um ambiente concorrencial muito forte, resultado, quer do excesso da capacidade instalada em Portugal, quer do excesso de oferta que atinge o mercado Espanhol.

Apesar do contexto adverso, a área do cimento manteve a sua posição competitiva no mercado nacional, através de uma dinâmica comercial focada na diversidade da oferta de produtos, na consolidação da estrutura de distribuição e na implementação de novas metodologias de relacionamento com o cliente. Do esforço desenvolvido ao longo do ano, resultou um aumento do preço médio de venda e um aumento do peso relativo dos produtos mais complexos e de maior valor acrescentado.

É de assinalar a incorporação de cimento branco da Secil em várias obras relevantes, entre as quais se salientam o Elevador Panorâmico de Sines e o Elevador do Jardim Público da Covilhã, a continuação do fornecimento de cimento branco para a Fundação Nadir Afonso (Arquiteto Álvaro Siza Vieira), localizada em Chaves, e a conclusão do Edifício Poente no Tagus Park – Oeiras (Arquiteto Frederico Valsassina).

Relativamente a obras com cimento cinzento, destacam-se o reforço de potência de duas importantes barragens, a da Venda Nova e a de Salamonde, localizada em Vieira do Minho, a Igreja dos Navegantes na Expo Norte em Lisboa, a conclusão do Data Center da Portugal Telecom na Covilhã, a construção de infraestruturas de Rega do Alqueva e o Edifício Dynamic em Braga.

## Indicadores



O volume de negócios atingiu um valor de 161,4 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 8,9% face aos valores registados em 2012, resultante da quebra do volume de vendas dirigidas ao mercado interno (-20,0%).

No mercado interno, e em resultado do esforço desenvolvido ao longo do ano, verificou-se um aumento do preço médio de venda e um aumento do peso relativo dos produtos mais complexos e de maior valor acrescentado, pelo que o decréscimo já referido no volume de vendas se traduziu numa quebra de 18,2% em volume de negócios.

Relativamente à atividade de exportação (incluída no conjunto das operações desenvolvidas em Portugal), verificou-se um aumento do volume de negócios em 6,5% e uma contribuição de 55,4% para o volume de vendas total em 2013. O Grupo Secil deu assim continuidade à sua orientação para a exportação, tendo sido registado um aumento nas vendas de cimento, que atingiram o volume mais elevado de sempre, mantendo também a constante identificação de oportunidades em novos mercados.

A unidade de negócio de Cimento e Clínquer em Portugal obteve uma performance inferior à verificada no ano anterior, tendo o EBITDA atingido um valor de 26,1 milhões de euros, 35,9% inferior ao valor registado em 2012. Esta evolução desfavorável deveu-se fundamentalmente (i) ao decréscimo sensível da margem média de venda, fruto da diminuição das vendas no mercado doméstico que tem preços e margens mais elevados que a exportação e (ii) às vendas de CO<sub>2</sub>, que em 2013 registaram uma redução significativa face às do ano anterior (1,0 milhão de euros vs 9,2 milhões de euros). Assim, expurgando o efeito das receitas provenientes da alienação de CO<sub>2</sub>, a redução de EBITDA face ao ano de 2012 teria sido de 20,0% (25,0 milhões de euros vs 31,4 milhões de euros).



## Atividade Industrial

Durante o ano de 2013, a produção de cimento nas fábricas do Grupo Secil em Portugal atingiu 2,2 milhões de toneladas, o que representou uma redução de 5% face a 2012, em resultado da diminuição da procura.

### Produção de Cimento

		2013	2012	Variação
Cimento Cinzento	(1.000 t)	2.062	2.175	-5%
Cimento Branco	(1.000 t)	90	96	-6%
<b>Total</b>	<b>(1.000 t)</b>	<b>2.152</b>	<b>2.270</b>	<b>2.270</b>

O cimento produzido nas três fábricas do Grupo Secil em Portugal continua a apresentar características finais bastante homogéneas e elevados padrões de qualidade, aspeto que se considera essencial para garantir um reconhecimento geral no mercado sobre o alto nível de exigência requerido pela Secil.

Em 2013, foi dada continuidade aos projetos de redução de custos, destacando-se o programa de sinergias na área de manutenção industrial, visando a redução de custos de materiais, serviços e *stocks*, assim como o projeto de aumento de eficiência energética, com o objetivo de reduzir os custos com energia elétrica e térmica.

Refira-se, em particular, a fusão da gestão operacional das áreas de manutenção e produção das fábricas de cimento da Maceira e Pataias, o que permitiu aumentar a eficiência operacional destas fábricas.

Prosseguiu-se o aumento da utilização de resíduos industriais como combustível térmico, tendo sido aumentada a taxa de utilização de combustíveis alternativos de 41% em 2012, para 44% em 2013. Os esforços e investimentos nesta área continuam a ser uma prioridade, visando a obtenção de uma taxa de utilização de Combustíveis Alternativos superior com a consequente poupança dos custos energéticos.

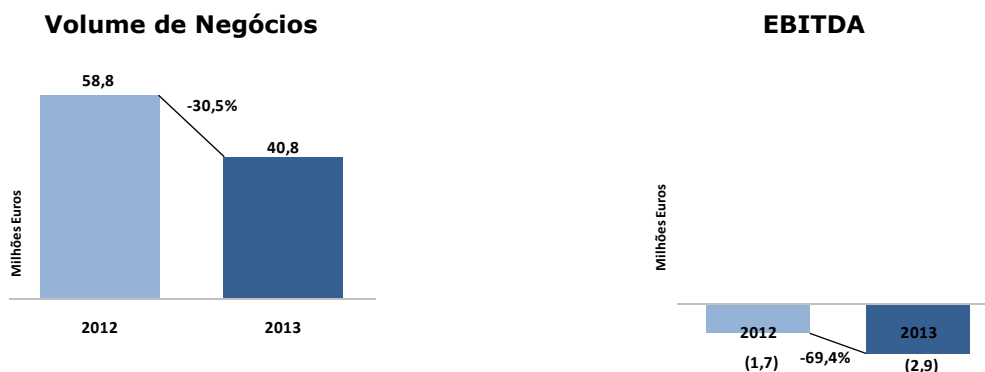
Embora o resultado das medidas acima referidas não tenha permitido atenuar totalmente o impacto da quebra de atividade que se verificou no mercado interno, as mesmas visam aumentar a competitividade das diferentes unidades em Portugal, assim que o mercado comece a dar sinais de retoma.

## Investimento

Os investimentos realizados em 2013 totalizaram 13,2 milhões de euros, resultando num aumento de 10,3% face ao ano anterior.

Destacam-se a finalização dos projetos de aumento da capacidade de armazenagem de Combustíveis Alternativos e a finalização da instalação de *by-pass* de gases nos fornos da Fábrica do Outão e da Maceira. Todos estes projetos têm como finalidade o aumento da utilização de Combustíveis Alternativos e a obtenção de poupanças no consumo de energia.

#### 4.4.1.3. Betão-Pronto

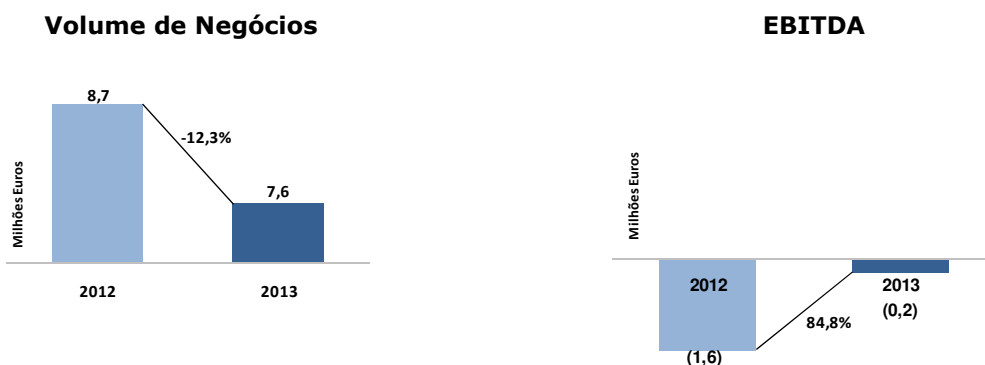


A escassez de obras derivada da situação no setor da construção, associada à situação concorrencial muito forte, refletiu-se no volume de vendas de Betão-Pronto, que atingiram em 2013 cerca de 699 mil m<sup>3</sup>, traduzindo uma variação negativa de 27,0%.

Neste contexto adverso, o volume de negócios desta unidade de negócio cifrou-se em cerca de 40,8 milhões de euros, o que representou uma redução de 30,5% relativamente ao ano de 2012. A redução do volume de negócios do Betão-Pronto foi mais significativa que a quebra das quantidades (30,5% vs 27,0%), fruto do decréscimo do preço médio de venda e das margens, como consequência de uma situação concorrencial desfavorável e agressiva. Apesar de uma aposta maior em produtos de valor acrescentado e do registo de um aumento das vendas dos mesmos, o peso deste tipo de produtos no total de vendas ainda é diminuto.

Em termos de performance, o EBITDA atingiu -2,9 milhões de euros vs -1,7 milhões de euros registados no ano anterior, o que traduz uma redução de 69,4%.

#### 4.4.1.4. Inertes



A significativa diminuição do número de obras e do volume de cada obra continuaram a contribuir para uma concorrência muito agressiva por parte dos diversos concorrentes no mercado.

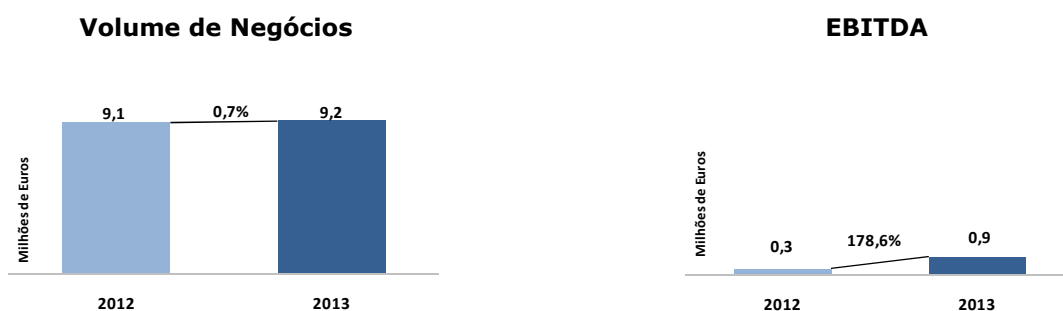
Neste contexto, o volume de vendas da unidade de negócio de Inertes cifrou-se em 1,7 mil toneladas, traduzindo um decréscimo de 12,4%, tendo sido vendidas menos 245 mil toneladas em relação ao ano anterior. Destaca-se a alteração na abordagem ao mercado, onde se procurou privilegiar o fornecimento de agregados mais valorizados, tendo as vendas sido compostas por um *mix* mais valorizado.

Assim, o volume de negócios apresentou um decréscimo de 12,3%, atingido cerca de 7,6 milhões de euros. Destaca-se o aumento no preço médio de venda de cerca de 4,6% nas vendas efetuadas no continente, ainda que o mesmo não

tenha sido suficiente para atenuar o efeito do decréscimo dos serviços de transporte no volume de negócios e o decréscimo do preço de venda na Região Autónoma da Madeira. Este aumento do preço é reflexo da alteração do *mix* de vendas acima referido.

O EBITDA atingiu -0,2 milhões de euros, o que representou uma variação positiva de 84,8% relativamente ao ano anterior.

#### 4.4.1.5. Argamassas



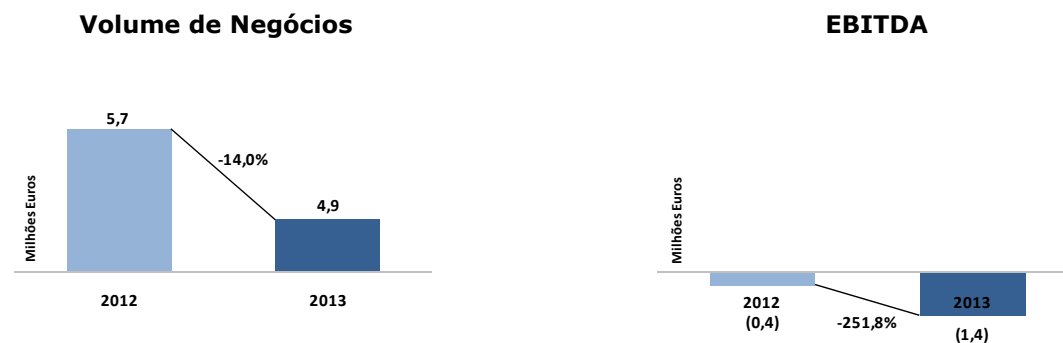
O volume de vendas efetuadas no mercado interno da unidade de negócios de Argamassas seguiu a tendência do mercado, registando uma quebra de 21,2%, a qual foi compensada com a aposta numa estratégia de lançamento e promoção de novos produtos de valor acrescentado, iniciada em 2011, e pelo aumento das vendas de cal hidráulica, as quais foram impulsionadas pelo encerramento da fábrica de um concorrente em março de 2013.

A nível internacional foi dada continuidade à linha estratégica traçada em 2012, com o volume de vendas das exportações a apresentarem um crescimento de 6,3%, registando-se uma expansão da presença geográfica a novos países como a Holanda, a Bélgica e o Canadá.

Neste contexto, o volume de negócios desta unidade foi de 9,2 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 0,7% face ao ano de 2012.

O EBITDA atingiu cerca de 0,9 milhões de euros, o que traduz um incremento de 178,6%.

#### 4.4.1.6. Pré-Fabricação em Betão



Durante o ano de 2013, as vendas de pré-fabricados continuaram em queda, com o mercado a ser marcado por uma concorrência muito agressiva, pela oferta instalada muito superior à procura e por preços muito baixos.

A quebra de 15,0% nas vendas desta unidade de negócio foi devida à diminuição acentuada de atividade da Secil

Prebetão, uma vez que as vendas da Argibetão apresentaram um crescimento em relação a 2012.

Neste contexto, o volume de negócios foi de 4,9 milhões de euros, traduzindo uma quebra de 14,0% face ao ano de 2012, ainda assim inferior ao decréscimo das vendas em quantidade. Com efeito, o aumento dos preços médios das telhas, quer nas vendas em Portugal, quer nas vendas efetuadas em Espanha, permitiu que o preço médio de venda desta área de negócio apresentasse um crescimento de 2,9% em Portugal e 3,3% em Espanha respetivamente.

Em termos de desempenho operacional, esta unidade de negócios apresentou um EBITDA de -1,4 milhões de euros, que compara desfavoravelmente com -0,4 milhões de euros atingidos em 2012.

## 4.4.2. Tunísia

### 4.4.2.1. Enquadramento de Mercado

A economia tunisina deverá ter crescido 3,0% em 2013, abaixo dos 3,6% verificados em 2012 (*World Economic Outlook*, FMI, janeiro 2014), continuando, no entanto, a ser afetada pelos efeitos da situação pós revolucionária, marcada pelo agravamento da crise política, mantendo-se os focos de instabilidade social, manifestações, greves e insegurança em geral, assim como pela deterioração económica dos principais parceiros comerciais.

Os setores do turismo e das exportações continuam em recessão, os desequilíbrios orçamentais e externos agravaram-se e as reformas estruturais têm sido implementadas com um ritmo mais lento do que o inicialmente previsto. Embora o setor das obras públicas esteja em recessão, o setor da construção na vertente habitacional e comercial continua em desenvolvimento.

O dinar tunisino manteve a tendência verificada em 2012 de desvalorização face ao euro, registando uma quebra de aproximadamente 7,0% em termos médios.

Os indicadores globais da atividade desenvolvida na Tunísia pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2012 e 2013, apresentaram a seguinte evolução:

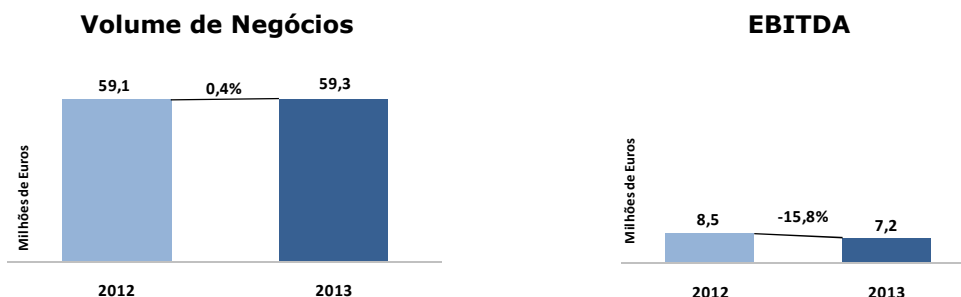
Tunísia (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Unid.	Quantidades Vendidas		
	2013	2012	13/12 (%)	2013	2012	13/12 (%)		2013	2012	13/12 (%)
Cimento e Clínquer	59,3	59,1	0,4%	7,2	8,5	-15,8%	1.000 t	1.272,3	1.217,5	4,5%
Betão Pronto	7,8	7,9	-0,3%	0,9	0,8	8,8%	1.000 m3	175,1	175,9	-0,4%
Pré-fabricados	0,0	0,1	-70,5%	0,0	0,0	-68,3%	1.000 t	3,4	4,0	-16,4%
<b>Total</b>	<b>67,2</b>	<b>67,1</b>	<b>0,2%</b>	<b>8,0</b>	<b>9,3</b>	<b>-13,7%</b>				

### 4.4.2.2. Cimento e Clínquer

O consumo de cimento no mercado tunisino atingiu cerca de 7,7 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 2,5% relativamente ao ano anterior. Na Região Sul, local onde se encontra localizada a unidade fabril do grupo Secil, o aumento foi da ordem dos 3,0%.

O desempenho comercial desta unidade de negócio melhorou face a 2012, registando-se um crescimento de 4,5% no volume de vendas, que atingiu cerca de 1,3 milhões de toneladas, devido ao ligeiro aumento das quantidades exportadas, uma vez que no mercado local os valores se mantiveram idênticos. Refira-se que a atividade de exportação tem um peso diminuto no volume de negócios total, uma vez que ao longo de 2013 continuaram-se a verificar as restrições administrativas às exportações.

## Indicadores



O volume de negócios da unidade de negócio de Cimento e Clínquer ascendeu a cerca de 59,3 milhões de euros, registando um acréscimo de 0,4% face ao valor acumulado nos 12 meses do ano anterior. De referir que o volume de negócios expresso na moeda local aumentou cerca de 8% tendo, no entanto, sido parcialmente anulado pela desvalorização do dinar tunisino.

No mercado local, a manutenção em 2013 do controlo administrativo dos preços de venda, que permanecem inalterados desde Julho de 2011, contribui para a quebra registada no volume de negócios, uma vez que as quantidades vendidas se mantiveram praticamente idênticas às do ano anterior.

Salientamos que os preços praticados no mercado Tunisino são substancialmente inferiores aos praticados nos países vizinhos. Por este motivo, o Governo tem vindo a impor fortes restrições às exportações, onde recorrentemente se obtém uma margem superior à do mercado interno.

Refira-se, no entanto, que no início de 2014 o governo tunisino anunciou a liberalização dos preços de venda do cimento e das exportações.

O EBITDA atingido por esta unidade de negócio foi de 7,2 milhões de euros, traduzindo-se numa diminuição de 15,8% face ao período homólogo, em resultado de paragens ocorridas nos dois fornos para substituição dos arrefecedores. Para responder às solicitações do mercado, recorreu-se a quantidades apreciáveis de clínquer comprado a terceiros, com a consequente perda de margem. Adicionalmente, a desvalorização cambial acima referida teve também um impacto negativo nos custos das importações de peças sobressalentes. Refere-se que estes efeitos foram parcialmente atenuados pelo aumento do volume de cimento exportado, conforme acima mencionado.

## Atividade Industrial

A produção de cimento e clínquer atingiu 2,1 milhões de toneladas, tendo aumentado 1,4% face ao ano anterior. O ano de 2013 ficou marcado por paragens ocorridas nos dois fornos para substituição dos arrefecedores, dando origem a uma quebra de 4,6% na produção de clínquer.

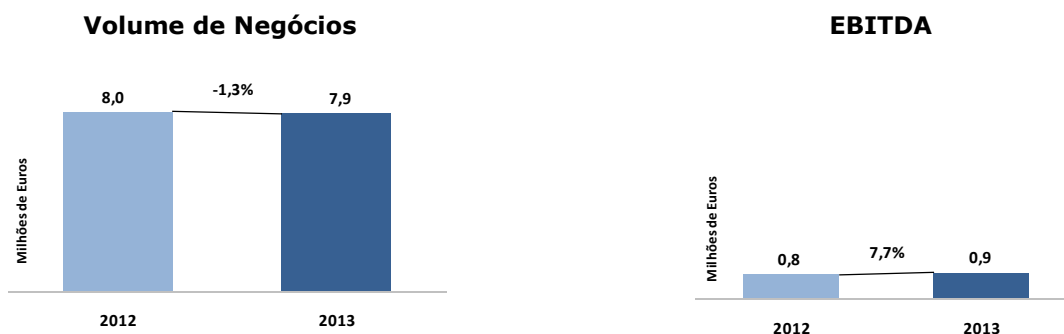
## Investimento

Os investimentos ascenderam a 7,7 milhões de euros, tendo assumido importância primordial a substituição dos arrefecedores dos dois fornos, o que irá permitir a obtenção de ganhos energéticos e um aumento da capacidade de produção de clínquer.

Apesar da conclusão destes trabalhos ter ocorrido já no final do ano, ainda foi possível verificar os efeitos positivos deste investimento, tendo a unidade aumentado as produções de clínquer e conseguido margens EBITDA mais

elevadas do que as obtidas nos restantes meses do ano, perspetivando-se uma melhoria dos resultados em 2014.

#### 4.4.2.3. Betão-Pronto e Pré-fabricação em Betão



Em 2013, continuou a assistir-se a uma diminuição das grandes obras públicas e a um crescimento de forma desordenada da construção privada. Neste contexto, o volume de vendas da atividade de Betão-Pronto manteve-se igual ao verificado em 2012, atingindo 175 mil toneladas e as vendas de Pré-Fabricação registaram um decréscimo de cerca de 16,4%.

Globalmente, o volume de negócios destas unidades de negócios decresceu aproximadamente 1,3%, atingindo 7,9 milhões de euros, embora na moeda local tenha apresentado um desempenho positivo, em virtude do aumento do preço médio de venda do betão pronto, anulado, no entanto, pela desvalorização cambial.

O EBITDA acumulado ao longo dos últimos 12 meses atingiu cerca de 0,9 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 7,7% face a 2012.

#### 4.4.3. Líbano

##### 4.4.3.1. Enquadramento de Mercado

De acordo com os últimos dados publicados pelo FMI, a economia libanesa terá crescido 1,5% em 2013, à semelhança do que sucedeu em 2012 (*World Economic Outlook*, FMI, janeiro 2014) e abaixo das projeções do início de 2013.

A região do Médio Oriente tem sido palco de mudanças significativas, marcadas pela transição política em alguns países, deixando adivinhar algumas promessas de crescimento. Contudo, estas mudanças também têm criado incertezas, que se refletiram no investimento, no turismo e na atividade económica em geral. O Líbano não está imune a esta conjuntura e tem sofrido o impacto da desaceleração global e da instabilidade regional, com destaque para a situação vivida na Síria.

Os indicadores globais da atividade desenvolvida no Líbano pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2012 e 2013, apresentaram a seguinte evolução:

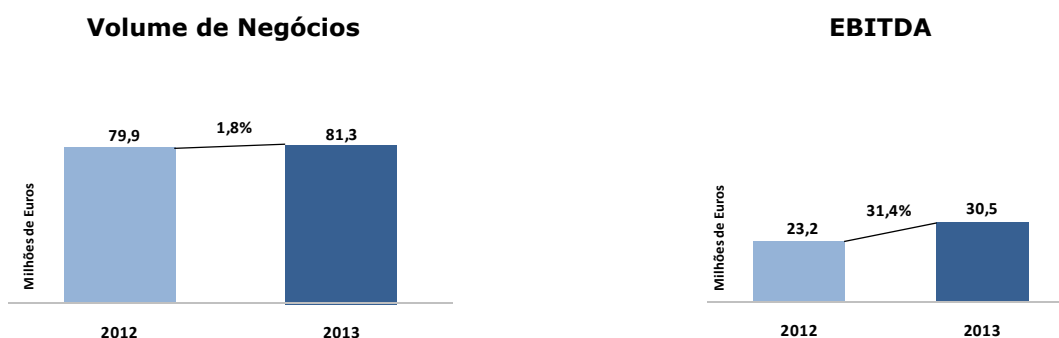
Líbano (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Unid.	Quantidades Vendidas		
	2013	2012	13/12 (%)	2013	2012	13/12 (%)		2013	2012	13/12 (%)
Cimento e Clínquer	81,3	79,9	1,8%	30,5	23,2	31,4%	1.000 t	1.214,6	1.138,3	6,7%
Betão Pronto	9,1	8,2	11,5%	0,7	0,5	46,1%	1.000 m3	152,5	131,6	15,9%
<b>Total</b>	<b>90,4</b>	<b>88,0</b>	<b>2,7%</b>	<b>31,2</b>	<b>23,7</b>	<b>31,7%</b>				

#### 4.4.3.2. Cimento e Clínquer

Embora se tenha previsto um aumento da atividade económica, era expectável que se viesse a verificar uma estabilização no consumo de cimento, após o *boom* verificado entre os anos de 2003 e 2011. No entanto, a procura no setor imobiliário foi extremamente forte e as obras públicas também apresentaram algum dinamismo, permitindo a continuação do crescimento da atividade da construção e impulsionando o consumo do cimento para um novo nível recorde.

Neste contexto, o nível de consumo de cimento cresceu comparativamente a 2012, atingindo o valor de 5,9 milhões de toneladas, o que representou um crescimento em cerca de 10%.

#### Indicadores



O volume de vendas da unidade de negócio de cimento no Líbano registou uma performance muito positiva, assistindo-se a um crescimento de 6,7% comparativamente com o ano anterior, tendo as vendas sido realizadas integralmente no mercado interno.

O volume de negócios da unidade de negócios de cimento no Líbano atingiu cerca de 81,3 milhões de euros, traduzindo uma subida de 1,8% face a idêntico período do ano anterior, em resultado do aumento das quantidades vendidas e de um ligeiro acréscimo do preço de médio de venda.

O EBITDA atingiu cerca de 30,5 milhões de euros, 31,4% acima do verificado no ano anterior, sendo que este aumento significativo do desempenho é consequência essencialmente do melhor desempenho na área da produção e também da já mencionada melhoria da performance comercial, que se traduziu num aumento do volume de negócios.

Com efeito, a resolução dos problemas técnicos e de abastecimento de eletricidade verificados no ano anterior (com o correspondente sobrecusto de aquisição de clínquer e cimento), a melhoria dos indicadores dos consumos de energia térmica e elétrica e a diminuição da taxa de incorporação de clínquer, permitiu obter uma redução dos custos de produção.

#### Atividade Industrial

A produção anual da fábrica de Sibline registada em 2013 foi a mais elevada de sempre, tendo o cimento atingido 1.238 mil toneladas e o clínquer 923 mil toneladas, o que traduz uma variação positiva face ao ano anterior de 10,3% e 13,0%, respetivamente.

No ano de 2012 a produção tinha sido fortemente influenciada pelo desempenho do 1º semestre, em resultado de paragens prolongadas das linhas de produção, devido à ocorrência de problemas técnicos e dos frequentes cortes no

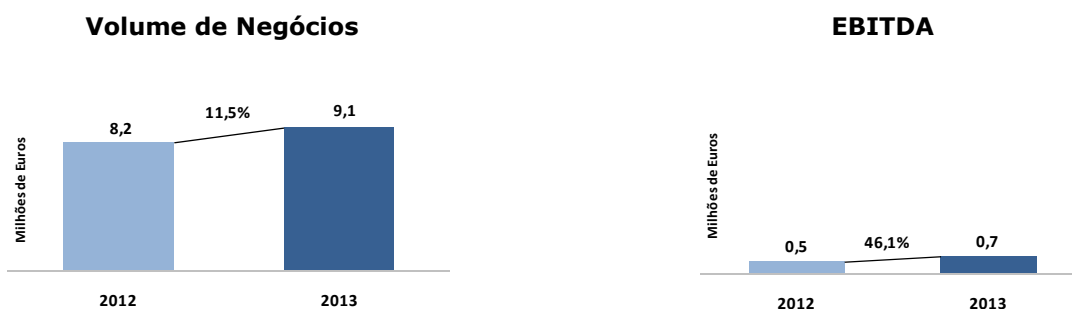
abastecimento de eletricidade, situações que foram entretanto ultrapassadas, permitindo estabilizar a produção.

Refere-se adicionalmente a melhoria registada no consumo de energia térmica, em resultado da conclusão do investimento na remodelação da linha 1, a diminuição considerável do consumo de energia elétrica, devido à melhoria do desempenho da área produtiva, e a diminuição da taxa de incorporação de clínquer para 76,7%, a mais baixa de sempre.

## Investimento

Os investimentos ascenderam a 9,4 milhões de euros, destacando-se a conclusão da remodelação da linha 1, a qual permitiu a obtenção de uma melhoria no consumo de energia térmica, influenciando positivamente os custos incorridos com os combustíveis.

### 4.4.3.3. Betão-Pronto



Em 2013, a atividade do Betão-Pronto foi impulsionada de forma muito positiva pelo dinamismo do setor da construção, tendo-se verificado um aumento significativo no volume de vendas, que se cifrou em 153 mil m<sup>3</sup> de betão (+15,9% comparativamente a 2012), constituindo um máximo histórico.

O volume de negócios também apresentou um bom desempenho e atingiu um valor de cerca de 9,1 milhões de euros, traduzindo um aumento de 11,5% face a 2012, devido exclusivamente ao aumento das quantidades vendidas, já que o preço médio de venda decresceu cerca de 4,0%, fruto da situação concorrencial.

O valor do EBITDA cifrou-se em 765 mil euros, 46,1% acima do registado em 2012, refletindo o aumento das quantidades vendidas, assim como os ganhos obtidos com a redução dos custos variáveis de produção, que permitiram compensar a retração verificada nos preços médios de venda.

### 4.4.4. Angola

#### 4.4.4.1. Enquadramento de Mercado

A economia angolana mantém-se em fase de crescimento estimando-se, de acordo com a última informação divulgada pelo FMI, que o produto interno bruto terá crescido 5,6% em 2013, acima dos 5,2% observados em 2012 (*World Economic Outlook*, FMI, janeiro 2014).

Estas perspetivas de crescimento assentam na expansão do setor petrolífero e da produção de gás, no aumento do consumo privado e na implementação do programa de investimento público em infraestruturas, permitindo acréscimos na atividade da construção, bem como noutros setores.



Os indicadores globais da atividade desenvolvida em Angola pelo Grupo Secil, nos exercícios de 2012 e 2013, apresentaram a seguinte evolução:

Angola (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA			Quantidades Vendidas			
	2013	2012	13/12 (%)	2013	2012	13/12 (%)	Unid.	2013	2012	13/12 (%)
Cimento e Clínquer	23,9	28,5	-16,3%	0,3	2,9	-88,2%	1.000 t	180,2	190,6	-5,5%
<b>Total</b>	<b>23,9</b>	<b>28,5</b>	<b>-16,3%</b>	<b>0,3</b>	<b>2,9</b>	<b>-88,2%</b>				

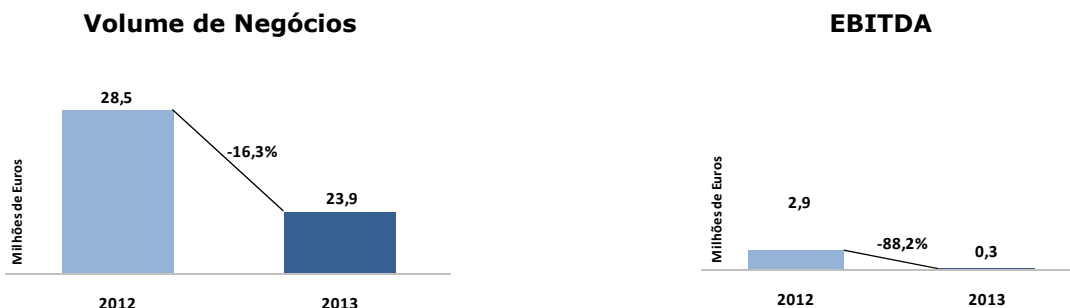
#### 4.4.4.2. Cimento e Clínquer

O crescimento da economia angolana traduziu-se também na continuação do crescimento da atividade da construção, pelo que o consumo de cimento terá atingido os 5,5 milhões de toneladas, o que representa um aumento de cerca de 10% face ao ano anterior.

O ano de 2013 fica marcado pelo aumento da capacidade produtiva dos produtores nacionais de 4,5 milhões para 7,5 milhões de toneladas, em resultado da duplicação de capacidade de um dos produtores e da consolidação do processo produtivo de outro que iniciou a sua laboração no 4º trimestre de 2013.

Destaca-se o facto da capacidade produtiva de cimento em Angola ser atualmente superior às necessidades do mercado, o que conjugado com a pressão dos preços mais baixos do cimento importado da China, originou uma queda significativa nos preços de venda, que em 2013 terá sido de cerca de 12% face ao ano anterior.

### Indicadores



A Secil Lobito atingiu um volume de vendas de 180,2 mil toneladas, que correspondem a um volume de negócios de 23,9 milhões de euros, representando uma diminuição de 5,5% e 16,3% respetivamente, em comparação com o ano anterior.

O EBITDA registou uma contração de 88,2%, atingindo os 343 mil euros, em resultado da diminuição dos volumes vendidos e do preço médio de venda face ao ano de 2012, bem como do registo de imparidades em inventários.

Em resposta a esta conjuntura desfavorável, procedeu-se a um ajustamento no número de colaboradores, que registou uma redução de 6% relativamente a dezembro de 2012, permitindo desta forma obter um ajustamento no lado dos custos.

### Investimento

Os investimentos ao longo do ano totalizaram 1,9 milhões de euros, destacando-se os realizados nos moinhos, os quais permitirão a diminuição dos custos variáveis de produção em cerca de 15%, através da redução da taxa de

incorporação de clínquer, com impacto relevante apenas no exercício de 2014, uma vez que os investimentos só ficaram concluídos próximo do final de 2013.

#### 4.4.5. Brasil

##### 4.4.5.1. Enquadramento de Mercado

De acordo com os últimos dados publicados pelo FMI, a economia brasileira terá apresentado um crescimento de 2,3% em 2013, acima do valor de 1,0% registado em 2012 (*World Economic Outlook*, FMI, janeiro 2014), suportado, essencialmente, pelo bom desempenho dos setores da agricultura e dos serviços. O consumo privado, o maior motor da economia, evidenciou sinais de desaceleração.

A economia continua a ser afetada por diversos problemas estruturais, tais como o baixo nível educacional, a regulação instável e a burocracia, e também por infraestruturas desadequadas, nomeadamente, portos, aeroportos e estradas. Adicionalmente, o impacto gerado pela organização do Campeonato do Mundo de Futebol e as respetivas obras de apoio parece ficar aquém do esperado.

A crise dos mercados emergentes tem vindo a afetar significativamente o Brasil, verificando-se uma significativa desvalorização cambial, uma subida das taxas de juro e um aumento da inflação.

Os indicadores globais da atividade desenvolvida no Brasil pelo Grupo Supremo, nos exercícios de 2012 e 2013, apresentaram a seguinte evolução:

Brasil (milhões de euros)	Volume de Negócios			EBITDA		
	2013	2012	13/12 (%)	2013	2012	13/12 (%)
Cimento e Clínquer, Betão Pronto e Inertes	51,5	46,1	11,6%	4,9	3,1	57,8%
<b>Total</b>	<b>51,5</b>	<b>46,1</b>	<b>11,6%</b>	<b>4,9</b>	<b>3,1</b>	<b>57,8%</b>

Brasil (milhões de euros)	Quantidades Vendidas			
	Unid.	2013	2012	13/12 (%)
Cimento e Clínquer	1.000 t	423,0	351,0	20,5%
Betão Pronto	1.000 m <sup>3</sup>	187,0	140,0	33,6%
Inertes	1.000 t	556,5	376,3	47,9%

##### 4.4.5.2. Cimento e Clínquer, Betão-Pronto e Inertes

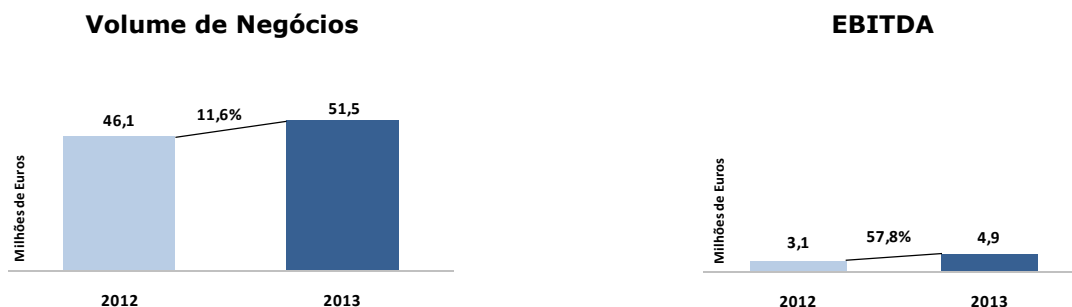
O mercado de cimento, de acordo com os dados preliminares da indústria, terá atingido vendas de cerca de 70,0 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 2,4% face ao ano anterior. Este crescimento não foi uniforme em todo o país, tendo a região de atuação do Grupo Supremo crescido 3,8% em relação ao ano anterior.

Neste contexto, o volume de vendas de cimento do Grupo Supremo cifrou-se em cerca de 423 mil toneladas (no qual estão incluídas as aquisições à Secil Portugal), o que se traduziu num crescimento de 20,5% face a 2012.

A unidade de betão-pronto apresentou um crescimento significativo do volume de vendas, tendo atingido 187 mil m<sup>3</sup>, traduzindo-se num aumento de 33,6% em relação ao ano de 2012, o qual foi potenciado pela entrada em funcionamento da central de Itajaí.

No que respeita aos inertes, o volume de vendas aumentou consideravelmente em 2013, atingido 557 mil toneladas, 47,9% acima do registado no ano anterior, decorrente do aumento significativo das vendas a terceiros.

## Indicadores



Em 2013, o volume de negócios do Grupo Supremo atingiu cerca de 51,5 milhões de euros, o que representou um aumento de 11,6% face a idêntico período do ano anterior, e o EBITDA cifrou-se em 4,9 milhões de euros, 57,8% acima do registado em 2012.

A performance positiva atingida deveu-se ao efeito conjunto dos seguintes fatores: (i) acréscimo dos volumes de vendas de cimento e também ao aumento da produção de clínquer, na ordem dos 21%, na sequência da melhoria da performance operacional decorrente dos investimentos realizados; (ii) aumento dos preços médios de venda do betão-pronto, e de um apertado controlo dos custos operacionais nesta unidade de negócio; e (iii) aumento do volume de vendas de inertes a terceiros e consequente melhoria das margens operacionais.

## Atividade Industrial

A produção de cimento cifrou-se em cerca de 340 mil toneladas, 8,7% acima da produção alcançada em 2012, sendo que o aumento não foi mais significativo devido à paragem do moinho ocorrida durante o mês de janeiro, em virtude da realização de um investimento com o objetivo de aumentar o desempenho operacional do mesmo.

## Investimento

O investimento global do Grupo Supremo ascendeu a 78,0 milhões de euros, dos quais 1,4 milhões dizem respeito a investimentos operacionais, destacando-se a optimização da capacidade de moagem de cimento em Pomedore, e 76,5 milhões de euros relativos ao investimento em curso na construção da nova fábrica em Andrianópolis.

## 4.5. RECURSOS E FUNÇÕES DE SUPORTE

### 4.5.1. Sustentabilidade

A Sustentabilidade continua a constituir um vetor estratégico na gestão do Grupo Secil, traduzindo-se nos compromissos assumidos ao nível da *CSI – Cement Sustainability Initiative*, no âmbito do *WBCSD – World Business Council for Sustainability Development*.

Ao nível da unidade de negócio de cimento em Portugal destacam-se as seguintes ações:

- A taxa de substituição de combustíveis alternativos aumentou para os 44%, permitindo incrementar a substituição de combustíveis fósseis;
- A taxa de incorporação de clínquer total aumentou ligeiramente face a 2012, tendo sido de 76,4% (vs 74,4% em 2012).

#### 4.5.2. Ambiente

Durante o ano de 2013, a principal preocupação do setor cimenteiro constituiu a defesa da manutenção do setor na lista de setores expostos ao risco de *Carbon Leakage*. A saída do setor na lista de *Carbon Leakage* incorre num elevado impacto ao nível da sua competitividade, pelo que, a sua manutenção assume uma importância vital na sobrevivência do mesmo. De momento, aguarda-se publicação da lista atualizada até final de março de 2014, embora a Comissão Europeia já tenha referido a intenção de manutenção dos parâmetros e critérios de classificação utilizados na lista de 2009, o que a suceder garantirá a desejada manutenção na lista de setores expostos ao risco de *Carbon Leakage*.

É também fundamental para o setor um quadro regulador adequado, previsível e estável, sem alterações nos parâmetros definidos à partida, para inverter a clara falta de confiança que tem vindo a ser manifestada pelas indústrias de capital intensivo, que necessitam de programar os seus investimentos a longo prazo.

Ainda de destacar, a aprovação, no início de 2014, do mecanismo de diferimento de leilões de licenças de emissão de CO<sub>2</sub> (*“backloading”*) com vista a retirar temporariamente do mercado cerca de 900 milhões de licenças, que deverão ser repostas no final do período. Como consequência potencial desta medida, ter-se-á um aumento de custos indiretos, por via dos preços de energia elétrica, que passarão a refletir o aumento de custos das licenças de CO<sub>2</sub> adquiridas em leilão pelas empresas produtoras de energia.

Adicionalmente, a aplicação inesperada de um *“Cross Sectoral Correction Fator”* (CSCF) significativamente inferior à unidade (varia entre 0,94272151 em 2013 e 0,82438204 em 2020), que corresponde a um *benchmark* muito mais exigente e difícil de alcançar com a tecnologia atual, poderá determinar a passagem de setores com algum excedente para uma situação deficitária, e a respetiva afetação das condições de competitividade interna e externa. Para o setor cimenteiro nacional, sem falar noutros aspetos, a simples aplicação deste fator representa uma eliminação de cerca de 5,5 milhões de licenças atribuídas a título gratuito.

Em 2013, ao nível do Grupo Secil em particular, foi dada continuidade ao Projeto de “Otimização da Eficiência Energética nas Fábricas de Cimento em Portugal”, cujo intuito é melhorar a eficiência energética (elétrica e térmica) das suas instalações. Já no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis para a indústria cimenteira, as fábricas de cimento em Portugal tiveram de adotar medidas de abatimento secundário (*SNCR – Selective Non Catalytic Reduction*), para fazer face à diminuição do valor limite de emissão do NO<sub>x</sub>, que entrou em vigor em janeiro de 2014.

#### 4.6. ORGANIZAÇÃO

O Grupo Secil deu continuidade em 2013 à estratégia de redimensionamento iniciada em 2012 nas atividades em Portugal, com vista à racionalização das operações.

Em resultado destas medidas, o número de colaboradores do Grupo Secil diminuiu para 2.125, -42 que no período homólogo de 2012. Em 2013, o plano de redução envolveu com maior significado a área da pré-fabricação e do cimento. Nas áreas operacionais do cimento procedeu-se à fusão da gestão operacional das áreas de manutenção e produção das fábricas de cimento da Maceira e Pataias, aumentando assim a eficiência operacional destas fábricas.

Em 2013, iniciou-se o processo de otimização das funções de suporte da nova estrutura central, a qual foi criada no

final de 2012. Este processo envolveu a realização de projetos na área das tecnologias de informação com o objetivo de melhorar os processos organizativos e a renegociação de alguns contratos de serviços, tendo o Grupo beneficiado deste esforço de melhoria.

O aumento de eficiência continuou a ser uma das principais prioridades do Grupo em todas as suas localizações geográficas e as diferentes unidades operacionais deram continuidade à prossecução de um conjunto de iniciativas desta natureza com o objetivo de assim melhorar a sua rentabilidade.

## 5. Área de Negócios de Ambiente – ETSA

### 5.1. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS - valores acumulados (milhões de euros)	2013	2012	Var. (%)
<b>Volume de vendas</b>	<b>29,1</b>	<b>35,6</b>	<b>-18,2%</b>
Outros Proveitos	1,2	1,5	-20,9%
Gastos e Perdas	(23,9)	(28,2)	15,2%
<b>EBITDA</b>	<b>6,5</b>	<b>9,0</b>	<b>-28,1%</b>
EBITDA Recorrente	6,5	9,0	-28,1%
Amortizações e perdas por imparidade	(2,5)	(2,8)	11,1%
Provisões (reforços e reversões)	(0,3)	(1,0)	73,7%
<b>EBIT</b>	<b>3,7</b>	<b>5,2</b>	<b>-28,9%</b>
Resultados Financeiros líquidos	(1,1)	(1,6)	34,2%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>2,6</b>	<b>3,6</b>	<b>-26,6%</b>
Impostos sobre Lucros	(0,1)	(0,5)	84,6%
Lucros Retidos do Exercício	2,6	3,1	-17,5%
<b>Atribuível aos Acionistas da ETSA*</b>	<b>2,6</b>	<b>3,0</b>	<b>-15,7%</b>
Atribuível a Interesses Não Controlados (INC)	-	0,1	-100,0%
<b>Cash-Flow</b>	<b>5,3</b>	<b>6,9</b>	<b>-22,7%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>22,2%</b>	<b>25,2%</b>	<b>-3,1 p.p.</b>
<b>Margem EBIT (%)</b>	<b>12,7%</b>	<b>14,6%</b>	<b>-1,9 p.p.</b>
	<b>31-12-2013</b>	<b>31-12-2012</b>	
Capitais Próprios (antes de INC)	58,2	55,7	4,6%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>19,6</b>	<b>20,6</b>	<b>-4,8%</b>

\* dos quais são atribuíveis à Semapa 96,00% em 2012 e 99,989% em 2013.

Nota: Alguns indicadores supra diferem dos individualmente apresentados pelo Grupo ETSA, em virtude dos ajustamentos de consolidação efetuados ao nível da holding Semapa

## 5.2. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Os principais indicadores operacionais do Grupo ETSA durante o exercício económico de 2013 são apresentados no seguinte quadro:

	Unid.	2013	2012	13/12
Recolha Matéria Prima - Subprodutos de origem animal (categoria 1 e 2)	1 000 t	44,1	47,5	-7,2%
Recolha Matéria Prima - Subprodutos de origem animal (categoria 3)	1 000 t	70,5	71,7	-1,7%
Recolha de óleos alimentares usados	1 000 t	2,0	2,2	-11,9%
Vendas Gorduras Animais (produção própria)	1 000 t	13,0	18,1	-27,8%
Vendas Farinhas	1 000 t	19,7	18,7	5,3%
Vendas óleos alimentares usados	1 000 t	1,9	2,1	-8,7%

## 5.3. SÍNTESE GLOBAL DA ATIVIDADE DO GRUPO ETSA

O volume de negócios do grupo ETSA cifrou-se em 29,1 milhões de euros, o que representou uma quebra de aproximadamente 18,2% comparativamente com igual período de 2012.

Esta evolução desfavorável resultou essencialmente do efeito combinado: (i) de uma redução significativa do volume de banha vendida em resultado do reescalonamento dos contratos plurianuais em curso, (ii) de uma redução das quantidades vendidas e dos preços médios de venda das gorduras de baixa acidez (em 11% e 7,3% respetivamente), (iii) de uma redução de cerca de 55,2% no valor médio de avenças praticadas na recolha de SPOA (Sub-Produtos de Origem Animal) junto das grandes superfícies comerciais e (iv) de uma redução de cerca de 22,2% do volume de negócios associado à recolha, transporte e destruição de cadáveres animais, no âmbito do serviço SIRCA prestado ao Estado Português, na sequência de uma redução das quantidades recolhidas e do preço médio contratado.

O EBITDA do grupo ETSA totalizou cerca de 6,5 milhões de euros, o que representou uma redução de cerca de 28,1% face ao ano de 2012, explicado fundamentalmente (i) pela diminuição do volume de negócios acima descrito, (ii) pelo aumento generalizado do preço médio de compra dos subprodutos, fruto do atual enquadramento recessivo, da sobre capacidade no setor e de práticas concorrenciais extremamente agressivas e (iii) pelo aumento significativo da atividade do SPOA com menores valores nas avenças, mas com o inerente crescimento da estrutura de custos, nomeadamente de logística, de pessoal e de processamento fabril.

Salientam-se ainda como fatores que afetaram positivamente o desempenho (i) a redução do custo das mercadorias vendidas por tonelada de matéria-prima processada, em resultado da redução programada da atividade de recolha em Espanha, e (ii) a redução dos custos com combustíveis térmicos utilizados no processo de conversão industrial, fruto dos investimentos entretanto realizados, quer na SEBOL, quer na ITS.

A margem EBITDA atingiu 22,2%, o que se traduziu numa variação negativa de cerca de 3,1 p.p face à margem do ano de 2012.

Os encargos financeiros registaram uma diminuição no ano de 2013, em resultado da redução da dívida bruta média durante o ano.

O efeito conjunto dos impactos acima descritos conduziu a que o Resultado Líquido atribuível a acionistas atingisse, em 2013, cerca de 2,6 milhões de euros, 15,7% abaixo do registado no ano anterior.

O grupo ETSA desenvolveu, durante o ano de 2013, diversos projetos de investimento, dirigidos maioritariamente à reconversão de consumos industriais e ao estabelecimento de novas unidades de negócio, potenciadores de valor acrescentado no futuro.

A 31 de dezembro de 2013, a dívida líquida do Grupo ETSA foi 19,6 milhões de euros, representando uma redução em cerca de 1,0 milhões de euros relativamente ao mesmo indicador apresentado a 31 de dezembro de 2012, resultante essencialmente do cumprimento do plano de reembolsos técnicos, apesar de a dívida vencida do Estado Português, em concreto, do Ministério da Agricultura e do Mar, à subsidiária ITS, a 31 de dezembro de 2013, e referente aos serviços prestados desde o dia 1 de dezembro de 2012, ascender a cerca de 5,5 milhões.



## 6. Recursos Humanos do Grupo Semapa

A política de recursos humanos do Grupo SEMAPA está orientada para a melhoria contínua da produtividade através do reforço de qualificação dos Colaboradores e do desenvolvimento das suas competências, a par de um esforço de racionalização e redimensionamento.

A aposta em recursos humanos qualificados, com carreiras profissionais especializadas, bem como o esforço na qualificação profissional através da realização de ações de formação adequadas, continuam a ser vetores estratégicos da política de recursos humanos do Grupo.

O total de colaboradores do Grupo Semapa passou de 5.208 no final de dezembro de 2012 para 5.184 no final de dezembro de 2013, conforme pode ser observado no quadro seguinte:

	31-12-2013	31-12-2012	Var. 13/12
Papel e Pasta	2.258	2.275	-17
Cimentos	2.617	2.659	-42
Ambiente	286	254	32
Holdings	22	20	2
<b>TOTAL</b>	<b>5.183</b>	<b>5.208</b>	<b>-25</b>

## 7. Responsabilidade Social no Grupo Semapa

A promoção do desenvolvimento das comunidades com que se relaciona é um dos princípios estratégicos que norteia a atuação do Grupo Semapa. Neste sentido todo o Grupo se encontra envolvido em inúmeras iniciativas que visam, em última análise, melhorar a qualidade de vida das comunidades onde se insere o conjunto das suas atividades e a preservação do meio ambiente.

A Semapa, enquanto holding, apoiou vários projetos incluindo:

- Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso - IPSS que tem por missão promover a saúde, assegurando a prestação de cuidados de saúde centrados na família, em especial nas mulheres e crianças.
- Associação Salvador – Associação que promove a defesa dos interesses e direitos das pessoas com mobilidade reduzida, em especial das pessoas portadoras de deficiência motora.
- Associação Portuguesa Contra a Leucemia – Associação que tem como missão contribuir, a nível nacional, para aumentar a eficácia do tratamento das Leucemias e outras neoplasias hematológicas afins; promover o progresso do conhecimento científico sobre a natureza, evolução, prevenção e tratamento destas doenças e apoiar os doentes com Leucemia e as suas famílias.
- Associação Quinta Essência - IPSS, que tem por missão maximizar a autonomia e integração social de pessoas com atraso de desenvolvimento intelectual, maiores de 16 anos.
- MDV Projeto Família – Projeto pioneiro em Portugal na intervenção junto de famílias com crianças em risco. O objetivo é preservar a família através do apoio intensivo, imediato e individualizado.

No ano de 2013, o Grupo Portucel assumiu, no âmbito da sua política de responsabilidade social, um papel ativo no desenvolvimento de projetos de âmbito social, cultural, ambiental e educacionais desenvolvidos com especial incidência nas regiões onde se situam as suas unidades fabris e áreas florestais.

Nesse sentido, o Grupo Portucel manteve alguns dos projetos estruturantes promotores de uma atuação responsável e dinamizadora de uma cultura empresarial, considerada prioritária para o desenvolvimento do Grupo, onde se destaca a ação “Dá a Mão à Floresta”, vencedora do prémio de Melhor Campanha de Responsabilidade promovido pela APCE (Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa).

Na vertente educativa, o Grupo Portucel manteve a sua estratégia de apoio e incentivo a projetos de cariz social, estimulando o esforço conjunto entre a comunidade educativa e o setor empresarial.

A vertente cultural também merece destaque na atividade do Grupo Portucel, que continua a apoiar projetos de índole cultural e pedagógica, promovendo de forma inequívoca o “papel” como suporte de comunicação por excelência, promotor de cultura e de conhecimento.

O Grupo Secil sempre teve presente que o seu crescimento sustentável depende do bem-estar dos seus Colaboradores, bem como do apoio e da estreita colaboração que desenvolve junto das comunidades onde se inserem as suas atividades produtivas e comerciais.

Assim sendo, a Secil estabelece protocolos de apoio e incentivo a instituições que promovem atividades de inclusão social, desportivas e culturais, junto das comunidades onde o Grupo desenvolve a sua atividade.

O Grupo ETSA tem vindo a estabelecer diversas parcerias transversais com organizações sem fins lucrativos e com instituições de solidariedade social, que apoiou técnica e financeiramente, com o objetivo de auxiliar a promoção do bem-estar e a inclusão dos menos favorecidos. Neste sentido, apoiou, entre outras, as atividades da AMI – Assistência Médica Internacional e da Fundação Ronald McDonald, quer em Lisboa, quer no Porto.

Refira-se que em 2013 o total dos donativos concedidos pelo Grupo Semapa nas atividades de responsabilidade social ascendeu a cerca de 2,4 milhões de euros.

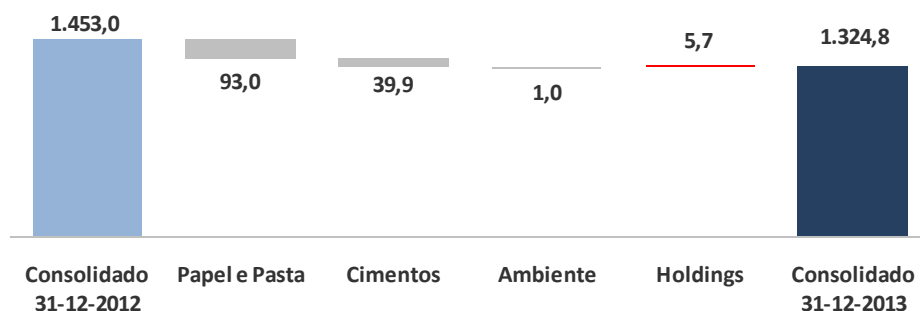
## 8. Área Financeira do Grupo Semapa

### 8.1. ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida líquida consolidada totalizava 1.324,8 milhões de euros, o que representa uma redução de 128,2 milhões de euros face ao valor apurado no final do exercício de 2012. Em seguida, apresenta-se a evolução da dívida líquida consolidada, bem como a sua decomposição:

Dívida Líquida (milhões de euros)	31-12-2013	31-12-2012	Var 13/12
Papel e Pasta	162,6	255,6	-93,0
Cimentos	264,4	304,3	-39,9
Ambiente	19,6	20,6	-1,0
Holdings	878,2	872,6	5,7
<b>Total</b>	<b>1.324,8</b>	<b>1.453,0</b>	<b>-128,2</b>

Evolução da Dívida Líquida Consolidada



Esta evolução deve-se essencialmente ao efeito combinado:

- Da redução do nível de endividamento do segmento Papel e Pasta em 93,0 milhões de euros. Neste período, a Portucel distribuiu um total de 201,4 milhões de euros aos seus acionistas. Refira-se também que cerca de 34,1 milhões de euros de redução de endividamento decorrem diretamente da valorização das ações próprias em carteira;
- Da redução de 39,9 milhões de euros no segmento de Cimentos, resultantes do efeito combinado da redução do nível de endividamento do Grupo Secil e aumento no Grupo Supremo;
- Da diminuição de cerca de 1 milhão de euros no segmento do Ambiente, resultante essencialmente do cumprimento do plano de reembolsos técnicos, apesar de a dívida vencida do Estado Português, em concreto, do Ministério da Agricultura e do Mar, à subsidiária ITS, a 31 de dezembro de 2013, e referente aos serviços prestados desde o dia 1 de dezembro de 2012, ascender a cerca de 5,5 milhões. Tal facto, torna insustentável a gestão de tesouraria;

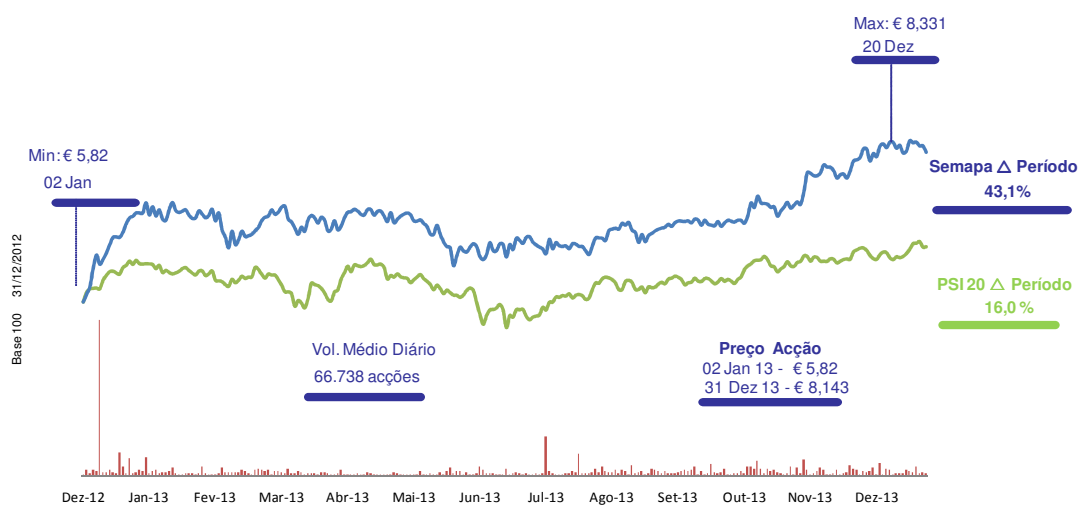
- Do aumento de 5,7 milhões de euros nas holdings, na sequência designadamente do recebimento dos valores distribuídos pela Portucel, da venda de ações da EDP, deduzidos do valor de custos financeiros, de estrutura e do pagamento de dividendos pela Semapa SGPS. Registe-se que houve uma valorização de 4,4 milhões de euros da cotação das ações de empresas em carteira, que são essencialmente ações próprias da Semapa.

## 8.2. GESTÃO DE RISCO

O presente capítulo encontra-se detalhado em nota própria do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Semapa.

## 8.3. EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE BOLSISTA

O ano de 2013 revelou-se bastante positivo para o mercado de capitais, com a generalidade das bolsas a registar crescimentos significativos. Num ambiente de taxas de juro baixas, com alguns sinais de recuperação económica, os investidores revelaram um apetite por yield e voltaram a manifestar interesse em ativos de maior risco. Os principais índices, tanto na Europa como nos Estados Unidos, obtiveram importantes valorizações, nomeadamente o FT30 (+27,5%), o Dow Jones Industrial (+26,5%) e o índice de Frankfurt, Xetra Dax (+25,5%). O Ibex 35, que em 2012 fechou o ano com um balanço negativo, acabou por alcançar uma subida de 21,4%.



Nota: Cotações de fecho

O título Semapa registou uma forte valorização de 43,1%, superando largamente o comportamento do PSI20 ao longo do período em análise, que acumulou um ganho de 16,0%.

## 8.4. DIVIDENDOS

No que se refere à distribuição de dividendos, a Sociedade tem seguido a política de distribuir um montante tal que não seja necessário recorrer a endividamento adicional significativo e que não ponha em causa a sua solidez financeira. Procura-se manter, por um lado, uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo e das diversas áreas de negócio, e por outro, indicadores sólidos de solvabilidade. Deste modo:

- Na Assembleia Geral da Semapa de 2013 foi deliberada a distribuição de reservas no montante total de

28.785.539,85 euros, tendo sido pagos 25,5 cêntimos por ação no dia 14 de junho;

- Na Assembleia Geral da Portucel de 2013 foi deliberada a distribuição de um dividendo no montante total de 115.219.192,80 euros, tendo sido pagos 16 cêntimos por ação no dia 06 de junho;
- Na sequência de deliberação da Assembleia Extraordinária de 28 de outubro, a Portucel distribuiu reservas no montante total de 86.145.300,36, tendo sido pagos 12 cêntimos por ação no dia 08 de novembro.

## 8.5. RESULTADO LÍQUIDO DE 2013

O Resultado Líquido Consolidado da Semapa de 2013, antes de interesses minoritários foi de 191,1 milhões de euros, dos quais são atribuíveis aos acionistas da Semapa 146,1 milhões de euros positivos, o que representou um aumento de 15,5% relativamente ao período homólogo do ano transato. Esta evolução resulta essencialmente dos seguintes fatores:

- Redução do EBITDA total de cerca de 72,7 milhões de euros;
- Decréscimo das amortizações e perdas por imparidade, no valor de 30,4 milhões de euros;
- Reforço de provisões no valor de 14,1 milhões de euros no exercício de 2013 vs. reversão de 9,5 milhões de euros em 2012;
- Agravamento de 23,8 milhões de euros dos resultados financeiros face ao período homólogo;
- Efeito positivo de 39,4 milhões de euros na rubrica de impostos em 2013 vs. 70,9 milhões de euros de custos registados no ano anterior essencialmente explicado (i) pela anulação de um conjunto de provisões registadas em exercícios anteriores nos impostos a pagar, uma vez que se deixou de verificar os riscos que motivaram a sua constituição, (ii) pela constituição de impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais cuja recuperabilidade futura se tornou possível em virtude das alterações ocorridas no código do IRC, nomeadamente no regime especial de tributação de grupo de sociedades e (iii) pelo impacto positivo em impostos diferidos resultantes da redução da taxa de IRC prevista a partir de 2014.

## 9. Acontecimentos mais relevantes em 2013

- Aquisição pelo Grupo Portucel dos 82% remanescentes da Soporgen à EDP.
- A Portucel emitiu um empréstimo obrigacionista no mercado internacional (High - Yield) dirigido a Investidores Institucionais, no montante total de 350 milhões de euros com vencimento em 2020. Esta operação permitiu ao Grupo Portucel reforçar o seu nível de liquidez, diversificar as suas fontes de financiamento e alongar significativamente a maturidade média da sua dívida.
- Foi atribuído à Portucel o galardão de Melhor Empresa da Europa de 2012, pelo “European Business Awards” (EBA). Os EBA são um dos mais prestigiados prémios da Europa na área dos negócios, reconhecem e promovem a excelência, as boas práticas e a inovação na comunidade empresarial europeia, tendo a edição de 2012 envolvido mais de 15 mil organizações de vários setores em 30 países.
- A Portucel distribuiu aos seus acionistas o montante total de 201,4 milhões de euros, através de dividendos de 0,16 euros / ação, pagos em junho, e de reservas de 0,12 euros / ação, pagas em novembro.
- A Semapa SGPS procedeu à distribuição de reservas livres no montante total de 28,8 milhões de euros, correspondentes a 0,255 euros / ação.
- Em abril de 2013, a ITS, subsidiária do grupo ETSA dedicada à recolha e reencaminhamento para destruição de subprodutos das categorias 1 e 2, considerados como os de maior risco biológico, na qualidade de líder de um consórcio, assinou com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária um contrato, por um prazo de até 3 anos, que regula o novo regime procedimental relativo à prestação do serviço integrado de recolha e reencaminhamento para destruição de cadáveres de animais (SIRCA). O início do serviço ao abrigo deste novo contrato ocorreu no dia 9 de setembro.

## 10. Perspetivas Futuras

As perspetivas económicas nos mercados mais desenvolvidos começaram agora a evidenciar sinais mais positivos, embora subsistam alguns fatores de incerteza, que não permitem considerar que estejam duradouramente ultrapassadas as dificuldades e desequilíbrios que têm marcado a economia mundial nos últimos anos. Os mercados emergentes deverão beneficiar desta evolução embora persistam fragilidades internas que poderão limitar o desenvolvimento destas economias.

Na Zona Euro deverá prosseguir a débil recuperação económica que se vem verificando nos últimos tempos, embora de forma limitada e com assimetrias entre a periferia e o centro, reflexo do processo de ajustamento financeiro público e privado, e de um ainda frágil sistema bancário que dificulta o financiamento à economia.

Nos Estados Unidos, verifica-se uma recuperação mais forte e sustentada, reflexo do aumento da procura interna, suportado em ganhos de produtividade e preço da energia francamente competitivo e numa política fiscal menos restritiva. O impacto na economia da diminuição dos estímulos monetários já anunciados pela Reserva Federal Americana constitui o maior fator de incerteza.

Na China a atividade económica deverá continuar forte, embora limitada por políticas de crédito e de investimento mais restritivas que deverão resultar numa ligeira desaceleração do crescimento.

Em Portugal, segundo as previsões divulgadas pelo FMI, o produto interno bruto deverá crescer 0,8% em 2014, acima dos -1,8% estimados para 2013 (World Economic Outlook, FMI, janeiro 2014). As atuais projeções do Banco de Portugal apontam igualmente para um crescimento do PIB de 0,8 % em 2014, após uma queda estimada de 1,5% em 2013 (Boletim Económico de inverno – janeiro 2014), pressupondo um perfil de progressiva recuperação da procura interna e uma retoma moderada da atividade económica no período de 2014-2015.

### Papel e Pasta

Neste enquadramento, o mercado de **pasta** BEKP tem-se mostrado bastante resiliente, verificando-se um crescimento da procura global e, em particular, a manutenção de uma forte procura por parte da China. Num futuro próximo o mercado deverá manter-se sustentado num significativo aumento da capacidade de produção de papel tissue e no encerramento e conversão de unidades de produção de pasta, nomeadamente na China. No entanto, alguma incerteza quanto à evolução do mercado de papel, o arranque das novas capacidades de pasta previstas para 2014 e 2015, assim como a evolução da relação cambial direta entre o euro e o dólar, são fatores que poderão impactar a oferta e procura neste mercado.

No mercado de **papel** UWF, perspetiva-se para 2014 a continuação de um enquadramento difícil, embora menos acentuado que em anos anteriores, sendo possível alguma estabilização do consumo. O papel de escritório, em particular, que tem demonstrado uma notável resiliência, poderá ter um desempenho mais positivo. Antecipa-se assim um início de ano mais animado, sustentado na melhoria do nível de encomendas entre os produtores de papel.

Deverá manter-se ainda uma forte pressão por parte dos produtores asiáticos, acentuando a tendência para o *downgrading* de qualidade que se tem verificado recentemente. O Grupo irá continuar a alargar e consolidar os seus mercados, reposicionado o seu *mix* de produtos nos mercados tradicionais.

### Cimentos

Em **Portugal**, o principal mercado do Grupo Secil, o contexto económico geral para 2014 perspetiva-se menos gravoso face às fortes quebras que se vinham a verificar nos últimos anos.



A atividade do setor da construção na Europa deverá estabilizar em 2014 e apresentar uma ligeira recuperação em 2015. De acordo com os dados da Euroconstruct, 2013 poderá ser o último ano desta forte crise que assola o setor da construção na Europa. Para Portugal perspetiva-se que a atividade de construção venha a registar novamente uma contração em 2014, embora menos acentuada do que a verificada nos últimos anos (de acordo com os dados do Euroconstruct a atividade da construção deverá decrescer cerca de 3% em 2014).

Em 2014, a atividade do Grupo Secil em Portugal vai continuar influenciada pela conjuntura do setor da construção, sendo dada prioridade à continuidade de implementação de medidas que visem o aumento da eficiência operacional nas mais diferentes áreas (tanto nas operações como na estrutura central) e que permitirão a obtenção de melhores resultados assim que o mercado recupere.

No que respeita à **Tunísia**, de acordo com as estimativas mais recentes do FMI, é expectável que em 2014 a economia registre um crescimento de 3,7%, acima dos 3,0% estimados para 2013 (World Economic Outlook, FMI, janeiro 2014), apesar das incertezas que ainda subsistem quanto à estabilidade política e social. Em consonância com o que é esperado para a economia, também o setor da construção e do cimento deverá crescer comparativamente a 2013.

Assim, as perspetivas para o mercado Tunisino são positivas, tanto mais que ocorreu no início de 2014 a liberalização dos preços de venda do cimento e das exportações.

No **Líbano**, estima-se que em 2014 o crescimento da economia seja de 1,5%, semelhante ao esperado para 2013 (World Economic Outlook, FMI Janeiro 2014). As alterações que têm ocorrido na região do Médio Oriente não facilitam a manutenção da estabilidade macroeconómica, pelo que o crescimento esperado para o Líbano está bastante abaixo do potencial que o país apresenta.

Quanto ao mercado de cimento, prevê-se uma estabilização, após o *boom* verificado entre os anos de 2003 e 2011. Ainda assim, as perspetivas para as operações do Grupo Secil são positivas, tendo em conta que as melhorias efetuadas na área de produção de cimento, com o aumento da produtividade dos moinhos, e o crescimento da produção de clínquer vão permitir a obtenção de ganhos nos custos de produção, em resultado de uma melhoria ao nível do *mix* de matérias-primas e da utilização de combustíveis térmicos.

Relativamente ao mercado de betão pronto, considerando o dinamismo que atualmente apresenta e as obras que já estão adjudicadas, antevê-se um crescimento das vendas em 2014.

Refere-se, adicionalmente, que foi iniciada a construção de uma fábrica de blocos, com conclusão prevista em 2014, o que permitirá a diversificação das áreas de negócio neste país, com a entrada no setor dos pré-fabricados.

Em **Angola**, os últimos dados divulgadas pelo FMI apontam para a manutenção do crescimento da economia, prevendo-se que o produto interno bruto aumente 6,3% em 2014, acima dos 5,6% estimados para 2013 (World Economic Outlook, FMI, janeiro 2014). Neste enquadramento, perspetiva-se que em 2014 ocorra um forte crescimento do mercado Angolano de cimento.

No que respeita às operações do Grupo Secil, prevê-se que as mesmas sejam afetadas positivamente pelos impactos dos investimentos realizados em 2013, ao nível da diminuição dos custos de produção, perspetivando-se uma melhoria nos resultados.

No **Brasil**, de acordo com as estimativas mais recentes do FMI, é expectável que em 2014 a economia registre um crescimento de 2,3%, em linha com o registado em 2013 (World Economic Outlook, FMI, janeiro 2014). A subida das taxas de juro com o objetivo de controlar a inflação e os custos decorrentes do controlo da taxa de câmbio terão um impacto significativo na economia real.

No entanto, perspetiva-se que as obras em curso para o Campeonato do Mundo de Futebol, o programa social Minha Casa Minha Vida, os Jogos Olímpicos que vão ocorrer em 2016, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e também o facto de se realizarem eleições em 2014, sejam catalisadores para que o mercado da construção mantenha

um crescimento superior ao da economia, pelo que o desempenho do mercado de cimento deverá manter a tendência de crescimento dos últimos anos, embora desigual entre regiões.

O investimento realizado com a aquisição da Supremo Cimentos e a construção de uma nova fábrica no Brasil, implica um aumento do endividamento, que penaliza os resultados financeiros e consequentemente os resultados líquidos do Grupo até à entrada em funcionamento da nova fábrica.

### **Ambiente**

Tendo em consideração o atual contexto macroeconómico e financeiro, não se antecipam melhorias, a curto prazo, no setor onde o grupo ETSA se insere, uma vez que o decréscimo no consumo alimentar (por mera recomposição de cabaz ou outra) induz uma redução direta no volume de abates e, consequentemente, uma diminuição dos subprodutos gerados nesses centros de recolha. Assim, a concorrência entre operadores deverá permanecer intensa, em virtude da existência de sobrecapacidade de processamento de subprodutos, mantendo-se uma agressividade intensa na angariação de matéria-prima, a qual será cada vez mais escassa e, portanto, mais dispendiosa, degradando as margens comerciais.

Entre os principais objetivos do grupo ETSA a curto prazo destacam-se (i) a aposta no alargamento horizontal dos seus mercados (tendo em 2013 as exportações representado cerca de 43,0% do valor global de vendas) e (ii) a identificação de oportunidades de crescimento vertical, canalizando os investimentos na continuação da melhoria da eficiência operacional, na densificação dos canais trabalhados e na fidelização dos principais centros de recolha convencional e alternativos.

## *11. Referências Finais*

2013 foi mais um ano em que o Grupo Semapa continuou a prosseguir a sua vocação exportadora, corolário dos avultados investimentos efetuados nos anos anteriores. Este Grupo de raiz industrial português viu assim confirmada a sua aposta estratégica, assumindo um papel crescente na economia nacional.

Para o resultado obtido muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da sociedade;
- O apoio e compreensão dos nossos Clientes e Fornecedores, assumindo-se como parceiros do nosso projeto;
- A cooperação das Instituições Financeiras, das Autoridades de Regulação e de Fiscalização;
- A colaboração do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral; e
- Aos nossos Acionistas que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer.

## *12. Proposta de Aplicação de Resultados*

Considerando que a Empresa deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Áreas de Negócio onde opera, e,

Considerando que a independência da Empresa perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade,

Propõe-se a aplicação dos Resultados Líquidos do exercício individual, apurados segundo o normativo SNC, no montante de 134.981.089,39 euros (cento e trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e um mil, e oitenta e nove euros e trinta e nove cêntimos) conforme se segue:

Dividendos às ações em circulação (33,2 cêntimos/ação)	37.477.644,04 euros
Reservas Livres	97.503.445,35 euros

Lisboa, 11 de março de 2014

O Conselho de Administração

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

Presidente

Francisco José Melo e Castro Guedes

Vogal

José Miguel Pereira Gens Paredes

Vogal

Paulo Miguel Garcês Ventura

Vogal

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

Vogal

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Vogal

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Vogal

Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

Vogal

## PARTE 2

### RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

---

## Índice

<b>PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO .....</b>	<b>3</b>
<b>A. ESTRUTURA ACIONISTA .....</b>	<b>3</b>
I. ESTRUTURA DE CAPITAL .....	3
II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS .....	4
<b>B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES .....</b>	<b>6</b>
I. ASSEMBLEIA GERAL.....	6
II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO.....	7
III. FISCALIZAÇÃO.....	23
IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS .....	28
V. AUDITOR EXTERNO .....	28
<b>C. ORGANIZAÇÃO INTERNA .....</b>	<b>30</b>
I. ESTATUTOS.....	30
II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES .....	30
III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS .....	31
IV. APOIO AO INVESTIDOR .....	33
V. SÍTIO DE INTERNET (59 A 65).....	34
<b>D. REMUNERAÇÕES.....</b>	<b>35</b>
I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO.....	35
II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES .....	35
III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES .....	36
IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES .....	37
V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS .....	39
VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES (‘STOCK OPTIONS’) .....	40

<b>E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....</b>	<b>40</b>
I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO .....	40
II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS.....	41
 <b>PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....</b>	<b>42</b>
1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO .....	42
2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO .....	42
3. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	50
 <b>ANEXO I - Informações a que se referem os artigos 447.º e 448.º do CSC e os n.º 6 e 7 do artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da CMVM .....</b>	<b>51</b>
 <b>ANEXO II - Declaração Sobre Política de Remunerações.....</b>	<b>54</b>
 <b>ANEXO III - Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários .....</b>	<b>62</b>



## Parte I – Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário

### A. ESTRUTURA ACIONISTA

#### I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

A Semapa tem um capital social de 118.332.445 Euros, representado por um total de 118.332.445 ações, com o valor nominal de um euro cada. Todas as ações são ordinárias, têm os mesmos direitos e deveres a elas inerentes e encontram-se admitidas à negociação.

A distribuição do capital pelos acionistas, detentores de participação qualificada, é a que consta do quadro inserido no ponto 7 *infra*.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem na Semapa restrições de qualquer natureza relativamente à transmissibilidade ou titularidade das suas ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

A Semapa é detentora de 5.447.975 ações próprias, correspondentes a 4,6% do respetivo capital social. Se os direitos de voto não se encontrassem suspensos, a percentagem de direitos de voto seria igual à percentagem de capital.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A Semapa não é parte em quaisquer acordos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem na sociedade quaisquer medidas defensivas, designadamente relativas à limitação dos direitos de voto pelos acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g).

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial relativo a ações representativas do seu capital, sem prejuízo da contínua e assumida coordenação de exercício de direitos de voto mencionada no ponto 7 *infra*.

## II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Os titulares de participações qualificadas na Semapa são os identificados no quadro *infra*:

Entidade	Nº ações	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
<b>A - Sodim, SGPS, S.A.</b>	15.657.505	13,23%	13,87%
Cimigest, SGPS, SA	3.185.019	2,69%	2,82%
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	16.199.031	13,69%	14,35%
Longapar, SGPS, S.A.	21.505.400	18,17%	19,05%
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	535.000	0,45%	0,47%
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	625.199	0,53%	0,55%
Soma:	57.707.154	48,77%	51,12%
<b>B - Banco BPI, S.A.</b>	-	-	-
Banco Português de Investimento, S.A. – carteira própria	3.294	0,00%	0,00%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	405.804	0,34%	0,36%
Fundos de Pensões geridos pela BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	10.362.388	8,76%	9,18%
Fundos de Investimento geridos pela BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	1.237.518	1,05%	1,10%
Soma:	12.009.004	10,15%	10,64%
<b>C - Bestinver Gestión, SA, SGIIC</b>	-	-	-
Bestinver Bolsa, F.I.	3.820.550	3,23%	3,38%

Bestinfond, F.I.	3.432.923	2,90%	3,04%
Bestinver Global, F.P.	907.128	0,77%	0,80%
Bestinver Hedge Value Fund, FIL	855.353	0,72%	0,76%
Bestinver Mixto, F.I.	639.125	0,54%	0,57%
Soixa, SICAV	603.626	0,51%	0,53%
Bestinver Bestvalue, SICAV	550.645	0,47%	0,49%
Bestinver Ahorro, F.P.	540.058	0,46%	0,48%
Texrenta Inversiones, SICAV	162.753	0,14%	0,14%
Bestinver Value Investor, SICAV	146.200	0,12%	0,13%
Bestinver Renta, F.I.	94.353	0,08%	0,08%
Bestinver Prevision, F.P.	33.828	0,03%	0,03%
Divalsa de Inversiones, SICAV, SA	26.132	0,02%	0,02%
Bestinver Empleo, F.P.	23.517	0,02%	0,02%
Linker Inversiones, SICAV, SA	15.964	0,01%	0,01%
Sumeque Capital, SICAV	10.719	0,01%	0,01%
Bestinver Empleo II, F.P.	1.415	0,00%	0,00%
Bestvalue, F.I.	921	0,00%	0,00%
Soma:	11.865.210	10,03%	10,51%
<b>D - Norges Bank (the Central Bank of Norway)</b>	<b>5.649.215</b>	<b>4,77%</b>	<b>5,00%</b>

A imputação dos direitos de voto relativos às sociedades do grupo A resulta da (i) titularidade direta das ações; (ii) da assumida coordenação de exercício de direitos de voto por parte das sociedades Sodim, SGPS, S.A., Cimigest, SGPS, S.A., Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A., Longapar, SGPS, S.A., OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. e Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A., e que determina uma imputação recíproca dos direitos de votos detidos pelo conjunto destas sociedades na Semapa a cada uma delas, e conforme resulta da listagem de participações qualificadas, e (iii) da existência de uma relação de domínio da Sodim, SGPS, S.A. sobre a Cimigest, SGPS, S.A. que por sua vez domina a Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. e a Longapar, SGPS, S.A., e que determina uma imputação à Sodim, SGPS, S.A. de 50,09% dos direitos de voto não suspensos da Semapa.

Relativamente às sociedades dos grupos B e C a imputação dos direitos de voto resulta da titularidade direta e indireta de ações por força de relações de domínio.

No tocante à sociedade do grupo D a imputação dos direitos de voto resulta da titularidade direta das ações.

## 8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Esta informação é prestada no Anexo I a este Relatório.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Os estatutos da sociedade não autorizam o Conselho de Administração a deliberar aumentos de capital.

## 10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Em 2013 não houve relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participação qualificada e a sociedade, por aplicação dos critérios enunciados no ponto 91 *Infra*.

# B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

## I. ASSEMBLEIA GERAL

### a) Composição da mesa da assembleia geral

#### 11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

A mesa da assembleia geral é composta pelas seguintes pessoas:

Presidente:	Francisco Xavier Zea Mantero (mandato de 18/05/2012 a 31/12/2013)
Secretária:	Rita Maria Pinheiro Ferreira Soares de Oliveira (mandato de 22/04/2010 a 31/12/2013)

### b) Exercício do direito de voto

#### 12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f);

Os estatutos da Semapa preveem que a cada 385 ações da sociedade corresponde um voto. Não obstante, o número mínimo de ações exigido pela sociedade para um acionista poder participar e votar situa-se bastante abaixo do limite previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 384.º do Código das Sociedades Comerciais – que corresponda um voto, pelo menos a cada 1.000 euros de capital – visando este limite apenas prevenir que a participação de acionistas com frações inexpressivas do capital prejudique os interesses da sociedade e dos acionistas em geral, não constituindo uma verdadeira limitação porquanto os acionistas têm sempre o direito de agrupamento nos termos da lei.

Apesar da existência de prazos estatutários para a participação na assembleia, previstos nos estatutos da Semapa, aplicam-se a esta matéria disposições legais imperativas como é o caso do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários. Já o prazo estatutário para o exercício do voto por correspondência é a véspera da assembleia geral. Os estatutos não regulam o voto por via eletrónica e como até à data não houve nenhum acionista que tivesse manifestado à Semapa a sua intenção de votar por essa via a sociedade nunca implementou os meios necessários

para o efeito. Esta situação será repensada caso venha a existir solicitação nesse sentido.

Não existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Por último, a Semapa não estabelece quaisquer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

**13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.**

Não existem regras estatutárias que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

**14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

Não existem na sociedade quóruns constitutivos e deliberativos diferentes dos legalmente supletivos.

## II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

### a) Composição

**15. Identificação do modelo de governo adotado.**

A sociedade adota o modelo de governo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) e na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º (Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas), ambos do Código das Sociedades Comerciais.

**16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).**

Não existem na Semapa quaisquer regras estatutárias especiais relativas à nomeação e substituição dos administradores, aplicando-se, nesta matéria, o regime geral supletivo que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

**17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.**

Os estatutos da sociedade, no n.º1 do artigo 11.º, estipulam que o Conselho de Administração é composto por três a quinze administradores e que o mandato é de quatro anos.

Individualiza-se, em relação a cada um dos membros a data da primeira designação e termo do mandato:

Membros do Conselho de Administração	Data da primeira designação e termo do mandato
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	1991-2013
Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos (*)	1994-2013
José Alfredo de Almeida Honório (**)	1994-2013
Francisco José Melo e Castro Guedes	2001-2013
José Miguel Pereira Gens Paredes	2006-2013
Paulo Miguel Garcês Ventura	2006-2013
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral (***)	2006-2013
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	2006-2013
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	2006-2013
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	2010-2013
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	2010-2013

(\*) Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos renunciou ao exercício do cargo em 5 de dezembro de 2013, tendo a renúncia produzido efeitos em 31 de janeiro de 2014

(\*\*) José Alfredo de Almeida Honório renunciou ao exercício do cargo em 31 de janeiro de 2014, tendo a renúncia produzido efeitos em 28 de fevereiro de 2014

(\*\*\*) Rita Maria Lagos do Amaral Cabral renunciou ao exercício do cargo em 7 de novembro de 2013, tendo a renúncia produzido efeitos em 31 de dezembro de 2013

## 18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

Os membros executivos do Conselho de Administração são os que pertencem à Comissão Executiva, sendo os restantes membros não executivos.

Sem prejuízo desta qualificação, na Semapa alguns administradores que não são membros da Comissão Executiva têm uma colaboração que vai para além do aconselhamento nas reuniões do Conselho, participando mais diretamente através de comissões instituídas do seio deste órgão, como é o caso da Comissão de Estratégia que tem uma componente de maior proximidade à gestão.

Sendo o Conselho de Administração da sociedade, a 31 de dezembro de 2013, composto por onze membros, dos quais apenas cinco integravam a Comissão Executiva, consideramos que a Semapa possuía um número de

administradores não executivos que garante a efetiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos restantes membros do órgão.

Relativamente à independência dos membros não executivos, podem ser qualificados como independentes, à luz dos critérios elencados pela CMVM, os Senhores Eng. António da Nóbrega de Sousa da Câmara, Dr. António Pedro de Carvalho Viana-Baptista e Dr. Vítor Manuel Galvão Rocha Novais.

O senhor administrador Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral não é independente por ter passado a ser no exercício de 2013 administrador de sociedade que é titular de participação qualificada na Semapa.

Por fim, as administradoras, que renunciaram no final do exercício de 2013 aos respetivos cargos, Senhoras D. Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos e Dr.ª Rita Maria Lagos do Amaral Cabral, não podem ser qualificadas como independentes por terem exercido cargos de administração em sociedades que têm participações qualificadas na Semapa, sendo a primeira também irmã do Presidente do Conselho de Administração, que exerce funções de administração em sociedades com participações qualificadas na Semapa.

## 19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Membros do Conselho de Administração	Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	Curso Geral dos Liceus em Lisboa e frequência do Instituto Superior de Administração
Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos	Curso Geral dos Liceus
José Alfredo de Almeida Honório	Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Francisco José Melo e Castro Guedes	Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e MBA pelo Insead
José Miguel Pereira Gens Paredes	Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa
Paulo Miguel Garcês Ventura	Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Inscrição na Ordem dos Advogados e IEP pelo Insead
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Inscrição na Ordem dos Advogados
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, MSc e PhD em Engenharia de Sistemas Ambientais, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico

Membros do Conselho de Administração	Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, Pós-Graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa, MBA pelo Insead
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	Licenciatura em Gestão de Empresas pelo ISC-HEC Bruxelas

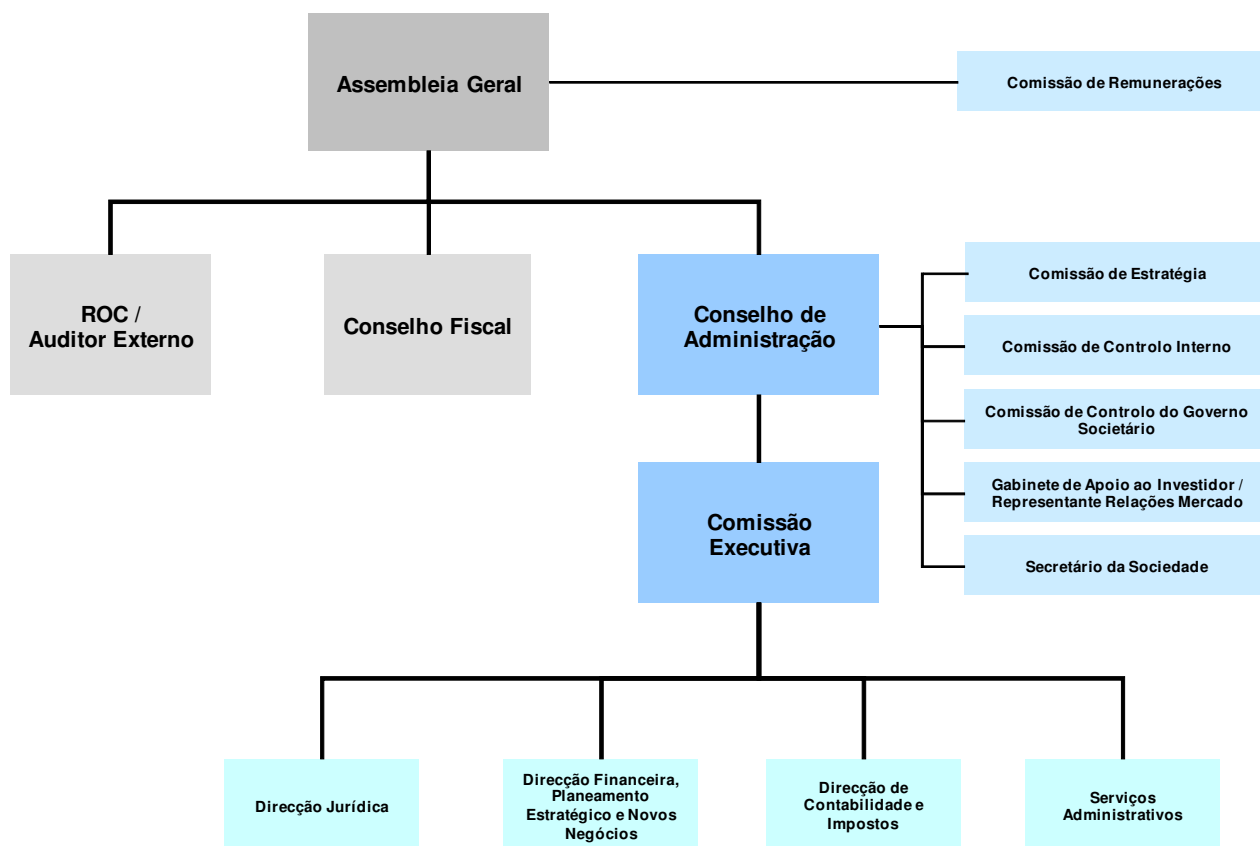
20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Não existem, por aplicação dos critérios referidos no ponto 91, relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas da Semapa titulares de participação qualificada.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Apresenta-se de forma gráfica simplificada o organograma dos vários órgãos, comissões e departamentos da Semapa:





A gestão da sociedade é centrada na articulação entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

A coordenação e a aproximação são asseguradas pela existência de um presidente comum, pela transmissão regular de toda a informação relevante relativa à gestão corrente da sociedade aos membros do Conselho de Administração que não são membros da Comissão Executiva de forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões consideradas especialmente relevantes, ainda que se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

É relevante notar neste âmbito o facto de existir uma permanente disponibilidade dos membros da Comissão Executiva para prestar as informações que sejam solicitadas pelos restantes membros do Conselho de Administração e a prática seguida de transmissão imediata a estes de todas as informações que a relevância ou urgência assim o imponham. Também relativamente aos restantes membros dos órgãos sociais as informações solicitadas são prestadas pelos membros da Comissão Executiva em tempo útil e de forma adequada.

Para assegurar uma transmissão regular de informação, o Presidente da Comissão Executiva remete ainda as convocatórias e as atas dessa Comissão ao Presidente do Conselho Fiscal.

Na distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva, muito embora não exista uma compartimentação rígida de funções e responsabilidades, podem ser identificados essencialmente quatro núcleos:

- 1º Planeamento estratégico e política de investimentos, que cabe ao Presidente do Conselho de Administração Senhor Pedro Mendonça de Queiroz Pereira.
- 2º Política financeira e gestão de riscos, que cabe aos Administradores Senhores Dr. José Alfredo de Almeida Honório e Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes.

- 3º Política de recursos humanos e controlo administrativo, que cabe ao Administrador Senhor Dr. Francisco José de Melo e Castro Guedes.
- 4º Área jurídica e tecnologias de informação, que cabe ao Administrador Senhor Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura.

Estão delegados na Comissão Executiva poderes de gestão amplos, na sua grande parte discriminadamente indicados no ato de delegação, e apenas limitados no que respeita à matéria identificada no artigo 407.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais. Estão, em concreto, delegados os seguintes atos:

- a) Negociar e deliberar a celebração por ato público ou particular de qualquer contrato de natureza comercial ou civil nos termos e condições que considere mais convenientes, bem como tomar todas as decisões que considere apropriadas na execução desses contratos;
- b) Deliberar emitir, subscrever, sacar, aceitar, endossar, avalizar, protestar ou praticar qualquer outro ato no âmbito da utilização de títulos de crédito;
- c) Deliberar sobre todos os atos correntes de natureza bancária, junto de instituições financeiras portuguesas ou estrangeiras, designadamente abrindo, consultando e estabelecendo o modo de movimentação de contas bancárias por todas as formas legalmente admissíveis;
- d) Negociar e deliberar, contrair e alterar as condições de mútuos, junto de instituições financeiras ou outras entidades, incluindo a prestação de respetivas garantias nos casos em que é delegável nos termos da lei, tudo nos termos que entender mais convenientes;
- e) Deliberar adquirir, alienar e onerar ativos de todas as naturezas, nos termos e condições que entender mais adequados, negociando e deliberando a formalização para o efeito, por documento público ou particular, de qualquer instrumento contratual, e praticando quaisquer atos acessórios ou complementares que se revelem necessários na execução desses contratos;
- f) Tomar todas as decisões e praticar todos os atos no âmbito do exercício pela sociedade da sua posição de acionista, designadamente indicando os seus representantes nas assembleias gerais das sociedades em que participe e tomando deliberações unânimes por escrito;
- g) Preparar os projetos de relatórios de atividade, balanços, demonstrações financeiras e propostas de aplicação de resultados;
- h) Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito das relações laborais da sociedade com os seus trabalhadores, designadamente contratar, despedir, transferir, definir condições de trabalho e de remuneração bem com as suas atualizações e alterações;
- i) Deliberar sobre a representação da sociedade perante qualquer Tribunal ou instituto de mediação ou arbitragem, tomando todas as decisões que se mostrem necessárias ou convenientes no âmbito de qualquer procedimento aí pendente ou a instaurar, designadamente as de desistir, confessar ou transigir;
- j) Constituir procuradores da sociedade dentro dos poderes que lhe estão delegados,
- k) Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito da emissão de obrigações e papel comercial, já emitidos ou a emitir, incluindo a decisão de emissão; e
- l) Em geral, praticar todos os atos de gestão corrente da sociedade, com exceção daqueles que por lei não podem ser delegados nos termos do artigo 407.º, nº 4 do Código das Sociedades Comerciais.

Estão vedadas à Comissão Executiva as deliberações sobre:

- i) Escolha do Presidente do Conselho de Administração;

- ii) Cooptação de administradores;
- iii) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- iv) Relatórios e contas anuais;
- v) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- vi) Mudança de sede e aumentos de capital; e
- vii) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

No caso do Conselho Fiscal, que tem as competências que resultam da lei, não existem poderes delegados ou pelouros atribuídos.

A Comissão de Controlo Interno (CCI) tem como principal objeto a deteção e o controlo de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos financeiros, tendo-lhe sido atribuídas todas as competências referidas no ponto 29 deste relatório, necessárias ao prosseguimento daquele objetivo.

A Comissão de Estratégia tem como principal objetivo o acompanhamento e avaliação das grandes opções estratégicas da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, tendo designadamente as competências referidas no ponto 29 deste relatório.

A Comissão de Controlo do Governo Societário (CCGS) tem por objeto a supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário e demais competências desenvolvidas no ponto 29 deste relatório.

As funções do Gabinete de Apoio ao Investidor vêm referidas no ponto 56 deste relatório.

O Secretário da Sociedade é designado pelo Conselho de Administração e possui as competências definidas na lei.

A Comissão de Remunerações elabora anualmente a declaração sobre política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização e fixa a remuneração dos administradores.

A Direção Jurídica presta assessoria jurídica à sociedade com o objetivo de garantir a conformidade dos processos e procedimentos com a legislação aplicável.

A Direção Financeira, Planeamento Estratégico e Novos Negócios tem como principais funções a gestão e planeamento financeiro e a identificação e estudo de novas oportunidades de negócio com vista à sua concretização.

Por fim, a Direção de Contabilidade e Impostos tem como principais competências assegurar a prestação de contas da sociedade e o cumprimento das suas obrigações fiscais, evitando o planeamento fiscal abusivo.

## b) Funcionamento

### 22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Existe um regulamento de funcionamento do conselho de administração que se encontra publicado no sítio da sociedade na Internet ([www.semapa.pt](http://www.semapa.pt)), local onde o mesmo pode ser consultado.

### 23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Em 2013 tiveram lugar 7 reuniões do Conselho de Administração, tendo a assiduidade de cada membro sido a seguinte:

Membros do Conselho de Administração	Assiduidade (%)
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	100%
Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos	57%
José Alfredo de Almeida Honório	57%
Francisco José Melo e Castro Guedes	100%
José Miguel Pereira Gens Paredes	100%
Paulo Miguel Garcês Ventura	86%
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	57%
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	86%
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	57%
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	71%
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	100%

### 24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O órgão competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Comissão de Remunerações.

### 25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Remunerações avalia o desempenho dos administradores executivos com base nos elementos de que dispõe e que solicita através do Presidente do Conselho de Administração, enquanto principal responsável pela equipa, e através dos membros não executivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que são os mais diretos observadores do desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração e aos quais tem acesso direto.

Note-se no entanto que, pela própria natureza da situação, não se trata de uma avaliação técnica funcional em que o avaliador é responsável por definir objetivos, acompanhar a sua evolução e discutir o desempenho com o avaliado. Trata-se de uma avaliação geral de desempenho com base nos elementos acima referidos.

Na Semapa não existem critérios obrigatórios pré-determinados para a avaliação do desempenho dos administradores executivos, sem prejuízo dos critérios definidos no ponto 2 do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações para definição da componente variável da remuneração.

Como instrumento base para a definição da remuneração variável, os membros da Comissão de Remunerações trabalham com um sistema de KPI's que tem evoluído e não é de natureza pública, não se esgotando no entanto a fixação da remuneração na apreciação e aplicação de elementos quantitativos de aplicação aritmética direta. Parte dos elementos percentualmente delimitados são fixados em função de apreciações valorativas.

**26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

Os membros do Conselho de Administração têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas, tendo as demais atividades exercidas pelos membros executivos no decurso do exercício, fora do grupo económico de que a Semapa faz parte, um carácter inexpressivo quando comparado com o desempenho das suas funções na sociedade e restantes sociedades do mesmo grupo económico.

Os membros do Conselho de Administração desempenham as funções que se descrevem *infra*:

## Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

### Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABOUTBALANCE SGPS S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CELCIMO, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
GREAT EARTH – Projetos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
INSPIREDPLACE, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

### Funções desempenhadas noutras sociedades:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A	Presidente do Conselho de Administração
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECILPAR, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
SOPORCEL - Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CIMIGEST, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CIMO – Gestão de Participações Sociais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

COSTA DAS PALMEIRAS – Turismo e Imobiliário, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ECOVALUE – Investimentos Imobiliários, Lda.	Gerente
O E M - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SODIM, SGPS, SA	Presidente do Conselho de Administração
TEMA PRINCIPAL – SGPS, S.A.	Administrador Único
TERRAÇOS D'AREIA – SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

## Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

**Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:** Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa

**Funções desempenhadas noutras sociedades:**

YDREAMS - Informática S.A.	Administradora
QP4TH Consulting, S.A.	Administradora

## José Alfredo de Almeida Honório

**Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:**

ABOUTBALANCE SGPS S.A.	Administrador
CELCIMO, S.L.	Administrador
GREAT EARTH – Projetos, S.A.	Administrador
INSPIREDPLACE, S.A.	Administrador
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Administrador
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador

**Funções desempenhadas noutras sociedades:**

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A.	Administrador e Presidente da Comissão Executiva
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Administrador
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Administrador
COLOMBO ENERGY, INC.	Presidente do Conselho de Administração
COUNTRYTARGET, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EUCALIPTUSLAND, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL, S.A.	Administrador e Presidente da Comissão Executiva
PORTUCELPAPEL SETÚBAL S.A.	Presidente do Conselho de Administração

PORTUCEL FLORESTAL – Emp. de Desenv. Agroflorestal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Energia, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL FINE PAPER, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL FLORESTAL, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Internacional Ltd	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Internacional, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Papel – SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Parques Industriais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCELSOPORCEL Pulp, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PORTUCEL SOPORCEL SALES & MARKETING S.A.	Administrador
PORTUCELSOPORCEL Switzerland Ltd	Administrador e Presidente da Comissão Executiva
PORTUCEL FINANCE spółka z ograniczoną odpowiedzialnością	Presidente do Conselho de Administração
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Administrador e Presidente da Comissão Executiva
SOPORCEL PULP, SA	Presidente do Conselho de Administração
CELPA – Associação da Indústria Papeleira	Presidente do Conselho Geral e Vogal da Comissão Executiva
CEPI – Confederation of European Paper Industries	Administrador e Membro da Comissão Executiva

## Francisco José Melo e Castro Guedes

### Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABOUTBALANCE SGPS S.A.	Administrador
CELCIMO, S.L.	Administrador
GREAT EARTH – Projectos, S.A.	Administrador
INSPIREDPLACE, S.A.	Administrador
SEINPART Participações, SGPS, S.A.	Administrador
SEMINV – Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador
SEMAPA Inversiones, S.L.	Presidente do Conselho de Administração

### Funções exercidas noutras sociedades:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A.	Administrador
CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Administrador
CIMENT DE SIBLINE S.A.L.	Administrador
CIMIGEST, SGPS, S.A.	Administrador
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Administrador
CIMO – Gestão de Participações Sociais, S.A.	Administrador
LONGAPAR, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
MARGEM – Companhia de Mineração	Administrador
PORTUCEL, S.A.	Administrador
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SUPREMO CIMENTOS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Administrador
UNICONCRETO – Betão Pronto, S.A.	Administrador

## José Miguel Pereira Gens Paredes

### Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABAPOR - Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ABOUTBALANCE SGPS S.A.	Administrador
Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.	Administrador
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	Gerente
CELCIMO, S.L.	Administrador
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ETSA LOG, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
GREAT EARTH - Projectos, S.A.	Administrador
INSPIREDPLACE, S.A.	Administrador
I.T.S. - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Administrador
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador

### Funções exercidas noutras sociedades:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A.	Administrador
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Administrador
PORTUCEL, S.A.	Administrador



SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Administrador
CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Administrador
MOR ON-LINE – Gestão de Plataformas de Negociação de Resíduos On-Line, S.A.	Administrador
O E M – Organização de Empresas, SGPS, S.A.	Administrador

## Paulo Miguel Garcês Ventura

### Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

ABAPOR - Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	Administrador
ABOUTBALANCE SGPS S.A.	Administrador
Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.	Administrador
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	Gerente
CELCIMO, S.L.	Administrador
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador
ETSA LOG, S.A.	Administrador
GREAT EARTH - Projectos, S.A.	Administrador
INSPIREDPLACE, S.A.	Administrador
I.T.S. - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	Administrador
SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Administrador
SEINPART - Participações, SGPS, S.A.	Administrador
SEMAPA Inversiones, S.L.	Administrador
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador

### Funções exercidas noutras sociedades:

ABOUT THE FUTURE – Empresa Produtora de Papel, S.A.	Administrador
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Administrador
PORTUCEL, S.A.	Administrador
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A.	Administrador
ANTASOBRAI - Sociedade Agropecuária, SA	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
BEIRA-RIO – Sociedade Construtora de Armazéns, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
CIMILONGA – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração

ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
GALERIAS RITZ – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
HOTEL RITZ, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
LONGAVIA – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
O E M - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	Administrador
PARQUE RITZ – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
REFUNDOS – Soc. Gest. de Fundos de Invest. Imobiliário, S.A	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SONAGI – Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
VÉRTICE – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral

## Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

### Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

CELCIMO, S.L.	Administradora
---------------	----------------

### Funções desempenhadas noutras sociedades:

Companhia Agrícola da Quinta do Duque, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Sociedade Amaral Cabral & Ass. – Soc. de Advogados, RL.	Administradora
Sociedade Agrícola do Margarido, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Banco Espírito Santo, S.A.	Administradora

## António da Nóbrega de Sousa da Câmara

**Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:** Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa

### Funções desempenhadas noutras sociedades:

YDREAMS - Informática S.A.	Presidente do Conselho de Administração
YD YNVISIBLE, S.A.	Administrador

## Joaquim Martins Ferreira do Amaral

**Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:** Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa

### Funções desempenhadas noutras sociedades:

AEM – Assoc. Emp. Emitentes de Valores Cotados em Mercado	Presidente do Conselho Geral
---	------------------------------

CIMIGEST, SGPS, S.A.	Administrador
LVT - Lisboa Vista do Tejo	Presidente do Conselho de Administração
LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Transdev – Transportes	Consultor
Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
Longapar, SGPS, S.A.	Administrador

## António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

**Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:** Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa

**Funções desempenhadas noutras sociedades:**

Credit Suisse AG (para Espanha e Portugal)	CEO
JERÓNIMO MARTINS SGPS, S.A.	Administrador e Membro da Comissão de Auditoria
Largo Ltd	Presidente do Conselho de Administração
Arica B.V.	Administrador
Jasper Wireless Inc.	Administrador

## Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

**Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:** Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa

**Funções desempenhadas noutras sociedades:**

ZOOM INVESTMENT, SGPS, S.A.	Administrador
TCARE - Conhecimento e Saúde, S.A.	Administrador
MAGALHÃES e GONÇALVES - Consultoria e Gestão, Lda.	Gerente

## c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Na sociedade estão constituídas as seguintes comissões criadas no seio do Conselho de Administração: Comissão Executiva, Comissão de Controlo Interno, Comissão de Controlo do Governo Societário e Comissão de Estratégia.

Todas as comissões dispõem de regulamentos de funcionamento, sendo os mesmos de acesso reservado à sociedade.

## 28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

A Comissão Executiva é atualmente composta pelos seguintes membros:

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, que preside;  
Francisco José Melo e Castro Guedes;  
José Miguel Pereira Gens Paredes; e  
Paulo Miguel Garcês Ventura.

## 29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Os poderes da Comissão Executiva vêm referidos no ponto 21 deste relatório.

A CCI tem, nomeadamente, as seguintes competências:

- a) Assegurar o cumprimento pela sociedade de todo o quadro normativo que lhe seja aplicável, de natureza legal ou regulamentar;
- b) Acompanhar os negócios da sociedade assegurando uma análise integrada e permanente dos riscos associados aos mesmos;
- c) Propor e acompanhar a implementação de medidas concretas e procedimentos relativos ao controlo e redução dos riscos na atividade da sociedade, visando o aperfeiçoamento do sistema interno de controlo e gestão de riscos, que integrem, pelo menos, as seguintes componentes:
  - Fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos;
  - Identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos;
  - Análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais;
  - Gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos;
  - Mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
  - Adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos.
- d) Verificar a implementação dos ajustamentos ao sistema de controlo interno e de gestão de riscos propostos pelo Conselho Fiscal;
- e) Fiscalizar a qualidade da informação financeira e contabilística velando pela sua fiabilidade; e
- f) Emitir parecer sobre a escolha dos auditores externos e fiscalizar a sua independência.

À Comissão de Estratégia compete nomeadamente:

- a) Cooperar no planeamento estratégico de longo prazo, incluindo a identificação e a definição de objetivos estratégicos para o desenvolvimento empresarial e a implementação de iniciativas de crescimento;

- b) Aconselhar, através da elaboração de recomendações, e discutir as opções estratégicas da sociedade;
- c) Supervisionar as opções estratégicas da sociedade, propondo, se se revelar necessário, a aprovação de medidas concretas e procedimentos para o desenvolvimento, a adoção e a modificação de estratégias adotadas; e
- d) Analisar e avaliar a evolução do impacto de fatores externos, como as mudanças na economia, a concorrência e a tecnologia, na estratégia global do grupo.

À CCGS, para além da supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, compete a análise crítica das práticas e comportamentos da sociedade no âmbito do governo societário, e a iniciativa no sentido de propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da estrutura e governo societários. A CCGS tem ainda a obrigação de submeter anualmente ao Conselho de Administração um relatório completo sobre a situação do governo da sociedade e as propostas de alteração que entenda convenientes.

### III. FISCALIZAÇÃO

#### a) Composição

##### 30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

A fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 17.

Em termos estatutários o Conselho Fiscal é composto por três a cinco membros efetivos, um dos quais será o Presidente com voto de qualidade, e por um ou dois suplentes conforme o número de membros efetivos seja igual ou superior a três, sendo os mandatos de quatro anos.

Membros do Conselho de Fiscal	Data da primeira designação e termo do mandato
Miguel Camargo de Sousa Eiró (Presidente)	2006-2013
Duarte Nuno d' Orey da Cunha (Vogal Efectivo)	2004-2013

Membros do Conselho de Fiscal	Data da primeira designação e termo do mandato
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira (Vogal Efetivo)	2006-2013
Marta Isabel Guardalino da Silva Penetra (Vogal Suplente)	2006-2013

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 18.

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes à luz dos critérios previstos do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais. Este entendimento foi reforçado pelo Parecer da CMVM de 12 de novembro de 2011, que veio explicitar que só a terceira “reeleição” de membros do órgão de fiscalização, para um quarto mandato, tem como consequência a não verificação do critério de independência.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 21.

Membros do Conselho Fiscal	Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes
Miguel Camargo de Sousa Eiró (Presidente)	Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Duarte Nuno d' Orey da Cunha (Vogal Efetivo)	Licenciatura em Finanças pelo ISCEF
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira (Vogal Efetivo)	Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Pós-Graduação em Gestão – Master of Business Administration (MBA) pela Universidade Nova de Lisboa e Frequência de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação Imobiliária do ISEG
Marta Isabel Guardalino da Silva Penetra (Vogal Suplente)	Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão e Pós Graduação em Gestão Bancária Avançada (ISGB/UCP)

## b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 22.

Existe um regulamento de funcionamento do conselho fiscal que se encontra publicado no sítio da sociedade na Internet ([www.semapa.pt](http://www.semapa.pt)), local onde o mesmo pode ser consultado.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 23.

No exercício de 2013, o Conselho Fiscal reuniu 8 vezes, tendo todos os membros estado presentes em todas as reuniões.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.

Os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão alocadas.

Os membros do Conselho Fiscal desempenham as funções que se descrevem *infra*:

## Miguel Camargo de Sousa Eiró

**Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:** Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa

**Funções exercidas noutras sociedades:**

PORTUCEL, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal

Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal

## Duarte Nuno D'Orey da Cunha

**Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:** Não exerce funções noutras sociedades

em relação de grupo com a Semapa

**Funções exercidas noutras sociedades:**

PORTUCEL, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
VÉRTICE – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador

## Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

**Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:** Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa

**Funções exercidas noutras sociedades:**

PORTUCEL, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
LOFTMANIA – Gestão Imobiliária, Lda.	Gerente
LINHA DO HORIZONTE – Investimentos Imobiliários, Lda.	Gerente

## c) Competências e funções

### 37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

No exercício da sua competência relativa a prestação de serviços adicionais pelo auditor externo, o Conselho Fiscal analisa os serviços adicionais e as propostas apresentadas pelo auditor externo para a prestação dos mesmos que lhe são transmitidas pela administração, procurando salvaguardar, essencialmente, que não é afetada a independência e a isenção do auditor externo necessárias à prestação dos serviços de auditoria e que os serviços adicionais são prestados com elevada qualidade e autonomia.

### 38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Como referido supra, o Conselho Fiscal tem as funções que resultam da lei, nomeadamente as que constam do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como as que constam do Regulamento do Conselho Fiscal, que são:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;



- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Convocar a assembleia geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Propor à assembleia geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

Não obstante, e embora a possibilidade de propor à assembleia geral a destituição do auditor com justa causa não conste expressamente das competências do Conselho Fiscal, é uma atribuição plenamente assumida que decorre em geral das suas funções e deveres – fiscalizar e comunicar as irregularidades verificadas na primeira assembleia que se realize após tal verificação. Caso as irregularidades constituam justa causa de destituição, o Conselho Fiscal não poderá deixar de apresentar posposta aos acionistas nesse sentido.

O Conselho Fiscal é ainda o interlocutor privilegiado do Auditor Externo, tendo acesso e conhecimento direto da atividade por este desenvolvida. A sociedade crê que é possível esta ação fiscalizadora direta do Conselho Fiscal, sem interferência do Conselho de Administração, relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Auditor Externo desde que não saia prejudicado o conhecimento atempado e adequado do órgão de administração, responsável último pelo que se passa na sociedade e pelas demonstrações financeiras, quanto a este mesmo trabalho. Respeitando este princípio, os relatórios do Auditor Externo são dirigidos ao Conselho Fiscal e discutidos em reuniões conjuntas deste órgão com um membro do Conselho de Administração, zelando o Conselho Fiscal para que sejam assegurados dentro da sociedade as condições necessárias para a prestação dos serviços de auditoria. Quanto à contratação, o Conselho Fiscal propõe o Auditor Externo, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e a respetiva remuneração.

## IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

### Revisor Oficial de Contas

Efetivo:	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda, representada pelo Dr. António Alberto Henriques Assis (ROC) ou pelo Dr. César Abel Rodrigues Gonçalves (ROC)(*)
Suplente:	Dr. Jorge Manuel Santos Costa (ROC)

(\*) Note-se que a partir do dia 16 de janeiro de 2014 a PricewaterhouseCoopers, passou a ser representada pelo Dr. António Alberto Henriques Assis (ROC) ou pelo Dr. José Pereira Alves (ROC)

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A PricewaterhouseCoopers exerce funções consecutivamente junto da sociedade há 11 anos.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

A PricewaterhouseCoopers presta à sociedade, para além dos serviços de revisão legal de contas e auditoria, serviços de consultoria fiscal e de garantia de fiabilidade.

## V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo da sociedade e o seu representante são os referidos no ponto 39, encontrando-se a PricewaterhouseCoopers registada junto da CMVM com o número 9077.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo é o revisor oficial de contas exercendo funções junto da sociedade há 11 anos conforme referido no ponto 40. O representante efetivo do auditor externo, Dr. António Alberto Henriques Assis, exerce funções consecutivamente junto da sociedade há 4 anos, tendo iniciado funções no mandato em curso.

#### 44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A sociedade não tem nenhuma política que imponha a rotatividade do auditor externo ou do seu representante. No entanto, caso o Conselho Fiscal opte por manter o auditor externo por mais de dois mandatos deve emitir parecer favorável à sua continuidade.

Foi esta a opção tomada na assembleia geral anual de 2010, em que o Conselho Fiscal apresentou aos acionistas uma proposta de continuidade do auditor externo, emitindo parecer onde focou que a qualidade do trabalho desenvolvido pela PricewaterhouseCoopers e a sua experiência acumulada nos setores onde a Semapa investe se sobrepunham aos eventuais inconvenientes da sua manutenção. No entanto, e em linha com as melhores práticas internacionais, foi proposta e aprovada a rotação do sócio que o representa.

#### 45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

Dentro da sua função fiscalizadora e de revisão aos documentos de prestação de contas da sociedade, o Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo, estando o resultado dessa avaliação patente no seu Relatório e Parecer às contas anuais.

#### 46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Os serviços prestados pelo auditor externo são os referidos no ponto 41, sendo que os trabalhos adicionais foram sempre aprovados pelo Conselho Fiscal. Quanto aos serviços de consultoria fiscal e outros que não de auditoria, os nossos auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adotadas na prestação destes serviços e objeto de monitorização por parte da sociedade, em especial pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Controlo Interno. A opção pela contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria é apenas tomada quanto a qualidade técnica dos seus recursos assim o justifica.

#### 47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

Serviços	Sociedade		Entidades que integrem o grupo (incluindo a própria sociedade)	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Valor dos serviços de revisão de contas	93.324	88,61%	1.297.160	77,92%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	6.000	5,70%	260.892	15,67%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	6.000	5,70%	106.638	6,41%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	-	0,00%	-	0,00%
<b>Soma:</b>	<b>105.324</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.664.690</b>	<b>100,00%</b>

NOTA: Valores em Euros

Em 2013, os serviços diversos dos serviços de auditoria contratados pela sociedade ou por entidades que com ela mantenham uma relação de domínio ao Auditor Externo, incluindo as entidades que com ele se encontram em relação de participação ou que integram a mesma rede, representaram 6,41% do total dos serviços prestados, percentagem que se situou bastante abaixo dos 30% recomendados. Os referidos serviços consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações de índole fiscal, em Portugal e no estrangeiro, os quais são aprovados pelo Conselho Fiscal. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal entendem que a contratação de tais serviços é justificada pela experiência acumulada do Auditor Externo nos setores onde a sociedade atua e pela qualidade do seu trabalho, para além de existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através da definição criteriosa dos trabalhos em sede de contratação.

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. ESTATUTOS

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Não existem na Semapa quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos, pelo que se aplica o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

## II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Na sociedade vigora um “Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades” que tem como objeto regular a comunicação pelos trabalhadores da sociedade de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio.

Este regulamento consagra o dever geral de comunicação de alegadas irregularidades, indicando o Conselho Fiscal como entidade com competência para as receber, e prevendo também uma solução alternativa na eventualidade de existir conflito de interesses por parte do Conselho Fiscal no âmbito da comunicação em causa.

O Conselho Fiscal, podendo para o efeito socorrer-se da colaboração da Comissão de Controlo Interno, deve proceder à averiguação de todos os factos necessários à apreciação da alegada irregularidade. Este processo termina com o arquivamento ou com a apresentação ao Conselho de Administração ou à Comissão Executiva, conforme esteja ou não em causa um titular dos órgãos sociais, de uma proposta de aplicação das medidas mais adequadas face à irregularidade em causa.

O regulamento contém ainda outras disposições, designadamente no sentido de salvaguardar a confidencialidade da comunicação, o tratamento não prejudicial do trabalhador comunicante e a difusão do respetivo regime na sociedade.

O “Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades” é de acesso reservado.

Refira-se ainda a este propósito que na sociedade vigora um conjunto de “Princípios Deontológicos” aprovados pelo Conselho de Administração que estabelecem regras e princípios de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais.

São em especial consagrados os deveres de diligência, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflitos de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação relevante.

São ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, nomeadamente de defesa ambiental e de proteção de todos os acionistas, assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

### III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Embora a sociedade não possua serviços estruturados de forma independente para a auditoria interna, o controlo interno e a gestão de riscos na sociedade são efetuados pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, pelo Auditor Externo e através de uma unidade orgânica com funções específicas nesta área – a Comissão de Controlo Interno (CCI).

#### 51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

As relações de dependência funcional constam do organograma do ponto 21 deste relatório, estando as funções dos órgãos e comissões com relevância nesta matéria melhor descritas no ponto 54.

#### 52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

### 53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

O capítulo 2 das notas às demonstrações financeiras consolidadas faz uma análise desenvolvida de todos os riscos de natureza financeira e operacional, incluindo designadamente risco cambial, risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez, risco de preço, risco de abastecimento de matérias-primas, risco de preço de venda, risco de procura dos produtos, risco de concorrência, risco de legislação ambiental, risco de recursos humanos, risco de custos energéticos e riscos de contexto em geral.

Quanto aos riscos jurídicos, que não se encontram da mesma forma desenvolvidos naquele documento, importa referir que resultam essencialmente de riscos fiscais e de regulação que se encontram cobertos pela análise dos riscos de natureza operacional, e riscos específicos de responsabilidade geral ou riscos associados à negociação e celebração de instrumentos contratuais. Estes riscos são controlados através de assessorias jurídicas instituídas quer a nível da Semapa enquanto holding quer a nível das suas participadas, e através do recurso a advogados externos sempre que a especialidade da matéria, o seu valor ou outros fatores do caso concreto assim o recomendem.

### 54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

O Conselho Fiscal desempenha um papel especialmente preponderante nesta área, com todas as atribuições que resultam diretamente da lei.

A CCI tem como principal objeto a deteção e o controlo de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos financeiros, tendo as funções e competências referidas no ponto 21.

Ainda na vertente interna, para além da relevância nesta área das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, o controlo de riscos assume particular relevância a nível das principais dominadas onde é diferente a natureza dos riscos e a exposição das sociedades, que dispõem por isso de sistemas próprios e independentes de controlo dos riscos a que estão sujeitas.

A auditoria externa é realizada na Semapa e nas sociedades por si dominadas pela PricewaterhouseCoopers. O Auditor Externo da sociedade verifica, designadamente a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, bem como a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno através dos elementos que lhe são facultados pela sociedade, em especial pela Comissão de Remunerações e pela Comissão de Controlo Interno. As conclusões das verificações efetuadas são reportadas pelo Auditor Externo ao Conselho Fiscal que, sendo caso disso, reporta as deficiências encontradas.

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados têm-se demonstrado eficazes, não se tendo verificado até hoje situações que não tivessem sido previstas, devidamente acauteladas ou expressamente assumidas previamente como riscos controlados.

Como referido acima, o Conselho de Administração, para além das competências próprias nesta matéria e por forma a salvaguardar a não assunção de riscos excessivos pela sociedade, criou a CCI, comissão esta que, de acordo com as atribuições por ele definidas, está incumbida de assegurar o controlo interno e a gestão de riscos. O Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno, propondo ajustamentos ao sistema existente sempre que se justifiquem, estando a CCI incumbida de implementar tais ajustamentos. Por fim, importa referir que estes sistemas são sempre acompanhados e controlados pelo Conselho de Administração, como responsável último pelos atos praticados dentro da sociedade.

#### 55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).

A divulgação da informação financeira é da responsabilidade do responsável pelas relações com o mercado cabendo previamente, se aplicável, ao Conselho Fiscal, à Comissão de Controlo Interno e ao Auditor Externo avaliar a qualidade, fiabilidade e integridade da informação financeira aprovada pelo Conselho de Administração da sociedade e preparada pelas direções Financeira e de Contabilidade e Impostos.

O processo de preparação da informação financeira está sujeito a um sistema de controlo interno e regras que têm como objetivo garantir uma adequada e consistente aplicação das políticas contabilísticas adotadas pela sociedade bem como a razoabilidade das estimativas e julgamentos utilizados na preparação dessa informação.

No que respeita aos mecanismos de controlo interno associados ao processo de divulgação da informação financeira, a sociedade tem implementadas regras que visam garantir a tempestividade das divulgações a efetuar e mitigar o risco de assimetrias nas informações disponibilizadas ao mercado.

### IV. APOIO AO INVESTIDOR

#### 56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O serviço de apoio ao investidor funciona num gabinete sob a responsabilidade do Administrador Senhor Dr. José Miguel Paredes, que dispõe de colaboradores e de acesso em tempo útil a todos os setores da sociedade por forma a garantir por um lado a eficácia necessária na resposta às solicitações e por outro a transmissão de informação pertinente aos acionistas e investidores de forma atempada e sem desigualdades.

O referido Administrador pode ser contactado através do respetivo endereço eletrónico ([jmparedes@semapa.pt](mailto:jmparedes@semapa.pt)) ou através dos contactos telefónicos gerais da sociedade. Por este meio é possível ter acesso a toda a informação pública relativa à sociedade. Nota-se, de qualquer forma, que a informação mais usualmente solicitada pelos investidores está disponível no sítio da sociedade na Internet em [www.semapa.pt](http://www.semapa.pt).

#### 57. Representante para as relações com o mercado.

O representante da sociedade para as relações com o mercado é o Senhor Dr. José Miguel Paredes.

#### 58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A Semapa recebe vários tipos de pedidos de informação, aos quais habitualmente responde nas 24h subsequentes à receção do pedido, sem prejuízo de alguns dos pedidos, pela sua amplitude, abrangência e/ou complexidade, necessitarem obrigatoriamente de um prazo mais alongado de resposta. Existem também períodos do ano, em que a Semapa recebe maior solicitação de pedidos, designadamente nos períodos que antecedem a realização de assembleias gerais e o pagamento de dividendos, onde poderá ocorrer uma dilatação pontual dos prazos de resposta. Não existem pedidos de informação pendentes de anos anteriores.

## V. SÍTIO DE INTERNET (59 A 65)

Descritivo	Endereço da página na internet
59. Site Semapa	<a href="http://www.semapa.pt">www.semapa.pt</a>
60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.	<a href="http://www.semapa.pt/pt-pt/localizacao">www.semapa.pt/pt-pt/localizacao</a>
61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.	<a href="http://www.semapa.pt/sites/default/files/pdf_pb/estatutos_semapa.pdf">www.semapa.pt/sites/default/files/pdf_pb/estatutos_semapa.pdf</a> <a href="http://www.semapa.pt/sites/default/files/pdf_pb/reg_cons_fisc_0.pdf">www.semapa.pt/sites/default/files/pdf_pb/reg_cons_fisc_0.pdf</a> <a href="http://www.semapa.pt/sites/default/files/pdf_pb/reg_cons_admin.pdf">www.semapa.pt/sites/default/files/pdf_pb/reg_cons_admin.pdf</a>
62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.	<a href="http://www.semapa.pt/pt-pt/orgaos-sociais">www.semapa.pt/pt-pt/orgaos-sociais</a> <a href="http://www.semapa.pt/pt-pt/gabinete-apoio-ao-investidor">www.semapa.pt/pt-pt/gabinete-apoio-ao-investidor</a>
63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.	<a href="http://www.semapa.pt/pt-pt/demonstracoes-financeiras">www.semapa.pt/pt-pt/demonstracoes-financeiras</a> <a href="http://www.semapa.pt/pt-pt/eventos">www.semapa.pt/pt-pt/eventos</a>
64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.	<a href="http://www.semapa.pt/pt-pt/assembleia-geral-31-05-2013">www.semapa.pt/pt-pt/assembleia-geral-31-05-2013</a>
65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.	<a href="http://www.semapa.pt/pt-pt/ag-arquivo">www.semapa.pt/pt-pt/ag-arquivo</a>



## D. REMUNERAÇÕES

### I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

O órgão competente para determinar a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é a Comissão de Remunerações.

Relativamente aos dirigentes da sociedade essa competência pertence ao Conselho de Administração.

### II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Remunerações é, atualmente, composta pelos Senhores Dr. José Gonçalo Maury e Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses.

A Comissão é usualmente composta por três membros, tendo a Senhora Dr.<sup>a</sup> Sofia Frère renunciado em setembro de 2013 ao cargo de membro desta comissão.

A Comissão de Remunerações nunca contratou ninguém para a auxiliar.

Relativamente aos próprios membros da comissão, a sociedade considera os mesmos independentes, com exceção do Senhor Eng. Frederico da Cunha, pelas razões referidas *infra*.

O Senhor Eng. Frederico da Cunha deixou de ser considerado independente em virtude de ter sido designado, no decurso do exercício de 2013, membro do Conselho de Administração da Sodim, SGPS, S.A., sociedade à qual são imputados 51,12% dos direitos de voto não suspensos da Semapa, nos termos referidos *supra* no ponto 7.

No que respeita ao Senhor Dr. José Maury, no exercício de 2013 e no âmbito dos serviços prestados pela Egon Zehnder, empresa que representa, a sociedades participadas pela Semapa, foram apenas concluídos projetos com origem em anos anteriores, não tendo sido iniciado qualquer novo processo. Não são no entanto serviços com expressividade suscetível de pôr em causa a independência deste membro da Comissão.

Por último, a Dr.<sup>a</sup> Sofia Frère foi sempre independente, não se verificando qualquer circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou decisão. Esclarece-se no entanto que, embora exerça funções em algumas sociedades do grupo Santander, as relações comerciais da Semapa com aquela instituição não são no âmbito das áreas da sua responsabilidade.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Um dos membros da Comissão de Remunerações, o Senhor Dr. José Maury tem vastos conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações.

### III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

A política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização é a constante da Declaração sobre Política de Remunerações da Comissão de Remunerações que corresponde ao Anexo II deste Relatório.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A forma como é estruturada a remuneração e como é baseada a avaliação do desempenho da administração resulta suficientemente clara da Declaração sobre Política de Remunerações da Comissão de Remunerações, designadamente do número 1 do capítulo VI, para o qual se remete, e das referências à avaliação de desempenho efetuadas no ponto 25 supra.

Quanto ao desincentivo à assunção excessiva de riscos, convém esclarecer que não existe qualquer mecanismo independente com esse objetivo específico. O risco é uma característica inerente a qualquer ato de gestão e, como tal, inevitável e permanentemente objeto de ponderação em qualquer decisão da administração. A sua avaliação qualitativa ou quantitativa como boa ou má não pode ser efetuada de forma isolada em si mesma, mas apenas no seu resultado no desempenho da sociedade ao longo do tempo. Não obstante, entre os fatores ponderados pela Comissão de Remunerações está igualmente a eventual assunção excessiva de riscos.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos administradores executivos integra uma componente variável que depende da avaliação de desempenho, nos termos descritos na Declaração sobre Política de Remunerações e em especial no ponto 2 do seu capítulo VI.

Não existem limites máximos de remuneração, sem prejuízo do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício.

Relativamente aos administradores não executivos, a eventual atribuição de uma remuneração variável, ainda que mais excecional, pode ocorrer não em função do desempenho da sociedade ou do seu valor mas em resultado do desempenho de tarefas de gestão que aproximem as suas funções das executivas.

Quanto à remuneração dos membros do Conselho Fiscal esta não inclui nenhuma componente variável.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Na sociedade não existe diferimento do pagamento da componente variável da remuneração.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Na Semapa a remuneração variável não tem qualquer componente em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Na Semapa a remuneração variável não tem qualquer componente em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Os critérios que pautam a fixação dos prémios anuais são os referentes à remuneração variável descritos no ponto 2 do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações, não existindo a atribuição de outros benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

A assembleia geral extraordinária de 27 de dezembro de 2012 aprovou a extinção do sistema de reforma para os administradores em vigor na Semapa até essa data e que fora unanimemente aprovado pelos acionistas na assembleia geral de 30 de março de 2005, extinção essa que salvaguardou no entanto os legítimos direitos e expectativas já existentes.

A deliberação aprovada previa a extinção dos direitos e expectativas já constituídos, quanto aos interessados abrangidos pelo sistema que o aceitassem, mediante o resgate com um desconto que acabou por se fixar em 20% da responsabilidade atuarial à data da extinção do sistema de reforma. A extinção foi aceite por todos os interessados com exceção do Senhor Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses, que mantém a pensão de reforma da sociedade.

## IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Indica-se abaixo o montante da remuneração auferida no ano de 2013 pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da Semapa, com distinção entre remuneração fixa e variável mas sem distinguir as diferentes componentes que deram origem à remuneração variável porque a componente variável é definida como um todo, ponderando os elementos explicados na Declaração sobre Política de Remunerações da Comissão de Remunerações, sem identificação de componentes.

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	430.308,43	1.339.800,00
Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos	430.308,43	—
José Alfredo de Almeida Honório	266.153,86	1.030.627,00
Francisco José Melo e Castro Guedes	61.781,31	127.446,00
José Miguel Pereira Gens Paredes	269.708,06	1.147.016,00
Paulo Miguel Garcês Ventura	270.469,75	1.079.318,00
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	4.901,31	—
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	8.168,85	—
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	226.772,85	—
António Pedro de Carvalho Viana Baptista	128.305,13	—
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	128.305,13	—
<b>TOTAL</b>	<b>2.225.183,11</b>	<b>4.724.207,00</b>

NOTA: Valores em Euros.

## 78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Importa esclarecer que os montantes a que se refere este número não dizem apenas respeito a sociedades dominadas pela Semapa. Estão igualmente compreendidos valores a que a Semapa e os seus órgãos sociais são alheios, por dizerem respeito a acionistas seus, a acionistas de acionistas e a outras sociedades controladas por acionistas, desde que haja relações de domínio. O montante total pago pelo conjunto das sociedades em relação de domínio com a Semapa e por sociedades que se encontrem sujeitas a domínio comum ascende a 7.400.541,67 Euros.

## 79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

O montante da remuneração paga pela Semapa sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios corresponde à remuneração variável constante do ponto 77 deste relatório, tendo tais montantes sido fixados com base na aplicação concreta pela Comissão de Remunerações, melhor justificada no seu relatório, dos critérios descritos no ponto 2 do capítulo VI da Declaração sobre Política de Remunerações.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas durante o exercício, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos pela cessação de funções.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Miguel Camargo de Sousa Eiró	19.958,57	–
Duarte Nuno d'Orey da Cunha	14.256,13	–
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira	14.256,13	–
TOTAL	48.470,83	–

NOTA: Valores em Euros.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Durante o exercício de 2013 o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu o montante de 6.000,00 Euros.

## V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe na Semapa nenhum contrato com administradores que limite ou de outra forma altere o regime legal supletivo para os casos de cessação de funções, com ou sem justa causa.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem também acordos entre a sociedade e os titulares dos órgãos sociais ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

A sociedade não celebra com os membros do órgão de administração quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela sociedade. Quanto à celebração de contratos desta natureza pelos administradores com terceiros, a sociedade não os incentiva e não há nenhum administrador que os tenha celebrado.

## VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

### 85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existem na sociedade planos de atribuição de ações nem planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Não aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Não aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe também na Semapa qualquer mecanismo de participação dos trabalhadores no seu capital.

## E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Existem na sociedade os procedimentos e critérios referidos no ponto 91 para os negócios com titulares de participações qualificadas.

## 90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Em 2013, não houve transações sujeitas a controlo dado que, por aplicação dos critérios referidos no ponto 91 *infra* nenhum dos negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, estava sujeito a parecer prévio do Conselho Fiscal. Refira-se ainda que não existiram quaisquer negócios entre a sociedade e titulares de participação qualificada fora das condições normais de mercado.

## 91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho de Administração deverá sujeitar a avaliação e parecer prévio do Conselho Fiscal os negócios entre a sociedade e os titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, sempre que preencham algum dos seguintes critérios por referência a cada exercício:

- a) Tenham, individualmente, um valor igual ou superior a 1% do volume de negócios consolidado da sociedade relativo ao exercício anterior;
- b) Perfaçam, em relação ao mesmo titular de participação qualificada ou entidades que com ele estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, um valor acumulado igual ou superior ao dobro do valor resultante da aplicação do critério referido na alínea anterior.

## II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

### 92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas consta da nota 35 do Anexo às contas consolidadas e da nota 28 do Anexo às contas individuais.

## Parte II – Avaliação do Governo Societário

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Semapa adotou o Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013, escolha que se ficou a dever ao facto de ser uma evolução natural em relação ao Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2010 que a Semapa tinha vindo a seguir.

O Código adotado é divulgado pela CMVM e pode ser acedido através do respetivo site:

<http://www.cmvm.pt/CMVM/Recomendacao/Recomendacoes>

### 2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

No quadro abaixo faz-se a declaração das recomendações adotadas e não adotadas. Em relação às recomendações adotadas indica-se apenas o local deste relatório onde a matéria se encontra desenvolvida. Em relação às recomendações não adotadas, indica-se depois do quadro a respetiva justificação de não acolhimento e eventual mecanismo alternativo adotado.

#	Adoção	Texto	Remissão
I. Votação e Controlo da Sociedade			
I.1	Adotada	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Parte I n. 12 e 13
I.2	Adotada	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Parte I n. 14
I.3	Adotada	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas	Parte I nº 12



#	Adoção	Texto	Remissão
I.4	Não aplicável	Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Parte I n. 13
I.5	Adotada	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Parte I n. 4

## II. Supervisão, Administração e Fiscalização

### II.1 Supervisão e Administração

II.1.1	Adotada	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Parte I n. 21, 28 e 29
II.1.2	Não adotada	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
II.1.3	Não aplicável	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Parte I n. 15
II.1.4 a)	Não adotada	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
II.1.4 b)	Adotada	b) Refletir sobre o sistema, a estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Parte I n. 21, 27, 28 e 29

#	Adoção	Texto	Remissão
II.1.5	Adotada	O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Parte I n. 50 a 55
II.1.6	Adotada	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Parte I n. 18
II.1.7	Adotada	Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Parte I n. 18
II.1.8	Adotada	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Parte I n. 21
II.1.9	Adotada	O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Parte I n. 21

#	Adoção	Texto	Remissão
II.1.10	Não adotada	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>

## II.2 Fiscalização

II.2.1	Adotada	Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Parte I n. 32
II.2.2	Adotada	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Parte I n. 38
II.2.3	Adotada	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Parte I n. 38
II.2.4	Adotada	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parte I n. 50, 54 e 55
II.2.5	Não adotada	A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>

## II.3 Fixação de remunerações

II.3.1	Não adotada	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
II.3.2	Adotada	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Parte I n. 67
II.3.3 a)	Adotada	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;	Anexo II ao Relatório de Governo Societário

#	Adoção	Texto	Remissão
II.3.3 b)	Não adotada	b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
II.3.3 c)	Adotada	c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Anexo II ao Relatório de Governo Societário
II.3.4	Não aplicável	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Parte I n. 73 e 74
II.3.5	Adotada	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Parte I n. 76

### III. Remunerações

III.1	Adotada	A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Parte I n. 69 e 70
III.2	Adotada	A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Parte I n. 71
III.3	Não adotada	A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
III.4	Não adotada	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
III.5	Adotada	Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Parte I n. 84
III.6	Não aplicável	Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Parte I n. 73 e 74
III.7	Não aplicável	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Parte I n. 73 e 74
III.8	Adotada	Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Parte I n. 83

### IV. Auditoria

#	Adoção	Texto	Remissão
IV.1	Adotada	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Parte I n. 54
IV.2	Adotada	A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Parte I n. 47
IV.3	Adotada	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Parte I n. 44

#### V. Conflitos de interesses e transações com partes relacionadas

V.1	Adotada	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Parte I n. 89 a 91
V.2	Adotada	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Parte I n. 91

#### VI. Informação

VI.1	Adotada	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Parte I n. 59 a 65
VI.2	Adotada	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Parte I n. 56

### Explicação das Recomendações não adotadas:

#### Recomendação II.1.2

Dispõe esta recomendação que “O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i)

definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.”

Formalmente a recomendação não é integralmente adotada porque a delegação de poderes na Comissão Executiva incluiu parte das competências aqui referidas. Na prática, no entanto, esta recomendação tem sido cumprida, pois as competências em causa têm até esta data sido exercidas pelo Conselho de Administração, e é intenção quer do Conselho de Administração quer da Comissão Executiva que, de futuro, este procedimento se mantenha. A justificação do Conselho de Administração para manter formalmente esta delegação mais ampla reside na mitigação do risco de na sociedade deixarem de ser praticados em tempo útil atos relevantes para a prossecução da sua atividade por falta de poderes da Comissão Executiva em situações em que a menor agilidade de convocação do Conselho de Administração inviabilize a sua reunião atempada.

Existe no caso concreto da Semapa um nível de confiança suficiente entre os membros dos órgãos sociais para tornar desnecessário um mecanismo formal de controlo.

### Recomendação II.1.4 a)

Determina esta recomendação que “Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes...”

A recomendação não é adotada dado que não existem na Semapa comissões da natureza recomendada, por serem comissões com funções duplicadas em relação a funções de outras comissões ou órgãos sociais que fariam recair sobre a sociedade um fardo burocrático e custos acrescidos desproporcionados às eventuais vantagens. Não é também alheio a esta posição o facto de a Semapa ser uma sociedade holding sem atividade económica direta e com uma estrutura administrativa simplificada.

No que respeita à avaliação dos administradores, são estas funções plena e cabalmente asseguradas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pelos acionistas.

No que respeita à avaliação das comissões por comissões, seria um excesso de burocracia, com a dimensão administrativa da Semapa, criar comissões para controlar comissões. O órgão que as cria é responsável pelo seu controlo.

### Recomendação II.1.10

Esta recomendação tem o seguinte texto: “Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.”

A Semapa, devido à sua política de comunicação e transparência interna e devido ao acesso que têm todos os administradores à gestão executiva e à estrutura da sociedade, garante todas as condições necessárias a que os administradores não executivos decidam de forma independente e informada.

Não existem no entanto iniciativas da própria sociedade no sentido de organizar de alguma forma a coordenação entre os membros não executivos do Conselho de Administração. Não parece que esta iniciativa de coordenação pela própria sociedade seja necessária a que sejam atingidos os fins de independência e informação de decisões, sendo no entanto os administradores não executivos livres de se coordenarem como entenderem, se o acharem mais

conveniente ao exercício das suas funções.

A recomendação não é assim adotada pela sociedade.

### Recomendação II.2.5

Determina esta recomendação que “a Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.”

A sociedade não possui serviços com funções exclusivas de auditoria interna nem de compliance, sendo que estas funções cabem essencialmente à Comissão de Controlo Interno, ao Conselho Fiscal e à Direção Jurídica da Semapa. A inexistência de serviços exclusivos nesta área é uma opção que se fica a dever à estrutura administrativa simplificada da Semapa enquanto sociedade holding, sem prejuízo dos serviços independentes dessa natureza existentes nas participadas.

Perante estas opções de base, não sendo a auditoria interna e o compliance unidades orgânicas autónomas, não é adequado que o Conselho Fiscal se pronuncie sobre os planos de trabalho ou adequação de recursos das unidades onde se integram esses serviços, ou que seja destinatário de relatórios da Direção Jurídica que tem o seu próprio sistema de reporte.

A sociedade não cumpre esta recomendação.

### Recomendação II.3.1

Estabelece a Recomendação II.3.1 que “Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.”

Como melhor se explica no ponto 67 da Parte I deste Relatório um dos membros da Comissão de Remunerações, Senhor Eng. Frederico da Cunha, deixou de ser qualificável como independente. Entende no entanto a Semapa que o facto de exercer funções de administração na Sodim, SGPS, S.A. não afecta a sua isenção de análise nem a sua capacidade de decisão, pelo que exerce de forma independente as suas funções na Comissão de Remunerações.

### Recomendação II.3.3 b) e Recomendação III.3

Prevê a Recomendação II.3.3 b) que “A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;”

Dispõe a Recomendação III.3 que “A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes”.

Estas recomendações não são adotadas pela Semapa uma vez que a declaração sobre a política de remunerações, que corresponde ao Anexo II a este relatório, apenas fixa limites máximos agregados para a remuneração variável, em



percentagem do resultado, e não para a remuneração fixa.

Assim e relativamente à Recomendação II.3.3 b), verifica-se que a declaração sobre a política de remunerações não fixa qualquer limite potencial máximo quer para a remuneração variável em termos individuais, quer para a remuneração fixa, considerando a sociedade que tais limites não são necessários e podem até desvirtuar a razoabilidade que lhes deve estar subjacente, como melhor se explica *infra*.

No tocante à Recomendação III.3, e não obstante os limites máximos existirem apenas para a remuneração variável, da declaração sobre a política de remunerações resulta cabalmente a razoabilidade das várias componentes da remuneração.

Entende a sociedade que a preocupação de razoabilidade da remuneração fixa é suficientemente assegurada pelos restantes critérios estabelecidos, sem necessidade de limites. Note-se que, além de desnecessária, a existência de limites inferiores ou superiores seria inútil, pois tal como os salários devem periodicamente ser revistos e reponderados, também os limites devem inevitavelmente ser revistos e reponderados, sob pena de desadequação com efeitos contraproducentes. Esta necessidade de revisão, a par das remunerações, retira-lhes a natureza efetivamente limitadora.

## Recomendação III.4

Prevê esta recomendação que “Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período”.

Tem vindo a ser defendido pelos especialistas nesta área a existência de vantagens relevantes no diferimento do pagamento da parte variável da remuneração para um momento posterior que permitisse de alguma forma a ponderação de todo o mandato.

Aceitamos o princípio em abstrato como bom, mas não nos parece que seja vantajoso no caso concreto da Semapa e de outras sociedades de natureza similar.

A opção proposta tem como um dos principais suportes o comprometimento da administração e da sua remuneração com um resultado de médio prazo, sustentável, evitando assim a associação a um simples exercício que pode não ser representativa e cujos resultados podem mesmo ser superiores em prejuízo de exercícios seguintes.

Ora, se este perigo é real e se justifica que seja minorado através de sistemas como este em sociedades de capital totalmente disperso em que a administração pode ser tentada a ter uma visão imediatista de rápida realização de potenciais vantagens em sacrifício do futuro, o mesmo não se passa neste momento com uma sociedade como a Semapa, de controlo e administração estável, em que essas preocupações estão por natureza asseguradas.

A recomendação não é assim acolhida pela sociedade.

## 3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.



## Anexo I

### Ao Relatório sobre o Governo Societário

#### INFORMAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 447.º E 448.º DO CSC E OS N.º 6 E 7 DO ARTIGO 14.º DO REGULAMENTO 5/2008 DA CMVM

(por referência ao exercício de 2013)

##### 1. Valores mobiliários da sociedade detidos pelos titulares dos órgãos sociais, na aceção dos n.º 1 e 2 do artigo 447.º do CSC (\*):

- José Alfredo de Almeida Honório - 20.000 ações da sociedade e 500 obrigações da sociedade
- José Miguel Pereira Gens Paredes – 205 obrigações da sociedade
- Paulo Miguel Garcês Ventura – 125 obrigações da sociedade
- Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves – 50 obrigações da sociedade
- Miguel Camargo de Sousa Eiró – 50 obrigações da sociedade
- Duarte Nuno d'Orey da Cunha - 2.907 ações da sociedade e 25 obrigações da sociedade
- Maria Rita Carvalhosa Mendes de Almeida Queiroz Pereira - 16.464 ações da sociedade e 50 obrigações da sociedade

(\*) As obrigações da sociedade referidas neste ponto correspondem às obrigações, com taxa fixa de 6,85 por cento ao ano e maturidade em 2015, emitidas pela Semapa e denominadas “Obrigações SEMAPA 2012/2015”

##### 2. Valores mobiliários de sociedades dominadas ou em relação de grupo com a Semapa detidos pelos titulares dos órgãos sociais na aceção dos n.º 1 e 2 do artigo 447.º do CSC (\*\*):

- Duarte Nuno d'Orey da Cunha – 16.000 ações da Portucel, S.A. e 1 obrigação da Portucel, S.A.
- José Miguel Pereira Gens Paredes – 1 obrigação da Portucel, S.A.

(\*\*) As obrigações da sociedade Portucel S.A. referidas neste ponto correspondem às obrigações denominadas “Obrigações Portucel € 350,000,000 5.375% Senior Notes due 2020”

### 3. Valores mobiliários da sociedade e de sociedades em relação de domínio detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

- Cimigest, SGPS, S.A. - 3.185.019 ações da sociedade
- Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. – 16.199.031 ações da sociedade
- Longapar, SGPS, S.A. – 21.505.400 ações da sociedade, 1.000 ações da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e 5.000 ações da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.
- Sodim, SGPS, SA - 15.657.505 ações da sociedade
- OEM - Organização de Empresas, SGPS, SA – 535.000 ações da sociedade
- Pedro Mendonça de Queiroz Pereira – 134.422 ações da Sodim, SGPS, SA

### 4. Aquisição, alienação, oneração ou promessas relativas a valores mobiliários da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais e pelas sociedades referidas em 3 (\*)(\*\*):

- Duarte Nuno d'Orey da Cunha adquiriu, no dia 4 de julho de 2013, 1 obrigação da Portucel, S.A., pelo preço de 100.198,37 euros
- José Miguel Pereira Gens Paredes adquiriu 3 obrigações da sociedade, no dia 29 de maio de 2013, 7 obrigações da sociedade, no dia 30 de maio de 2013, 1 obrigação da sociedade, no dia 31 de maio de 2013, e 14 obrigações da sociedade, no dia 12 de junho de 2013, todas pelo preço de 1.039,20 euros por obrigação, e adquiriu 1 obrigação da Portucel, S.A., no dia 29 de maio de 2013, pelo preço de 103.000,00 euros.
- Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos alienou, no dia 2 de dezembro de 2013, 134.318 ações da Sodim, SGPS, SA, pelo preço de 58,29 euros por ação
- Pedro Mendonça de Queiroz Pereira alienou, no dia 7 de maio de 2013, 134.214 ações da Sodim, SGPS, SA, pelo preço de 58,00 euros por ação e adquiriu, no dia 2 de dezembro de 2013, 134.318 ações da Sodim, SGPS, SA, pelo preço de 58,29 euros por ação
- Longapar, SGPS, S.A. adquiriu no dia 9 de setembro de 2013, 5.000 ações da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. pelo preço de 1,49 euros por ação
- Semapa, SGPS, S.A. adquiriu no dia 11 de setembro de 2013, 1.789.542 ações da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. pelo preço de 1,04 euros por ação
- ZOOM Investment, SGPS, S.A. alienou, no dia 22 de abril de 2013, 630.000 ações da sociedade pelo preço de 7,021 euros por ação e 1.996.453 ações da Portucel, S.A. pelo preço de 2,698 euros por ação

(\*) As obrigações da sociedade referidas neste ponto correspondem às obrigações, com taxa fixa de 6,85 por cento ao ano e maturidade em 2015, emitidas pela Semapa e denominadas "Obrigações SEMAPA 2012/2015"

(\*\*) As obrigações da sociedade Portucel S.A. referidas neste ponto correspondem às obrigações denominadas "Obrigações Portucel € 350,000,000 5.375% Senior Notes due 2020"

## 5. Transações de ações próprias:

Em 2013, a Semapa não adquiriu nem vendeu quaisquer ações representativas do seu capital social.

## *Anexo II*

### *Ao Relatório sobre o Governo Societário*

#### DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Impõe a Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, que a Comissão de Remunerações submeta anualmente a aprovação pela assembleia geral de acionistas uma declaração sobre política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização. Foi o que sucedeu em 2013 com a apresentação aos acionistas de uma proposta nesse sentido, tendo sido aprovada a declaração sobre política de remunerações cujo teor aqui se reproduz:

#### “Declaração sobre Política de Remunerações dos membros do órgão de administração e fiscalização da Semapa

##### I. Introdução

No início do ano de 2007 a Comissão de Remunerações da Semapa elaborou pela primeira vez uma declaração sobre política de remunerações que veio a ser submetida e aprovada na assembleia geral da sociedade desse ano. A declaração foi então elaborada no âmbito de uma recomendação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre a matéria.

Declarou nesse momento a Comissão de Remunerações que entendia que as opções então defendidas deviam ser mantidas até ao final do mandato em curso dos órgãos sociais. O mandato em causa era o mandato 2006-2009.

No ano de 2010 foi então necessário renovar a declaração, não só por ter tido início um novo mandato mas também por ter entrado em vigor a Lei n.º 28/2009 de 19 de junho que determina a obrigatoriedade da Comissão de Remunerações submeter anualmente a aprovação da assembleia geral uma declaração sobre a política de remunerações.

Esta Comissão mantém o entendimento de que uma declaração sobre política de remunerações, pela sua própria natureza de conjunto de princípios, deve ser estável durante todo o período do mandato se não surgirem circunstâncias excecionais ou imprevistas que justifiquem uma modificação.

Opta-se pois por propor a aprovação de uma declaração com o mesmo conteúdo da declaração atualmente em vigor.

As duas possibilidades de definição de remunerações dos órgãos sociais mais comuns têm entre si um significativo afastamento. Temos por um lado a definição direta das remunerações pela assembleia, a que poucas vezes se recorre

por não ser muito praticável pelas mais diversas razões, e por outro a definição das remunerações por uma Comissão que decide segundo critérios em relação aos quais os acionistas não tiveram oportunidade de se pronunciar.

Temos perante nós a solução intermédia de submeter à apreciação dos acionistas uma declaração sobre a política de remunerações a seguir pela Comissão. Há que tentar retirar o melhor de ambas as soluções abstratamente possíveis, como nos propomos fazer neste documento, recorrendo e reproduzindo o que em boa parte já antes defendemos, mas também tentando trazer o contributo de maior experiência e conhecimento da sociedade e o respeito pelas mais recentes disposições legais nesta matéria que acima referimos.

## II. Regime legal e recomendatório

A presente declaração tem hoje como enquadramento a já referida Lei 28/2009 de 19 de junho e as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para o ano de 2010.

Quanto àquele diploma legal, para além do que determina quanto à periodicidade da declaração e sua aprovação e quanto à divulgação do seu teor, dispõe relativamente ao conteúdo determinando que a declaração contenha informação relativa:

- a) Aos mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;
- b) Aos critérios de definição da componente variável da remuneração;
- c) À existência de planos de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização;
- d) À possibilidade de o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato;
- e) Aos mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

Já no que respeita ao enquadramento recomendatório, propõe hoje a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários o seguinte:

**II.1.5.2.** A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação:

- i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração;
- ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

**II.1.5.3.** A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das

normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.

### III. Regime legal e estatutário aplicável à sociedade

Qualquer definição de remunerações não pode deixar de ter em conta quer o regime legal geral quer o regime particular acolhido pelos estatutos da sociedade, quando for caso disso.

O regime legal para o conselho de administração vem essencialmente estabelecido no artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e do mesmo resulta essencialmente o seguinte:

A fixação das remunerações compete à assembleia geral de acionistas ou a uma comissão por aquela nomeada.

Aquela fixação de remunerações deve ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.

A remuneração pode ser certa ou consistir parcialmente numa percentagem dos lucros do exercício, mas a percentagem máxima destinada aos administradores deve ser autorizada por cláusula do contrato de sociedade e não incide sobre distribuições de reservas nem sobre qualquer parte do lucro do exercício que não pudesse, por lei, ser distribuído aos acionistas.

Para o Conselho Fiscal e para os membros da Mesa da Assembleia Geral determina a lei que a remuneração deve consistir numa quantia fixa, e que é determinada nos mesmos moldes pela assembleia geral de acionistas ou uma comissão por aquela nomeada, devendo ter em conta as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.

Já no que respeita aos estatutos, no caso da Semapa existe uma cláusula específica apenas para o Conselho de Administração, a décima sétima, que rege simultaneamente o regime de reforma, e tem, na parte que aqui interessa, o seguinte conteúdo:

*"2 – A remuneração dos administradores e [...] é fixado por uma Comissão de Remunerações constituída por número ímpar de membros e eleita pela Assembleia Geral.*

*3 - A remuneração pode ser constituída por uma parte fixa e uma parte variável, que englobará uma participação nos lucros, não podendo esta participação nos lucros ser superior, para o conjunto dos administradores, a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior. "*

É este o enquadramento formal em que deve ser definida a política de remunerações.

### IV. O percurso histórico

Na Semapa, desde a sua constituição e até ao ano de 2002, a remuneração de todos os administradores foi sempre composta apenas por uma parte fixa, pagável catorze vezes por ano, e fixada pela Comissão de Remunerações, então com a designação de Comissão de Fixação de Vencimentos.

No ano de 2003, na deliberação relativa à aplicação do resultado de 2002, foi pela primeira vez aplicado parte do resultado diretamente na remuneração dos membros do Conselho de Administração, com a distribuição entre os membros que foi definida pela Comissão de Remunerações.

Este procedimento repetiu-se até ao ano de 2005, com referência aos resultados de 2004.

No ano de 2006 a aplicação de resultados do exercício de 2005 não previu a aplicação de qualquer montante destinado à remuneração da administração, o que se compreendia, tendo em conta que o resultado já refletia uma provisão para remuneração variável da administração nos termos das novas disposições contabilísticas aplicáveis. A parte variável da remuneração foi em 2006 fixada pela Comissão de Remunerações, também por referência ao resultado, nos termos estatutários.

Foi este o procedimento que se manteve até hoje, mas desde 2007 já no âmbito de uma declaração relativa à política de remunerações aprovada pela Assembleia Geral da Sociedade.

Note-se que a atribuição de uma percentagem do resultado não é aplicada de forma direta, mas antes como um indicador, por um lado, e como um limite estatutário, por outro, de valores que são apurados de forma mais elaborada tendo em conta todos os fatores que constam da declaração sobre política de remunerações em vigor.

O percentual da remuneração variável da administração teve uma evolução que oscilou entre um máximo de 5% e um mínimo de 2,23% dos resultados líquidos. Nos últimos anos a percentagem foi inferior aos primeiros anos, facto essencialmente explicado pela ponderação de outros rendimentos dos mesmos administradores em sociedades dominadas pela Semapa.

Existe pois um procedimento constante desde o ano de 2003 no sentido de a remuneração dos membros do Conselho de Administração ser composta por uma parte fixa e outra variável.

Quanto ao Conselho Fiscal foi desde a constituição da sociedade remunerado com uma quantia mensal fixa. Já os membros da Mesa da Assembleia desde que passaram a ser remunerados, também o foram através de uma remuneração determinada em função das reuniões efetivamente ocorridas.

## *V. Princípios Gerais*

Os princípios gerais a observar na fixação das remunerações dos órgãos sociais são essencialmente aqueles que de forma muito genérica resultam da lei: por um lado as funções desempenhadas e por outro a situação económica da sociedade. Se a estes acrescentarmos as condições gerais de mercado para situações equivalentes, encontramos aqueles que nos parecem ser os três grandes princípios gerais:

### *a) Funções desempenhadas.*

Há que ter em conta as funções desempenhadas por cada titular de órgãos sociais não apenas num sentido formal, mas num sentido mais amplo da atividade efetivamente exercida e das responsabilidades que lhe estão associadas. Não estão na mesma posição todos os administradores executivos entre si, nem muitas vezes todos os membros do conselho fiscal, por exemplo. A ponderação das funções deve ser efetuada no seu sentido mais amplo e deve considerar critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação, ou o valor acrescentado para a empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

Também a existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas não pode ser alheia a esta ponderação, pelo que significa por um lado em termos de aumento de responsabilidade e por outro em termos de fonte cumulativa de rendimento.

Importa aqui referir que a experiência com a Semapa tem revelado que os administradores nesta sociedade, ao

contrário do que é típico em sociedades desta natureza, não se dividem dicotomicamente de forma homogénea entre executivos e não executivos. Há um conjunto de administradores que têm poderes delegados e que são comumente chamados executivos, mas entre aqueles que não têm poderes delegados existem as mais diversas formas e proximidades de participação na vida da sociedade, por vezes diariamente. São aspetos essenciais que não podem deixar de ser ponderados em termos de remuneração.

b) A situação económica da sociedade.

Também este critério tem que ser compreendido e interpretado com cuidado. A dimensão da sociedade e inevitável complexidade da gestão associada, é claramente um dos aspetos relevantes da situação económica entendida na sua forma mais lata. As implicações existem quer na necessidade de remunerar uma responsabilidade que é maior em sociedades maiores e com modelos de negócio complexos quer na capacidade de remunerar adequadamente a gestão.

c) Critérios de mercado.

O encontro entre a oferta e a procura é incontornável na definição de qualquer remuneração, e os titulares dos órgãos sociais não são exceção. Só o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais de um nível ajustado à complexidade das funções a desempenhar e responsabilidades a assumir, e assim assegurar não só os interesses do próprio mas essencialmente os da sociedade e a criação de valor para todos os seus acionistas. No caso da Semapa, pelas suas características e dimensão, os critérios de mercado a ter em conta são não só os nacionais mas também os internacionais.

## VI. Enquadramento dos princípios no regime legal e recomendatório

Exposto o percurso histórico e consignados os princípios gerais adotados importa agora fazer o enquadramento dos princípios nos regimes normativos aplicáveis.

### 1. Alínea a) do artigo 2º da Lei 28/2009. Alinhamento de interesses.

O primeiro aspeto que a Lei 28/2009 considera essencial em termos de informação nesta declaração é o da explicitação dos mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade.

Cremos que o sistema remuneratório em vigor na Semapa é bem sucedido no assegurar desse alinhamento. Em primeiro lugar por ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados, e em segundo lugar por associar os membros do órgão de administração aos resultados através de uma componente variável da remuneração que tem nos resultados o fator preponderante.

### 2. Alínea b) do artigo 2º da Lei 28/2009. Critérios para a componente variável.

A informação sobre os critérios para a definição da componente variável da remuneração é o segundo dos aspetos exigidos pelo diploma legal referido.



Os resultados são o fator mais relevante na ponderação da remuneração variável. Não os resultados vistos como um valor absoluto e independente, mas os resultados vistos de forma crítica em função do que seria expectável numa sociedade com estas dimensões e características e em função das próprias condições de mercado. A relevância dos resultados na fixação da componente variável da remuneração resulta dos próprios estatutos que se referem expressamente a uma possibilidade de “participação nos lucros” e que limita essa participação a uma percentagem dos resultados.

Na fixação da componente variável são igualmente efetuadas outras ponderações que resultam no essencial dos princípios gerais - mercado, funções concretas, situação da sociedade -, e que em muitos casos têm uma componente mais individual, associada à posição específica e desempenho de cada administrador.

Um outro fator relevante que é de forma global ponderado na fixação da componente variável da remuneração consiste na opção pela inexistência na Semapa de planos de ações ou opções de aquisição de ações.

### **3. Alínea c) do artigo 2º da Lei 28/2009. Planos de ações ou opções.**

A opção pela existência ou não de planos de atribuição de ações ou opções é de natureza estrutural. A existência de um plano desta natureza não é um simples acréscimo ao sistema remuneratório existente, sendo antes uma modificação profunda do que existe já, pelo menos em termos de remuneração variável.

Muito embora um regime remuneratório estruturado desta forma não seja incompatível com os estatutos da sociedade, entendemos que a redação da respetiva cláusula estatutária e o histórico existente apontava na manutenção de um sistema remuneratório global sem uma componente de ações ou opções.

Não significa isto que não reconheçamos os méritos de uma componente de ações ou opções na remuneração da administração, nem tão pouco que não estejamos recetivos a encontrar uma nova forma de estruturação da remuneração da administração com esta componente, mas o recurso a planos de ações e opções não é essencial para assegurar os princípios que defendemos e, como se disse, não cremos que fosse essa a opção base dos acionistas da sociedade.

### **4. Alínea d) do artigo 2º da Lei 28/2009. Momento do pagamento da remuneração variável.**

Tem vindo a ser defendido pelos especialistas nesta área a existência de vantagens relevantes no diferimento do pagamento da parte variável da remuneração para um momento posterior que permitisse de alguma forma a ponderação de todo o mandato.

Aceitamos o princípio em abstrato como bom, mas não nos parece que seja vantajoso no caso concreto da Semapa e de outras sociedades de natureza similar.

A opção proposta tem como um dos principais suportes o comprometimento da administração e da sua remuneração com um resultado de médio prazo, sustentável, evitando assim a associação a um simples exercício que pode não ser representativa e cujos resultados podem mesmo ser superiores em prejuízo de exercícios seguintes.

Ora, se este perigo é real e se justifica que seja minorado através de sistemas como este em sociedades de capital totalmente disperso em que a administração pode ser tentada a ter uma visão imediatista de rápida realização de potenciais vantagens em sacrifício do futuro, o mesmo não se passa neste momento com uma sociedade como a Semapa, de controlo e administração estável, em que essas preocupações estão por natureza asseguradas.

**5.** Alínea e) do artigo 2º da Lei 28/2009. Mecanismos de limitação da remuneração variável.

Defende-se com este mecanismo a limitação da remuneração variável no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

Também neste mecanismo transparece uma preocupação de que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro.

Igualmente aqui, por maioria de razão, se aplicam os raciocínios supra. Note-se, aliás, que se trata de uma solução com pouco efeito prático se não for associada a um diferimento relevante da remuneração que não se propõe para a Semapa.

**6.** Recomendação II.1.5.2. primeira parte. Elementos comparativos.

Em relação aos grupos de sociedades cuja política e práticas recomendatórias foram tomadas como elemento comparativo para fixação da remuneração, esta Comissão tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente dentro do PSI-20, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes à Semapa.

**7.** Recomendação II.1.5.2. segunda parte. Acordos relativos à cessação de funções.

Não existem nem nunca foram fixados por esta Comissão quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

Esta circunstância resultou naturalmente dos vários casos concretos existentes na sociedade e não de uma posição de princípio desta Comissão contra a existência de acordos desta natureza.

**8.** Recomendação II.1.5.3. Inclusão de dirigentes na presente declaração

Em relação a esta recomendação, sendo entendimento expresso do Conselho de Administração que esta matéria lhe está por natureza reservada e que não é do interesse da sociedade o cumprimento da recomendação, a Comissão de Remunerações nada tem a propor ou esclarecer.

## VII. Opções concretas

As opções concretas de política de remuneração propostas podem pois ser sumariadas da seguinte forma:

- 1.<sup>a</sup> A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração será composta por uma parte fixa e por uma parte variável.
- 2.<sup>a</sup> A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração será composta apenas por uma parte fixa ou alternativamente por uma parte fixa e uma parte variável, à semelhança do que acontece com os administradores executivos, sempre que a natureza das funções efetivamente desenvolvidas, a responsabilidade e a proximidade à vida corrente da sociedade o justifiquem.
- 3.<sup>a</sup> A remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa.

- 4.<sup>a</sup> A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração consistirá num valor mensal pagável catorze vezes por ano ou num valor predeterminado por cada participação em reunião do Conselho de Administração.
- 5.<sup>a</sup> A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será feita para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para os que não sendo membros daquela Comissão exerçam funções ou desenvolvam trabalhos específicos de natureza repetida ou continuada.
- 6.<sup>a</sup> A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será feita para aqueles que tenham funções essencialmente consultivas e de fiscalização.
- 7.<sup>a</sup> As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal consistirão todas num valor fixo mensal pagável catorze vezes por ano.
- 8.<sup>a</sup> As remunerações fixas dos membros da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor predeterminado por cada reunião, sendo inferior os valores para as segunda e seguintes reuniões que tenham lugar durante o mesmo ano.
- 9.<sup>a</sup> O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos do Conselho de Administração deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Remunerações, não devendo exceder o valor global de cinco por cento do resultado líquido consolidado em formato IFRS.
- 10.<sup>a</sup> Na fixação de todas as remunerações, incluindo designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável do Conselho de Administração serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios de mercado.

Lisboa, 3 de maio de 2013

A Comissão de Remunerações

*José Gonçalo Maury*

*Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses*

*Sofia Luísa Corrêa Henriques Cardoso de Menezes Frère”*

## Anexo III

### Ao Relatório sobre o Governo Societário

#### DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Dispõe a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Semapa foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

*Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2013, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.*

Considerando que os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas subscrevem uma declaração equivalente no âmbito dos documentos que são da sua responsabilidade, a declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito de “responsáveis do emitente” os titulares dos órgãos sociais. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Nome	Funções
Pedro Mendonça de Queiroz Pereira	Administrador
Francisco José Melo e Castro Guedes	Administrador
José Miguel Pereira Gens Paredes	Administrador
Paulo Miguel Garcês Ventura	Administrador
António da Nóbrega de Sousa da Câmara	Administrador
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	Administrador

Nome	Funções
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Administrador
Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	Administrador

## PARTE 3

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

---

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2013 E 2012

Valores em Euros	Notas	2013	2012	4ºT 2013 (Não auditado)	4ºT 2012 (Não auditado)
<b>Réditos</b>					
Vendas	4	1.947.410.132	1.907.469.953	487.136.381	496.380.237
Prestação de Serviços	4	43.100.332	45.117.965	9.709.770	12.539.347
<b>Outros proveitos</b>					
Ganhos na alienação de activos não correntes	5	1.524.019	25.059.542	793.431	1.710.352
Outros ganhos operacionais	5	50.438.800	71.426.751	22.586.964	23.222.283
<b>Variações de justo valor nos activos biológicos</b>	18	2.283.381	(1.713.381)	(10.676)	(149.274)
<b>Gastos e perdas</b>					
Inventários consumidos e vendidos	6	(808.189.137)	(759.614.259)	(193.553.490)	(208.318.017)
Variação da produção	6	2.548.100	(2.513.330)	(6.237.677)	3.840.120
Materiais e serviços consumidos	6	(581.714.481)	(555.502.068)	(154.161.255)	(143.433.461)
Gastos com o pessoal	6	(201.981.258)	(192.737.391)	(45.805.086)	(29.923.667)
Outros gastos e perdas	6	(33.297.983)	(42.207.337)	(12.151.320)	(9.468.427)
Provisões líquidas	6	(14.112.990)	9.508.549	(14.334.148)	5.061.591
<b>Depreciações, amortizações e perdas por imparidade</b>	8	(169.408.637)	(199.812.720)	(44.125.883)	(76.685.842)
<b>Resultados operacionais</b>		<b>238.600.278</b>	<b>304.482.274</b>	<b>49.847.011</b>	<b>74.775.242</b>
Apropriação de resultados em empresas associadas	9	445.516	1.002.692	73.442	540.284
<b>Resultados financeiros líquidos</b>	10	<b>(87.305.900)</b>	<b>(64.025.464)</b>	<b>(17.807.037)</b>	<b>(20.727.750)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>151.739.894</b>	<b>241.459.502</b>	<b>32.113.416</b>	<b>54.587.776</b>
Imposto sobre o rendimento	11	39.403.174	(70.899.615)	57.530.919	(30.215.500)
<b>Lucros retidos do exercício</b>		<b>191.143.068</b>	<b>170.559.887</b>	<b>89.644.335</b>	<b>24.372.276</b>
<b>Lucros retidos do exercício</b>					
<b>Atribuível aos accionistas da Semapa</b>		<b>146.125.472</b>	<b>126.516.088</b>	<b>76.535.981</b>	<b>16.001.029</b>
Atribuível a interesses não controlados	13	45.017.596	44.043.799	13.108.354	8.371.247
<b>Resultados por acção</b>					
Resultados básicos por acção, Eur	12	1,294	1,121	0,678	0,142
Resultados diluídos por acção, Eur	12	1,294	1,121	0,678	0,142

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Valores em Euros	Nota	31-12-2013	31-12-2012
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activos não correntes</b>			
Goodwill	15	335.700.924	335.700.924
Outros activos intangíveis	16	290.310.424	295.255.939
Terrenos, edifícios e equipamentos	17	2.197.206.941	2.301.163.727
Propriedades de investimento		1.431.752	1.615.016
Activos biológicos	18	111.339.306	109.055.925
Investimentos em associadas	19	3.439.994	5.498.397
Activos financeiros ao JV através de resultados	20	482.923	9.026.930
Activos disponíveis para venda	21	346.257	226.921
Activos por impostos diferidos	28	84.698.331	60.858.404
Outros activos não correntes		6.111.194	3.113.802
		<b>3.031.068.046</b>	<b>3.121.515.985</b>
<b>Activos correntes</b>			
Existências	23	299.644.017	317.329.632
Valores a receber correntes	24	280.662.214	290.925.902
Estado	25	64.719.854	80.511.929
Activos não correntes detidos para venda	33	1.174.069	4.000.614
Caixa e seus equivalentes	31	666.345.306	413.676.080
		<b>1.312.545.460</b>	<b>1.106.444.157</b>
<b>Activo total</b>		<b>4.343.613.506</b>	<b>4.227.960.142</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital e reservas</b>			
Capital social	26	118.332.445	118.332.445
Ações próprias	26	(47.164.986)	(47.164.986)
Prémios de emissão de ações		3.923.459	3.923.459
Reserva de conversão cambial	27	(49.274.921)	(25.322.950)
Reserva de justo valor	27	(14.243.578)	(20.213.050)
Outras Reservas	27	924.814.439	953.599.979
Lucros retidos	27	(201.788.562)	(313.759.714)
Lucros retidos do exercício	27	146.125.472	126.516.088
<b>Capital Próprio atribuível ao Grupo</b>		<b>880.723.768</b>	<b>795.911.271</b>
Interesses não controlados	13	328.074.030	335.228.645
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>1.208.797.798</b>	<b>1.131.139.916</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Passivos por impostos diferidos	28	338.289.795	455.206.346
Pensões e outros benefícios pós-emprego	29	3.922.272	9.503.059
Provisões	30	76.184.019	34.518.241
Passivos remunerados	31	1.929.394.235	1.681.677.079
Outros passivos	32	48.021.571	15.616.661
		<b>2.395.811.892</b>	<b>2.196.521.386</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Passivos remunerados	31	250.603.409	333.104.559
Valores a pagar correntes	32	339.301.436	415.397.720
Estado	25	148.998.706	150.562.422
Passivos não correntes detidos para venda	33	100.265	1.234.139
		<b>739.003.816</b>	<b>900.298.840</b>
<b>Passivo total</b>		<b>3.134.815.708</b>	<b>3.096.820.226</b>
<b>Capital Próprio e passivo total</b>		<b>4.343.613.506</b>	<b>4.227.960.142</b>



## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2013 E 2012

Valores em Euros	Nota	2013	2012	4ºT 2013 (Não auditado)	4ºT 2012 (Não auditado)
<b>Lucros retidos do exercício antes de interesses não controlados</b>		<b>191.143.068</b>	<b>170.559.887</b>	<b>89.644.335</b>	<b>24.372.276</b>
<b>Itens que posteriormente poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</b>					
Instrumentos financeiros derivados					
Variações no justo valor	34	6.472.890	(9.728.499)	95.195	(2.643.478)
Efeito de imposto	28	(479.379)	1.026.242	(223.794)	553.954
Ganhos e (Perdas) Actuariais					
Ganhos e perdas actuariais	29	(6.786.377)	11.654.475	(5.555.020)	4.495.074
Efeito de imposto	28	267.398	(974.955)	(116.653)	(778.361)
Diferenças de conversão cambial	27	(27.750.151)	(10.399.261)	(8.398.157)	(3.123.724)
Outras variações nos Capitais próprios de associadas		-	(3.382.270)	655.889	(3.382.270)
<b>Rendimento reconhecido no capital próprio</b>		<b>(28.275.619)</b>	<b>(11.804.268)</b>	<b>(13.542.540)</b>	<b>(4.878.805)</b>
<b>Total dos rendimentos e gastos reconhecidos</b>		<b>162.867.449</b>	<b>158.755.619</b>	<b>76.101.795</b>	<b>19.493.471</b>
<b>Atribuível a:</b>					
Accionistas da Semapa		122.723.307	113.901.898	65.467.467	11.839.780
Interesses não controlados		40.144.142	44.853.721	10.634.328	7.653.691
		<b>162.867.449</b>	<b>158.755.619</b>	<b>76.101.795</b>	<b>19.493.471</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Valores em Euros	Notas	Capital Social	Acções Próprias	Prémios de emissão	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Reservas de conversão cambial	Lucros retidos	Lucros retidos no período	Total	Interesses não controlados	Total
<b>Capital próprio em 1 de Janeiro de 2013</b>		<b>118.332.445</b>	<b>(47.164.986)</b>	<b>3.923.459</b>	<b>(20.213.050)</b>	<b>953.599.979</b>	<b>(25.322.950)</b>	<b>(313.759.714)</b>	<b>126.516.088</b>	<b>795.911.271</b>	<b>335.228.645</b>	<b>1.131.139.916</b>
Aplicação do resultado líquido do exercício 2012:												
- Transferência para lucros retidos		-	-	-	-	-	-	126.516.088	(126.516.088)	-	-	-
- Dividendos/Reservas pagas	14 e 27	-	-	-	-	(28.785.540)	-	-	-	(28.785.540)	-	(28.785.540)
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses não controlados	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.713.580)	(40.713.580)
Rendimentos e Gastos reconhecidos directamente em capitais*		-	-	-	5.969.472	-	(23.951.971)	(5.419.665)	-	(23.402.164)	(4.873.455)	(28.275.619)
Diferenças de aquisição a interesses não controlados	27	-	-	-	-	-	-	(9.103.553)	-	(9.103.553)	(6.333.579)	(15.437.132)
Alterações ao perímetro de consolidação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(251.502)	(251.502)
Outros movimentos		-	-	-	-	-	-	(21.718)	-	(21.718)	(95)	(21.813)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	146.125.472	146.125.472	45.017.596	191.143.068
<b>Capital próprio em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>118.332.445</b>	<b>(47.164.986)</b>	<b>3.923.459</b>	<b>(14.243.578)</b>	<b>924.814.439</b>	<b>(49.274.921)</b>	<b>(201.788.562)</b>	<b>146.125.472</b>	<b>880.723.768</b>	<b>328.074.030</b>	<b>1.208.797.798</b>

\* Montantes líquidos de impostos diferidos

Valores em Euros	Notas	Capital Social	Acções Próprias	Prémios de emissão	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Reservas de conversão cambial	Lucros retidos	Lucros retidos no período	Total	Interesses não controlados	Total
<b>Capital próprio em 1 de Janeiro de 2012</b>		<b>118.332.445</b>	<b>(47.164.986)</b>	<b>3.923.459</b>	<b>(11.409.673)</b>	<b>858.223.719</b>	<b>(15.071.293)</b>	<b>17.807.527</b>	<b>124.161.800</b>	<b>1.048.802.998</b>	<b>333.216.889</b>	<b>1.382.019.887</b>
Aplicação do resultado líquido do exercício 2011:												
- Transferência para reservas		-	-	-	-	95.376.260	-	-	(95.376.260)	-	-	-
- Dividendos/Reservas pagas	14	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.785.540)	-	(28.785.540)
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses não controlados	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.199.383)	(40.199.383)
Rendimentos e Gastos reconhecidos directamente em capitais*		-	-	-	(8.803.377)	-	(10.251.657)	6.835.982	-	(12.219.052)	414.784	(11.804.268)
Diferenças de aquisição a interesses não controlados	27	-	-	-	-	-	-	(338.365.640)	-	(338.365.640)	(44.095.664)	(382.461.304)
Alterações do método de consolidação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.381.063	31.381.063
Atribuição de justos valores a InC		-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.503.035	10.503.035
Outros movimentos		-	-	-	-	-	-	(37.583)	-	(37.583)	(35.878)	(73.461)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	126.516.088	126.516.088	44.043.799	170.559.887
<b>Capital próprio em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>118.332.445</b>	<b>(47.164.986)</b>	<b>3.923.459</b>	<b>(20.213.050)</b>	<b>953.599.979</b>	<b>(25.322.950)</b>	<b>(313.759.714)</b>	<b>126.516.088</b>	<b>795.911.271</b>	<b>335.228.645</b>	<b>1.131.139.916</b>

\* Montantes líquidos de impostos diferidos

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Valores em Euros	Notas	2013	2012	4.º T 2013 (Não auditado)	4.º T 2012 (Não auditado)
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Recebimentos de clientes		2.151.669.719	2.163.019.309	531.409.847	551.773.591
Pagamentos a fornecedores		(1.587.609.548)	(1.600.814.104)	(387.029.193)	(360.889.698)
Pagamentos ao pessoal		(214.190.126)	(211.611.354)	(71.507.854)	(85.641.970)
Fluxos gerados pelas operações		349.870.045	350.593.851	72.872.800	105.241.923
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(27.315.232)	(57.175.810)	(15.587.609)	(25.330.766)
Outros (pagamentos)/recebimentos da actividade operacional		(28.666.213)	79.772.157	(51.236.993)	44.994.701
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>293.888.600</b>	<b>373.190.198</b>	<b>6.048.198</b>	<b>124.905.858</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
<b>Recebimentos provenientes de:</b>					
Investimentos financeiros		10.712.903	316.350	74.837	(9)
Activos fixos tangíveis		426.283	950.292	132.579	80.704
Subsídios ao investimento		-	32.536.179	-	9.508
Juros e proveitos similares		7.756.773	10.353.505	1.588.207	(907.293)
Dividendos		1.442.686	1.566.291	3.748	14.286
Outros activos		-	126.463	-	191
		20.338.645	45.849.080	1.799.371	(802.613)
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>					
Investimentos financeiros		(14.946.646)	(699.375.212)	(2.637.674)	(775.163)
Saldos de caixa e equivalentes por variação de perímetro		6.680.980	39.414.089	-	-
Activos fixos tangíveis		(90.301.515)	(87.356.071)	(19.709.731)	(28.742.534)
Activos fixos intangíveis		(19.271)	(25.765)	106.908	(25.765)
Outros activos		-	(254.054)	-	9.218
		(98.586.452)	(747.597.013)	(22.240.497)	(29.534.244)
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(78.247.807)</b>	<b>(701.747.933)</b>	<b>(20.441.126)</b>	<b>(30.336.857)</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
<b>Recebimentos provenientes de:</b>					
Empréstimos obtidos		3.141.568.098	2.128.517.374	703.272.093	(656.952.132)
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		1.500	-	-	-
		3.141.569.598	2.128.517.374	703.272.093	(656.952.132)
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>					
Empréstimos obtidos		(2.913.825.127)	(1.638.084.654)	(638.655.431)	692.880.357
Amortização de contratos de locação financeira		(1.176.903)	(979.614)	(386.739)	(161.708)
Juros e custos similares		(114.454.644)	(93.154.681)	(37.690.439)	(38.830.240)
Distribuição de Dividendos/Reservas	13 e 27	(69.499.120)	(69.767.974)	(16.464.658)	(1.273.482)
		(3.098.955.794)	(1.801.986.923)	(693.197.267)	652.614.927
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>42.613.804</b>	<b>326.530.451</b>	<b>10.074.826</b>	<b>(4.337.205)</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)</b>		<b>258.254.597</b>	<b>(2.027.284)</b>	<b>(4.318.102)</b>	<b>90.231.796</b>
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		(5.585.370)	(1.430.342)	(3.811.067)	(1.131.109)
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	31	<b>413.676.079</b>	<b>415.697.575</b>	<b>674.520.059</b>	<b>324.464.136</b>
EFEITO DOS ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA		-	1.436.131	(45.584)	111.257
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	31	<b>666.345.306</b>	<b>413.676.080</b>	<b>666.345.306</b>	<b>413.676.080</b>

## ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.	Resumo das principais políticas contabilísticas .....	9
1.1	Bases de preparação.....	9
1.2	Divulgações complementares.....	10
1.3	Bases de consolidação .....	10
1.3.1	Subsidiárias .....	10
1.3.2	Associadas .....	11
1.3.3	Empreendimentos conjuntos .....	11
1.4	Relato por segmentos.....	11
1.5	Conversão cambial.....	13
1.5.1	Moeda Funcional e de Relato .....	13
1.5.2	Saldos e transações expressos em moedas estrangeiras.....	13
1.5.3	Empresas do Grupo .....	13
1.6	Activos intangíveis .....	13
1.6.1	Direitos de emissão de CO2 .....	13
1.6.2	Marcas .....	14
1.7	Goodwill.....	14
1.8	Terrenos, Edifícios e Equipamentos .....	14
1.9	Propriedades de investimento .....	15
1.10	Imparidade de activos não correntes .....	15
1.11	Activos biológicos .....	15
1.12	Investimentos financeiros .....	16
1.13	Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura.....	17
1.14	Imposto sobre o rendimento .....	18
1.15	Existências .....	19
1.16	Valores a receber correntes .....	19
1.17	Caixa e seus equivalentes .....	19
1.18	Capital Social e Acções Próprias .....	19
1.19	Passivos remunerados .....	20
1.20	Encargos financeiros com empréstimos .....	20
1.21	Provisões.....	20
1.22	Pensões e outros benefícios pós-emprego.....	21
1.22.1	Planos de pensões de benefícios definidos .....	21
1.22.2	Planos de pensões de Contribuição definida .....	21
1.22.3	Férias e subsídio de férias e prémios .....	22
1.23	Valores a pagar correntes .....	22
1.24	Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas .....	22
1.25	Subsídios .....	22
1.26	Locações .....	23
1.27	Distribuição de dividendos .....	23
1.28	Rédito e especialização dos exercícios .....	23
1.29	Activos e passivos contingentes .....	24
1.30	Eventos subsequentes .....	24
1.31	Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes .....	24
2.	Gestão do Risco .....	25
2.1	Factores do risco financeiro.....	25
2.1.1	Risco cambial .....	25
2.1.2	Risco de taxa de juro.....	27
2.1.3	Risco de crédito .....	28
2.1.4	Risco de liquidez .....	30
2.1.5	Risco de preço.....	31
2.1.6	Risco de capital .....	31
2.2	Factores de risco operacional.....	31

2.2.1	Riscos associados ao segmento da Pasta e do Papel.....	31
2.2.2	Riscos associados ao segmento do Cimento e derivados.....	36
2.2.3	Riscos associados ao segmento do Ambiente .....	36
2.2.4	Riscos associados ao Grupo em geral.....	37
2.2.5	Custos de contexto .....	37
3.	Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes .....	38
3.1	Imparidade do <i>Goodwill</i> .....	38
3.2	Imposto sobre o Rendimento.....	38
3.3	Pressupostos actuariais .....	38
3.4	Justo valor dos activos biológicos.....	39
3.5	Reconhecimento de provisões e ajustamentos.....	39
4.	Relato por segmentos .....	39
5.	Outros proveitos.....	40
6.	Gastos e perdas .....	41
7.	Remuneração dos membros dos órgãos sociais.....	42
8.	Depreciações, amortizações e perdas por imparidade .....	43
9.	Apropriação de resultados em empresas associadas.....	43
10.	Resultados financeiros líquidos.....	44
11.	Imposto sobre o rendimento .....	44
12.	Resultados por acção.....	45
13.	Interesses não controlados .....	46
14.	Aplicação do resultado do exercício anterior.....	47
15.	<i>Goodwill</i> .....	47
16.	Outros activos intangíveis .....	49
17.	Terrenos, edifícios e equipamentos .....	51
18.	Activos biológicos .....	53
19.	Investimentos em associadas.....	53
20.	Activos financeiros ao justo valor através de resultados .....	55
21.	Activos disponíveis para venda .....	56
22.	Imparidades em activos não correntes e correntes .....	56
23.	Existências .....	57
24.	Valores a receber correntes .....	57
25.	Estado .....	58
26.	Capital social e acções próprias.....	59
27.	Reservas e lucros retidos.....	60
28.	Impostos diferidos.....	61
29.	Pensões e outros benefícios pós-emprego .....	63
30.	Provisões .....	69
31.	Passivos remunerados.....	69
32.	Valores a pagar correntes.....	75
33.	Activos e Passivos detidos para venda .....	76
34.	Activos e Passivos Financeiros.....	76
35.	Saldo e transacções com partes relacionadas .....	80
36.	Joint Ventures.....	81
37.	Dispêndios em matérias ambientais .....	82
38.	Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas .....	82
39.	Número de pessoal.....	83
40.	Compromissos .....	83
41.	Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo.....	84
42.	Activos contingentes .....	86
43.	Cotações utilizadas .....	88
44.	Empresas incluídas na consolidação .....	89

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2013

(Nas presentes Notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

O Grupo SEMAPA (Grupo) é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa) e Subsidiárias. A Semapa foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

**Sede Social:** Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10º Piso, Lisboa  
**Capital Social:** Euros 118.332.445  
**N.I.P.C.:** 502 593 130

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com actividades em três ramos de negócio distintos: pasta e papel, cimentos e derivados e ambiente desenvolvidos, respectivamente, sob a égide da Portucel, S.A. (Portucel ou Grupo Portucel), da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (Secil ou Grupo Secil) e da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. (ETSA ou Grupo ETSA).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de Março de 2014.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

### 1. *Resumo das principais políticas contabilísticas*

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

#### 1.1 Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 44), e tomando por base o custo histórico, excepto para os activos biológicos, activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos disponíveis para venda, e Instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Notas 18, 20, 21 e 34). Os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 encontram-se relevados pelo seu custo de reavaliado.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.

## 1.2 Divulgações complementares

### Comparabilidade

#### *Aquisição de 82% do capital social da Soporgen, S.A.*

Em 22 de Janeiro de 2013, o Grupo, através da subsidiária Soporcel, S.A., adquiriu o remanescente das acções não detidas representativas do capital social da Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A. (Soporgen ou Soporgen S.A.), accionando a *call-option* que, por acordo parassocial, tinha sobre o outro accionista, a EDP, S.A.. Em conformidade com a IFRS 3 revista, o grupo mensurou o seu interesse detido no capital próprio da Soporgen (18%) pelo seu justo valor à data de obtenção do controlo. Adicionalmente, o Grupo atribuiu aos 82% adquiridos o justo valor dos activos e passivos identificáveis, apurado por referência à data da obtenção do controlo, do qual resultou um ganho líquido de 3 milhões de euros (Nota 19).

Em face do exposto, as presentes demonstrações financeiras consolidadas integram a subsidiária Soporgen consolidada pelo método da equivalência patrimonial no exercício de 2012 e pelo método integral no exercício de 2013.

#### *Secil, S.A.*

A informação comparativa, referente ao exercício de 2012, apresentada nas presentes demonstrações financeiras consolidadas integra a subsidiária Secil consolidada pelo método proporcional no período compreendido entre Janeiro e Março de 2012 e pelo método integral no período de Abril a Dezembro de 2012 (exercício de 2013: consolidada pelo método integral).

## 1.3 Bases de consolidação

### 1.3.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de interesses não controlados, respectivamente, na Demonstração da Posição Financeira consolidada em linha própria no capital próprio e na demonstração de resultados consolidada. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 44.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos e passivos identificáveis adquiridos é registado como *Goodwill*, nos casos em que se verifica aquisição de controlo, que se encontra detalhado na Nota 15.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respectivo valor de aquisição é registado directamente em Capitais próprios na rubrica Lucros retidos (Nota 27).

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida (*Goodwill* negativo), a diferença é reconhecida directamente na Demonstração dos Resultados na rubrica Outros proveitos operacionais. Os custos de transacção directamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

As transacções internas, saldos, ganhos não realizados em transacções e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

### 1.3.2 Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *Goodwill* e mantidas na rubrica Investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas. Os custos de transacção directamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão à excepção do *Goodwill*.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver incorrido em responsabilidades ou efectuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo. Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 19.

### 1.3.3 Empreendimentos conjuntos

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional sendo os activos, passivos e rendimentos e gastos, das entidades conjuntamente controladas, reconhecidos linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas, como é o caso do subgrupo Supremo.

## 1.4 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:



- a) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transacções com outros componentes da mesma entidade);
- b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- c) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão providenciado aos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo. Estes são responsáveis pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas.

Foram identificados três segmentos de negócio: Pasta e Papel, Cimento e Derivados e Ambiente.

#### *Pasta e Papel*

A Portucel, S.A. é a subsidiária, cuja participação maioritária foi adquirida em 2004, que lidera o Grupo Empresarial conexo à produção e comercialização, em Portugal, na Alemanha, Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Holanda, Áustria, Bélgica, Suíça, Marrocos, Polónia, Estados Unidos da América e Moçambique entre outros, de pastas celulósicas, papel e seus derivados ou afins, aquisição de madeiras, produção florestal e agrícola, corte das florestas da produção e comercialização de pasta e papel, actividades exercidas em Portugal essencialmente por si e pelas suas subsidiárias About the Future, S.A., Soporcel – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A., Portucel - Papel Setúbal, S.A. e PortucelSoporcel Florestal, S.A., entre outras.

#### *Cimento e derivados*

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial dos cimentos e derivados e exerce a sua actividade em Portugal, Tunísia, Espanha, Angola, Holanda, França, Líbano e Cabo Verde, destacando-se a produção de cimento, através das suas subsidiárias, nas fábricas de Maceira, Pataias, Outão, Gabés (Tunísia), Lobito (Angola) e Beirute (Líbano) e a produção e comercialização de betão, inertes pré fabricados e exploração de pedreiras, através das suas subsidiárias, cujas participações se encontram, essencialmente, concentradas na subholding Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A..

A Supremo Cimentos, S.A., é uma empresa cimenteira que exerce a sua actividade no sul do Brasil (estado de Stª Catarina), com uma operação numa fábrica integrada de clínquer e cimento em Pomerode, bem como operações de agregados e betão.

#### *Ambiente*

A ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. é a sociedade que lidera o Grupo Empresarial do Ambiente e exerce a sua actividade em Portugal.

*Segmento geográfico* é uma área individualizada comprometida em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos. O segmento geográfico é definido com base no país de destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos intersegmentais são a preços de mercado e todos os réditos intersegmentais são eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 4.

## 1.5 Conversão cambial

### 1.5.1 Moeda Funcional e de Relato

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

### 1.5.2 Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

Todos os activos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da Posição financeira consolidada.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da Posição financeira consolidada, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados consolidados do período.

### 1.5.3 Empresas do Grupo

Os resultados e a Posição financeira de todas as entidades do Grupo que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato são convertidas para a moeda de relato como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada Posição financeira consolidada são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras;

As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica reservas de conversão cambial.

- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções.

## 1.6 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos, e anualmente para os direitos de emissão de CO<sub>2</sub>.

### 1.6.1 Direitos de emissão de CO<sub>2</sub>

As licenças de emissão de CO<sub>2</sub> atribuídas ao Grupo no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO<sub>2</sub>, a título gratuito, são registadas na rubrica Activos intangíveis pelo valor de mercado na data de atribuição por contrapartida de um passivo, na rubrica Proveitos diferidos - Subsídios a reconhecer, de igual montante.

Pelas emissões de CO<sub>2</sub> efectuadas pelo Grupo é registado um custo operacional por contrapartida de um passivo e de um proveito operacional em resultado do reconhecimento do subsídio correspondente.

As vendas de direitos de emissão dão origem a um ganho ou perda apurada entre o valor de realização e o respectivo custo de aquisição, deduzido do correspondente subsídio do Estado.

À data da demonstração da Posição financeira as licenças de emissão em carteira são valorizados ao preço de mercado, quando este é inferior ao custo de aquisição presumido. Por outro lado, os passivos relativos às responsabilidades com emissões são mensurados ao valor de mercado das respectivas licenças de emissão à data dessa demonstração de Posição financeira.

#### 1.6.2 Marcas

Sempre que numa concentração de actividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras consolidadas como um activo mensurado ao custo histórico, o qual corresponde ao justo valor na data da aquisição.

Na mensuração subsequente as marcas encontram-se reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo seu custo deduzido de perdas por imparidade.

#### 1.7 *Goodwill*

O *Goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias na data de aquisição.

O *Goodwill* não é amortizado e encontra-se sujeito a testes por imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do *Goodwill* correspondente.

#### 1.8 Terrenos, Edifícios e Equipamentos

Os terrenos, edifícios e equipamentos adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

No que respeita às sociedades CMP, Société des Ciments de Gabés (SCG), Portucel, Soporcel e ETSA, entre outras, o custo das imobilizações corpóreas na data de aquisição destas sociedades foi determinado com base em avaliações efectuadas por entidades independentes.

Os activos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respectivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada, como segue:

	<b>Anos médios de vida útil</b>
Terrenos de exploração	14
Edifícios e outras construções	12 – 30
Equipamentos:	
Equipamento básico	6 – 25
Equipamento de transporte	4 - 9

Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	4 - 8
Taras e vasilhames	6
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data da Posição financeira consolidada. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 1.10).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos custos de transacção e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros custos operacionais.

## 1.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são valorizadas ao custo de aquisição líquido de amortizações e perdas por imparidade sendo que, para as adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), o custo de aquisição corresponde ao custo de aquisição histórico ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data.

### 1.10 Imparidade de activos não correntes

Os activos não correntes que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o activo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada activo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas por imparidade do *Goodwill* – ver Nota 1.7).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como Outros proveitos operacionais, a não ser que o activo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

### 1.11 Activos biológicos

Os activos biológicos são mensurados ao justo valor. Os activos biológicos do Grupo correspondem às florestas detidas para produção de madeira a utilizar no processo produtivo de pasta e papel.

Na determinação do justo valor das florestas foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, alvo de validação periódica por avaliadores externos e independentes, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos

activos em avaliação, nomeadamente, a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, das rendas dos terrenos próprios e arrendados, recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos activos florestais e o risco associado aos mesmos.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período de corte, preço, custo e outras premissas são reconhecidas em Variações de justo valor dos activos biológicos na demonstração dos resultados. No momento do corte, a madeira é valorizada pelo justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

### 1.12 Investimentos financeiros

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e sendo essa classificação reavaliada em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, incluindo despesas de transacção. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

#### Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data da Posição financeira consolidada, sendo nesse caso classificados como activos não correntes. Os empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos na Posição financeira consolidada em Valores a receber correntes (Nota 24).

#### Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data da Posição financeira consolidada. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados (Nota 20).

#### Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data da Posição financeira

consolidada (Nota 21). Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respectivo valor de cotação à data da Posição financeira consolidada.

Se não existir mercado activo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transacções comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas directamente na reserva de justo valor até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor é incluído no resultado líquido do período (Nota 27).

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em causa são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

O Grupo avalia, em cada data da Posição financeira consolidada, se há uma evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos activos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda por imparidade nesse activo financeiro que já foi reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do período.

Uma perda por imparidade reconhecida relativamente a activos financeiros disponíveis para venda é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excepcional que não se espera que se repitam mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, sendo que nestas circunstâncias a reversão não afecta a demonstração de resultados, registando-se a subsequente flutuação positiva do activo na reserva de justo valor.

### 1.13 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

#### *Instrumentos Financeiros Derivados*

O Grupo utiliza derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito.

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39. Os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados na Posição financeira consolidada pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Ganhos e perdas em Instrumentos financeiros (Nota 10).

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos Instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de Valores a receber correntes e de Valores a pagar correntes.

Adicionalmente o Grupo contratou Instrumentos financeiros derivados relativos a parte da carteira detida de licenças de emissão de gases com efeitos de estufa.

Os Instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;

- ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio, *forwards* cambiais, etc.

Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

#### *Cobertura de fluxos de caixa (risco de taxa de juro e de câmbio)*

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de juro e de câmbio, realiza cobertura de fluxos de caixa.

Estas operações são registadas na Posição financeira consolidada pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Ganhos/(Perdas) em Instrumentos financeiros em Resultados financeiros líquidos na data da sua liquidação.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada directamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

#### *Cobertura de Investimento líquido no estrangeiro (risco de taxa de câmbio)*

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de câmbio, realiza cobertura da exposição cambial em investimentos em entidades no estrangeiro (*Net investment*) através da contratação de *forwards* cambiais.

Os *forwards* cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados na Posição financeira consolidada pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos *forwards* cambiais são reconhecidas directamente em reservas na rubrica Reservas de conversão cambial. Os ganhos e perdas acumulados nas reservas são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

### 1.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da Posição financeira consolidada.

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade da Posição financeira consolidada, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a

determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica. Os incentivos fiscais atribuídos no âmbito de projectos de investimento a desenvolver pelo Grupo são reconhecidos em resultados do exercício na medida da existência de matéria colectável nas empresas beneficiárias que permita a sua utilização.

### 1.15 Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

ii) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

### 1.16 Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Nota 24).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

### 1.17 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e seus equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na Posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica Passivos remunerados.

### 1.18 Capital Social e Acções Próprias

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 26).



Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica Acções próprias sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em Outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as acções próprias se mantiverem na posse da sociedade, é tornada indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias) o pagamento, que inclui os custos incrementais directamente atribuíveis, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

### 1.19 Passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da Posição financeira consolidada (Nota 31).

### 1.20 Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 10).

Os encargos financeiros de empréstimos directamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de activos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do activo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projecto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Qualquer proveito directamente relacionado com um investimento específico é deduzido ao custo do referido activo.

### 1.21 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data da Posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data (Nota 30).

O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, às estabelecidas para a execução de planos de requalificação visual e paisagística) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade do Grupo, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo (Notas 30 e 37).

Adicionalmente, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental, sendo prática do Grupo a reconstituição continuada e progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, reconhecendo nos resultados desse mesmo período, os dispêndios incorridos.

No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, reconhecendo provisões para este efeito (Nota 30).

## 1.22 Pensões e outros benefícios pós-emprego

### 1.22.1 Planos de pensões de benefícios definidos

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de pensões de benefícios definidos.

Conforme referido na Nota 29, o Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos. De acordo com o IAS 19, as empresas com planos de pensões reconhecem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo a responsabilidade total do Grupo é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projectadas.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente, nas situações em que os benefícios se encontrem a ser pagos ou se encontrem vencidos. A responsabilidade assim determinada é apresentada na Posição financeira consolidada, deduzida do valor de mercado dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego, nos passivos não correntes.

Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, demonstração do rendimento integral (Nota 27).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de forma a que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

### 1.22.2 Planos de pensões de Contribuição definida

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos relativos à contribuição para planos de contribuição definida de uma percentagem dos vencimentos dos funcionários abrangidos por esses planos, por forma a proporcionar um complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.

Para este efeito, foram constituídos Fundos de Pensões que visam a capitalização daquelas contribuições, para os quais os funcionários podem ainda efectuar contribuições voluntárias.

Desta forma, a responsabilidade com estes planos corresponde à contribuição a efectuar para os fundos tendo por base a percentagem da massa salarial definida nos respectivos Acordos, correspondendo estas contribuições ao gasto do período, no qual são reconhecidas, independentemente do momento da sua liquidação.

#### 1.22.3 Férias e subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, se admitidos até 2003, direito a 25 dias úteis de férias (22 dias úteis se contratados após 2003), bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

De acordo com o Sistema de Gestão de Desempenho vigente, os trabalhadores podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem os objectivos definidos anualmente, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data da Posição financeira consolidada está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

### 1.23 Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e valores a pagar correntes são inicialmente registados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado (Nota 32).

### 1.24 Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda ao invés de ser através do seu uso continuado.

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) o Grupo assumiu um compromisso de vender; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses. Neste caso, os activos não correntes são mensurados pelo menor do valor contabilístico ou do respectivo justo valor deduzido dos custos de venda.

A partir do momento em que determinados activos tangíveis passam a ser considerados como “detidos para venda” cessa a depreciação inerente a esses bens passando estes a ser classificados como activos não correntes detidos para venda.

Os ganhos ou perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor líquido contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica “Ganhos e perdas com a alienação de activos”.

### 1.25 Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios relacionados com activos biológicos valorizados pelo seu justo valor, conforme o IAS 41, são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os termos e condições de atribuição do subsídio estiverem satisfeitos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por investimentos efectuados em activos imobilizados são incluídos na rubrica Valores a pagar correntes e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado, por dedução ao valor das amortizações.

### 1.26 Locações

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no activo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de Passivos remunerados – Locações Financeiras, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 1.8, são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo o Grupo locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação (Nota 40).

#### Locações incluídas em contratos conforme IFRIC 4

O Grupo reconhece uma locação operacional ou financeira sempre que celebre um acordo, compreendendo uma transacção ou uma série de transacções relacionadas, que, mesmo não assumindo a forma legal de uma locação, transmita um direito de usar um activo em retorno de um pagamento ou de uma série de pagamentos (Nota 17).

### 1.27 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

### 1.28 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da Posição financeira consolidada.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efectiva durante o período até à maturidade.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e proveitos são registadas nas rubricas Valores a receber correntes e Valores a pagar correntes (Notas 24 e 32 respectivamente).

### 1.29 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas Notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.21.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro (Nota 42).

### 1.30 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da Posição financeira consolidada que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Posição financeira consolidada são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da Posição financeira consolidada que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Posição financeira consolidada são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais (Nota 44).

### 1.31 Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

As interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciaram em 1 de Janeiro de 2013:

Normas efectivas a 31 de Dezembro de 2013	Data de aplicação *
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras	1 de Julho de 2012
IAS 12 – Impostos sobre o rendimento	1 de Janeiro de 2013
IAS 19 – Benefícios dos empregados	1 de Janeiro de 2013
Melhorias às normas 2009 – 2011	1 de Janeiro de 2013
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgação	1 de Janeiro de 2013
IFRS 13 – Justo valor: mensuração e divulgação	1 de Janeiro de 2013
IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das IFRS	1 de Janeiro de 2013

\* Exercícios iniciados em ou após

Interpretações efectivas a 31 de Dezembro de 2013	Data de aplicação *
IFRIC 20 – Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto	1 de Janeiro de 2013

\* Exercícios iniciados em ou após

A introdução das referidas normas não teve impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### Novas normas e interpretações de aplicação não mandatária em 31 de Dezembro de 2013:

Existem novas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de Janeiro de 2014, pelo que o Grupo decidiu não as adoptar antecipadamente, como segue:

<b>Normas efectivas na EU, em ou após 1 de Janeiro de 2014</b>	<b>Data de aplicação *</b>
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	1 de Janeiro de 2014
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 de Janeiro de 2014
IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação	1 de Janeiro de 2014
IAS 36 – Imparidade de ativos	1 de Janeiro de 2014
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	1 de Janeiro de 2014
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	1 de Janeiro de 2014
IFRS 11 – Acordos conjuntos	1 de Janeiro de 2014
IFRS 12 – Divulgação de interesses em outras entidades	1 de Janeiro de 2014
Alterações IFRS 10, 11 e 12	1 de Janeiro de 2014

\* Exercícios iniciados em ou após

<b>Normas efectivas, em ou após 1 de Janeiro de 2014, não endossadas pela EU</b>	<b>Data de aplicação *</b>
IAS 19 – Benefícios dos empregados	1 de Julho de 2014
Melhorias às normas 2010 – 2012	1 de Julho de 2014
Melhorias às normas 2011 – 2013	1 de Julho de 2014
IFRS 9 – Instrumentos financeiros: classificação e mensuração	Por definir
Alteração IFRS 9 – Instrumentos financeiros: contabilidade de cobertura	Por definir

\* Exercícios iniciados em ou após

<b>Interpretações efectivas, em ou após 1 de Janeiro de 2014, não endossadas pela EU</b>	<b>Data de aplicação *</b>
IFRIC 21 – ‘Taxas do Governo’ (“Levies”)	1 de Janeiro de 2014

\* Exercícios iniciados em ou após

O Grupo irá proceder à adopção das novas normas nos exercícios em que estas se tornem de aplicação efectiva encontrando-se ainda a avaliar os impactos que esta adopção produzirá nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

## 2. Gestão do Risco

### 2.1 Factores do risco financeiro

A Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve directa e indirectamente actividades de gestão sobre as suas participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash-flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash-flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à holding dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash-flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respectivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira do Grupo Semapa. A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira da holding e dos principais subgrupos de acordo com políticas aprovadas pelas respectivas Administrações. Existe ainda junto da Semapa uma Comissão de Controlo Interno com funções específicas na área do controlo de riscos da actividade da sociedade.

#### 2.1.1 Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras divisas pode afectar significativamente as receitas do Grupo de diversas formas.

No que respeita ao segmento da Pasta e do Papel, uma parte significativa das suas vendas é denominada em moedas diferentes do Euro, pelo que a sua evolução poderá ter um impacto significativo nas vendas futuras da Empresa, sendo a moeda com maior impacto o USD. Também as vendas em GBP, PLN e CHF têm alguma expressão, tendo as vendas noutras moedas menor significado.

Também as compras de algumas matérias primas são efectuadas em USD, nomeadamente parte das importações de madeira e de pasta de fibra longa, pelo que variações nesta moeda poderão ter um impacto nos valores de aquisição.

Adicionalmente, e uma vez concretizada uma venda ou compras em moeda diferente do Euro, a Empresa incorre em risco cambial até ao recebimento ou pagamento dessa venda ou compra, caso não contrate instrumentos de cobertura deste risco. Deste modo, existe permanentemente, no seu activo, um montante significativo de créditos a receber, assim como, embora com menor expressão, débitos a pagar, expostos a risco cambial.

A Portucel detém uma filial comercial nos Estados Unidos da América, a Portucel Soporcel North America, cujo capital social ascende a cerca de USD 25 milhões e está exposto ao risco cambial. Para além desta operação, este segmento não detém mais investimentos em operações externas que sejam materialmente relevantes e cujos activos líquidos estejam expostos ao risco cambial.

Pontualmente, quando tal se afigura oportuno, a Portucel recorre à utilização de Instrumentos financeiros derivados para a gestão do risco cambial, de acordo com uma política definida periodicamente e que tem como objectivo limitar o risco líquido de exposição cambial associado às vendas e compras futuras, aos créditos e débitos a receber e a pagar, e a outros activos denominados em moedas diferentes do Euro.

O risco cambial do segmento do Cimento e Derivados resulta sobretudo das compras de combustíveis e fretes de navios, ambos pagos em USD. Este segmento prosseguiu a sua política de maximização do potencial de cobertura natural da sua exposição cambial, via compensação dos fluxos cambiais intra-Grupo. A Secil detém activos localizados na Tunísia, Angola, Líbano e Brasil pelo que a variação das moedas dos referidos países poderá ter impacto na Posição financeira consolidada da Semapa.

Para os fluxos não compensados naturalmente, o risco tem vindo a ser analisado e coberto através da contratação de estruturas de opções cambiais, que estabelecem o contra-valor máximo a pagar e permitem beneficiar parcialmente de evoluções favoráveis na taxa de câmbio.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio a 31 de Dezembro de 2013, com base nos valores da Posição financeira consolidada dos activos e passivos financeiros do Grupo, no montante global de Euros 66.666.765, posição passiva (em 31 de Dezembro de 2012: Euros 48.331.861 posição activa), tendo por base as taxas de câmbio a essa data, apresenta-se como segue:

Valores em Divisas	Dólar Norte Americano	Líbra esterlina	Zloti Polaco	Coroa Sueca	Franco Suíço	Coroa Dinamarquesa	Real Brasileiro	Dólar Australiano	Coroa Norueguesa	Metical Moçambicano	Diram Marroquino	000 Libras Libanesas	Dinar Tunisino	Kwanza Angolano
<b>A 31 de Dezembro de 2013</b>														
<b>Activos</b>														
Caixa e equivalentes	61.792.820	403.998	198.227	1.862	23.501	2.543	55.261.106	-	8.595	19.771.878	142.770	32.667.732	3.595.977	262.588.531
Valores a receber	78.737.868	13.645.618	10.369.760	1.260.647	2.984.999	796.610	6.503.144	4.424	1.204.259	-	-	26.187.419	22.846.606	198.299.243
Outros activos	639.456	-	-	-	-	-	6.365.913	-	-	-	-	-	5.913.772	-
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>141.170.144</b>	<b>14.049.616</b>	<b>10.567.986</b>	<b>1.262.508</b>	<b>3.008.500</b>	<b>799.153</b>	<b>68.130.163</b>	<b>4.424</b>	<b>1.212.854</b>	<b>19.771.878</b>	<b>142.770</b>	<b>58.855.151</b>	<b>32.356.355</b>	<b>460.887.774</b>
<b>Passivos</b>														
Passivo remunerado	(10.563.485)	-	-	-	-	-	(335.563.392)	-	-	-	-	(9.760.004)	(68.996.018)	(1.143.936.997)
Valores a pagar	(9.873.132)	-	-	-	-	-	(33.320.324)	(642)	-	(6.428.720)	-	(25.097.810)	(29.942.834)	(112.945.301)
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>(20.436.617)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(368.883.716)</b>	<b>(642)</b>	<b>-</b>	<b>(6.428.720)</b>	<b>-</b>	<b>(34.857.814)</b>	<b>(98.938.852)</b>	<b>(1.256.882.298)</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>	<b>(113.890.000)</b>	<b>(8.080.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(128.100.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Posição financeira líquida de balanço</b>	<b>6.843.527</b>	<b>5.969.616</b>	<b>10.567.986</b>	<b>1.262.508</b>	<b>3.008.500</b>	<b>799.153</b>	<b>(428.853.553)</b>	<b>3.782</b>	<b>1.212.854</b>	<b>13.343.158</b>	<b>142.770</b>	<b>23.997.337</b>	<b>(66.582.497)</b>	<b>(795.994.524)</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2012</b>														
Total de activos financeiros	140.907.284	12.339.535	11.387.394	486.507	3.702.974	884.586	23.663.154	(12.176)	1.581.304	5.888.551	103.545	19.795.501	29.037.565	-
Total de passivos financeiros	(25.238.640)	(112.164)	-	-	(155.358)	(5)	(105.206.032)	-	-	(708.784)	-	(21.600.041)	(91.274.622)	-
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>	<b>(163.182.000)</b>	<b>(18.020.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(64.025.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Posição financeira líquida de balanço</b>	<b>(47.513.355)</b>	<b>(5.792.629)</b>	<b>11.387.394</b>	<b>486.507</b>	<b>3.547.616</b>	<b>884.581</b>	<b>(145.567.877)</b>	<b>(12.176)</b>	<b>1.581.304</b>	<b>5.179.767</b>	<b>103.545</b>	<b>(1.804.540)</b>	<b>(62.237.057)</b>	<b>-</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, uma desvalorização/valorização de 10% de todas as taxas de câmbio com referência ao Euro, resultaria num impacto nos resultados do período de Euros 7.645.475 / (9.344.470), respectivamente (31 de Dezembro de 2012: Euros 1.288.209 / (1.574.476)) e em capital de Euros (2.491.906) / Euros 2.038.832 (31 de

Dezembro de 2012: Euros 1.776.290 / (1.453.328)), considerando o efeito das operações realizadas de cobertura cambial.

Os Instrumentos financeiros derivados sobre o câmbio encontram-se a cobrir o risco cambial de operações futuras em moeda estrangeira.

### 2.1.2 Risco de taxa de juro

Uma parte significativa do custo associado à dívida financeira contraída pelo Grupo está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afectar os resultados do Grupo. Nos casos em que a Administração considera adequado, o Grupo recorre à utilização de Instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* e *collars* de taxa de juro para a gestão do risco de taxa de juro, tendo estes instrumentos como objectivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros.

O subgrupo Secil, optou por contratar uma cobertura parcial do risco da taxa de juro através de uma estrutura de derivados que lhe fixa um valor máximo para os encargos financeiros relativos à dívida de longo prazo com reembolso escalonados.

A Semapa SGPS, S.A. contratou, no exercício de 2009, três estruturas de *collars* de taxa de juro, com o objectivo de fixar uma banda de pagamento sobre os encargos financeiros relativos a dois empréstimos obrigacionistas expostos ao risco de flutuação das taxas de juro, até 2016.

Relativamente à dívida alocada ao subgrupo ETSA optou-se por manter na totalidade em regime de taxa variável.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o desenvolvimento dos activos e passivos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de refinação e maturidades é apresentado no quadro seguinte:

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de Dezembro de 2013						
<b>Activos</b>						
Não correntes						
Outros activos não correntes	-	-	-	1.250.000	-	1.250.000
Correntes						
Caixa e seus equivalentes	653.060.565	13.284.740	-	-	-	666.345.305
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>653.060.565</b>	<b>13.284.740</b>	<b>-</b>	<b>1.250.000</b>	<b>-</b>	<b>667.595.305</b>
<b>Passivos</b>						
Não correntes						
Passivos remunerados	168.736.749	289.349.842	708.199.116	403.620.187	370.614.010	1.940.519.904
Outros passivos	298.350	-	-	-	-	298.350
Correntes						
Passivos remunerados	95.207.272	12.957.389	139.812.053	815.296	-	248.792.010
<b>Total de passivos financeiros:</b>	<b>264.242.371</b>	<b>302.307.231</b>	<b>848.011.169</b>	<b>404.435.483</b>	<b>370.614.010</b>	<b>2.189.610.264</b>
<b>Diferença</b>	<b>388.818.194</b>	<b>(289.022.491)</b>	<b>(848.011.169)</b>	<b>(403.185.483)</b>	<b>(370.614.010)</b>	<b>(1.522.014.959)</b>



Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de Dezembro de 2012						
<b>Activos</b>						
Não correntes						
Outros activos não correntes						-
Correntes						
Caixa e seus equivalentes	413.676.080	-	-	-	-	<b>413.676.080</b>
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>413.676.080</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>413.676.080</b>
<b>Passivos</b>						
Não correntes						
Passivos remunerados	293.050.000	114.400.000	598.259.873	659.334.508	16.632.698	<b>1.681.677.079</b>
Correntes						
Passivos remunerados	26.515.966	18.799.695	287.788.898	-	-	<b>333.104.559</b>
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>319.565.966</b>	<b>133.199.695</b>	<b>886.048.771</b>	<b>659.334.508</b>	<b>16.632.698</b>	<b>2.014.781.638</b>
<b>Diferença</b>	<b>94.110.114</b>	<b>(133.199.695)</b>	<b>(886.048.771)</b>	<b>(659.334.508)</b>	<b>(16.632.698)</b>	<b>(1.601.105.558)</b>

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afectam rendimentos ou despesas de juros de Instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os rendimentos ou despesas de juros em relação a Instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado para todas as moedas às quais o Grupo tem passivos remunerados ou Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2013 resultaria numa diminuição do lucro antes de imposto de aproximadamente Euros 6.023.834 (2012: Euros 5.279.018) e num aumento de capital de Euros 5.024.846 (2012: Euros 4.102.355) antes de imposto.

### 2.1.3 Risco de crédito

O Grupo encontra-se sujeito a risco no crédito que concede aos seus clientes, tendo adoptado uma política de gestão de cobertura de risco dentro de determinados níveis através de seguros de crédito com entidades independentes especializadas.

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias locais, pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes em saldar os seus compromissos.

O seguro de crédito tem sido um dos instrumentos adoptados pelo Grupo Semapa para minorar os impactos negativos deste tipo de risco. As vendas que não estão abrangidas por estes seguros estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

O grupo realiza, no âmbito da sua actividade, renegociações periódicas de saldos a receber de acordo com a sua política de gestão de risco.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos a receber de clientes apresentava a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto antes de imparidades:

Valores em Euros	Papel	Cimento	Ambiente	Total	
				31-12-2013	31-12-2012
valores não vencidos	162.812.316	31.813.314	3.264.393	197.890.023	189.229.417
de 1 a 90 dias	28.107.516	13.694.452	1.096.256	42.898.224	43.140.656
de 91 a 180 dias	498.059	1.770.623	1.556.843	3.825.525	9.903.732
de 181 a 360 dias	195.107	1.935.088	4.171.567	6.301.762	3.508.245
de 361 a 540 dias	128.423	1.879.751	31.965	2.040.139	2.608.153
de 541 a 720 dias	53.884	1.540.448	53.073	1.647.405	1.749.542
a mais de 721 dias	119.207	11.884.036	590.605	12.593.848	10.522.663
	<b>191.914.512</b>	<b>64.517.712</b>	<b>10.764.702</b>	<b>267.196.926</b>	<b>260.662.408</b>
Em contencioso de cobrança	1.429.926	12.372.351	-	13.802.277	10.457.503
Imparidades (Nota 22)	(999.140)	(25.408.002)	(613.462)	(27.020.604)	(23.492.162)
<b>Saldo de clientes (nota 24)</b>	<b>192.345.298</b>	<b>51.482.061</b>	<b>10.151.240</b>	<b>253.978.599</b>	<b>247.627.749</b>

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas.

Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de crédito que se verifiquem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período. O facto de existirem garantias para uma parte significativa dos saldos em aberto e com antiguidade justifica o facto de não se ter registado qualquer perda por imparidade nesses saldos.

A qualidade de risco de crédito do Grupo, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, face a Activos financeiros (Caixa e seus equivalentes e Instrumentos financeiros derivados) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
AA	67.629	-
AA-	44.004.478	80.116
A+	48.100.000	1.268.856
A	4.319.156	2.383.080
A-	142.092.332	59.177
BBB+	-	19.893
BBB	16.933.451	434.383
BBB-	51.009.260	527.905
BB+	-	92.668
BB	57.407.881	238.043.720
BB-	199.685.152	98.596.017
B+	-	15.475.625
B	30.669.404	-
Outros	71.728.391	57.434.872
	<b>665.949.505</b>	<b>414.416.312</b>

A rubrica Outros diz essencialmente respeito a aplicações de tesouraria em instituições financeiras em Angola relativamente às quais não foi possível obter a notação de *rating* com referência às datas apresentadas.

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

Valores em Euros	31-12-2013		31-12-2012	
	Valor bruto	JV Garantias	Valor bruto	JV Garantias
Saldos devedores vencidos não considerados em imparidades				
Vencidos há menos de 3 meses	42.801.540	18.995.304	43.068.504	19.728.163
Vencidos há mais de 3 meses	11.271.322	1.140.900	14.635.081	1.002.266
	<b>54.072.862</b>	<b>20.136.205</b>	<b>57.703.585</b>	<b>20.730.429</b>
Saldos devedores considerados em imparidades				
Vencidos há menos de 3 meses	96.684	-	152.443	-
Vencidos há mais de 3 meses	26.923.920	-	23.149.989	482.600
	<b>27.020.604</b>	<b>-</b>	<b>23.302.432</b>	<b>482.600</b>

De referir, conforme descrito anteriormente que o Grupo adoptou uma política de seguro de crédito para a generalidade de saldos a receber de clientes e tem como prática a selecção de entidades financeiras, para contrapartes nas suas transacções, que apresentem *ratings* financeiros bastante sólidos. Desta forma é convicção do Grupo que a exposição efectiva ao risco de crédito se encontra mitigada a níveis aceitáveis.

A exposição máxima ao risco de crédito na Posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Não Correntes</b>		
Activos disponíveis para Venda (Nota 21)	346.257	226.921
Outros activos não correntes	6.111.194	3.113.802
<b>Correntes</b>		
Valores a receber correntes (Nota 24)	269.025.965	276.048.188
Instrumentos financeiros derivados (Nota 24)	809.343	1.096.619
Depósitos bancários e aplicações de tesouraria	665.949.505	413.319.694
	<b>942.242.264</b>	<b>693.805.224</b>
<b>Exposição ao Risco de crédito fora de balanço</b>		
Garantias prestadas (Nota 40)	30.066.948	54.995.347
	<b>30.066.948</b>	<b>54.995.347</b>

#### 2.1.4 Risco de liquidez

O Grupo gere o risco de liquidez por duas vias: garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde exerce a sua actividade, e através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

A liquidez dos passivos financeiros contratados e remunerados originará os seguintes fluxos monetários não descontados, incluindo juros, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data da Posição financeira consolidada:

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
A 31 de Dezembro de 2013						
<b>Passivos</b>						
Passivo remunerado						
Empréstimos por obrigações	543.560	30.165.390	83.881.774	803.596.262	378.584.549	1.296.771.536
Papel comercial	190.003	1.464.189	7.920.927	290.701.075	64.387.615	364.663.809
Empréstimos bancários	12.597.098	10.076.379	258.356.672	387.722.919	259.931.255	928.684.322
Credores de locação financeira	63.916	48.434	789.897	2.193.397	719.522	3.815.167
Outros empréstimos	-	-	14.919.626	-	-	14.919.626
Instrumentos financeiros derivados	-	482.794	6.510.586	18.290.716	-	25.284.096
Valores a pagar e outros passivos	100.087.807	76.701.761	104.599.708	17.167.156	-	298.556.432
<b>Total passivos</b>	<b>113.482.383</b>	<b>118.938.946</b>	<b>476.979.191</b>	<b>1.519.671.525</b>	<b>703.622.941</b>	<b>2.932.694.987</b>
A 31 de Dezembro de 2012						
<b>Passivos</b>						
Passivo remunerado						
Empréstimos por obrigações	539.220	11.722.467	218.469.782	872.187.714	-	1.102.919.183
Papel comercial	294.593	546.693	128.812.856	261.531.748	-	391.185.890
Empréstimos bancários	9.622.433	14.179.062	131.205.425	405.699.147	88.916.681	649.622.748
Credores de locação financeira	85.189	171.097	1.059.191	4.028.987	150.712	5.495.176
Outros empréstimos	-	-	16.085.288	8.741.551	-	24.826.839
Instrumentos financeiros derivados	-	-	753.210	26.273.988	-	27.027.198
Valores a pagar e outros passivos	134.948.218	13.018.943	139.986.072	13.863.060	-	301.816.293
<b>Total passivos</b>	<b>145.489.653</b>	<b>39.638.262</b>	<b>636.371.824</b>	<b>1.592.326.195</b>	<b>89.067.393</b>	<b>2.502.893.327</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 466.618.055 e Euros 318.903.646 respectivamente.

### 2.1.5 Risco de preço

O Grupo, fruto do seu, ainda que reduzido, investimento no Banco Espírito Santo, tem exposição ao risco de flutuação do preço de acções.

### 2.1.6 Risco de capital

Os objectivos do Grupo Semapa na gestão de capital assentam numa ótica de continuidade e criação de valor para os accionistas, consubstanciado na política de dividendos conservadora assente em princípios de solidez financeira, por um lado através da manutenção de uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo e respectivas áreas de negócio, e por outro, indicadores sólidos de solvabilidade e autonomia financeira. Nesse sentido o capital considerado para efeitos da gestão de capital corresponde ao Capital Próprio, não sendo considerado nenhum passivo financeiro como parte integrante do mesmo.

## 2.2 Factores de risco operacional

### 2.2.1 Riscos associados ao segmento da Pasta e do Papel

#### Riscos associados ao sector florestal

O Grupo Portucel assegura a gestão de um património florestal de cerca de 120 mil hectares, de Norte a Sul do País e regiões autónomas, de acordo com os princípios expressos na sua Política Florestal. O eucalipto ocupa 71% desta área, designadamente o *Eucalyptus globulus*, a espécie considerada mundialmente como a espécie com a fibra ideal para papéis de alta qualidade.

O principal factor de ameaça da competitividade da fileira florestal do eucalipto reside na baixa produtividade da floresta portuguesa e na procura mundial de produtos certificados, sendo que apenas uma pequena parte da floresta está certificada, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro. Refira-se a título de exemplo que a área florestal gerida pelo Grupo Portucel embora represente cerca de 4% da área da floresta portuguesa representa todavia 52% de toda a área certificada de acordo com as normas PEFC (Programme for the Endorsement of

Forest Certification schemes) e de 36% de toda a área certificada de acordo com as normas FSC (Forest Stewardship Council).

A este nível os principais riscos associados ao sector são o risco associado à capacidade produtiva das explorações e o risco de incêndios. Como forma de maximizar a capacidade produtiva das áreas que explora, o Grupo Portucel desenvolveu e utiliza modelos de Gestão Florestal que contribuem para a manutenção e melhoria contínua das funções económicas, ecológicas e sociais dos espaços florestais, quer ao nível do povoamento, quer à escala da paisagem florestal, e que, nomeadamente:

- Incrementam a produtividade florestal das suas plantações, através da utilização das melhores práticas silvícolas adaptadas às condições locais e compatíveis com o ambiente e necessidade de assegurar níveis de biodiversidade;
- Estabelecem e melhoram a rede de infra-estruturas dos espaços florestais em conformidade com as acessibilidades necessárias à gestão, compatibilizando-as com as medidas de protecção da floresta contra incêndios;
- Asseguram o cumprimento das funções do ciclo da água promovendo, sempre que possível, a reabilitação e protecção qualitativa dos recursos hídricos.

O Grupo Portucel conta ainda com um instituto de investigação, o RAÍZ, que desenvolve a sua actividade em 3 linhas principais: Investigação Aplicada, Consultoria e Formação. Na área da investigação florestal, o RAÍZ procura:

- Aumentar a produtividade da floresta de eucalipto;
- Melhorar a qualidade da fibra produzida;
- Implementar uma gestão florestal sustentada do ponto de vista económico, ambiental e social;
- Diminuir o custo da madeira;

A actividade do Grupo Portucel encontra-se exposta aos riscos relacionados com incêndios florestais, nomeadamente:

- A destruição de stocks actuais e futuros de madeira próprios e de terceiros;
- Os custos acrescidos de exploração florestal e posterior preparação dos terrenos para plantação.

Nesta matéria, a forma de gestão das explorações que o Grupo possui ou gere constitui a primeira linha de mitigação deste risco. A maioria do património florestal do Grupo Portucel está certificada pelo FSC (Forest Stewardship Council) e pelo PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes), o que garante que as florestas da Empresa são geridas de forma responsável do ponto de vista ambiental, económico e social, e obedecendo a critérios rigorosos e internacionalmente reconhecidos.

De entre as diversas medidas de gestão com as quais se comprometeu, o escrupuloso cumprimento das regras de biodiversidade e a construção e manutenção de caminhos e vias de acesso a cada uma das áreas em exploração assumem particular relevância na mitigação do risco de incêndio.

Para além disso, o Grupo Portucel participa no agrupamento Afocelca – um agrupamento complementar de empresas do Grupo Portucel e do Grupo Altri que, com uma estrutura especializada, tem por missão apoiar o combate aos incêndios florestais nas propriedades das empresas agrupadas, em estrita coordenação e colaboração com a Autoridade Nacional de Protecção Civil – ANPC. Este agrupamento gere um orçamento anual de cerca de 2,2 milhões de euros, tendo criado uma estrutura eficiente e flexível, que desenvolve práticas destinadas à redução dos custos de protecção e a minimizar os prejuízos que os incêndios florestais representam para as empresas do ACE, detentoras de mais de 228 mil hectares de floresta em Portugal.

***Riscos associados à produção e comercialização de pasta branqueada de eucalipto BEKP (Bleached Eucalyptus Kraft Pulp) e de papel UWF (papéis finos de impressão e escrita não revestidos)***

*Abastecimento de matérias-primas*

O aprovisionamento de madeiras, nomeadamente de eucalipto, está sujeito a variações de preço e a eventuais dificuldades de abastecimento de matérias-primas que poderão ter um impacto significativo nos custos de produção das empresas produtoras de BEKP.

A realização de novas plantações florestais de pinhal e eucaliptal está sujeita à autorização das entidades competentes, pelo que o aumento das áreas florestadas ou a substituição de algumas das actuais áreas estão dependentes da decisão dos proprietários florestais, que se estimam em cerca de 400.000, dos normativos aplicáveis e da celeridade das entidades competentes. Em caso de insuficiência da produção nacional, em quantidade e em qualidade, nomeadamente em termos de madeira certificada, o Grupo poderá ter de aumentar as quantidades de madeira importadas.

Relativamente à importação de madeiras, existe um risco subjacente ao transporte marítimo desde a origem até aos portos que abastecem as fábricas do Grupo Portucel. Esse risco é mitigado por via das condições de compra acordadas com os fornecedores, em que a posse da matéria – prima se transfere no porto de chegada, sendo complementarmente feito um seguro para cobrir eventuais perdas decorrentes de quebras de abastecimento no caso de algum acidente em qualquer destes transportes comprometer o abastecimento de madeira nas fábricas.

As fábricas do Grupo Portucel procuram maximizar o valor acrescentado dos seus produtos, nomeadamente através da crescente integração de madeira certificada nesses produtos.

A reduzida expressão desta madeira para além das matas geridas directamente pelo Grupo Portucel tem significado uma escassez de oferta, a que este tem respondido com um aumento do preço oferecido por esta madeira, comparativamente à madeira originária de matas não certificadas, através de um prémio de certificação, iniciativa pioneira no Grupo.

Tendo presente o Valor Acrescentado Nacional quase sem paralelo na economia portuguesa, nas componentes directa e indirecta, da fileira florestal do eucalipto, assim como o montante de exportações e o volume de emprego criado e a procura crescente de material lenhoso de eucalipto, dificilmente satisfeita pela floresta nacional, o Grupo Portucel vem sensibilizando o Governo e a opinião pública para a necessidade de garantir que, enquanto não aumentar significativamente a oferta interna deste tipo de material lenhoso em condições economicamente viáveis, a utilização de biomassa para fins energéticos não prevaleça sobre a utilização de madeira de eucalipto para a produção de bens transaccionáveis.

Em 31 de Dezembro de 2013, um agravamento de Euros 5 no custo do m3 de madeira de eucalipto consumida na produção de BEKP teria representado um impacto nos resultados do Grupo Portucel de cerca de Euros 20.700.000 (31 de Dezembro de 2012: Euros 20.000.000).

O processo produtivo é dependente do abastecimento constante de energia eléctrica e vapor. Para tal, o Grupo Portucel dispõe de diversas unidades de Cogeração, que asseguram este abastecimento, tendo sido previstas redundâncias entre as diversas unidades geradoras por forma a mitigar o risco de eventuais paragens não planeadas dessas unidades nas fábricas de pasta e papel.

#### *Preço de mercado da BEKP e do papel UWF*

O aumento das várias situações de concorrência, influenciada por desequilíbrios na oferta ou na procura, nos mercados de BEKP e de papel UWF pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo. Os preços de mercado da BEKP e do papel UWF são formados no mercado mundial em regime de concorrência global e influenciam de forma determinante as receitas do Grupo e a sua rentabilidade. As variações dos preços quer da BEKP quer do papel UWF resultam, essencialmente, de alterações da oferta e da procura mundiais e da situação económica e financeira de cada um dos diferentes agentes intervenientes nestes mercados (produtores, traders, distribuidores, clientes finais, etc.) a nível mundial, que provocam diferentes e sucessivos níveis de preços de equilíbrio, aumentando a volatilidade do mercado global.

Os mercados de BEKP e de papel são altamente competitivos, pelo que, na actual conjuntura, variações significativas na capacidade de produção instalada poderão ter um impacto expressivo nos preços praticados a nível mundial. Estes factores têm incentivado o Grupo Portucel a prosseguir a estratégia de marketing e *branding* delineada e a realizar investimentos significativos para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade.

Em 31 de Dezembro de 2013, uma degradação de 10% no preço por tonelada de BEKP e de 5% no preço por tonelada de papel UWF vendidos pelo Grupo no período teria representado um impacto nos seus resultados de cerca de Euros 13.700.000 e Euros 57.300.000 respectivamente (31 de Dezembro de 2012: Euros 12.000.000 e Euros 60.000.000, respectivamente).

#### *Procura dos produtos do Grupo*

Sem prejuízo do que se refere relativamente à concentração das carteiras de clientes do Grupo, uma eventual diminuição da procura de BEKP e de papel UWF nos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos poderá ter um impacto significativo nas vendas do Grupo Portucel. A procura de BEKP produzida pelo Grupo depende também da evolução da capacidade instalada para produção de papel a nível mundial, dado que os principais clientes de BEKP do Grupo são produtores de papel.

A procura de papel de impressão e escrita tem estado, historicamente, relacionada com factores macroeconómicos e com o crescente uso de material de cópia e impressão. Uma quebra da economia, a nível mundial, poderá provocar um abrandamento ou decréscimo da procura do papel de impressão e escrita e por essa via afectar o desempenho do Grupo Portucel. As preferências dos consumidores podem ter um impacto na procura global do papel ou de certos tipos em particular, tais como na procura de produtos reciclados ou produtos com fibra virgem certificada.

Relativamente a esta matéria, e no caso concreto do papel UWF, o Grupo Portucel crê que a estratégia de marketing e *branding* que tem vindo a seguir, associada aos investimentos significativos efectuados para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade, lhe permitem colocar os seus produtos em segmentos de mercado menos sensíveis a variações de procura, permitindo uma menor exposição a este risco.

#### *Concorrência*

O aumento da concorrência nos mercados da pasta e papel pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo Portucel. Os mercados de pasta e papel são altamente competitivos, pelo que a ocorrência de novas capacidades poderá ter um impacto relevante nos preços praticados a nível mundial.

Os produtores oriundos do hemisfério sul (nomeadamente do Brasil, Chile, Uruguai e da Indonésia), com custos de produção significativamente mais baixos, têm vindo a ganhar peso no mercado, deteriorando o posicionamento competitivo dos produtores europeus de pasta para mercado. Estes factores têm obrigado o Grupo a realizar investimentos significativos de modo a manter os seus custos competitivos e a produzir produtos de elevada qualidade, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro.

O Grupo Portucel vende mais de 70% do papel que produz na Europa, detendo quotas de mercado particularmente expressivas nos países da Europa do Sul e quotas de mercado relevantes nos outros principais mercados europeus, assim como uma presença importante nos EUA.

#### *Concentração da carteira de clientes*

Em 31 de Dezembro de 2013, os 10 principais grupos de clientes de BEKP do Grupo representavam 14% da produção de BEKP do período e 70% das vendas externas de BEKP. Esta assimetria resulta da estratégia seguida pelo Grupo de crescente integração da BEKP que produz nos papéis UWF que produz e comercializa. Desta forma, o Grupo crê existir pouca exposição a riscos de concentração de clientes na comercialização de BEKP.

Em 31 de Dezembro de 2013, os 10 principais grupos de clientes de papéis UWF do Grupo representavam 56% das vendas daquele produto no período muito embora os 10 principais clientes individuais não excedam 24% das vendas



totais. Também relativamente aos papéis UWF, o Grupo segue uma estratégia de mitigação do risco de concentração da sua carteira de clientes. O Grupo comercializa papéis UWF para mais de 118 países e 900 clientes individualmente considerados, permitindo assim uma dispersão do risco de concentração das vendas num reduzido número de mercados e/ou clientes.

#### *Riscos associados à produção de energia*

A energia é uma actividade com importância crescente no Grupo, que permite a utilização da biomassa gerada na produção de BEKP pelo Grupo, possibilitando ainda o abastecimento em regime de cogeração de energia térmica e eléctrica para as fábricas de BEKP e de papéis UWF.

Atendendo à crescente integração das unidades fabris do Grupo na produção de BEKP e de papéis UWF e como forma de potenciar a utilização da biomassa disponibilizada pela fileira florestal, foram construídas pelo Grupo novas unidades de produção dedicada de energia eléctrica a partir de biomassa. Estas unidades apresentam-se como complementos às já existentes e, juntamente com as centrais de cogeração a gás natural, permitem ao Grupo criar diversas unidades redundantes, que mitigam o risco de quebra no abastecimento de energia às unidades fabris que detém.

Neste sector, o principal risco prende-se com o abastecimento de matéria-prima, e em concreto, a biomassa. O Grupo foi pioneiro e tem vindo a desenvolver um mercado de comercialização de biomassa, para abastecimento das centrais energéticas que possui.

O desenvolvimento deste mercado numa fase anterior à do arranque das novas unidades de produção de energia permitiu-lhe assegurar uma rede de abastecimento de matéria-prima obtida de forma sustentável, que poderá vir a utilizar no futuro. Conforme se referiu anteriormente, o Grupo vem sensibilizando o Governo e a opinião pública para a necessidade de garantir que a biomassa seja encarada de forma sustentável, evitando a utilização de madeira de eucalipto para biomassa com suporte a incentivos distorcendo o mercado da madeira, em detrimento da sua utilização para a produção de bens transaccionáveis. Os incentivos existentes à data em Portugal só contemplam a utilização de biomassa florestal residual (BFR) e não a utilização de madeira para a produção de energia eléctrica.

Para além disso, e apesar das disposições legais do Decreto-Lei 23/2010 e Portaria 140/2012, revista pela Portaria 325-A/2012 e para a Centrais Termoeléctricas a Biomassa (CTB) florestal residual, dedicadas à produção de energia eléctrica o quadro legal é suportado pelo Decreto-Lei 33-A/2005 revisto pelo Decreto-Lei 225/2007, que altera de 15 para 25 anos o período de remuneração garantida em PRE - Produção em Regime Especial que permitem antever a estabilidade tarifária no futuro próximo, existe um risco de que a alteração das tarifas de venda de energia sejam, eventualmente penalizantes para os produtos. A procura constante pela optimização dos custos de produção e pela eficiência das unidades geradoras são a forma pela qual o Grupo procura mitigar este risco.

#### *Outros riscos associados ao segmento da Pasta e do Papel*

As unidades fabris do Grupo Portucel estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer actividade económica industrial, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos activos do Grupo ou interrupções temporárias no processo produtivo.

Da mesma forma estes riscos podem afectar os principais clientes e fornecedores do Grupo Portucel, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de forma a garantir os níveis de vendas ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

O Grupo Portucel exporta mais de 95% da sua produção pelo que os custos de transporte e logística são materialmente relevantes. Um cenário de subida continuada dos custos de transporte poderá ter um impacto significativo no Grupo.



### 2.2.2 Riscos associados ao segmento do Cimento e derivados

#### *Abastecimento de matérias-primas*

No que se refere ao segmento do Cimento e Derivados, as principais matérias-primas do processo de fabrico do cimento são os calcários e as margas ou argilas, cuja extracção é efectuada em pedreiras próprias, localizadas no perímetro fabril, dispondo o Grupo de reservas que asseguram a exploração sustentada nos próximos anos.

#### *Preço de venda*

Uma vez que o segmento dos Cimentos e Derivados desenvolve a sua actividade em mercados geograficamente diversos, os preços praticados, dependem essencialmente, da conjuntura económica de cada país.

#### *Procura dos produtos do Grupo*

O volume de negócios do segmento dos Cimentos e Derivados deriva do nível de actividade no sector da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O sector da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infra-estruturas.

O sector da construção é sensível a factores como as taxas de juro e uma quebra da actividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão neste sector.

Apesar do Grupo considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua actividade, situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afectados por uma quebra do sector da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

#### *Concorrência*

As empresas do segmento dos Cimentos e Derivados desenvolvem a sua actividade num ambiente competitivo. No caso do mercado português, dada actual conjuntura que tem motivado um forte declínio do sector, excessos de capacidade dos operadores nacionais em conjugação com importações provenientes do mercado espanhol, poderão afectar a performance nesse segmento.

### 2.2.3 Riscos associados ao segmento do Ambiente

#### *Abastecimento de matérias-primas*

O abastecimento de matéria-prima para o segmento do Ambiente, desenvolvido pelo subgrupo ETSA, está condicionado à disponibilidade de abates e de resíduos da indústria agro-alimentar, em particular nos matadouros e nos centros de abate de animais. Este mercado é relativamente vulnerável à degradação da situação económica, assim como à consequente alteração de hábitos de consumo e a facilidade de substituição entre produtos alimentares, que poderão limitar a actividade deste subgrupo.

#### *Preço de venda*

Dada a natureza do seu negócio, o subgrupo ETSA está exposto ao risco de volatilidade dos preços das *soft commodities* nos mercados internacionais (cereais e subprodutos de cereais), uma vez que estas são substitutas da gama de alguns dos produtos comercializados pelo subgrupo ETSA.

Neste contexto, os preços de venda de alguns produtos deste subgrupo estão correlacionados com a evolução das cotações das *soft commodities* nos mercados internacionais, o que constitui um factor de risco adicional à actividade desenvolvida.

#### *Procura dos produtos do Grupo*

A diminuição da procura ou a redução do nível de actividade de empresas das indústrias de rações de animais, de explorações agrícolas com criação de gado, de *petfood* e de biodiesel poderá ter um impacto significativo no volume de negócios do subgrupo ETSA.

#### *Concorrência*

O subgrupo ETSA desenvolve a sua actividade num mercado onde concorre com outras empresas que operam no sector da recolha e valorização de subprodutos de origem animal e com outras empresas que tem como actividade a produção de bens substitutos dos produtos do subgrupo ETSA, como são exemplo as indústrias de produção de rações e de óleos alimentares. Neste enquadramento, o eventual aumento ou diminuição da concorrência não deixará de se reflectir nos níveis de rentabilidade do subgrupo.

#### 2.2.4 Riscos associados ao Grupo em geral

##### *Legislação ambiental*

Nos últimos anos, a legislação da União Europeia em matéria ambiental tem vindo a tornar-se mais limitativa no que respeita ao controlo dos efluentes. As empresas do Grupo respeitam a legislação em vigor. Embora não se preveja, num futuro próximo, alterações significativas à actual legislação, se tal se vier a verificar existe a possibilidade do Grupo necessitar de realizar investimentos adicionais nesta área, de modo a cumprir com eventuais alterações nos limites e regras ambientais que venham a ser aprovados.

O Grupo tem vindo a empreender uma série de investimentos de natureza ambiental que, entre outras vantagens, tem permitido a redução continuada da emissão de CO<sub>2</sub>, apesar de, durante os últimos anos, se ter verificado um continuado aumento dos volumes de produção.

Por outro lado, cumprindo com o Dec.Lei 147/2008 de 29 de Junho, que transpõe para o normativo Nacional a Directiva 2004/35/CE, o Grupo assegurou os seguros ambientais exigidos por aquele normativo, garantindo o cumprimento dos regulamentos em vigor e mitigando os riscos de natureza ambiental a que se encontra exposto.

##### *Recursos humanos*

A capacidade de o Grupo implementar com sucesso as estratégias delineadas depende da sua capacidade em recrutar e manter os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos do Grupo estar orientada para atingir estes objectivos, não é possível garantir que no futuro não existam limitações nesta área.

##### *Outros riscos*

As unidades fabris do Grupo estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer actividade económica industrial, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos activos do Grupo ou interrupções temporárias no processo produtivo.

Da mesma forma estes riscos podem afectar os principais clientes e fornecedores do Grupo, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de forma a garantir os níveis de vendas ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

#### 2.2.5 Custos de contexto

Continua a merecer especial atenção a situação de ineficiência da economia portuguesa afectando negativamente a capacidade concorrencial do Grupo, essencialmente nos seguintes domínios:

- Portos e caminhos-de-ferro;
- Vias de comunicação rodoviárias, em especial nos acessos às fábricas do Grupo;
- Ordenamento do território e incêndios florestais;
- Fraca produtividade das florestas nacionais;
- Falta de certificação da esmagadora maioria da floresta nacional.

### 3. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data da Posição financeira consolidada.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

#### 3.1 Imparidade do *Goodwill*

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade do *Goodwill*, que regista na sua Posição financeira consolidada, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 1.10. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso e no justo valor menos custo de vender. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 15).

#### 3.2 Imposto sobre o Rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos. Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua actividade estes prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correcções àquelas declarações em resultado de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013, sendo certo que já foram revistos os exercícios até 2011, inclusive na Semapa, Portucel e Secil.

#### 3.3 Pressupostos actuariais

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos actuariais (Nota 29). Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2013, uma redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada, implicaria um agravamento das responsabilidades assumidas em 4,8 milhões de euros.

### 3.4 Justo valor dos activos biológicos

Na determinação do justo valor dos activos biológicos é utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação (Nota 1.11). Alterações nestes pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes activos.

Em 31 de Dezembro de 2013, um agravamento de 0,5% na taxa de desconto utilizada de 8%, implicaria uma desvalorização deste activo em 4,1 milhões de euros.

### 3.5 Reconhecimento de provisões e ajustamentos

O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efectua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

## 4. Relato por segmentos

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos operacionais identificados nomeadamente Pasta e Papel, Cimento e Derivados, Ambiente e Holdings. Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhe são directamente atribuíveis, assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos.

#### Segmentos de negócio

A informação financeira por segmentos de negócio, do exercício de 2013, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Holdings	Consolidado
<b>RESULTADOS</b>					
Réditos	1.530.609.430	430.766.056	29.134.978	-	1.990.510.464
Resultados operacionais	218.294.579	11.852.403	3.690.620	4.762.676	238.600.278
Resultados financeiros líquidos	(14.003.083)	(24.694.483)	(1.055.349)	(47.552.985)	(87.305.900)
Apropriação de resultados de empresas associadas	-	445.516	-	-	445.516
Imposto sobre o rendimento	1.772.509	6.272.391	(75.053)	31.433.327	39.403.174
<b>Lucros retidos do exercício</b>	<b>206.064.005</b>	<b>(6.124.173)</b>	<b>2.560.218</b>	<b>(11.356.982)</b>	<b>191.143.068</b>
Lucros retidos do exercício - Atribuível a Interesses não controlados	(39.164.136)	(5.789.195)	(64.265)	-	(45.017.596)
<b>Lucros retidos do exercício - Atribuível aos accionistas da Semapa</b>	<b>166.899.869</b>	<b>(11.913.368)</b>	<b>2.495.953</b>	<b>(11.356.982)</b>	<b>146.125.472</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>					
Total dos Activos segmentais	2.763.442.348	1.300.314.823	94.600.128	185.256.207	4.343.613.506
Total dos Activos por impostos diferidos	30.726.594	13.467.944	1.015.684	39.488.109	84.698.331
Total dos Activos por benefícios pós emprego	351.494	-	-	-	351.494
Investimentos em Associadas	-	3.439.994	-	-	3.439.994
Total de Passivos segmentais	1.435.446.932	686.309.057	36.395.285	976.664.435	3.134.815.709
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	118.092.342	48.464.768	2.513.079	338.448	169.408.637
Provisões líquidas	13.964.192	3.795.150	253.648	(3.900.000)	14.112.990
Dispêndios em capital fixo	24.070.267	73.387.091	8.440.522	247.872	106.145.752

A informação financeira por segmentos de negócio, do exercício de 2012, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Holdings	Consolidado
<b>RESULTADOS</b>					
Réditos	1.501.615.139	415.342.689	35.630.090	-	1.952.587.918
Resultados operacionais	270.922.749	(181.810)	5.191.749	28.549.586	304.482.274
Resultados financeiros líquidos	(16.298.360)	(12.802.951)	(1.602.969)	(33.321.184)	(64.025.464)
Apropriação de resultados de empresas associadas	605.926	396.766	-	-	1.002.692
Imposto sobre o rendimento	(63.371.778)	(7.220.960)	(486.513)	179.636	(70.899.615)
<b>Lucros retidos do exercício</b>	<b>191.858.537</b>	<b>(19.808.955)</b>	<b>3.102.267</b>	<b>(4.591.962)</b>	<b>170.559.887</b>
Lucros retidos do exercício - Atribuível a Interesses não controlados	(39.103.910)	(4.752.782)	(187.107)	-	(44.043.799)
<b>Lucros retidos do exercício - Atribuível aos accionistas da Semapa</b>	<b>152.754.627</b>	<b>(24.561.737)</b>	<b>2.915.160</b>	<b>(4.591.962)</b>	<b>126.516.088</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>					
Total dos Activos segmentais	2.688.368.444	1.321.339.890	97.652.792	120.599.016	4.227.960.142
Total dos Activos por impostos diferidos	38.951.737	15.100.757	719.745	6.086.166	60.858.404
Investimentos em Associadas	1.790.832	3.707.565	-	-	5.498.397
Total de Passivos segmentais	1.351.832.626	686.362.597	41.985.910	1.016.639.093	3.096.820.226
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	129.445.461	67.241.117	2.828.075	298.067	199.812.720
Provisões líquidas	(14.950.106)	(481.961)	963.518	4.960.000	(9.508.549)
Dispêndios em capital fixo	36.651.846	53.128.883	5.048.983	107.793	94.937.505

### Segmentos geográficos

2013	Pasta e Papel	Cimentos e derivados	Ambiente	Total Valor	Total %
<b>Vendas e prestações de serviços:</b>					
Portugal	315.561.357	152.488.594	21.482.795	489.532.746	24,59%
Resto da Europa	870.854.286	2.030.394	7.297.799	880.182.479	44,22%
América	180.951.461	39.620.960	-	220.572.421	11,08%
África	116.184.894	146.210.584	354.384	262.749.862	13,20%
Ásia	46.675.217	90.415.524	-	137.090.741	6,89%
Overseas	382.215	-	-	382.215	0,02%
	<b>1.530.609.430</b>	<b>430.766.056</b>	<b>29.134.978</b>	<b>1.990.510.464</b>	<b>100,00%</b>

2012	Pasta e Papel	Cimentos e derivados	Ambiente	Total Valor	Total %
<b>Vendas e prestações de serviços:</b>					
Portugal	252.681.959	166.523.281	25.355.619	444.560.859	22,77%
Resto da Europa	911.423.761	1.634.034	9.947.050	923.004.845	47,27%
América	171.427.593	23.061.145	-	194.488.738	9,96%
África	121.457.510	147.426.151	327.421	269.211.082	13,79%
Ásia	44.445.577	76.698.079	-	121.143.656	6,20%
Overseas	178.738	-	-	178.738	0,01%
	<b>1.501.615.138</b>	<b>415.342.690</b>	<b>35.630.090</b>	<b>1.952.587.918</b>	<b>100,00%</b>

Salienta-se que, no exercício de 2012, o segmento de Cimentos e Derivados encontra-se consolidado pelo método proporcional (51%) no período de Janeiro a Março e integralmente no período de Abril a Dezembro (2013: consolidado pelo método integral) (Nota 1.2).

Os réditos apresentados nos diversos segmentos de negócio e geográfico correspondem a réditos gerados com clientes externos com base no país de destino dos produtos e serviços comercializados pelo Grupo, não representando nenhum dos quais, individualmente, 10% ou mais dos réditos totais do Grupo.

## 5. Outros proveitos

No exercício de 2013 e 2012, a rubrica Outros proveitos operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Subsídios - Licenças de emissão CO2	8.213.315	21.927.146
Reversão de imparidades (Nota 22)	2.700.692	5.737.059
Alienação de licenças de emissão	978.774	8.989.412
Proveitos suplementares	1.448.774	6.269.027
Ganhos em activos não correntes	1.524.019	25.059.542
Ganhos em existências	2.290.849	1.074.610
Ganhos na alienação de activos correntes	418.611	168.927
Subsídios à exploração	478.043	607.175
Trabalhos para a própria empresa	162.595	4.435.109
Proveitos com tratamento de resíduos	842.679	703.598
Indemnização de seguros para cobertura de danos	4.817.444	3.779.210
Goodwill Negativo	4.225.832	-
Outros proveitos operacionais	23.861.192	17.735.479
	<b>51.962.819</b>	<b>96.486.293</b>

O montante relevado na rubrica Subsídios – Licenças de emissão de CO2 corresponde ao reconhecimento do subsídio, originado na atribuição de licenças a título gratuito (Nota 1.6.1).

A rubrica Ganhos em activos não correntes em 2012 inclui: i) Euros 16.759.370 relativos à mensuração pelo seu justo valor, em conformidade com a IFRS 3 revista, do interesse detido pela Semapa no capital próprio da Secil (51%) pelo seu justo valor à data de obtenção do controlo; e ii) Euros 6.000.000 correspondente a ajustamentos positivos ao preço de venda de 49% da participação detida na Secil pela Semapa à sociedade Beton Catalan (Grupo CRH), ocorrida no exercício de 2004, só agora pagos por esta entidade à Semapa.

A rubrica Proveitos suplementares inclui, em 2012, um montante de Euros 3.565.578 correspondente ao pagamento efectuado pela CRH à Semapa em cumprimento da decisão arbitral, que condenou a primeira ao reembolso de parte das despesas incorridas pela segunda com o processo arbitral.

Em 2013, a rubrica *Goodwill* Negativo, no montante de Euros 4.395.127, refere-se ao reconhecimento do *Goodwill* negativo gerado na consolidação inicial da Soporgen, S.A. (Nota 19).

## 6. Gastos e perdas

No exercício de 2013 e 2012, a rubrica Gastos e perdas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Custo das Vendas e Prestações de Serviços</b>		
Inventários consumidos e vendidos	(808.189.137)	(759.614.259)
<b>Materiais e serviços consumidos</b>		
Energia e fluídos	(184.644.788)	(171.016.322)
Transporte de Mercadorias	(145.382.554)	(151.062.544)
Trabalhos especializados	(76.092.192)	(73.695.626)
Conservação e reparação	(53.434.966)	(47.763.677)
Subcontratos	(16.868.171)	(18.275.177)
Outros	(105.291.810)	(93.688.722)
	<b>(581.714.481)</b>	<b>(555.502.068)</b>
<b>Variação de produção</b>	2.548.100	(2.513.330)
<b>Gastos com Pessoal</b>		
Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 7)	(19.740.035)	(14.818.040)
Outras remunerações	(136.037.608)	(136.856.315)
Pensões (Nota 29)	1.592.300	18.197.931
Outros gastos com pessoal	(47.795.915)	(59.260.967)
	<b>(201.981.258)</b>	<b>(192.737.391)</b>
<b>Outros Gastos e Perdas Operacionais</b>		
Quotizações	(657.032)	(1.193.631)
Donativos	(2.402.211)	(1.035.460)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.250)	-
Gastos com emissões de CO2	(7.679.146)	(18.223.984)
Imparidades em existências e dívidas a receber (Nota 22)	(5.085.450)	(3.286.490)
Perdas em existências	(4.270.535)	(5.697.697)
Impostos indirectos	(7.808.957)	(7.983.004)
Perdas na alienação de activos não correntes	(82.200)	(1.286.917)
Outros gastos operacionais	(5.311.202)	(3.500.154)
	<b>(33.297.983)</b>	<b>(42.207.337)</b>
<b>Provisões líquidas (Nota 30)</b>	(14.112.990)	9.508.549
<b>Total dos Gastos e Perdas</b>	<b>(1.636.747.749)</b>	<b>(1.543.065.836)</b>

A rubrica Outros gastos com pessoal, nos exercícios de 2013 e 2012, detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Outros gastos com Pessoal</b>		
Contribuições para a Segurança social	(30.399.884)	(29.768.909)
Seguros	(3.630.624)	(3.126.186)
Gastos de acção social	(6.043.813)	(10.144.160)
Outros gastos com pessoal	(7.721.593)	(16.221.712)
	<b>(47.795.915)</b>	<b>(59.260.967)</b>

## 7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No exercício de 2013 e 2012, a rubrica Remunerações dos Órgãos Sociais, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2013	2012
<b>Conselho de Administração</b>		
Membros do Conselho de Administração da Semapa	12.691.003	7.373.393
Órgãos sociais de outras empresas do Grupo	7.049.032	7.444.647
	<b>19.740.035</b>	<b>14.818.040</b>

## 8. Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

No exercício de 2013 e 2012, a rubrica Depreciações, amortizações e perdas por imparidade decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Depreciações de Terrenos, Edifícios e Equipamentos</b>		
Terrenos	(4.509.040)	(4.307.137)
Edifícios	(21.286.139)	(20.791.866)
Equipamento Básico e outros tangíveis	(140.990.303)	(148.376.677)
	(166.785.482)	(173.475.679)
<b>Amortizações de Activos Intangíveis</b>		
Propriedade industrial e outros direitos	(2.209.822)	(2.401.266)
	(2.209.822)	(2.401.266)
<b>Perdas por Imparidade em Activos Tangíveis</b>		
Terrenos	(770.000)	(5.682.490)
Edifícios	407.497	(4.896.146)
Equipamento Básico	1.230.297	(4.603.039)
Imobilizado em curso	(1.202.321)	-
	(334.527)	(15.181.675)
<b>Perda em ativos detidos para venda</b>	(60.016)	(8.735.308)
<b>Perdas por Imparidade em Propriedades de Investimento</b>		
Edifícios	(18.790)	(18.792)
	(18.790)	(18.792)
	<b>(169.408.637)</b>	<b>(199.812.720)</b>

## 9. Apropriação de resultados em empresas associadas

No exercício de 2013 e 2012, o Grupo apropriou-se de resultados em empresas associadas conforme segue:

Valores em Euros	2013	2012
<b>Subgrupo Portucel</b>		
Soporgen, S.A.	-	605.926
<b>Subgrupo Secil</b>		
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	-	6.423
Setefrete, SGPS, S.A.	341.641	170.897
J.M. Henriques, Lda.	(3.257)	(3.969)
Ave, S.A.	107.132	223.415
	<b>445.516</b>	<b>1.002.692</b>

A empresa não reconhece impostos diferidos sobre estes montantes, quando positivos, por ser aplicável o disposto no artigo 51º do código do IRC.



## 10. Resultados financeiros líquidos

No exercício de 2013 e 2012, os Resultados financeiros líquidos decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Juros suportados com empréstimos de accionistas	(297.197)	(307.318)
Juros suportados com outros empréstimos obtidos	(87.871.049)	(70.416.819)
Juros obtidos com empréstimos a empresas associadas	(33.025)	59.068
Outros juros obtidos	5.234.308	9.647.699
Juros compensatórios	8.713.178	478.429
Justo valor em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	119.336	(326.433)
Activos financeiros ao justo valor em resultados	1.527.083	(382.388)
Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de cobertura (Nota 34)	(11.639.751)	(4.960.714)
Ganhos / (Perdas) com instrumentos financeiros de negociação (Nota 34)	(112.635)	4.233.706
Diferenças de Câmbio	8.883.498	7.687.571
Outros custos e perdas financeiros	(12.682.541)	(10.691.461)
Outros proveitos e ganhos financeiros	852.895	953.196
	<b>(87.305.900)</b>	<b>(64.025.464)</b>

A rubrica Activos financeiros ao justo valor em resultados corresponde aos ganhos e perdas resultantes da alteração no justo valor verificada nos títulos cotados detidos pelo Grupo, conforme descrito na Nota 20.

As rubricas Ganhos/(Perdas) com Instrumentos financeiros de negociação e cobertura acomodam as variações de justo valor registadas no exercício com os instrumentos descritos na Nota 34.

Em 2013, o Grupo aderiu ao Programa de regularização extraordinária de dívidas ao Estado e à Segurança Social (RERD) tendo procedido ao pagamento dos valores em discussão com a Autoridade Tributária e Aduaneira, do qual resultou o reconhecimento de ganhos correspondentes à anulação das estimativa para juros de mora e compensatórios reconhecidos em exercícios anteriores relativos a estes processos. O Grupo continua, no entanto, a defender a sua posição nestes processos.

## 11. Imposto sobre o rendimento

O Grupo Semapa encontra-se sujeito ao regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC conforme redacção em vigor até 31 de Dezembro de 2013.

Em conformidade com as alterações legislativas introduzidas pela Reforma do IRC a percentagem relevante para efeitos de perímetro de aplicação do RETGS supra mencionada passa, a partir de 1 de Janeiro de 2014, a ser de 75%. Assim, a partir de 1 de Janeiro de 2014, o Grupo fiscal do qual a Semapa é sociedade dominante passará a integrar as sociedades do Grupo Secil e do Grupo Portucel.

As empresas que se englobam no perímetro dos grupos de sociedades sujeitos a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um proveito nas diversas sociedades dominantes.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respectivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria colectável.

Os dividendos são considerados no apuramento da matéria colectável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social (conforme redacção do Código do IRC em vigor até 31 de Dezembro de 2013).

No exercício de 2013 e 2012 a rubrica Impostos sobre o rendimento apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	2013	2012
Imposto corrente	49.192.160	52.915.320
Provisões líquidas para Impostos	46.907.732	3.513.366
Imposto diferido (Nota 28)	(135.503.066)	14.470.929
	<b>(39.403.174)</b>	<b>70.899.615</b>

A reconciliação da taxa efectiva de imposto, no exercício de 2013 e 2012, é evidenciada como segue:

Valores em Euros	2013	2012
Resultado antes de impostos	151.739.894	241.459.502
Imposto esperado	40.211.072	63.986.768
Derrama estadual	8.106.668	11.457.805
Diferenças (a)	(29.620.991)	(31.868.067)
Imposto relativo a exercícios anteriores	(20.712.443)	426.695
Prejuízos fiscais recuperáveis de exercícios anteriores	(40.161.570)	(1.261.102)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	48.593.527	35.738.456
Imparidades e reversão de provisões	(15.928.917)	-
Efeito de taxa de imposto	(22.981.020)	1.046.145
Provisão para imposto corrente	(4.933.558)	3.513.366
Benefícios fiscais	(4.760.630)	(12.132.741)
Outros ajustamentos à colecta	2.784.688	(7.710)
	<b>(39.403.174)</b>	<b>70.899.615</b>
Taxa efectiva de imposto	-25,97%	29,36%

(a) Este valor respeita essencialmente a :

Perdas em ativos detidos para venda e goodwill	-	8.735.308
Imparidade de ativos fixos	-	6.697.036
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial	(445.516)	(396.766)
Mais / (Menos) valias fiscais	(132.787.615)	6.409.092
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(5.668.486)	(6.895.634)
Imparidades e provisões tributadas	3.725.183	14.672.077
Benefícios fiscais	(3.061.898)	(2.853.876)
Dividendos de empresas sediadas fora da U.E.	1.958.476	3.138.244
Redução de provisões tributadas	(6.929.511)	(124.742.304)
Resultados intra-grupo sujeitos a tributação	(2.022.464)	-
Benefícios a empregados	(2.296.573)	(4.020.885)
Reversão de impostos diferidos	24.332.428	-
Outros	11.418.650	(20.999.147)
	<b>(111.777.326)</b>	<b>(120.256.855)</b>
<b>Impacto fiscal (26,5%)</b>	<b>(29.620.991)</b>	<b>(31.868.067)</b>

## 12. Resultados por acção

Não existem Instrumentos financeiros convertíveis sobre as acções da Semapa, pelo que não existe diluição dos resultados.

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Resultado atribuível aos Accionistas da Semapa	146.125.472	126.516.088
Número médio ponderado de ações	112.884.470	112.884.470
Resultado básico por ação	1,294	1,121
Resultado diluído por ação	1,294	1,121

O número médio ponderado de ações encontra-se deduzido do número de ações próprias de 5.447.975 detidas pela Semapa SGPS, S.A..

### 13. Interesses não controlados

No exercício de 2013 e 2012, os Interesses não controlados evidenciados na Demonstração dos resultados detalham-se como segue:

Valores em Euros	Resultado	
	2013	2012
Portucel, SA	39.158.459	39.087.931
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	5.677	15.979
Grupo Secil Betões e Inertes	(19.045)	(6.993)
Société des Ciments de Gabés	(10.231)	5.567
IRP - Indústria de Rebocos de Portugal, S.A.	62.040	4.073
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	(2.420.268)	37.086
Ciments de Sibling, S.A.L.	8.656.037	5.344.582
Grupo Cimentos Madeira	(142.679)	(125.827)
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	64.265	187.107
Outros	(336.659)	(505.706)
	<b>45.017.596</b>	<b>44.043.799</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os Interesses não controlados evidenciados na Demonstração da Posição financeira consolidada detalham-se como segue:

Valores em Euros	Capitais Próprios	
	31-12-2013	31-12-2012
Portucel, SA	251.024.189	256.013.282
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	238.543	238.825
Grupo Secil Betões e Inertes	65.300	84.345
Société des Ciments de Gabés	1.274.671	1.419.066
IRP - Indústria de Rebocos de Portugal, S.A.	474.195	462.155
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	5.235.200	8.106.185
Ciments de Sibling, S.A.L.	64.590.037	61.033.030
Grupo Cimentos Madeira	5.316.422	5.460.657
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	6.505	2.226.674
Outros	(151.032)	184.426
	<b>328.074.030</b>	<b>335.228.645</b>

A movimentação dos interesses não controlados por segmento de negócio no exercício de 2013 e 2012, apresenta-se conforme segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Ambiente	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>296.520.869</b>	<b>34.656.452</b>	<b>2.039.568</b>	<b>333.216.889</b>
Variações perímetro	-	41.884.098	-	41.884.098
Aquisições/(Alienações)	(44.095.664)	-	-	(44.095.664)
Dividendos	(36.074.319)	(4.125.064)	-	(40.199.383)
Reserva de conversão cambial	255.820	(403.423)	-	(147.603)
Instrumentos financeiros	101.118	-	-	101.118
Ganhos e perdas actuariais	440.370	20.899	-	461.269
Outros movimentos nos CP's	2	(35.880)	-	(35.878)
Resultado do exercício	39.103.910	4.752.782	187.107	44.043.799
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>256.252.106</b>	<b>76.749.864</b>	<b>2.226.675</b>	<b>335.228.645</b>
Variações de perímetro	(251.502)	-	-	(251.502)
Aquisições/(Alienações)	(4.049.677)	-	(2.283.902)	(6.333.579)
Dividendos	(38.360.699)	(2.352.881)	-	(40.713.580)
Reserva de conversão cambial	(425.541)	(3.372.638)	-	(3.798.179)
Instrumentos financeiros	24.017	-	-	24.017
Ganhos e perdas actuariais	(1.089.029)	(10.264)	-	(1.099.293)
Outros movimentos nos CP's	(1.081)	1.522	(536)	(95)
Resultado do exercício	39.164.136	5.789.195	64.265	45.017.596
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>251.262.730</b>	<b>76.804.798</b>	<b>6.502</b>	<b>328.074.030</b>

No exercício de 2013, a redução de Euros 4.044.778 (2012: Euros 44.095.664), apresentada nos Interesses não controlados do segmento Pasta e Papel foi motivada pela aquisição de 2.242.452 acções próprias (2012: 25.280.113 acções próprias) pela subsidiária Portucel, S.A. sendo este o valor correspondente à quota-parte dos capitais próprios da sociedade atribuíveis a estas acções até então na posse de interesses não controlados.

A redução verificada no segmento do Ambiente, no exercício de 2013, corresponde à aquisição de 1.789.542 acções do capital da ETSA Investimentos, SGPS, S.A. a Interesses não controlados, passando a Semapa a controlar 99,989% do capital desta entidade.

#### 14. Aplicação do resultado do exercício anterior

Valores em Euros	Aplicação do resultado do exercício de:	
	2012	2011
Distribuição de dividendos	-	28.785.540
Outras reservas	-	95.376.260
Lucros retidos	126.516.088	-
<b>Resultado líquido Consolidado do exercício</b>	<b>126.516.088</b>	<b>124.161.800</b>
<b>Dividendos por acção em circulação</b>	<b>-</b>	<b>0,254</b>

A reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo à qual se acresce a reserva por prémio de emissão.

#### 15. Goodwill

No exercício de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na rubrica *Goodwill*, foi conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Valor líquido no início</b>	<b>335.700.924</b>	<b>332.849.940</b>
Abates	-	(160.861.947)
Obtenção de controlo	-	124.692.243
Aquisições	-	39.351.024
Ajustamento Cambial	-	(330.336)
<b>Saldo Final</b>	<b>335.700.924</b>	<b>335.700.924</b>

*Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 22)*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o *Goodwill* detalha-se como segue:

Entidade	Ano Aq.	31-12-2013	31-12-2012
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	2012	124.692.243	124.692.243
Portucel, S.A.	2004	135.565.059	135.565.059
ETSA - Investimentos SGPS, S.A.	2008	36.422.934	36.422.934
Supremo Cimentos, S.A.	2012	39.020.688	39.020.688
		<b>335.700.924</b>	<b>335.700.924</b>

O *Goodwill* é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (UGC's) do Grupo as quais correspondem aos segmentos de negócio identificados, conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Cimento e Derivados	163.712.931	163.712.931
Pasta e Papel	135.565.059	135.565.059
Ambiente	36.422.934	36.422.934
	<b>335.700.924</b>	<b>335.700.924</b>

Conforme preconizado pela IAS 36, o *Goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade efectuados numa base anual conforme política contabilística descrita na Nota 1.7.

Para efeitos de testes de imparidade às UGC's dos Cimentos e Derivados e do Ambiente, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos tiveram por base o desempenho histórico destas unidades assim como as expectativas de desenvolvimento dos seus negócios com a actual estrutura produtiva, tendo sido utilizados os orçamentos para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

Os principais pressupostos utilizados para efeitos de testes de imparidade, nestas UGC's, foram os seguintes:

	Taxa de Juro sem risco	Taxa WACC	Tx Cresci/ <sup>o</sup> na perp.	Taxa de Imposto
<b>Cimentos e derivados</b>				
Portugal				
Período de Planeamento explicito	1,70%	9,31%	2,25%	29,50%
Perpetuidade	3,00%	9,06%	2,25%	24,50%
Madeira				
Período de Planeamento explicito	1,70%	9,38%	2,25%	28,00%
Perpetuidade	3,00%	9,13%	2,25%	23,00%
Tunísia				
Período de Planeamento explicito	3,00%	9,63%	2,25%	30,00%
Perpetuidade	3,00%	9,63%	2,25%	30,00%
Libano				
Período de Planeamento explicito	3,00%	11,08%	2,25%	15,00%
Perpetuidade	3,00%	11,08%	2,25%	15,00%
Angola				
Período de Planeamento explicito	3,00%	9,89%	2,25%	30,00%
Perpetuidade	3,00%	9,89%	2,25%	30,00%
Brasil				
Período de Planeamento explicito	2,87%	9,64%	2,25%	34,00%
Perpetuidade	2,87%	9,64%	2,25%	34,00%
<b>Ambiente</b>				
Período de Planeamento explicito - ITS	1,70%	9,45%	2,25%	27,50%
Período de Planeamento explicito - Restantes empresas	1,70%	9,62%	2,25%	24,50%
Perpetuidade	3,00%	8,83%	2,25%	24,50%

Relativamente à UGC da Pasta e Papel, correspondendo esta unidade aos activos líquidos detidos no Grupo Portucel através da participação detida na Portucel, S.A., e sendo esta uma sociedade aberta cujos títulos se encontram admitidos à negociação em mercado cotado (Euronext Lisboa), o Grupo optou em 2013 por determinar a sua quantia recuperável, para efeitos de testes de imparidade, tendo por base o seu justo valor (correspondendo este ao valor da sua cotação em bolsa por referência ao dia 31 de Dezembro de 2013) menos custos de vender.

Em resultado dos testes de imparidade efectuados, e respectivas análises de sensibilidade aos principais pressupostos assumidos, não foram identificadas perdas por imparidade no *Goodwill* afecto às unidades geradoras de caixa.

## 16. Outros activos intangíveis

No decurso do exercício de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na rubrica Outros activos intangíveis, foi conforme segue:

	Marcas	Despesas de investigação e de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Licenças de Emissão de CO2	Imobilizações em curso	Total
Valores em Euros						
<b>Custo de aquisição</b>						
Saldo a 1 de Janeiro de 2012	151.488.000	-	2.000.782	15.088.633	13.236	168.590.651
Variação de perímetro	126.400.000	5.751	119.461	16.635.720	41.548	143.202.480
Aquisições/Atribuições	-	-	-	18.129.071	23.518	18.152.589
Alienações	-	-	(2.451)	(9.454.153)	-	(9.456.604)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(1.843.780)	(18.385.118)	(38.837)	(20.267.735)
Ajustamento cambial	-	-	72.376	-	-	72.376
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	277.888.000	5.751	346.388	22.014.153	39.465	300.293.757
Variação de perímetro	-	-	-	272	-	272
Aquisições/Atribuições	-	-	-	13.350.723	181.600	13.532.323
Alienações	-	-	-	(1.791.891)	-	(1.791.891)
Regularizações, transferências e abates	-	5.986	(17.266)	(18.988.230)	(48.283)	(19.047.793)
Ajustamento cambial	-	-	-	(2.002.776)	(17.719)	(2.020.495)
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	277.888.000	11.737	329.122	12.582.251	155.063	290.966.173
<b>Amort. acumuladas e perdas por imparidade</b>						
Saldo a 1 de Janeiro de 2012	-	-	(1.970.490)	(4.461.170)	-	(6.431.660)
Variação de perímetro	-	(3.693)	(52.790)	-	(28.831)	(85.313)
Amortizações e perdas por imparidade	-	(1.729)	(28.113)	(339.558)	-	(369.400)
Regularizações, transferências e abates	-	-	1.847.370	-	-	1.847.370
Ajustamento cambial	-	-	1.186	-	-	1.186
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	-	(5.422)	(202.837)	(4.800.728)	(28.831)	(5.037.817)
Variação de perímetro	-	-	-	(25)	-	(25)
Amortizações e perdas por imparidade	-	(1.833)	(47.372)	(2.160.617)	-	(2.209.822)
Regularizações, transferências e abates	-	(3.589)	37.483	6.529.191	28.831	6.591.916
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	-	(10.844)	(212.726)	(432.179)	-	(655.749)
Valor líquido a 1 de Janeiro de 2012	151.488.000	-	30.292	10.627.463	13.236	162.158.991
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2012	277.888.000	329	143.552	17.213.425	10.634	295.255.939
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2013	277.888.000	893	116.397	12.150.072	155.063	290.310.424

O montante apresentado na rubrica Marcas inclui:

#### Segmento da Pasta e Papel

- Euros 151.488.000, correspondente à valorização inicial apurada na avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, às marcas Navigator e Soporset, utilizando as respectivas projecções de fluxos de caixa actualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos activos e passivos do Grupo Portucel.

#### Segmento dos Cimentos

- Euros 106.100.000, correspondente à valorização inicial apurada na avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, às marcas Secil Portugal (Euros 71.700.000), Sibline (Libano – Euros 24.300.000) e Gabés (Tunísia – Euros 10.100.000), utilizando as respectivas projecções de fluxos de caixa actualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos activos e passivos por via da obtenção de controlo desta participada em 2012.
- Euros 20.300.000, correspondente à valorização inicial apurada na avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, à marca Supremo (Brasil), utilizando as respectivas projecções de fluxos de caixa actualizadas a uma taxa de desconto apropriada, na sequência da atribuição dos justos valores aos activos e passivos por via da aquisição de 50% da Supremo Cimentos, S.A. no exercício de 2012.

Os valores referidos não se encontram sujeitos a amortização por se considerar não terem vida útil definida (Nota 1.6). Para efeitos da avaliação, considera-se que as marcas possuem uma vida útil indefinida, na medida em que se assume não ser possível determinar com um aceitável grau de fiabilidade um limite temporal para a sua permanência no mercado.

O Grupo testa anualmente a imparidade destes activos intangíveis conforme preconizado pela IAS 36. Em 2013, os testes de imparidade às marcas foi efectuado no primeiro semestre, motivo pelo qual a taxa de imposto em Portugal corresponde à taxa conhecida e em vigor nessa data.

Os principais pressupostos utilizados nas avaliações efectuadas às marcas do segmento da Pasta e Papel, para efeitos de testes de imparidade, detalham-se como segue:

Marca	Mercados	Taxa Juro sem risco	Taxa Desconto*	Taxa Imposto
Navigator	Europa	5,62%	8,69%	31,5%
	EUA	5,62%	8,69%	31,5%
Soporset	Europa	5,62%	8,69%	31,5%
	EUA	5,62%	8,69%	31,5%

\* As taxas de desconto apresentadas incorporam o nível de solidez de cada uma das marcas

Os principais pressupostos utilizados nas avaliações efectuadas às marcas do segmento do Cimento e Derivados, para efeitos de testes de imparidade, detalham-se como segue:

Marca	Mercados	Taxa Juro sem risco	Taxa Desconto*	Taxa Imposto
Cimentos -Secil Portugal	Portugal	1,54%	9,15%	26,5%
Cimento - Ciments de Sibline	Líbano	3,02%	10,14%	15,0%
Cimento - Société des Ciments de Gabés	Tunísia	3,02%	8,95%	30,0%
Supremo Cimentos	Brasil	3,02%	10,56%	34,0%

\* As taxas de desconto apresentadas incorporam o nível de solidez de cada uma das marcas

As marcas alocadas ao segmento dos Cimentos e derivados foram avaliadas por entidade independente, com base num modelo de desconto de *cash-flows post-tax*, denominado “*income-split method*” associados à influência da marca (diferença entre a margem líquida da marca deduzida de investimentos em marketing e a margem líquida da marca branca associada), descontados para o momento da avaliação com base numa taxa de desconto específica.

Em resultado dos testes e respectivas análises de sensibilidade aos principais pressupostos assumidos no exercício de 2013, não foram identificadas quaisquer perdas por imparidade a registar nas marcas detidas pelo Grupo.

## 17. Terrenos, edifícios e equipamentos

No decurso do exercício de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos Terrenos, Edifícios e equipamentos, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade, foi conforme segue:



Valores em Euros	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>206.569.601</b>	<b>783.553.323</b>	<b>4.185.040.983</b>	<b>48.099.238</b>	<b>5.223.263.145</b>
Variação de perímetro	189.217.573	193.864.753	631.079.995	25.412.856	1.039.575.177
Aquisições	1.053.534	6.446.435	9.748.240	77.689.296	94.937.505
Alienações	(35.308)	(77.509)	(9.485.597)	(60.126)	(9.658.540)
Regularizações, transferências e abates	18.208.552	7.985.124	(14.799.613)	(83.542.754)	(72.148.692)
Ajustamento cambial	(9.590.214)	(2.406.931)	(8.854.735)	(2.185.472)	(23.037.352)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>405.423.738</b>	<b>989.365.196</b>	<b>4.792.729.273</b>	<b>65.413.037</b>	<b>6.252.931.243</b>
Variação de perímetro	-	-	927.798	-	927.798
Aquisições	445.249	2.801.465	18.744.875	84.154.163	106.145.752
Alienações	(37.668)	(155.220)	(14.742.083)	(357.629)	(15.292.600)
Regularizações, transferências e abates	2.303.023	13.539.005	56.939.049	(62.610.988)	10.170.089
Ajustamento cambial	(12.672.373)	(6.079.483)	(23.969.090)	(8.731.066)	(51.452.012)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>395.461.969</b>	<b>999.470.963</b>	<b>4.830.629.821</b>	<b>77.867.517</b>	<b>6.303.430.270</b>
<b>Amort. acumuladas e perdas por imparidade</b>					
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>(19.663.016)</b>	<b>(439.741.448)</b>	<b>(2.718.011.115)</b>	<b>(102.292)</b>	<b>(3.177.517.871)</b>
Variação de perímetro	(18.299.215)	(143.286.863)	(478.181.894)	-	(639.767.972)
Amortizações e perdas por imparidade	(9.699.266)	(25.956.044)	(147.060.450)	-	(182.715.760)
Alienações	10.340	80.401	9.512.631	-	9.603.372
Regularizações, transferências e abates	24.919	(4.483.203)	32.195.571	-	27.737.287
Ajustamento cambial	561.574	749.040	3.679.545	-	4.990.159
Activos detidos para venda	2.277.432	1.960.372	1.665.465	-	5.903.269
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>(44.787.232)</b>	<b>(610.677.745)</b>	<b>(3.296.200.247)</b>	<b>(102.292)</b>	<b>(3.951.767.516)</b>
Variação de perímetro	-	-	(773.165)	-	(773.165)
Amortizações e perdas por imparidade	(5.279.040)	(17.934.836)	(142.697.876)	(1.202.321)	(167.114.072)
Alienações	-	145.397	14.499.552	-	14.644.949
Regularizações, transferências e abates	(698.488)	(5.574.178)	(10.804.953)	(265.000)	(17.342.619)
Ajustamento cambial	1.533.056	2.625.374	11.894.346	76.319	16.129.094
Activos detidos para venda	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(49.231.704)</b>	<b>(631.415.988)</b>	<b>(3.424.082.344)</b>	<b>(1.493.294)</b>	<b>(4.106.223.330)</b>
<b>Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>186.906.585</b>	<b>343.811.875</b>	<b>1.467.029.868</b>	<b>47.996.946</b>	<b>2.045.745.274</b>
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>360.636.506</b>	<b>378.687.451</b>	<b>1.496.529.026</b>	<b>65.310.745</b>	<b>2.301.163.727</b>
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>346.230.265</b>	<b>368.054.976</b>	<b>1.406.547.477</b>	<b>76.374.223</b>	<b>2.197.206.941</b>

Durante o exercício, o Grupo Portucel adquiriu as acções representativas dos 82% do capital da Soporgen, S.A. que até então eram detidas pelo Grupo EDP. Até essa data, dadas as condições do contrato de aquisição de energia térmica existente entre as partes, a Portucel reconhecia os activos associados a essa unidade de cogeração como uma locação financeira, nos termos previstos na IFRIC 4 - Determinar se um acordo contém uma locação.

Em 2009, com o arranque da nova fábrica de papel, foi instalada uma unidade de produção de Precipitado de Carbonato de Cálcio instalada para o efeito pela Omya, S.A. no complexo industrial do Grupo em Setúbal, para utilização exclusiva daquela nova unidade fabril, prevendo o contrato de aquisição a transferência da propriedade dos activos no final da sua vigência. Atendendo à substância deste acordo, o Grupo aplica a interpretação IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação.

Assim, até 31 de Dezembro de 2012, em virtude da adopção desta norma a rubrica Activos fixos tangíveis – Equipamentos e outros tangíveis foi aumentada em Euros 58.003.950 ao qual se deduziram as respectivas depreciações acumuladas no montante de Euros 43.055.676. Em 31 de Dezembro de 2013 o valor líquido contabilístico destes equipamentos ascendia a Euros 6.661.530 (31 de Dezembro de 2012: Euros 14.948.274).

Em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica de investimentos em curso inclui Euros 4.186.211 (31 de Dezembro de 2012: Euros 13.347.075), relativos a adiantamentos de imobilizado, efectuados no âmbito dos projectos de investimento actualmente em curso no Grupo, que se encontram maioritariamente garantidos por garantias bancárias entregues pelos fornecedores em causa às empresas do Grupo que se encontram a promover os investimentos, conforme prática de mitigação do risco de crédito implementada.

A rubrica Terrenos inclui um montante de Euros 78.885.556 correspondente a terrenos florestais onde o Grupo Portucel instalou parte do seu património silvícola, estando o remanescente instalado em terrenos arrendados.

Os compromissos de compra relativos a Activos fixos tangíveis, bem como os que se encontram dados em garantia, estão detalhados nas Notas 40 e 41 respectivamente.

## 18. Activos biológicos

No decurso do exercício de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos activos biológicos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>109.055.925</b>	<b>110.769.306</b>
<b>Variações</b>		
Cortes efectuados	(21.464.033)	(8.844.085)
Crescimento	5.649.166	7.172.023
Replantações	4.715.403	5.122.059
Variações de justo valor	13.382.845	(5.163.378)
<b>Total de variações</b>	<b>2.283.381</b>	<b>(1.713.381)</b>
	<b>111.339.306</b>	<b>109.055.925</b>

Os montantes apresentados em Variações de justo valor correspondem, essencialmente, aos custos de gestão do património florestal previstos e incorridos no período (Custos de silvicultura, estrutura e rendas) e alterações de expectativa face ao previsto no modelo de avaliação (Novas áreas sob gestão, preço da madeira, taxa de custo do capital e outras).

A decomposição dos activos biológicos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Eucalipto	104.551.003	101.252.393
Pinho	5.033.860	5.899.662
Sobreiro	1.547.972	1.661.760
Outras Espécies	206.471	242.110
	<b>111.339.306</b>	<b>109.055.925</b>

Adicionalmente, não existem quantias de activos biológicos cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos, nem compromissos não reversíveis relativos ao desenvolvimento ou aquisição de activos biológicos.

## 19. Investimentos em associadas

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2013 e 2012, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.498.397</b>	<b>3.924.419</b>
Variação de perímetro	(1.790.832)	2.014.122
Aquisições	649	-
Resultado líquido apropriado	445.516	1.002.692
Dividendos atribuídos	(713.506)	(826.575)
Ajustamento cambial	(230)	(69)
Outros movimentos	-	(616.192)
<b>Saldo Final</b>	<b>3.439.994</b>	<b>5.498.397</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os investimentos em associadas evidenciados na demonstração da Posição financeira consolidada, incluindo o *Goodwill*, tinham a seguinte composição:

Participadas/Associadas	Valor contabilístico			
	% detida	31-12-2013	% detida	31-12-2012
Setefrete, SGPS, S.A.	25,00%	2.918.120	25,00%	3.063.979
MC - Materiaux de Construction	49,36%	2.211	49,36%	2.443
J.M.J. - Henriques, Lda.	50,00%	381.825	100,00%	385.082
Sociedade de Inertes, Lda.	49,00%	648	-	-
Ave, S.A.	35,00%	137.190	35,00%	256.061
Soporgen, S.A.	-	-	18,00%	1.790.832
		<b>3.439.994</b>		<b>5.498.397</b>

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica registava o valor da participação de 18% no capital da Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A.. Esta sociedade detém e explora uma central a gás de ciclo combinado no complexo industrial da Figueira da Foz relativamente à qual o Grupo considerava existir em substância uma locação financeira, reconhecendo o referido activo como tal nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme referido anteriormente (Nota 2), em 22 de Janeiro de 2013, o Grupo, através da subsidiária Soporcel, S.A., adquiriu o remanescente das acções não detidas representativas do capital social da Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A. (Soporgen ou Soporgen S.A.), accionando a *call-option* que, por acordo parassocial, tinha sobre o outro accionista, a EDP, S.A.. O impacto desta integração foi como segue:

Valores em Euros	82% JV Soporgen	
<b>Activo</b>		
Outros activos intangíveis	627.657	
Activos por impostos diferidos	237.285	
	<b>864.942</b>	
Inventários	902.000	
Valores a receber correntes	5.534.185	
Caixa e seus equivalentes	5.478.404	
	<b>11.914.589</b>	
<b>Total do Activo</b>	<b>12.779.531</b>	
<b>Passivo</b>		
Passivos por impostos diferidos	363.073	
	<b>363.073</b>	
Valores a pagar correntes	2.981.329	
Estado	1.363.974	
	<b>4.345.303</b>	
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.708.376</b>	
<b>Activos liquidos adquiridos</b>	<b>A</b>	<b>8.071.155</b>
<b>Valor de aquisição</b>	<b>B</b>	<b>5.060.493</b>
<b>Ganho contabilístico</b>	<b>A-B</b>	<b>3.010.662</b>

Conforme tem vindo a ser divulgado, atendendo à substância dos acordos existentes relativos à operação da unidade de cogeração detida pela Soporgen, o Grupo aplicava a interpretação IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação, reconhecendo como um activo fixo tangível o valor desta unidade, por contrapartida de um valor a pagar.

Atendendo à aquisição da totalidade do capital social da Soporgen, o passivo líquido existente por via desse reconhecimento, gerado pela diferença temporal entre a depreciação do activo e a liquidação do passivo financeiro, foi libertado. Esse ajustamento, e o reconhecimento da melhor indicação actual quanto ao valor das existências de

material de manutenção existente à data da aquisição, originaram um ganho contabilístico líquido de Euros 3.010.662 que se reconheceu no período nas seguintes rubricas:

Valores em Euros	Ganho
Outros ganhos operacionais (Nota 5)	4.395.127
Imposto sobre o rendimento do período	(1.384.465)
	<b>3.010.662</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, a informação financeira das principais empresas associadas é conforme segue:

		31 de Dezembro de 2013				
Valores em Euros		Activos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Réditos
Ave-Gestão Ambiental e Valorização						
Energética, S.A.	b)	4.087.892	3.695.911	391.981	331.011	12.302.485
J.M.J. - Henriques, Lda.	b)	1.074.797	311.147	763.650	(6.514)	-
MC- Materiaux de Construction	b)	699.140	572.858	126.282	25.693	4.753.814
Setefrete, SGPS, S.A.	a)	4.731.052	1.969.573	2.761.479	1.347.994	102.813

a) Valores referentes a 31.12.2012, ajustados dos dividendos distribuídos no período findo em 31.12.2013

b) Valores referentes a 31.12.2013

Em 31 de Dezembro de 2012, a informação financeira das principais empresas associadas é conforme segue:

		31 de Dezembro de 2012				
Valores em Euros		Activos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Réditos
Ave-Gestão Ambiental e Valorização						
Energética, S.A.	b)	2.723.523	1.991.905	731.618	670.649	8.862.010
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	d)	1.212.556	1.357.654	(145.098)	(201.130)	1.983.158
MC- Materiaux de Construction	c)	673.045	575.446	97.599	38.593	10.434.070
Inertogrande Central de Betão, Lda.	c)	1.916.082	1.983.828	(67.746)	(9.060)	-
Viroc Portugal - Indústrias de Madeira e Cimento, S.A.	e)	6.450.884	22.869.191	(16.418.307)	(993.294)	3.211.870
J.M.J. - Henriques, Lda.	c)	1.072.906	302.742	770.164	(8.575)	-
Setefrete, SGPS, S.A.	a)	6.027.305	2.682.391	3.344.914	683.582	99.336

a) Valores referentes a 31-12-2011, ajustados dos dividendos distribuídos no período findo em 31.12.2012

b) Valores referentes a 30-11-2012

c) Valores referentes a 31-12-2012

d) Valores referentes a 31-10-2012, data de referência da venda da associada

e) Valores referentes a 31-07-2012, data de referência da venda da associada

## 20. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2013 e 2012, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>9.026.930</b>	<b>9.657.695</b>
Aquisições	451.466	18.293
Alienações	(10.522.556)	(266.670)
Variações líquidas de Justo valor (Nota 10)	1.527.083	(382.388)
	<b>482.923</b>	<b>9.026.930</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os activos financeiros ao justo valor através de resultados detalham-se como segue:

Valores em Euros	Justo Valor	
	31-12-2013	31-12-2012
Acções da EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	8.979.672
Fundo de participação CEMG	435.665	-
Outros	47.258	47.258
	<b>482.923</b>	<b>9.026.930</b>

No segundo semestre de 2013, o Grupo procedeu à alienação em bolsa das 3.921.254 acções que detinha da EDP deixando de deter qualquer participação nesta entidade.

## 21. Activos disponíveis para venda

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2013 e 2012, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Justo valor no início do exercício</b>	<b>226.921</b>	<b>553.764</b>
Alienações	-	(410)
Variações de justo valor	119.336	(326.433)
	<b>346.257</b>	<b>226.921</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o justo valor dos Activos disponíveis para venda tinham a seguinte decomposição:

Valores em Euros	Justo Valor	
	31-12-2013	31-12-2012
Banco Espírito Santo, S.A.	117.121	100.889
Liaison Technologie	229.136	126.032
	<b>346.257</b>	<b>226.921</b>

## 22. Imparidades em activos não correntes e correntes

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades em activos não correntes, no exercício de 2013 e 2012, foi como segue:

Valores em Euros	Goodwill*	Outros activos não correntes	Activos fixos Tangíveis	Investimentos Associadas	Total
<b>1 de Janeiro de 2012</b>	<b>9.687.708</b>	<b>1.048.839</b>	<b>85.332</b>	<b>1.058</b>	<b>10.822.937</b>
Variação de perímetro	9.308.714	909.428	-	1.018	10.219.160
Ajustamento cambial	(217.259)	-	-	-	(217.259)
Reforço	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	(85.332)	-	(85.332)
<b>31 de Dezembro de 2012</b>	<b>18.779.163</b>	<b>1.958.267</b>	<b>-</b>	<b>2.076</b>	<b>20.739.506</b>
Ajustamento cambial	-	-	-	-	-
Reforço	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2013</b>	<b>18.779.163</b>	<b>1.958.267</b>	<b>-</b>	<b>2.076</b>	<b>20.739.506</b>

\* Imparidade do Goodwill referente a empresas subsidiárias

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades em activos correntes, no exercício de 2013 e 2012, foi como segue:

Valores em Euros	Existências	Clientes c/c	Valores a rec. Associadas	Outros Devedores	Total
<b>1 de Janeiro de 2012</b>	<b>5.065.455</b>	<b>14.766.477</b>	<b>2.092.887</b>	<b>3.972.534</b>	<b>25.897.353</b>
Variação de perímetro	3.070.971	12.027.509	2.031.969	3.235.001	20.365.450
Ajustamento cambial	(159.921)	(70.557)	-	(1.454)	(231.932)
Reforço (Nota 6)	562.170	2.702.789	(21.155)	42.687	3.286.491
Reversões (Nota 5)	(105.319)	(5.070.073)	-	(561.667)	(5.737.059)
Utilizações	(1.535.522)	(948.527)	(4.103.702)	(359.727)	(6.947.478)
Transferências	-	84.545	-	-	84.545
<b>31 de Dezembro de 2012</b>	<b>6.897.834</b>	<b>23.492.163</b>	<b>(1)</b>	<b>6.327.374</b>	<b>36.717.370</b>
Ajustamento cambial	(479.394)	(239.811)	-	(10.750)	(729.955)
Reforço (Nota 6)	1.826.548	2.589.384	-	669.518	5.085.450
Reversões (Nota 5)	(208.961)	(2.453.875)	-	(37.856)	(2.700.692)
Utilizações	(188.233)	(215.468)	-	(106.318)	(510.019)
Transferências	(1)	3.848.211	1	47.242	3.895.453
<b>31 de Dezembro de 2013</b>	<b>7.847.793</b>	<b>27.020.604</b>	<b>-</b>	<b>6.889.210</b>	<b>41.757.607</b>

## 23. Existências

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Existências tinha a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Matérias primas	186.954.515	203.851.631
Produtos e trabalhos em curso	14.356.422	10.103.543
Sub-produtos e desperdícios	1.057.351	1.487.801
Produtos acabados e mercadorias	92.341.926	95.505.583
Mercadorias	4.818.888	4.843.015
Adiantamentos	114.915	1.538.059
	<b>299.644.017</b>	<b>317.329.632</b>

*Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 22)*

## 24. Valores a receber correntes

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Valores a receber correntes, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Clientes	251.299.615	247.596.655
Contas a receber - Partes relacionadas (Nota 35)	2.678.984	31.094
Instrumentos financeiros derivados (Nota 34)	809.343	1.096.619
Outras contas a receber	9.176.497	28.420.439
Acréscimo de proveitos	5.870.869	2.527.891
Custos diferidos	10.826.906	11.253.204
	<b>280.662.214</b>	<b>290.925.902</b>

*Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Outras contas a receber detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Outras contas a receber</b>		
Adiantamentos a fornecedores	2.447.244	2.783.945
Incentivos financeiros a receber	161.930	620.062
Outros	6.567.323	25.016.432
	<b>9.176.497</b>	<b>28.420.439</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de Acréscimos de proveitos e Custos diferidos detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Acréscimos de proveitos</b>		
Juros a receber	815.153	712.667
Outros	5.055.716	1.815.224
	<b>5.870.869</b>	<b>2.527.891</b>
<b>Custos diferidos</b>		
Seguros	271.704	246.408
Rendas e alugueres	311.908	330.553
Planos pós-emprego	351.494	-
Outros	9.891.800	10.676.243
	<b>10.826.906</b>	<b>11.253.204</b>
	<b>16.697.775</b>	<b>13.781.095</b>

Em 2013, o Grupo Portucel concluiu as etapas necessárias à conversão dos planos de benefício definido existentes nas subsidiárias Soporcel, S.A., PortucelSoporcel Florestal, S.A., Empremédia, S.A., Raiz e PortucelSoporcel Lusa, S.A., convertendo-os em planos de contribuição definida para os actuais colaboradores do Grupo e mantendo os direitos adquiridos por ex-colaboradores como benefício definido. A totalidade das responsabilidades com direitos adquiridos relativos a benefícios definidos foi financiada até 31 de Dezembro de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2013, o excesso de financiamento para alguns dos fundos afectos aos planos de Benefício Definido referidos anteriormente, no montante de Euros 351.494, foi reconhecido como activo corrente por permitir garantir uma menor necessidade de contribuição futura pelo Grupo para o financiamento daqueles planos.

## 25. Estado

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos.

Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

### Activos correntes

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	5.560.418	10.350.933
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	92.547	116.753
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10.525.313	22.211.480
Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos	48.205.017	47.079.100
Restantes Impostos	336.559	753.663
	<b>64.719.854</b>	<b>80.511.929</b>

### Passivos correntes

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	13.866.638	3.610.306
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	21.333.310	22.494.138
Imposto sobre o Valor Acrescentado	35.617.762	46.731.291
Contribuições para a Segurança Social	3.758.904	3.381.730
Liquidações adicionais de imposto	72.999.271	73.598.135
Outros	1.422.821	746.822
	<b>148.998.706</b>	<b>150.562.422</b>

A rubrica Retenções de Imposto sobre o Rendimento (Passivo corrente) inclui, em 31 de Dezembro de 2013, um montante de Euros 14.111.051 (2012: Euros 12.239.735) correspondente à retenção na fonte de IRS efectuada sobre os montantes pagos aos membros do Conselho de Administração da Semapa em virtude do pagamento da última tranche relativa ao resgate do plano de pensões revogado em Dezembro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC decompõe-se do seguinte modo:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Imposto sobre o rendimento do exercício	55.399.273	63.199.183
Ajustamento cambial	(126.872)	(56.960)
Pagamentos por conta	(35.914.664)	(47.296.108)
Retenções na fonte a recuperar	(5.710.695)	(9.437.865)
IRC de exercícios anteriores	219.596	(2.797.944)
	<b>13.866.638</b>	<b>3.610.306</b>

A movimentação das provisões para liquidações adicionais, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresenta-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Saldo inicial</b>	73.598.135	59.510.770
Aumentos	60.847.834	20.551.702
Diminuições	(61.446.698)	(6.464.337)
	<b>72.999.271</b>	<b>73.598.135</b>

O detalhe das provisões para liquidações adicionais, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, apresenta-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013
<b>Segmento da Pasta e Papel</b>	
IRC (RETGS) 2012	48.734.015
RFAI 2009 e 2010	9.520.985
IRC (Resultado da liquidação) 2010	4.448.387
Outras	923.590
<b>Segmento do Cimento</b>	
IRC (RETGS) 2005	3.371.025
IRC (RETGS) 2013	4.100.000
Outras	1.901.269
	<b>72.999.271</b>

## 26. Capital social e acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital social da Semapa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 as pessoas colectivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:



Denominação	Nº de Acções	%	
		31-12-2013	31-12-2012
Longapar, SGPS, S.A.	21.505.400	18,17	18,17
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	16.199.031	13,69	13,69
Sodim, SGPS, S.A.	15.657.505	13,23	13,23
Banco BPI, S.A.	12.009.004	10,15	10,15
Bestinver Gestión, SGIIC, S.A.	11.865.210	10,03	10,03
Norges Bank (O Banco Central da Noruega)	5.649.215	4,77	4,77
Cimigest, SGPS, SA	3.185.019	2,69	2,69
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	625.199	0,53	0,53
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	535.000	0,45	0,45
Acções próprias	5.447.975	4,60	4,60
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	25.653.887	21,68	21,68
	<b>118.332.445</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

A Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. detém, em 31 de Dezembro de 2013, 5.447.975 acções próprias (2012: 5.447.975).

## 27. Reservas e lucros retidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas Reserva de justo valor, Reserva de conversão cambial e Outras reservas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Justo valor de instrumentos financeiros	(12.961.836)	(18.931.308)
Outras reservas de justo valor	(1.281.742)	(1.281.742)
<b>Total de Reserva de justo valor</b>	<b>(14.243.578)</b>	<b>(20.213.050)</b>
<b>Reserva de conversão cambial</b>	<b>(49.274.921)</b>	<b>(25.322.950)</b>
Reserva legal	23.666.489	23.666.489
Outras reservas	901.147.950	929.933.490
<b>Total de Outras reservas</b>	<b>924.814.439</b>	<b>953.599.979</b>
<b>Total de reservas</b>	<b>861.295.940</b>	<b>908.063.979</b>

### Justo valor de Instrumentos financeiros

O montante de Euros 12.961.863 negativo, líquido de impostos diferidos, apresentado na rubrica Justo valor de Instrumentos financeiros, corresponde à variação do justo valor dos Instrumentos financeiros classificados como de cobertura, descritos na Nota 34, e contabilizados em conformidade com a política descrita na Nota 1.13.

### Reserva de Conversão cambial

O montante negativo evidenciado na reserva de conversão cambial respeita à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam fora da zona Euro, essencialmente na Tunísia, Líbano, Angola, Estados Unidos da América (incluindo cobertura de *Net investment*), Reino Unido e Brasil.

### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, o que se verifica em 31 de Dezembro de 2013. Esta

reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

#### *Outras reservas*

Esta rubrica corresponde a reservas livres para distribuição aos accionistas constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores. Na sequência da aquisição de 5.447.975 acções próprias em exercícios anteriores foi tornada indisponível uma reserva no montante equivalente ao custo de aquisição global das referidas acções, em conformidade com a legislação comercial aplicável, reserva esta que deverá ser mantida até à alienação das referidas acções.

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral, ocorrida no dia 31 de Maio de 2013, a Semapa procedeu à distribuição de Reservas Livres aos seus accionistas, no montante de Euros 28.785.540 em Junho de 2013.

#### *Lucros retidos*

##### *Reforço de participação em empresas controladas*

O Grupo regista nesta rubrica as diferenças apuradas entre a quota-parte dos capitais próprios adquiridos e o valor de aquisição de participações adicionais de capital a interesses não controlados em empresas por si já controladas.

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante acumulado destas diferenças relativo a reforços de participações em subsidiárias, ascende a Euros 415.434.936 negativos.

#### *Ganhos e perdas actuariais*

São igualmente registados nesta rubrica os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades com benefícios pós emprego e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas nos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) conforme política descrita na Nota 1.22.1. No exercício de 2013 o Grupo registou desvios actuariais negativos num montante líquido de impostos diferidos de Euros 6.518.979.

## *28. Impostos diferidos*

No exercício de 2013, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos, foi o seguinte:

Valores em Euros	1 de Janeiro de 2013	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Lucros Retidos	Transferências	Activos detidos para venda	Variação de perímetro	31 de Dezembro de 2013
			Aumentos	Reduções					
<b>Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos</b>									
Prejuízos fiscais reportáveis	30.311.858	(66.812)	172.752.431	(29.400.432)	-	-	-	-	173.597.045
Provisões tributadas	35.035.471	(527.609)	4.465.059	(4.917.452)	-	-	-	704.228	34.759.697
Ajustamento de activos imobilizados	78.961.709	-	16.379.437	(28.955.260)	-	-	-	141.506	66.527.392
Insuficiência do fundo de pensões	3.296.740	(9.331)	-	(3.229.386)	36.158	-	-	-	94.181
Instrumentos financeiros	3.356.237	-	-	-	(1.532.731)	-	-	-	1.823.506
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	16.906.398	-	4.026.169	(269.410)	-	-	-	-	20.663.157
Valorização das florestas em crescimento	(4.804.893)	-	-	(2.649.273)	-	-	-	-	(7.454.166)
Amortizações em activos sujeitos à IFRIC 4	139.499	-	-	-	-	-	-	-	139.499
Incentivos fiscais ao investimento	15.143.501	-	-	(1.458.782)	-	-	-	-	13.684.719
Responsabilidade por subsídio de reforma	484.567	(33.517)	1.397	-	(2.909)	-	-	-	449.538
Responsabilidade por prémio de antiguidade	551.205	-	-	(16.541)	-	-	-	-	534.664
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	6.739.721	-	-	(653.011)	(123.814)	-	-	-	5.962.896
Desreconhecimento do subsídio ao invest. - harmonização políticas	4.129.090	-	568.529	-	-	-	-	-	4.697.619
Responsabilidade por assistência na doença	803.892	-	-	(399.862)	(69.279)	-	-	-	334.751
Outras diferenças temporárias	12.864.691	(84.140)	481.389	(162.671)	-	-	-	-	13.099.269
	<b>203.919.686</b>	<b>(721.409)</b>	<b>198.674.411</b>	<b>(72.112.080)</b>	<b>(1.692.575)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>845.734</b>	<b>328.913.767</b>
<b>Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos</b>									
Reavaliação de activos imobilizados	(43.331.149)	6.374.863	-	4.677.713	-	-	(8.727)	-	(32.287.300)
Benefícios de reforma	(1.511.448)	-	(686)	(64.282)	65.958	-	-	-	(1.510.458)
Instrumentos financeiros	(106.308)	-	-	(169.999)	(196.321)	-	-	(293.140)	(765.768)
Justo valor dos activos fixos	(392.105.347)	-	(1.583.281)	15.271.550	-	-	-	-	(378.417.078)
Incentivos Fiscais	(101.219.133)	-	-	80.063.106	-	-	-	-	(21.156.027)
Extensão da vida útil dos activos fixos tangíveis	(72.623.692)	387.029	(31.392.133)	16.349.174	-	-	-	(517.913)	(87.797.535)
Menos-valias diferidas contabilísticas intra-grupo	(220.857.945)	450.248	(2.491.744)	210.761.116	-	-	-	-	(12.138.325)
Mais valia fiscais com tributação diferida	(904.480)	-	-	114.924	-	-	(55.294)	-	(844.850)
Harmonização do critério das amortizações	(166.929.669)	1.981.946	(5.409.724)	-	-	-	-	-	(170.357.447)
Justo valor dos activos intangíveis	(151.488.000)	-	-	-	-	-	-	-	(151.488.000)
Justo valor de subsidiárias	(125.066.365)	9.196.111	-	5.808.622	-	-	(27.562)	-	(110.089.194)
Outras diferenças temporárias	(3.326.044)	-	-	100.676	-	15.509	-	-	(3.209.859)
	<b>(1.279.469.579)</b>	<b>18.390.197</b>	<b>(40.877.568)</b>	<b>332.912.600</b>	<b>(130.363)</b>	<b>15.509</b>	<b>(91.583)</b>	<b>(811.053)</b>	<b>(970.061.840)</b>
<b>Activos por impostos diferidos</b>	<b>60.858.404</b>	<b>(187.692)</b>	<b>46.127.599</b>	<b>(19.047.625)</b>	<b>(427.159)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>266.405</b>	<b>87.589.932</b>
<b>Efeito da alteração de taxa de imposto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.838.976)</b>	<b>-</b>	<b>(52.625)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.891.601)</b>
	<b>60.858.404</b>	<b>(187.692)</b>	<b>43.288.623</b>	<b>(19.047.625)</b>	<b>(479.784)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>266.405</b>	<b>84.698.331</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>(455.206.346)</b>	<b>5.457.091</b>	<b>(17.109.137)</b>	<b>109.164.505</b>	<b>290.069</b>	<b>4.107</b>	<b>(32.390)</b>	<b>(255.480)</b>	<b>(357.687.581)</b>
<b>Efeito da alteração de taxa de imposto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.206.700</b>	<b>-</b>	<b>(22.266)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>213.352</b>	<b>19.397.786</b>
	<b>(455.206.346)</b>	<b>5.457.091</b>	<b>2.097.563</b>	<b>109.164.505</b>	<b>267.803</b>	<b>4.107</b>	<b>(32.390)</b>	<b>(42.128)</b>	<b>(338.289.795)</b>

Na mensuração dos impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013, foi utilizada a taxa de imposto de 29,50% reflectindo assim a redução da taxa nominal de imposto definida no Orçamento do Estado para 2014. Em 31 de Dezembro de 2012 a taxa de imposto aplicada foi de 31,5%.

No exercício de 2012, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

Valores em Euros	1 de Janeiro de 2012	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Lucros Retidos	Transferências	Activos detidos para venda	Variação de perímetro	31 de Dezembro de 2012
			Aumentos	Reduções					
<b>Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos</b>									
Prejuízos fiscais reportáveis	25.672.642	(24.929)	4.752.322	(6.830.820)	-	(12.235)	2.584.680	4.170.198	30.311.858
Provisões tributadas	22.047.015	(177.501)	7.687.499	(5.643.040)	-	-	1.386.958	9.734.540	35.035.471
Ajustamento de activos imobilizados	103.087.110	-	763.860	(24.889.261)	-	-	-	-	78.961.709
Insuficiência do fundo de pensões	3.290.146	(3.304)	-	(100.013)	53.174	19.901	-	36.836	3.296.740
Instrumentos financeiros	2.869.071	-	(35.835)	106.309	416.692	-	-	-	3.356.237
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	19.740.576	-	2.380.166	(6.015.808)	-	-	-	801.464	16.906.398
Valorização das florestas em crescimento	(6.757.352)	-	5.828.712	(3.876.253)	-	-	-	-	(4.804.893)
Amortizações em activos sujeitos à IFRIC 4	139.499	-	724.350	(724.350)	-	-	-	-	139.499
Incentivos fiscais ao investimento	16.602.389	-	-	(1.458.888)	-	-	-	-	15.143.501
Responsabilidade por subsídio de reforma	238.738	(6.027)	62.280	-	(34.669)	-	-	224.245	484.567
Responsabilidade por prémio de antiguidade	472.538	-	(591)	(375.340)	-	-	-	454.598	551.205
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	4.093.269	-	-	(655.743)	(475.427)	(95.037)	-	3.872.659	6.739.721
Desreconhecimento do subsídio ao invest. - harmonização políticas	2.484.317	-	-	(499.228)	-	-	-	2.144.001	4.129.090
Responsabilidade por assistência na doença	6.222.648	-	13.305	(10.702.952)	(888.444)	-	-	6.159.335	803.892
Outras diferenças temporárias	4.344.490	(2.997)	4.985.192	(544.607)	-	-	3.715	4.078.898	12.864.691
	<b>204.547.096</b>	<b>(214.758)</b>	<b>27.161.260</b>	<b>(62.209.994)</b>	<b>(928.674)</b>	<b>(87.371)</b>	<b>3.975.353</b>	<b>31.676.774</b>	<b>203.919.686</b>
<b>Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos</b>									
Reavaliação de activos imobilizados	(8.556.186)	7.277.123	-	6.431.477	-	-	(10.444)	(48.473.119)	(43.331.149)
Benefícios de reforma	(905.515)	-	(12.270)	-	(593.663)	-	-	-	(1.511.448)
Instrumentos financeiros	(802.996)	-	(106.309)	-	1.578.313	-	-	(775.316)	(106.308)
Justo valor dos activos fixos	(407.376.897)	-	-	15.271.550	-	-	-	-	(392.105.347)
Incentivos Fiscais	(97.102.975)	-	(37.305.883)	33.189.725	-	-	-	-	(101.219.133)
Extensão da vida útil dos activos fixos tangíveis	(46.650.817)	148.302	(24.253.336)	-	-	-	-	(1.867.841)	(72.623.692)
Menos-valias diferidas contabilísticas intra-grupo	(221.190.211)	42.723	(49.360.562)	54.684.752	-	-	-	(5.034.647)	(220.857.945)
Mais valia fiscais com tributação diferida	(502.626)	-	-	72.083	-	-	(2.128)	(471.809)	(904.480)
Harmonização do critério das amortizações	(89.374.110)	706.656	(5.396.448)	-	-	-	-	(72.865.767)	(166.929.669)
Justo valor dos activos intangíveis	(151.488.000)	-	-	-	-	-	-	-	(151.488.000)
Justo valor de subsidiárias	(74.538.809)	2.707.307	-	8.798.023	-	-	(2.801.413)	(59.231.473)	(125.066.365)
Outras diferenças temporárias	(22.581.438)	(1)	-	19.537.901	-	(40.660)	-	(241.846)	(3.326.044)
	<b>(1.121.070.579)</b>	<b>10.882.110</b>	<b>(116.434.808)</b>	<b>137.985.511</b>	<b>984.650</b>	<b>(40.660)</b>	<b>(2.813.985)</b>	<b>(188.961.818)</b>	<b>(1.279.469.579)</b>
<b>Activos por impostos diferidos</b>	<b>61.643.040</b>	<b>(64.794)</b>	<b>1.385.516</b>	<b>(12.200.771)</b>	<b>(344.390)</b>	<b>(18.784)</b>	<b>1.013.253</b>	<b>9.445.334</b>	<b>60.858.404</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>(339.427.148)</b>	<b>2.269.414</b>	<b>(35.700.684)</b>	<b>32.045.010</b>	<b>395.677</b>	<b>8.061</b>	<b>(655.099)</b>	<b>(114.141.577)</b>	<b>(455.206.346)</b>

### Prejuízos fiscais reportáveis com imposto diferido activo

São reconhecidos impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais na medida em que seja provável a realização do respectivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis futuros.

Os impostos diferidos activos reconhecidos pelo Grupo relativos a prejuízos fiscais, apurados até 2012, que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012	Data limite
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	171.687.431	-	2017
Interholding Investments B.V.	-	24.332.428	2013
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	-	5.112.968	2017
Cimentos Madeira, Lda.	337.146	228.917	2017
Margem - Companhia de Mineração	305.044	442.428	Indefinida
Outros	1.267.424	195.117	
	<b>173.597.045</b>	<b>30.311.858</b>	

## 29. Pensões e outros benefícios pós-emprego

Conforme referido na Nota 1.22, o Grupo atribui aos seus trabalhadores e seus familiares diversos benefícios pós emprego.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades líquidas reflectidas na Posição financeira consolidada detalham-se como segue:

31 de Dezembro de 2013	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Holdings	Total
Responsabilidades com Pensões	69.207.041	27.361.654	1.355.943	97.924.638
Valor de mercado dos Fundos de pensões	(69.558.535)	(25.499.746)	-	(95.058.281)
Apólices de Seguro	-	92.594	-	92.594
Conta reserva (excesso de fundo na passagem a CD)	-	(887.173)	-	(887.173)
<b>Responsabilidades com pensões não cobertas</b>	<b>(351.494)</b>	<b>1.067.329</b>	<b>1.355.943</b>	<b>2.071.778</b>

### Outras Responsabilidades sem fundo afecto

Assistência na Doença	-	514.795	-	514.795
Reforma e Morte	-	449.539	-	449.539
Prémio de Antiguidade	-	534.666	-	534.666
<b>Total responsabilidades não cobertas</b>	<b>(351.494)</b>	<b>2.566.329</b>	<b>1.355.943</b>	<b>3.570.778</b>

31 de Dezembro de 2012	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Holdings	Total
Responsabilidades com Pensões	119.168.773	29.203.237	1.374.716	149.746.726
Fundo de pensões	(117.050.324)	(27.491.958)	-	(144.542.282)
Apólices de Seguro	-	94.868	-	94.868
Conta reserva (excesso de fundo na passagem a CD)	-	(1.012.191)	-	(1.012.191)
<b>Responsabilidades com pensões não cobertas</b>	<b>2.118.449</b>	<b>793.956</b>	<b>1.374.716</b>	<b>4.287.121</b>

### Outras Responsabilidades sem fundo afecto

Assistência na Doença	-	983.936	-	983.936
Reforma e Morte	3.196.228	484.567	-	3.680.795
Prémio de Antiguidade	-	551.207	-	551.207
<b>Total responsabilidades não cobertas</b>	<b>5.314.677</b>	<b>2.813.666</b>	<b>1.374.716</b>	<b>9.503.059</b>

O segmento da Pasta e Papel apresenta, em 31 de Dezembro de 2013, um excesso de cobertura por via dos fundos/activos afectos às suas responsabilidades no montante de Euros 351.494 (Nota 24).

### Semapa

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante do passivo reflectido na Posição financeira consolidada, na rubrica Responsabilidades por benefícios pós emprego no segmento Holdings, corresponde à responsabilidade da Semapa

afecta a um beneficiário que optou por não aderir à revogação e resgate nos termos previstos e deliberados pela Assembleia Geral de 27 de Dezembro de 2012, ascendendo esta responsabilidade a Euros 1.374.716.

#### Subgrupo Portucel

Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida actualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30 (máximo de 25 para a Soporcel, PortucelSoporcel Florestal, Empremédia, PortucelSoporcel Lusa e RAÍZ), sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes directos. Para cobrir esta responsabilidade, foram constituídos fundos de pensões autónomos, geridos por uma entidade externa, estando os activos dos fundos repartidos por cada uma das empresas.

Em 2013, o Grupo concluiu os passos e obteve do Regulador as autorizações tendentes à conversão dos Planos de benefícios pós-emprego da Soporcel, PortucelSoporcel Florestal, Empremédia, PortucelSoporcel Lusa e RAIZ em planos de contribuição definida. Esta conversão abrange os actuais colaboradores das empresas e salvaguarda os direitos à data da transição. Os direitos adquiridos por ex-colaboradores e pensionistas no momento da sua saída da empresa por mudança de emprego ou passagem à reforma manter-se-ão inalterados.

Assim sendo em 31 de Dezembro de 2013 foi desreconhecida a responsabilidade com os referidos planos de benefícios definidos, bem como dos respectivos fundos que visam financiar essas responsabilidades e que serão parcialmente alocados à dotação inicial dos fundos do Plano de contribuição definida.

Após esta alteração, o Grupo mantém apenas responsabilidades com Planos de benefício pós-emprego de benefício definido para o grupo de colaboradores da Portucel que optaram por não aceitar a conversão do seu plano em contribuição definida, para além dos ex-colaboradores, reformados ou, quando aplicável, com direitos adquiridos, representando este universo 13 indivíduos. Este direito de opção resultou do Acordo de Empresa em vigor na Portucel.

Adicionalmente, a Portucel vinha assumindo responsabilidades de pagamento de um prémio de reforma, equivalente a 6 meses de vencimento, caso o empregado se reformasse na data normal da reforma (65 anos). Em 2013, com a renegociação do Acordo de Empresa, e do Regulamento de Regalias Sociais da Portucel, assinado pela Comissão de Trabalhadores e por todas as Centrais Sindicais, este benefício foi extinto.

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante de responsabilidades afectas a planos de benefícios pós-emprego respeitantes aos administradores do Grupo Portucel, ascendia a Euros 2.532.130 (31 de Dezembro de 2012: Euros 2.439.412).

#### Subgrupo Secil

Em Setembro de 2010, foi alterado o contrato constitutivo do Fundo de Pensões Secil, que passou a designar-se por Fundo de Pensões do Grupo Secil, substituindo integralmente o anterior contrato e produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 2010.

São associadas do Fundo, a Secil e as suas subsidiárias:

- (i) CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. e Unibetão –Indústrias de Betão Preparado, S.A., que integraram (e extinguíram simultaneamente) os seus Fundos de Pensões no Fundo de pensões da Secil;
- (ii) Cimentos Madeira, Lda., que integrou (e extinguiu simultaneamente) a sua apólice de seguro no Fundo de pensões da Secil;
- (iii) Britobetão – Central de Betão, Lda., Secil Britas, S.A., Quimipiedra – Secil Britas, Calcários e Derivados, Lda., Beto Madeira, S.A., Brimade, S.A. e Eurobetão – Betão Pronto, S.A..

A Cimentos Madeira alterou, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, para contribuição definida o plano de benefícios definidos que assegurava directamente aos seus empregados a título de complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência.

O plano de pensões de contribuição definida constituído inclui todos os empregados que à data de 1 de Janeiro de 2012 tinham um contrato de trabalho sem termo (e que se encontravam abrangidos pelo plano de benefícios definidos em vigor na empresa) e todos os empregados admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir dessa data, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração.

O património líquido positivo resultante da transição dos trabalhadores no activo da Cimentos Madeira do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida, após a transferência das responsabilidades por serviços passados financiadas com referência a 31 de Dezembro de 2011 e garantindo o financiamento das responsabilidades com reformados e pensionista a cargo do Plano de Pensões de Benefício Definido foi transferido para a Conta Reserva da respectiva associada e afecto ao Plano de Contribuição Definida.

Relativamente à Brimade, estão abrangidos por este plano todos os trabalhadores que tinham à data de 1 de Julho de 2012 um contrato de trabalho sem termo e todos os trabalhadores que venham a ser admitidos ao serviço após essa data.

#### *Planos de Pensões de Benefícios definidos*

##### *(i) Planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades*

#### RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

A Secil e as suas subsidiárias CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A., Unibetão - Industrias de Betão Preparado, S.A., Cimentos Madeira, Lda., Betomadeira, S.A. e Societé des Ciments de Gabés assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência e subsídio de reforma.

As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros, ou cobertas por apólices de seguro.

Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projectada.

##### *(ii) Planos de benefícios definidos a cargo do Grupo*

#### RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de Dezembro de 1987, são asseguradas directamente pela Secil. Em 26 de Junho de 2012, as responsabilidades a cargo da Cimentos Madeira, Lda. e Betomadeira - Betões e Britas da Madeira, S.A. relativas a todos os reformados e pensionistas que à data de 1 de Julho se encontravam a receber uma pensão, foram transferidas para o Plano de Pensões de Benefícios Definidos Cimentos Madeira o qual integrou o Fundo de Pensões Secil.

Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com actuais pensionistas e o método de crédito da unidade projectada, na avaliação das responsabilidades com activos.

#### RESPONSABILIDADES POR ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

A Secil e a suas subsidiárias CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. e Cimentos Madeira, Lda., mantêm com os seus empregados regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados e viúvas, através de um seguro de saúde contratado.

#### RESPONSABILIDADES POR SUBSÍDIOS DE REFORMA E MORTE

A Secil e as suas subsidiárias a seguir identificadas assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de subsídio de reforma por velhice e por invalidez e subsídio por morte, com os seguintes critérios de atribuição:

- (i) na Secil Angola, S.A.R.L. e Secil Lobito, S.A. (Angola), na data da reforma, de acordo com a Lei Geral do Trabalho Nº 2/2000, um subsídio de reforma que representa um quarto do último salário multiplicado pelo nº de anos ao serviço na empresa;
- (ii) na Societé des Ciments de Gabés (Tunísia), na data da reforma, com base no Acordo Colectivo de Trabalho, artigo 52, um subsídio de reforma, que representa: (i) 2 meses do último salário, se o trabalhador tem menos de 30 anos ao serviço da empresa e (ii) 3 meses do último salário, se o trabalhador tem 30 anos ou mais ao serviço da empresa.

A Secil e a subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio por morte do trabalhador activo, de igual valor a 1 mês do último salário auferido.

#### RESPONSABILIDADES POR PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

A Secil e a subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que atingem 25 anos de antiguidade nas referidas empresas, os quais são pagos no ano em que o trabalhador perfaz aquele número de anos ao serviço da subsidiária.

#### Pressupostos actuariais utilizados

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidades independentes, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades por serviços passados, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	31-12-2013	31-12-2012
Formula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial - Grupo Secil	1,00%	1,50%
Taxa de crescimento salarial - Restantes empresas	2,00%	2,00%
Taxa de juro técnica	4,50%	5,00%
Taxa de retorno dos activos	4,50%	5,00%
Taxa de crescimento das pensões - Grupo Secil	0,45%	0,90%
Taxa de crescimento das pensões - Restantes empresas	1,75%	1,75%
Taxa de reversibilidade das pensões Semapa	50,00%	50,00%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12
Taxa de crescimento das despesas de saúde	4,60%	4,60%
Prémio de seguro de saúde	300,00	300,00

Em 31 de Dezembro de 2013, o Grupo reviu em baixa a taxa de desconto utilizada no cálculo das suas responsabilidades com pensões de 5% para 4,5%, utilizada para efeitos da mensuração das responsabilidades a essa data.

A taxa de crescimento dos custos com saúde, de 4,60%, foi determinada de acordo com os seguintes componentes:

- Taxa de inflação: 2%
- Diferencial histórico entre IPC geral e IPC Saúde: 0,10%
- Prémio (relativo a aumentos reais dos prémio do seguro de saúde, reflectindo a margem dos seguradores): 2,50%

A taxa de retorno esperada dos activos foi determinada tendo por base as rendibilidades mensais históricas (dos últimos 20 anos) para as diversas classes de activos que integram a alocação estratégica do Fundo de Pensões.

A tabela abaixo apresenta informação histórica para um período de cinco anos sobre o valor actual das responsabilidades, o valor de mercado dos fundos, as responsabilidades não financiadas e os ganhos e perdas actuariais líquidos.

O detalhe desta informação nos últimos cinco exercícios é como segue:

Valores em Euros	2009	2010	2011	2012	2013
Valor presente das obrigações	272.313.818	246.197.433	247.545.062	155.057.532	99.516.232
Justo valor dos activos e conta Reserva	151.828.873	119.815.373	120.542.657	145.554.473	95.945.454
<b>Excedente / (défice)</b>	<b>(120.484.945)</b>	<b>(126.382.060)</b>	<b>(127.002.405)</b>	<b>(9.503.059)</b>	<b>(3.570.778)</b>
<b>Desvios actuariais</b>	<b>10.244.403</b>	<b>(4.990.550)</b>	<b>1.060.676</b>	<b>11.654.475</b>	<b>(6.786.377)</b>

#### FUNDOS AFECTOS AOS PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO COM PENSÕES

No exercício de 2013 e 2012 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013		31-12-2012	
	Fundo autónomo	Capital seguro	Fundo autónomo	Capital seguro
<b>Valor no início do exercício</b>	<b>144.542.282</b>	<b>176.799</b>	<b>119.097.467</b>	<b>1.179.025</b>
Variação de perímetro	-	-	13.816.620	1.132.788
Cortes e Liquidações	-	-	(3.943.060)	-
Conversão para CD	(54.863.112)	-	-	-
Variação cambial	-	(17.366)	90.669	(10.421)
Dotação efectuada	4.883.979	41.114	10.868.537	50.011
Rendimento esperado vs real	6.349.031	9.904	4.987.311	-
Rendimento esperado	789.969	-	4.325.557	-
Pensões pagas	(6.643.868)	-	(6.796.103)	-
Reformas processadas	-	(27.939)	-	(79.320)
Trf de responsabilidades para o Fundo	-	-	2.095.284	(2.095.284)
<b>Valor no fim do exercício</b>	<b>95.058.281</b>	<b>182.512</b>	<b>144.542.282</b>	<b>176.799</b>

A composição dos fundos, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013	%	31-12-2012	%
Acções	9.976.519	10,5%	28.264.660	19,6%
Obrigações	70.220.121	73,9%	69.639.065	48,2%
Dívida Pública	7.266.399	7,6%	7.422.829	5,1%
Imobiliário	328.789	0,3%	217.020	0,2%
Liquidez	6.836.363	7,2%	38.498.894	26,6%
Outras aplicações	430.090	0,5%	499.814	0,3%
	<b>95.058.281</b>	<b>100,0%</b>	<b>144.542.282</b>	<b>100,0%</b>



*Evolução das Responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego na Posição financeira consolidada*

A evolução das responsabilidades assumidas, reflectidas na Posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2013, é conforme segue:

Valores em Euros	Saldo Inicial	Variação de Cambial	Cortes e Remissões	Custos e Proveitos	Ganhos e Perdas Actuarias	Pagamentos efectuados	Conversão para contribuição definida	Saldo Final
<b>Benefícios pós-emprego</b>								
Pensões a cargo do Grupo	8.114.434	-	-	377.055	(86.041)	(1.086.611)	-	7.318.837
Pensões com fundo autónomo	141.632.292	-	(1.809.848)	6.455.843	6.193.889	(6.643.867)	(55.222.508)	90.605.801
Apólice de Seguro	94.868	(9.330)	-	13.510	35.323	(41.777)	-	92.594
Morte e subsídios de reforma	3.680.795	(33.518)	(3.144.296)	419.416	(377.191)	(95.667)	-	449.539
Assistência na doença	983.936	-	-	36.302	(69.279)	(436.164)	-	514.795
Prémios de antiguidade	551.207	-	-	73.255	(89.796)	-	-	534.666
	<b>155.057.532</b>	<b>(42.848)</b>	<b>(4.954.144)</b>	<b>7.375.381</b>	<b>5.606.905</b>	<b>(8.304.086)</b>	<b>(55.222.508)</b>	<b>99.516.232</b>

*Gastos suportados com Pensões e outros benefícios pós emprego*

Relativamente aos gastos suportados no exercício de 2013 e 2012 com pensões e outros benefícios pós emprego, o detalhe é conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013				
	Serviços cor/pass	Custo dos juros	Retorno esperado dos activos	Cortes e Liquidações e Remissões	Impacto no resultado do período
<b>Benefícios pós-emprego</b>					
Pensões a cargo do Grupo	-	377.055	-	-	377.055
Pensões com fundo autónomo	2.369.086	7.212.740	(12.441.914)	1.339.117	(1.520.971)
Apólice de Seguro	8.110	14.641	(9.241)	-	13.510
Morte e subsídios de reforma	32.440	44.775	(5.432)	(1.736)	70.047
Assistência na doença	13.401	22.901	-	-	36.302
Prémios de antiguidade	725.954	26.676	28.994	(3.153.926)	(2.372.302)
Contribuições para planos CD	1.804.059	-	-	-	1.804.059
	<b>4.953.050</b>	<b>7.698.788</b>	<b>(12.427.593)</b>	<b>(1.816.545)</b>	<b>(1.592.300)</b>

Valores em Euros	31-12-2012				
	Serviços cor/pass	Custo dos juros	Retorno esperado dos activos	Cortes e Liquidações e Remissões	Impacto no resultado do período
<b>Benefícios pós-emprego</b>					
Pensões a cargo do Grupo	867.625	5.216.622	-	(19.097.434)	(13.013.187)
Pensões com fundo autónomo	2.602.348	7.890.403	(9.374.355)	2.778.139	3.896.535
Morte e subsídios de reforma	30.834	44.653	-	(9.351)	66.136
Assistência na doença	165.367	517.417	-	(10.796.311)	(10.113.527)
Prémios de antiguidade	26.672	31.195	-	(108.091)	(50.224)
Contribuições para planos CD	1.016.336	-	-	-	1.016.336
	<b>4.709.182</b>	<b>13.700.290</b>	<b>(9.374.355)</b>	<b>(27.233.048)</b>	<b>(18.197.931)</b>

*Desvios actuariais na Demonstração do rendimento integral*

Relativamente aos desvios actuariais reconhecidos, no exercício de 2013 e 2012, directamente na demonstração do rendimento integral, o detalhe é conforme segue:

Valores em Euros	Alteração pressupostos	Outros Ganhos e Perdas	Valor Bruto	Imposto diferido	Impacto nos Capitais próprios
<b>Benefícios pós-emprego</b>					
Pensões a cargo do Grupo	(37.773)	123.814	86.041	(39.051)	46.990
Pensões com fundo autónomo	(4.061.185)	(2.883.420)	(6.944.605)	333.643	(6.610.962)
Morte e subsídios de reforma	-	2.908	2.908	(6.126)	(3.218)
Assistência na doença	-	69.279	69.279	(21.068)	48.211
	<b>(4.098.958)</b>	<b>(2.687.419)</b>	<b>(6.786.377)</b>	<b>267.398</b>	<b>(6.518.979)</b>

### 30. Provisões

No decurso do exercício de 2013 e 2012, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Valores em Euros	Processos Judiciais	Processos Fiscais	Recuperação Ambiental	Outras	Total
<b>1 de Janeiro de 2012</b>	<b>1.354.226</b>	<b>5.433.036</b>	<b>3.438.901</b>	<b>25.679.117</b>	<b>35.905.280</b>
Variação de perímetro	-	-	3.324.421	7.765.245	11.089.666
Aumentos (Nota 6)	18.533	-	15.327	13.261.509	13.295.369
Reversões (Nota 6)	(109.635)	(5.433.036)	(103.220)	(17.158.027)	(22.803.918)
Utilizações	-	-	(13.087)	(3.180.473)	(3.193.560)
Ajustamento Cambial	-	-	(289)	(51.053)	(51.342)
Descontos financeiros	-	-	295.234	(18.488)	276.746
<b>31 de Dezembro de 2012</b>	<b>1.263.124</b>	<b>-</b>	<b>6.957.287</b>	<b>26.297.830</b>	<b>34.518.241</b>
Variação de perímetro	-	-	-	891.362	891.362
Aumentos (Nota 6)	131.396	-	-	20.903.422	21.034.818
Reversões (Nota 6)	(86.511)	-	(119.981)	(6.715.336)	(6.921.828)
Utilizações	-	-	(51.528)	(3.303.819)	(3.355.347)
Ajustamento Cambial	-	-	(630)	(209.482)	(210.112)
Descontos financeiros	-	-	356.093	-	356.093
Transferências e regularizações	-	30.700.077	-	(829.285)	29.870.792
<b>31 de Dezembro de 2013</b>	<b>1.308.009</b>	<b>30.700.077</b>	<b>7.141.241</b>	<b>37.034.692</b>	<b>76.184.019</b>

O montante apresentado na rubrica Outras refere-se a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos/diferendos de natureza diversa, de cuja resolução poderão resultar saídas de fluxos de caixa.

O montante das provisões para processos fiscais decorre de uma avaliação efectuada pelo Grupo com referência à data da Demonstração da Posição financeira, quanto a potenciais divergências com a Administração Tributária, tendo em conta os recentes desenvolvimentos nas matérias fiscais.

### 31. Passivos remunerados

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Dívida a terceiros remunerada</b>		
<i>Não Corrente</i>	1.929.394.235	1.681.677.079
<i>Corrente</i>	250.603.409	333.104.559
	<b>2.179.997.644</b>	<b>2.014.781.638</b>
<b>Caixa e seus equivalentes</b>		
Numerário	395.801	356.386
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	147.207.492	30.389.153
Outras aplicações de tesouraria	518.742.013	382.930.541
	<b>666.345.306</b>	<b>413.676.080</b>
Valor de mercado dos títulos em carteira	188.865.104	148.106.042
<b>Dívida líquida remunerada</b>	<b>1.324.787.234</b>	<b>1.452.999.516</b>

#### Dívida remunerada não corrente

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Não correntes</b>		
Empréstimos por obrigações	1.254.323.428	873.695.261
Papel Comercial	211.400.000	199.450.000
Empréstimos bancários	470.564.637	606.622.825
Encargos com emissão de empréstimos	(18.234.186)	(10.651.043)
<b>Dívida bancária remunerada</b>	<b>1.918.053.879</b>	<b>1.669.117.043</b>
Locação Financeira	4.231.839	3.818.485
Outros empréstimos - QREN	7.108.517	8.741.551
<b>Outras dívidas remuneradas</b>	<b>11.340.356</b>	<b>12.560.036</b>
<b>Total de dívida remunerada não corrente</b>	<b>1.929.394.235</b>	<b>1.681.677.079</b>

#### Empréstimos por obrigações

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos por obrigações correntes e não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Empréstimos por obrigações</b>		
Portucel 2010 / 2015	100.000.000	100.000.000
Portucel 2010 / 2015 - 2ª emissão	100.000.000	100.000.000
Portucel Senior Notes 2020	350.000.000	-
Portucel 2005 / 2013	-	200.000.000
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	175.000.000
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	50.000.000
SBI 2007 / 2017	40.000.000	40.000.000
Semapa 2012 / 2015	300.000.000	300.000.000
Secil 2012 / 2017	60.000.000	60.000.000
Secil 2013 / 2016	40.000.000	-
Secil 2013 / 2018	40.000.000	-
NSOSPE	39.323.428	48.695.261
	<b>1.294.323.428</b>	<b>1.073.695.261</b>

Em Maio de 2013, a Portucel procedeu a uma emissão de 350 milhões de Euros de obrigações nos mercados internacionais, pelo prazo de 7 anos. Esta emissão é denominada “Portucel Senior Notes due 2020”.

Em Maio de 2013, a Secil contraiu dois empréstimos obrigacionistas denominados “Secil - 2013 /2016” e “Secil - 2013 /2018”, no montante de Euros 40.000.000 cada, o primeiro com um reembolso único na maturidade (2016), e o segundo com 3 reembolsos anuais vencendo-se o primeiro em 2016.

No exercício de 2012 a Semapa efectuou uma emissão de um empréstimo obrigacionista num montante total de Euros 300.000.000 com maturidade de 3 anos (2015), cotado na Euronext Lisboa sob a designação “Obrigações Semapa 2012/2015”.

Ainda no decurso do exercício de 2012 a subsidiária NSOSPE (Brasil) efectuou uma emissão de um empréstimo obrigacionista num montante total de Reais 128.100.000 com maturidade de 5 anos (2017).

A Semapa SGPS, S.A., tem contratado dois empréstimos obrigacionistas, nos montantes de Euros 50.000.000 e Euros 175.000.000 pelo prazo de 10 anos. Este último encontra-se cotado na Euronext Lisboa sob a designação “Obrigações Semapa 2006/2016”.

Em Fevereiro de 2010, a Portucel contraiu um empréstimo adicional denominado “Obrigações Portucel - 2010 /2015 - 2ª Emissão”, no montante de Euros 100.000.000, com um reembolso único na maturidade, em Fevereiro de 2015.

#### *Papel Comercial*

No exercício de 2013, a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de Euros 100.000.000, pelo prazo de 7 anos, do qual se encontra utilizado um montante de Euros 60.000.000, em 31 de Dezembro de 2013.

No exercício de 2006, a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de Euros 175.000.000, pelo prazo de 10 anos, do qual se encontra utilizado um montante de Euros 151.400.000, em 31 de Dezembro de 2013.

A Semapa e a ETSA Investimentos têm contratado um programa de papel comercial grupado até ao montante máximo de Euros 70.000.000, pelo prazo de 5 anos. Em 31 de Dezembro de 2013, este programa não estava utilizado.

Em Dezembro de 2012, a Portucel celebrou novo programa de papel comercial, num montante de Euros 50.000.000, cujas emissões são tomadas firmes pelo Banco por um período de 3,5 anos. Em 31 de Dezembro de 2013, o programa não estava utilizado.

Adicionalmente, também em Dezembro de 2012, a Portucel emitiu um programa de papel comercial no montante de Euros 125.000.000, tomado firme pelo Banco por um período de 3 anos. Em 31 de Dezembro de 2013, o montante de Euros 125.000.000 estava totalmente utilizado.

#### *Prazos de reembolso dos empréstimos*

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado de empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários, papel comercial e outros empréstimos, de médio e longo prazo, detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
1 a 2 anos	686.837.207	184.464.261
2 a 3 anos	521.202.430	719.786.602
3 a 4 anos	203.513.020	494.181.811
4 a 5 anos	42.848.633	175.709.873
Mais de 5 anos	488.995.292	114.367.090
	<b>1.943.396.582</b>	<b>1.688.509.637</b>

## Dívida remunerada corrente

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Correntes</b>		
Empréstimos por obrigações	40.000.000	200.000.000
Empréstimos bancários	184.417.618	110.881.672
<b>Dívida bancária remunerada</b>	<b>224.417.618</b>	<b>310.881.672</b>
Empréstimos de curto prazo de accionistas	11.789.356	5.074.358
Locação Financeira	986.498	1.063.241
Outros empréstimos - QREN	1.811.398	1.143.146
Outras dívidas	11.598.539	14.942.142
<b>Outras dívidas remuneradas</b>	<b>26.185.791</b>	<b>22.222.887</b>
<b>Total de dívida remunerada corrente</b>	<b>250.603.409</b>	<b>333.104.559</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos bancários correntes e não correntes detalham-se como segue

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012	Indexante
<b>Não correntes</b>			
<b>Holdings</b>			
NCG Banco	-	8.000.000	Euribor 3m
Caixa Geral de Depósitos	50.000.000	100.000.000	Euribor 6m
Banco BIC	14.285.715	-	Euribor 3m
<b>Segmento - Cimento e Derivados</b>			
Amen Bank	4.246.069	5.525.117	TMM
Banco Espírito Santo	714.287	31.428.572	Euribor 6m
Banco Santander Totta	63.274.190	65.133.739	Vários
Banco Caixa de Crédito Agrícola	-	25.000.000	Vários
Banque Mediterranee	7.880.347	4.907.924	Vários
UBCI Credit	4.677.205	6.561.462	TMM
Banco BRDE	952.247	196.774	Vários
Banco Volkswagen	433.612	81.626	-
Banco Itaú	3.283.105	-	Vários
Outros empréstimos	43.677.701	77.212.282	Vários
<b>Segmento - Pasta e Papel</b>			
BEI	129.642.856	149.345.238	Euribor 6m
Banco Santander Totta	125.000.000	125.000.000	Euribor 6m
Banco do Brasil	15.000.000	-	Euribor 6m
<b>Segmento - Ambiente</b>			
Banco BPI	4.000.000	3.250.000	Euribor 3m
Banco Espírito Santo	1.000.000	1.800.000	Euribor 3m
Banco Santander Totta	-	750.000	Euribor 3m
Caixa Económica Montepio Geral	125.000	375.000	Euribor 6m
Outros empréstimos	2.372.303	2.055.091	-
	<b>470.564.637</b>	<b>606.622.825</b>	
<b>Correntes</b>			
<b>Holdings</b>			
Banco BPI	2.500.000	600.000	Euribor 1m
NCG Banco	8.000.000	4.000.000	Euribor 6m
Caixa Geral de Depósitos	50.000.000	333.469	Euribor 6m
Caixa Económica Montepio Geral	935.000	5.000.000	Euribor 3m
Fortis Bank	-	15.000.000	Euribor 3m
Banco BIC	5.714.285	-	Euribor 3m
<b>Segmento - Cimento e Derivados</b>			
Banco Espírito Santo	3.214.286	714.286	Euribor 6m
Banco Santander Totta	40.555.182	516.194	Euribor 6m
Banco Itaú	9.285.340	2.353.158	-
Banco Bradesco	97.443	11.301.453	-
Banco Safra	849.075	2.282.967	-
Outros empréstimos	33.317.284	33.351.221	Vários
<b>Segmento - Pasta e Papel</b>			
Caja Duero	19.702.381	19.744.522	Euribor 6m
<b>Segmento - Ambiente</b>			
Banco BBVA	1.417.593	147.315	Euribor 3m
Banco BPI	6.000.000	3.750.000	Euribor 3m
Banco Espírito Santo	800.000	6.450.000	Euribor 3m
Banco Santander Totta	1.750.000	2.000.000	Euribor 3m
Caixa Geral de Depósitos	-	1.547.420	Euribor 3m
Caixa Económica Montepio Geral	250.000	750.000	Euribor 3m
Outros empréstimos	29.750	1.039.667	Euribor 3m
	<b>184.417.618</b>	<b>110.881.672</b>	
	<b>654.982.255</b>	<b>717.504.497</b>	

### Valor de mercado dos títulos em carteira no Grupo

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a decomposição do valor de mercado dos títulos em carteira do Grupo para efeitos de cálculo da dívida líquida acima apresentada é como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Justo valor das acções próprias detidas pela Semapa	44.346.517	30.998.978
Justo valor das acções próprias detidas pela Portucel	142.143.848	108.026.503
Justo valor das acções do BES	117.121	100.889
Justo valor das acções da EDP	-	8.979.672
	<b>186.607.486</b>	<b>148.106.042</b>

### Dívida referente a locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os planos de reembolso da dívida do Grupo referente a locações financeiras, exceptuando os activos resultantes da aplicação da IFRIC 4 (Nota 17), detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
A menos de 1 ano	1.138.520	1.241.135
1 a 2 anos	1.036.943	1.081.794
2 a 3 anos	1.001.755	838.169
3 a 4 anos	965.984	776.877
4 a 5 anos	1.011.603	702.887
Mais de 5 anos	525.104	834.659
	<b>5.679.909</b>	<b>5.475.521</b>
Juros futuros	(461.572)	(593.795)
<b>Valor actual das responsabilidades</b>	<b>5.218.337</b>	<b>4.881.726</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, o Grupo utiliza os seguintes bens adquiridos em Locação financeira:

Valores em Euros	31-12-2013		
	Valor aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido contabilístico
Equipamento básico	4.365.548	(1.679.936)	2.685.612
Equipamento básico - IFRIC 4 (Nota 17)	14.000.000	(6.432.433)	7.567.567
Equipamentos de transporte	1.048.032	(745.816)	302.216
	<b>19.413.580</b>	<b>(8.858.185)</b>	<b>10.555.395</b>

Em 31 de Dezembro de 2012, o Grupo utiliza os seguintes bens adquiridos em Locação financeira:

Valores em Euros	31-12-2012		
	Valor	Amortização	Valor líquido
Equipamento básico	4.641.114	(1.299.133)	3.341.981
Equipamento básico - IFRIC 4 (Nota 17)	58.003.950	(42.288.502)	15.715.448
Equipamentos de transporte	1.680.575	(1.056.351)	624.224
	<b>64.325.639</b>	<b>(44.643.986)</b>	<b>19.681.653</b>

Em 2010, com o arranque da nova fábrica de papel, o Grupo reconheceu como um contrato de locação financeira (IFRIC 4) o custo da unidade de produção de Precipitado de Carbonato de Cálcio instalada para o efeito pela Omya, S.A. no complexo industrial do Grupo em Setúbal, para utilização exclusiva daquela nova unidade fabril, revertendo a propriedade dos activos para a About The Future, S.A. no final do contrato, em 2016.

### Créditos bancários concedidos e não sacados

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 466.618.055 e Euros 318.903.646 respectivamente.

#### Financial Covenants

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados. Os *covenants* existentes referem-se nomeadamente a cláusulas de *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative pledge*, *Ownership-clause*, cláusulas relacionadas com a manutenção das actividades do Grupo, manutenção de rácios financeiros, nomeadamente de Dívida Líquida/EBITDA, Cobertura de juros, Endividamento e Autonomia financeira, bem como de cumprimento das suas obrigações (operacionais, legais e fiscais), comuns nos contratos de financiamento e plenamente conhecidas no mercado.

Adicionalmente, o Grupo cumpre os rácios a que está obrigado pelos contratos de financiamento em vigor em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

## 32. Valores a pagar correntes

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Valores a pagar correntes decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Fornecedores c/c	203.371.083	180.026.986
Fornecedores de imobilizado c/c	8.636.198	11.801.711
Fornecedores de imobilizado - Soporgen	1.468.551	3.827.166
Instituto do Ambiente	10.823.446	14.957.880
Instrumentos Financeiros Derivados (Nota 34)	27.439.147	27.027.199
Outros credores	8.816.218	64.654.985
Partes relacionadas (Nota 35)	2.844.476	2.642.398
Acréscimos de custos	65.912.929	59.057.141
Proveitos diferidos	9.989.388	51.402.254
	<b>339.301.436</b>	<b>415.397.720</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de Acréscimos de custos e Proveitos diferidos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Acréscimo de custos</b>		
Seguros	37.230	105.299
Custos com o pessoal	26.253.883	32.645.933
Juros a pagar	20.868.029	10.933.003
Periodificação de gastos com energia	6.625.787	6.231.426
Serviços de transporte	802.295	1.259.434
Serviços bancários	925.162	1.115.049
Auditoria	178.431	225.023
Consultoria	2.291.568	-
Informática	179.027	140.057
Outros	7.751.517	6.401.917
	<b>65.912.929</b>	<b>59.057.141</b>
<b>Proveitos diferidos</b>		
Subsídios ao investimento	5.382.301	49.338.748
Subsídios - licenças de emissão CO2	3.814.584	1.531.321
Outros	792.503	532.185
	<b>9.989.388</b>	<b>51.402.254</b>



O Grupo Portucel celebrou quatro contratos de investimento com a API - Agência Portuguesa para o Investimento (actual AICEP – Agência para o Investimentos e Comercio Externo de Portugal) em 2006 (e aprovados por Bruxelas em 2007), no âmbito da construção da nova fábrica de papel que entrou em funcionamento em 2009, os quais compreendem incentivos fiscais e financeiros nos montantes globais de 74 milhões de euros e 102 milhões de euros respectivamente.

A rubrica Subsídios ao investimento, inclui assim um montante de Euros 5.355.737 referente à parcela classificada como passivo corrente, respeitante aos referidos contratos de incentivos financeiros, estando a parcela remanescente por reconhecer, no montante de Euros 37.840.641 classificada em Outros passivos não correntes.

### 33. Activos e Passivos detidos para venda

Os activos e passivos detidos para venda estão relacionados com a aquisição da Uniconcreto – Betão Pronto, S.A. efectuada pela subsidiária Secil. A decisão de alienar os activos e passivos decorreu da imposição colocada pela Autoridade da Concorrência, bem como da posterior avaliação interna efectuada pelo Grupo.

### 34. Activos e Passivos Financeiros

Estando as suas actividades expostas a uma variedade de factores de risco financeiro e operacional, o Grupo tem tido uma postura activa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita ao risco do preço da pasta, o risco cambial e o risco de taxa de juro.

Para minimizar os efeitos das variações cambiais nas vendas de pasta e nas exportações de papel do Grupo para países não europeus, foram contratados Instrumentos financeiros de cobertura para a quase totalidade dos valores da demonstração da Posição financeira denominados em moeda estrangeira e para uma parte das vendas estimadas sujeitas ao risco cambial.

Adicionalmente para cobrir parcialmente o risco de taxa de juro, estão contratados *swaps* e *collars* de taxa de juro associados aos empréstimos obrigacionistas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a reconciliação da Posição financeira com as diversas categorias de activos e passivos financeiros detalha-se como segue:

31 de Dezembro de 2013	IF detidos para negociação	IF derivados designados de cobertura	Crédito e valores a receber	AF ao Justo valor através de resultados	AF disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos /passivos Não financeiros
Valores em Euros	Nota 24	Nota 24/32	Nota 24	Nota 20	Nota 21	Nota 32	
<b>Activos</b>							
Activos ao Justo Valor através de Resultados	-	-	-	482.923	-	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	346.257	-	-
Outros activos não correntes	-	-	6.111.194	-	-	-	-
Valores a receber correntes	549.601	259.742	269.025.965	-	-	-	10.826.906
Caixa e seus equivalentes	-	-	666.345.306	-	-	-	-
<b>Total de activos</b>	<b>549.601</b>	<b>259.742</b>	<b>941.482.465</b>	<b>482.923</b>	<b>346.257</b>	<b>-</b>	<b>10.826.906</b>
<b>Passivos</b>							
Passivos remunerados não correntes	-	-	-	-	-	1.929.394.235	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	48.021.571
Passivos remunerados correntes	-	-	-	-	-	250.603.409	-
Valores a pagar correntes	-	27.439.147	-	-	-	289.580.904	22.281.385
<b>Total de passivos</b>	<b>-</b>	<b>27.439.147</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.469.578.548</b>	<b>70.302.956</b>

IF - Instrumentos Financeiros

AF - Activos Financeiros

31 de Dezembro de 2012	IF detidos para negociação Nota 24	IF derivados designados de cobertura Nota 24/32	Crédito e valores a receber Nota 24	AF ao Justo valor através de resultados Nota 20	AF disponíveis para venda Nota 21	Outros passivos financeiros Nota 32	Activos /passivos Não financeiros
Valores em Euros							
<b>Activos</b>							
Activos ao Justo Valor através de Resultados	-	-	-	9.026.930	-	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	226.921	-	-
Outros activos não correntes	-	-	3.113.802	-	-	-	-
Valores a receber correntes	662.236	434.383	276.760.855	-	-	-	13.068.428
Caixa e seus equivalentes	-	-	413.676.080	-	-	-	-
<b>Total de activos</b>	<b>662.236</b>	<b>434.383</b>	<b>693.550.737</b>	<b>9.026.930</b>	<b>226.921</b>	<b>-</b>	<b>13.068.428</b>
<b>Passivos</b>							
Passivos remunerados não correntes	-	-	-	-	-	1.681.677.079	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	15.616.661
Passivos remunerados correntes	-	-	-	-	-	333.104.559	-
Valores a pagar correntes	-	27.027.199	-	-	-	285.431.989	102.938.532
<b>Total de passivos</b>	<b>-</b>	<b>27.027.199</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.300.213.627</b>	<b>118.555.193</b>

IF - Instrumentos Financeiros

AF - Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o justo valor destes activos e passivos financeiros é aproximadamente igual ao seu valor apresentado na Posição financeira consolidada.

Na tabela que se segue apresentam-se os activos e passivos mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 7:

- Nível 1: justo valor de Instrumentos financeiros baseado em cotações de mercados líquidos activos à data de referência da Posição financeira consolidada;
- Nível 2: o justo valor de Instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado; e
- Nível 3: o justo valor de Instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

#### Activos mensurados ao justo valor

Valores em Euros	31-12-2013	Nível 1	Nível 2
<b>Activos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em reservas</b>			
Derivados de Cobertura (Nota 24)	259.742	-	259.742
<b>Activos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em resultados</b>			
Derivados de Negociação (Nota 24)	549.601	-	549.601
<b>Activos Financeiros ao JV através de resultados</b>			
Acções (Nota 20)	482.923	482.923	-
<b>Activos Financeiros Disponíveis para venda</b>			
Acções (Nota 21)	346.257	346.257	-

#### Passivos mensurados ao justo valor

Valores em Euros	31-12-2013	Nível 1	Nível 2
<b>Passivos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em reservas</b>			
Derivados de Cobertura (Nota 32)	(27.439.147)	-	(27.439.147)
<b>Passivos Financeiros ao Justo Valor reconhecidos em resultados</b>			
Derivados de Negociação	-	-	-

#### Instrumentos Financeiros Derivados

No decurso do exercício de 2013, a variação do justo valor dos Instrumentos financeiros derivados, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Variação Justo valor (Negociação)	Variação Justo valor (Cobertura)	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2013</b>	<b>662.236</b>	<b>(26.592.816)</b>	<b>(25.930.580)</b>
Maturidade / liquidações	-	4.580.272	4.580.272
Variação de justo valor em resultados	(112.635)	(11.639.751)	(11.752.386)
Variação de justo valor em Capitais	-	6.472.890	6.472.890
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>549.601</b>	<b>(27.179.405)</b>	<b>(26.629.804)</b>

#### Detalhe e maturidade dos Instrumentos Financeiros Derivados

O justo valor dos Instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar correntes (Nota 32), quando negativos e na rubrica Valores a receber correntes (Nota 24), quando positivo.

O detalhe dos montantes apresentados na Posição financeira consolidada referentes a Instrumentos financeiros, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, decompõe-se conforme segue:

Valores em Euros	Montante	Maturidade	31-12-2013			31-12-2012
			Positivos	Negativos	Líquido	Líquido
Cobertura						
Collar de taxa de juro (SWAP's)	225.000.000	2015	-	(11.075.860)	(11.075.860)	(15.981.137)
Cobertura de Net Investment USD	25.050.000	2014	259.742	-	259.742	434.383
Cobertura de risco de preço da pasta de papel	12.181.858	2014	-	(38.316)	(38.316)	(456.221)
Swaps de taxa de juro (SWAP's)	165.000.000	2017	-	(5.571.693)	(5.571.693)	(6.122.614)
Swaps de taxa de juro e de câmbio BRL	128.100.000	2017	-	(10.753.278)	(10.753.278)	(4.467.227)
			259.742	(27.439.147)	(27.179.405)	(26.592.816)
Negociação						
Forwards cambiais EUR	61.928.702	2014	549.601	-	549.601	662.236
			549.601	-	549.601	662.236
			809.343	(27.439.147)	(26.629.804)	(25.930.580)

#### Cobertura de Taxa de Câmbio

O Grupo tem uma exposição cambial nas vendas que factura em divisas, com especial relevância em dólares norte-americanos (USD) e libras esterlinas (GBP). Uma vez que o Grupo tem as suas demonstrações financeiras traduzidas em euros, corre um risco económico na conversão destes fluxos de divisas para o Euro.

O Grupo tem também, embora com menor expressão, alguns pagamentos nestas mesmas divisas, que, para efeitos de exposição cambial, funcionam como um *hedge* natural. Deste modo, a cobertura tem como objectivo proteger o saldo dos valores da demonstração da Posição financeira denominados em divisas contra as respectivas variações cambiais.

O instrumento de cobertura utilizado nesta operação são *forwards* cambiais contratados sobre a exposição líquida às divisas, na altura da emissão das facturas, para as mesmas datas de vencimento e para os montantes desses documentos, nas respectivas moedas, de modo a fixar o câmbio associado às vendas. Estes instrumentos não foram designados como instrumentos de cobertura contabilística.

A natureza do risco coberto é a variação cambial contabilística registada nas vendas e compras tituladas em divisas. No final de cada mês é feito uma actualização cambial dos saldos de clientes e dos fornecedores, cujo ganho ou perda é compensado com a variação do justo valor dos *forwards* negociados.

A 31 de Dezembro de 2013, o Grupo tinha contratado Instrumentos financeiros derivados cambiais classificados como de negociação com um nocional de Euros 61.928.702 (31 de Dezembro de 2012: Euros 52.650.933). O justo valor destes instrumentos em 31 de Dezembro de 2013 era de Euros 549.601 (31 de Dezembro de 2012: Euros 662.236).

#### Cobertura de Investimentos em Operações Estrangeiras

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial ao USD associado à sua exposição no investimento detido na entidade Portucel North America. Para esse efeito, o Grupo contrata *forwards* cambiais. Em 31 de Dezembro de 2013, o Grupo tinha contratada uma operação, envolvendo um nocional de USD 25.050.000.

O instrumento contratado encontra-se designado como instrumento de cobertura contabilístico de investimentos em operações estrangeira, sendo a respectiva variação do justo valor reconhecida na reserva de conversão cambial em capitais próprios. Em 31 de Dezembro de 2013, a reserva de conversão cambial associada a esta cobertura ascendia a Euros 213.354.

#### Taxa de Juro – Cobertura de Fluxos de Caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de empréstimos e emissões obrigacionistas, através da contratação de *swaps* de taxa de juro, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável, e *collars* de taxa de juro, em que limita os encargos líquidos do financiamento a um intervalo definido. Os instrumentos encontram-se designados como de cobertura de fluxos de caixa do risco de taxa de juro associados à dívida emitida. O risco de crédito não se encontra coberto.

Estas são coberturas do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os cupões de juros dos financiamentos. A 31 de Dezembro de 2013, o montante total de empréstimos com coberturas de taxa de juro associadas (excluindo a cobertura de juro e cambial abaixo descrita) era de 390 milhões de euros (31 de Dezembro de 2012: 390 milhões de euros).

A cobertura encontra-se designada até à maturidade dos instrumentos de cobertura.

#### Preço da Pasta de Papel – Cobertura de Fluxos de Caixa

O Grupo procede à cobertura do risco de preço associado a vendas futuras de pasta de papel, através da contratação de *collars* sobre o preço da pasta de papel, em que limita o preço de venda a um intervalo definido. Os instrumentos encontram-se designados como de cobertura de fluxos de caixa do risco de preço associados às vendas futuras.

A 31 de Dezembro de 2013, o montante total de vendas futuras com coberturas do preço associado era de 12,1 milhões de Euros. A cobertura encontra-se designada até à maturidade dos instrumentos de cobertura.

#### Currency Interest Rate Swaps – Cobertura de Fluxos de Caixa

A 12 de Abril de 2012, o Grupo Semapa, através da sua subsidiária brasileira N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (NSOSPE) procedeu a uma emissão obrigacionista não convertível remunerada a taxa variável no montante de 128,1 milhões de reais, com maturidade a 26 de Março de 2017 (ver Nota 31 – Passivos Remunerados).

Com o objectivo de gerir o risco cambial e de taxa de juro inerente à emissão obrigacionista, foram negociados três *Currency Interest Rate Swaps*, no montante nocional de 128,1 milhões de reais, em que a Semapa paga um fluxo fixo em Euros e recebe um fluxo variável em Reais. Os instrumentos encontram-se designados como de cobertura de fluxos de caixa dos riscos cambial e de juro associados à dívida emitida. O risco de crédito não se encontra coberto.

#### Activos Financeiros disponíveis para venda

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor de mercado, deduzido de eventuais imparidades (Nota 21).

#### Créditos e Valores a Receber

Estes valores são reconhecidos ao seu justo valor, correspondendo ao seu valor nominal, deduzido de eventuais imparidades identificadas no decurso da análise dos riscos de crédito das carteiras de crédito detidas (Notas 2.1.3, 22 e 24).

#### Outros Passivos Financeiros

Estes valores são reconhecidos pelo seu custo amortizado, correspondendo ao valor dos respectivos fluxos de caixa, descontados pela taxa efectiva de juro associada a cada um dos passivos (Nota 31).

### 35. Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos com partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013			31-12-2012		
	Outros Devedores (Nota 24)	Outros Credores (Nota 32)	Dívida Remun. Corrente (Nota 31)	Outros Devedores (Nota 24)	Outros Credores (Nota 32)	Dívida Remun. Corrente (Nota 31)
<b>Accionistas</b>						
Cimo SGPS, S.A.	-	-	231.148	-	-	203.445
Longapar, SGPS, S.A.	-	1.160	7.192.833	-	-	4.870.913
OEM SGPS, SA	-	-	1.486.152	-	-	-
Cimigest, SGPS, S.A.	-	-	2.879.223	-	-	-
<b>Outras entidades relacionadas</b>						
Ave-Gestão Ambiental, S.A.	102.995	342.586	-	7.160	471.104	-
Cotif Sicar	-	19.560	-	-	21.612	-
Inertogrande	204.678	-	-	-	-	-
J.M.J. Henriques, Lda.	114.683	-	-	-	-	-
Secil Prebetão, S.A.	105.235	11.024	-	23.934	13.482	-
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda	22.164	185.707	-	-	-	-
Seribo, S.A.	-	305.476	-	-	229.275	-
Setefrete - Soc. Tráfego Cargas, S.A.	-	479.084	-	-	12.638	-
Supremo Cimentos, S.A.	739.303	-	-	-	-	-
Margem - Companhia de Mineração, S.A.	663.581	-	-	-	-	-
Outras entidades relacionadas	2.312	18.180	-	-	14.528	-
Outros accionistas de subsidiárias	724.033	1.481.699	-	-	1.879.759	-
<b>Total</b>	<b>2.678.984</b>	<b>2.844.476</b>	<b>11.789.356</b>	<b>31.094</b>	<b>2.642.398</b>	<b>5.074.358</b>

No exercício de 2013 e 2012, as transacções ocorridas com accionistas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013		31-12-2012	
	Compras de serviços	Custos financeiros (Nota 10)	Compras de serviços	Custos/(Prov) financeiros (Nota 10)
<b>Accionistas</b>				
Cimigest SGPS, S.A.	1.607.740	8.297	107.740	-
Cimo SGPS, S.A.	-	30.669	-	64.352
Longapar, SGPS, S.A.	-	228.694	-	242.966
OEM SGPS, S.A.	-	29.537	-	-
	<b>1.607.740</b>	<b>297.197</b>	<b>107.740</b>	<b>307.318</b>

No exercício de 2013 e 2012, as transacções ocorridas com outras partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013				
	Compras de serviços	Vendas de bens	Prestação de serviços	Proveitos operacionais	(Custos)/Prov financeiros
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Ave-Gestão Ambiental, S.A.	3.409.317	108.678	19.075	565.011	-
Secil Prebetão, S.A.	45.610	353.480	11.904	1.058	-
Secil Unicom - SGPS, Lda.	-	-	-	-	1.246
Setefrete, S.A.	2.197.148	-	-	29.574	-
Supremo Cimentos, S.A.	-	3.638.608	2.196.045	5.817	-
Margem - Comp. <sup>a</sup> Mineração, S.A.	-	-	-	661.971	-
Outros	-	-	-	-	1.123
	<b>5.652.075</b>	<b>4.100.766</b>	<b>2.227.024</b>	<b>1.263.431</b>	<b>2.369</b>

Valores em Euros	31-12-2012				
	Compras de serviços	Vendas de bens	Prestação de serviços	Proveitos operacionais	(Custos)/Prov financeiros
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Ave - Gestão Ambiental, S.A.	2.929.015	-	18.489	155.237	-
Secil Prebetão, S.A.	52.789	496.192	1.508	1.773	-
Setefrete, S.A.	3.178.984	-	-	15.692	-
Supremo Cimentos, S.A.	-	3.748.887	2.161.085	-	20.541
Outros	-	-	-	-	16.489
	<b>6.160.788</b>	<b>4.245.079</b>	<b>2.181.082</b>	<b>172.702</b>	<b>37.030</b>

### 36. Joint Ventures

O Grupo detém participações de 50% na Supremo Cimentos (Brasil) e Secil Unicom, SGPS, Lda., as quais são integradas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método proporcional.

A informação financeira destas participadas, em 31 de Dezembro de 2013, detalha-se como segue:

Valores em Euros	Supremo	Secil Unicom	Total 100%	Total 50%*
<b>Activos</b>				
Activos não correntes	191.605.779	136.113	191.741.892	95.870.946
Activos correntes	45.599.036	3.266.599	48.865.635	24.432.818
	<b>237.204.815</b>	<b>3.402.712</b>	<b>240.607.527</b>	<b>120.303.764</b>
<b>Passivos</b>				
Passivos não correntes	89.590.455	1.273.690	90.864.145	45.432.073
Passivos correntes	53.809.460	10.843.700	64.653.160	32.326.580
	<b>143.399.915</b>	<b>12.117.390</b>	<b>155.517.305</b>	<b>77.758.653</b>
<b>Património líquido</b>	<b>93.804.900</b>	<b>(8.714.678)</b>	<b>85.090.222</b>	<b>42.545.111</b>
Valores em Euros	Supremo	Secil Unicom	Total 100%	Total 50%*
Réditos	51.486.109	5.334.722	56.820.831	28.410.416
Resultados operacionais	2.246.107	(2.364.562)	(118.455)	(59.228)
Resultados antes de impostos	(1.193.707)	(3.032.282)	(4.225.989)	(2.112.995)
Resultado líquido do exercício	(1.088.680)	(3.049.247)	(4.137.927)	(2.068.964)

### 37. Dispendios em matérias ambientais

O Grupo no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispendios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo, são capitalizados.

Os dispendios capitalizados e reconhecidos em gastos no exercício de 2013 e 2012, têm a seguinte discriminação:

Valores em Euros	2013			2012		
	Imputados a custos	Capitalizados	Total	Imputados a custos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	967.130	2.643.482	3.610.612	906.449	3.994.031	4.900.480
Gestão das águas residuais	58.329	496	58.825	38.157	-	38.157
Gestão dos resíduos	1.562.626	6.690.176	8.252.802	1.521.267	1.905.358	3.426.625
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	1.332.535	65.227	1.397.762	1.420.818	40.592	1.461.410
Protecção da natureza	510.009	37.201	547.210	786.641	156.582	943.223
Gerador de caldeira a óleo	-	677.911	677.911	-	11.106	11.106
Tratamento de efluentes líquidos	10.997.849	-	10.997.849	4.560.405	93.312	4.653.717
Reciclagem de materiais	1.934.516	-	1.934.516	3.240.014	-	3.240.014
Despesas com electrofiltros	592.635	-	592.635	256.828	-	256.828
Rede de esgotos	41.309	-	41.309	22.068	-	22.068
Aterro de resíduos sólidos	527.971	-	527.971	192.158	-	192.158
Outras actividades de protecção do ambiente	1.429.063	1.034.542	2.463.605	548.070	304.176	852.246
	<b>19.953.972</b>	<b>11.149.035</b>	<b>31.103.007</b>	<b>13.492.875</b>	<b>6.505.157</b>	<b>19.998.032</b>

#### Licenças de emissão de CO2

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. Neste contexto, foi emitida uma Directiva Comunitária que prevê a comercialização das chamadas Licenças de emissão de CO2, entretanto transposta para a legislação portuguesa com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, entre outras, às indústrias cimenteiras e de pasta e papel.

### 38. Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas

No decurso do exercício de 2013 e 2012, os dispendios com serviços de revisão legal de contas e auditorias, decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Serviços de revisão legal de contas e auditoria		
Serviços de Revisão Legal de Contas	987.232	742.282
Auditoria financeira subsidiárias estrangeiras	309.928	417.826
Serviços de assessoria fiscal	106.638	197.855
Outros serviços de garantia de fiabilidade	260.892	120.266
	<b>1.664.690</b>	<b>1.478.229</b>

Os serviços descritos como de assessoria fiscal consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações de índole fiscal, em Portugal e no estrangeiro, bem como em serviços de levantamentos de situações relativamente a processos operacionais de negócio, dos quais não resultou qualquer tipo de consultoria de reformulação de práticas, procedimentos ou controlos existentes.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através de processos de análise do Conselho Fiscal relativamente aos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

### 39. Número de pessoal

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de colaboradores ao serviço das diversas empresas do Grupo, repartidos por segmento de negócio, detalha-se conforme segue:

Segmento	31-12-2013	31-12-2012	Var. 13/12
Pasta e Papel	2.258	2.275	(17)
Cimento e Derivados	2.617	2.659	(42)
Ambiente	286	254	32
Holdings e outros	22	20	2
	<b>5.183</b>	<b>5.208</b>	<b>(25)</b>

### 40. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Garantias prestadas</b>		
IAPMEI (âmbito do QREN)	2.299.046	4.274.321
IVA - Pedidos de reembolso	1.673.096	3.389.609
AT - Autoridade Tributária e Aduaneira	15.715.687	38.163.306
APSS - Admi. dos Portos de Setúbal e Sesimbra	2.547.495	2.547.495
Direcção Geral de Alfândegas	854.414	800.000
APDL - Administração do Porto de Leixões	676.920	680.529
Simria	327.775	327.775
Instituto de Conservação da Natureza - Arrábida	454.958	280.639
Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	274.595	199.055
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	99.760	99.760
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Norte	236.421	236.403
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Centro	845.173	845.173
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional LVT	994.338	994.338
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Algarve	480.804	480.804
Outras	2.586.466	1.676.140
	<b>30.066.948</b>	<b>54.995.347</b>
<b>Outros compromissos</b>		
De compra		
Activos fixos tangíveis	35.869.718	97.499.402
Outros	7.891.899	22.352.473
Contratos de renda de terrenos florestais	43.365.670	48.581.527
Hipotecas sobre Imóveis para garantia de empréstimos	1.634.452	1.820.391
	<b>88.761.738</b>	<b>170.253.793</b>
	<b>118.828.686</b>	<b>225.249.140</b>

A Semapa SGPS celebrou com uma instituição financeira um contrato promessa de concessão de crédito tendo como objectivo financiar a aquisição de acções cotadas na Euronext Lisboa e que integrassem o PSI 20 e/ou aquisição de acções da Portucel.



No âmbito do referido contrato, a Semapa obriga-se a dar em penhor as correspondentes acções adquiridas e/ou acções da Portucel que detenha em carteira ou, alternativamente a constituição de um depósito a prazo, suficiente para manter um rácio de cobertura do montante em dívida nunca inferior a 1,25.

Desta linha de crédito encontrava-se utilizado, em 31 de Dezembro de 2013, o montante de Euros 100.000.000, tendo sido dadas em penhor 50.917.005 acções da Portucel.

#### Responsabilidades assumidas com Locações Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os planos de reembolso da dívida do Grupo referente a locações operacionais, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Não mais de um ano	2.249.157	2.265.081
Mais de um ano e não mais de cinco anos	3.312.203	2.706.581
	<b>5.561.360</b>	<b>4.971.662</b>
<b>Custos incorridos no período</b>	<b>3.510.046</b>	<b>2.584.663</b>

## 41. Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo

#### Hipotecas

Em 2010, a subsidiária Secil Martingança contraiu um financiamento bancário no montante de Euros 2.500.000 para a construção da sua nova fábrica localizada no Montijo e constituiu nessa data uma promessa de hipoteca sobre o terreno da mesma. Em 31 de Dezembro de 2013 encontrava-se por liquidar o montante de Euros 1.428.571 do financiamento obtido.

A Supremo Cimentos S.A. tem garantias hipotecárias concedidas nos financiamentos, no montante de Reais 6.505.179, junto do BRDE e a Margem-Companhia de Mineração possui uma garantia hipotecária concedida no financiamento da EKF acima referido.

#### Investimento numa nova fábrica em Angola

Nos termos do Memorando de Entendimento celebrado entre o Governo de Angola e a subsidiária Secil, em Abril de 2004, foi constituída em 29 de Novembro de 2005 a Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A. detida em, aproximadamente, 51% pelo Grupo Secil e, indirectamente, em 49% pelo Estado Angolano, a qual começou a operar a partir de 1 de Janeiro de 2006, cessando assim o contrato de cessão de exploração da unidade fabril Encime do Lobito, celebrado entre o Estado Angolano e a Tecnosecil (actualmente denominada Secil Angola) em vigor desde Setembro de 2000.

O capital social da Secil Lobito no montante de USD 21.274.285 foi realizado através da transferência dos activos tangíveis e intangíveis da Secil Angola e da Encime U.E.E. respectivamente pelo Grupo Secil e Estado Angolano, através da Encime U.E.E., pelo valor resultante da avaliação efectuada em Outubro de 2003 por uma empresa de auditoria internacional independente.

Nesse Memorando de Entendimento, estimou-se que, num horizonte de 36 meses contados desde a data de realização do respectivo capital social, a Secil Lobito iria instalar uma fábrica de cimento e clínquer no Lobito.

Em 26 de Outubro de 2007, o Conselho Ministros de Angola aprovou o Projecto de Investimento Privado denominado "Nova Fábrica de Cimento do Lobito", no montante de USD 91.539.000, contratualizado em 14 de Dezembro de 2007, pela Secil Lobito e pela ANIP - Agência Nacional para o Investimento Privado, esta em representação do Estado Angolano.

Adicionalmente, no exercício de 2008, foi adicionado ao investimento uma central de produção de energia eléctrica no valor de USD 18.000.000.

No entanto não foi ainda possível à subsidiária Secil Lobito dar início à construção da nova fábrica.

#### Depósito Caução

A subsidiária Ciminpart vendeu em 2012 a sua participação na VIROC a um Fundo de Recuperação. No âmbito deste processo, a Secil constituiu penhor sobre um depósito bancário no montante de Euros 1.250.000.

#### Emissão de *Debêntures* (Brasil)

A NSOSPE (subsidiária brasileira detida pela Semapa) procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista (sob a forma de *debêntures*), no montante total de Reais 128.100.000, tendo sido assumidos pela Semapa como compromissos e garantias relativamente a essa emissão um penhor das acções representativas da totalidade do capital social da NSOSPE, *equity support agreement* e uma livrança. Esta entidade celebrou ainda um contrato de derivados, com vista à cobertura do risco cambial e de taxa de juro, tendo a Semapa assumido como compromissos relativamente a esse contrato um *Equity support agreement* e uma livrança.

#### Alienação Fiduciária em Garantia

Em Novembro de 2013 a Margem-Companhia de Mineração, 100% detida pela Supremo, renovou dois empréstimos denominados Cédulas de Crédito Bancário, no montante de 50 milhões de reais cada um, destinados a financiar necessidades de tesouraria decorrentes dos trabalhos de construção da nova fábrica de Adrianópolis. Como garantia destes financiamentos:

- a Ciminpart S.G.P.S., S.A. e a N.S.O.S.P.E. enquanto accionistas, procederam à alienação fiduciária em garantia das acções detidas da Supremo Cimentos, S.A.;
- a Supremo Cimentos, S.A. procedeu à alienação fiduciária em garantia da totalidade das acções detidas na Margem Companhia de Mineração S.A.;
- a Secil prestou uma livrança e a Semapa uma carta conforto como garantia até um valor máximo equivalente a 50% do valor dos dois empréstimos referido anteriormente;

De referir que, em caso de incumprimento da Mutuária, a Secil poderá, dentro dos limites contratualmente estabelecidos e sem que a alienação fiduciária seja executada, sanar o incumprimento e reembolsar os empréstimos.

Adicionalmente, o Grupo Supremo tem financiamentos destinados à aquisição de equipamento industrial e de transporte, num montante total de cerca de 14 milhões de reais, em que é dada como garantia a alienação fiduciária dos próprios equipamentos.

#### Avaes

A Supremo tem avales concedidos como garantia das Cédulas de Crédito acima referidas e como garantia do financiamento EKF, no montante de Reais 200.500.000, para a construção da nova fábrica.

Em 31 de Dezembro 2013, a Supremo tinha ainda constituído avales no montante de cerca de 31 milhões de reais, como garantia de financiamentos na modalidade Capital de Giro.

#### Duplicatas

A Supremo contratou empréstimos, na modalidade Capital de Giro, garantidos por duplicatas (duplicado da factura), cujo montante totaliza cerca de 4.4 milhões de reais.

## 42. Activos contingentes

### Activos contingentes de natureza não fiscal

#### Aquisição de 82% da Soporgen

Conforme referido na Nota 19, a aquisição das acções representativas de 82% do capital e direitos de voto da Soporgen ao Grupo EDP processou-se através do exercício de uma *call-option*, constante do acordo parassocial que regulava as relações entre os dois accionistas e definia os termos mediante os quais essa *call-option* seria exercível e a fórmula de definição de preço para a transmissão.

Entende o Grupo que, previamente à transferência das acções, o Grupo EDP violou os termos desse acordo parassocial, aprovando unilateralmente a distribuição de resultados transitados que, nos termos do referido acordo, não seriam distribuíveis, devendo assim constar dos capitais próprios a transmitir. O acordo parassocial prevê a convocação de um Tribunal Arbitral para dirimir qualquer questão que surja do exercício daquele acordo.

Desta forma o Grupo promoveu à convocação do referido Tribunal Arbitral, que virá a julgar os argumentos das partes quanto à leitura e interpretação do acordo. Caso venha a ser julgada procedente a acção do Grupo Semapa, cuja decisão se estima para 2015, o ganho gerado na consolidação inicial da Soporgen será aumentado em Euros 5.348.706.

#### Taxa de reforço e manutenção de infra-estruturas

No âmbito do processo de licenciamento nº 408/04 relativo ao projecto da nova fábrica de papel de Setúbal a Câmara Municipal de Setúbal emitiu uma liquidação à Portucel relativamente a uma taxa de reforço e manutenção de infraestrutura ("TMUE") no valor de Euros 1.199.560, com a qual a empresa discorda.

Em causa está o quantitativo cobrado a título desta taxa no processo de licenciamento acima referido, relativo à construção da nova fábrica de papel, no complexo industrial da Mitrena, em Setúbal. A Portucel discorda do valor cobrado, tendo reclamado da aplicação da mesma, em 25 de Fevereiro de 2008, por requerimento nº 2485/08, e impugnado judicialmente o indeferimento da reclamação em 28 de Outubro de 2008, o qual mereceu indeferimento em 3 de Outubro de 2012 e foi objecto de recurso para o STA em 13 de Novembro de 2012.

Na impugnação judicial, a Portucel solicita a anulação do ato de liquidação, apresentando como fundamento a desproporcionalidade da taxa aplicada, o carácter fiscal da mesma e, ainda, a inexistência de qualquer contraprestação prestada em seu favor por parte da Autarquia, uma vez que foi a Portucel que realizou e suportou todos os encargos decorrentes da realização e reforço de todas as infraestruturas urbanísticas necessárias e previstas para o investimento, e em consequência, defendendo que a TMUE revestiria a qualidade de um verdadeiro imposto.

#### Fundo de Regularização da Dívida Pública

Para além das questões de natureza fiscal referidas no ponto seguinte, foi apresentado em 2 de Junho de 2010 novo requerimento, em que se solicitava o reembolso de diversos valores, totalizando Euros 136.243.939, relativos a ajustamentos efectuados nas demonstrações financeiras do grupo após a sua privatização, por via de imparidades e ajustamentos em activos e responsabilidades não registadas, os quais não haviam sido considerados na formulação do preço dessa privatização por não constarem do processo disponibilizado para consulta dos concorrentes ao processo.

### Activos contingentes de natureza fiscal

#### Fundo de Regularização da Dívida Pública

Nos termos do Decreto-Lei n.º 36/93 de 13 de Fevereiro, as dívidas fiscais de empresas privatizadas referentes a períodos anteriores à data da privatização (25 de Novembro de 2006) são da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública. Em 16 de Abril de 2008, a Portucel apresentou um requerimento ao Fundo de

Regularização da Dívida Pública a solicitar o pagamento das dívidas fiscais até então liquidadas pela Administração Fiscal.

Em 13 de Dezembro de 2010 apresentou novo requerimento a solicitar o pagamento das dívidas liquidadas pela Administração Fiscal relativas aos exercícios de 2006 e 2003, tendo este sido complementado, em 13 de Outubro de 2011, com os montantes já pagos e não contestados relativos a essas mesmas dívidas, bem como com as despesas com elas directamente relacionadas, nos termos do Acórdão datado de 24 de Maio de 2011 (Processo nº 0993A/02), que veio confirmar a posição da empresa quanto à exigibilidade dessas despesas. Neste contexto, será da responsabilidade do referido Fundo o montante total de Euros 31.036.734, detalhados como segue:

Valores em Euros	Exercício	Valores solicitados	1º Reembolso	Redução decorrente do pagamento ao abrigo do RERD	Valores em aberto
<b>Portucel</b>					
IVA - Alemanha	1998-2004	5.850.000	(5.850.000)	-	-
IRC	2002	625.033	(625.033)	-	-
IVA	2002	2.697	(2.697)	-	-
IRC	2003	1.573.165	(1.573.165)	-	-
IRC	2003	182.230	(157.915)	-	24.315
IRC (RF)	2004	3.324	-	-	3.324
IRC	2004	766.395	-	-	766.395
IRC (RF)	2005	1.736	(1.736)	-	-
IRC	2005	11.754.680	-	(1.360.294)	10.394.386
IRC	2006	11.890.071	-	(1.108.178)	10.781.893
Despesas		314.957	-	-	314.957
		<b>32.964.287</b>	<b>(8.210.545)</b>	<b>(2.468.472)</b>	<b>22.285.270</b>
<b>Soporcel</b>					
IRC	2002	18.923	-	-	18.923
IRC (Decl. Subst.)	2003	5.725.771	-	-	5.725.771
IVA	2003	2.509.101	-	-	2.509.101
Imposto Selo	2004	497.669	-	-	497.669
		<b>8.751.464</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.751.464</b>
		<b>41.715.751</b>	<b>(8.210.545)</b>	<b>(2.468.472)</b>	<b>31.036.734</b>

Este montante pode ainda reduzir-se em resultado de acções interpostas nos tribunais judiciais e arbitrais no total de Euros 27.081.102, dos quais a Portucel já obteve vencimento de Euros 2.644.959, que foram objecto de recurso pela AT.

#### Derrama Estadual 2010 / 2012 – Euros 4.999.101

No exercício de 2010 a Portucel apurou na Declaração Modelo 22 do Grupo um valor de derrama estadual por referência à sociedade About The Future – Empresa Produtora de Papel, S.A., de Euros 1.783.417, os quais considera não serem devidos, uma vez que a este montante deverão ser deduzidos os montantes relativos a benefícios fiscais de dedução à colecta de IRC concedidos à empresa, posição com a qual a AICEP, entidade com que se celebrou o contrato de investimento, também subscreve.

Por esse facto, a Portucel apresentou a correspondente Reclamação Graciosa da autoliquidação de IRC de 2010 e 2011, tendo, na sequência do indeferimento daquela, apresentado Recurso Hierárquico em 11 de Novembro de 2011 (relativamente a 2010) e 25 de Outubro de 2012 (relativamente a 2011). Do indeferimento tácito do Recurso Hierárquico foi deduzida Impugnação Judicial em 17 de Maio de 2012 (relativamente a 2010) e 9 de Novembro de 2012 (relativamente a 2011) e tal ocorrerá igualmente relativamente ao ano de 2012, cuja Impugnação Judicial foi já deduzida e que aguarda decisão, no valor de Euros 2.085.556.

#### Contratos de investimento AICEP

Ao abrigo dos contratos de investimento assinados pela Portucel com a AICEP, permanecem por reconhecer em 31 de Dezembro de 2013 incentivos fiscais de Euros 4.218.813 (31 de Dezembro de 2012: Euros 7.621.204).

### 43. Cotações utilizadas

Os activos e passivos das subsidiárias e associadas estrangeiras foram convertidos para contravalores em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2013.

As rubricas de resultados do exercício foram convertidas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram reflectidas na rubrica “Reserva de conversão cambial” no capital próprio.

As cotações utilizadas no exercício de 2013 e 2012, face ao Euro, foram as seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012	Valorização/ (desvalorização)		31-12-2013	31-12-2012	Valorização/ (desvalorização)
TND (dinar tunisino)				DKK (coroa dinamarquesa)			
Câmbio médio do período	2,1576	2,0065	(7,53%)	Câmbio médio do período	7,4579	7,4442	(0,18%)
Câmbio de fim do período	2,2615	2,0468	(10,49%)	Câmbio de fim do período	7,4593	7,4610	0,02%
LBN (libra libanesa)				HUF (florim húngaro)			
Câmbio médio do período	2,002,10	1,936,80	(3,37%)	Câmbio médio do período	296,8869	289,2687	(2,63%)
Câmbio de fim do período	2,079,00	1,989,00	(4,52%)	Câmbio de fim do período	297,4000	292,3000	(1,74%)
USD (dólar americano)				AUD (dólar australiano)			
Câmbio médio do período	1,3281	1,2848	(3,37%)	Câmbio médio do período	1,3783	1,2408	(11,08%)
Câmbio de fim do período	1,3791	1,3194	(4,52%)	Câmbio de fim do período	1,5423	1,2712	(21,33%)
GBP (libra esterlina)				MZM (metical moçambicano)			
Câmbio médio do período	0,8493	0,8108	(4,75%)	Câmbio médio do período	39,8081	36,2033	(9,96%)
Câmbio de fim do período	0,8337	0,8161	(2,16%)	Câmbio de fim do período	41,5600	39,3700	(5,56%)
PLN (zloti polaco)				BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	4,1981	4,1852	(0,31%)	Câmbio médio do período	2,8685	2,5077	(14,39%)
Câmbio de fim do período	4,1543	4,0740	(1,97%)	Câmbio de fim do período	3,2526	2,7036	(20,31%)
SEK (coroa sueca)				MAD (Dirame marroquino)			
Câmbio médio do período	8,6505	8,7056	0,63%	Câmbio médio do período	11,1559	11,1015	(0,49%)
Câmbio de fim do período	8,8591	8,5820	(3,23%)	Câmbio de fim do período	11,2276	11,1113	(1,05%)
CZK (coroa checa)				NOK (coroa norueguesa)			
Câmbio médio do período	25,9792	25,1460	(3,31%)	Câmbio médio do período	7,8060	7,3821	(5,74%)
Câmbio de fim do período	27,4270	25,1510	(9,05%)	Câmbio de fim do período	8,3630	7,4350	(12,48%)
CHF (franco suíço)				AOA (Kwanza angolano)			
Câmbio médio do período	1,2312	1,2053	(2,15%)	Câmbio médio do período	128,1283	-	-
Câmbio de fim do período	1,2276	1,2072	(1,69%)	Câmbio de fim do período	136,8127	126,7482	(7,94%)
TRY (lira turca)							
Câmbio médio do período	-	-	-				
Câmbio de fim do período	2,8546	-	-				

#### 44. Empresas incluídas na consolidação

Empresas instrumentais incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela Semapa		
		Directa	Indirecta	Total
Empresa-mãe:				
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Lisboa			
Subsidiárias:				
Seminv, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00
Seinpart, SGPS, S.A.	Lisboa	49,00	51,00	100,00
Seinpar Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00
Interholding Investments B.V. (ex Semapa Investments B.V.)	Amesterdão	100,00	-	100,00
Semapa Inversiones S.L.	Madrid	100,00	-	100,00
Celcimo SL	Madrid	-	100,00	100,00
Great Earth Projectos S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00
NSOSPE - Empreendimentos e Participações, S.A.	Rio de Janeiro	54,42	45,58	100,00
Aboutbalance, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00
Inspiredplace, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00

Empresas subsidiárias do subgrupo ETSA incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na ETSA			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Empresa-mãe:					
ETSA - Investimentos, SGPS, SA	Loures	99,99	-	99,99	99,99
Subsidiárias:					
ETSA LOG,S.A.	Loures	100,00	-	100,00	99,99
ABAPOR – Comércio e Industria de Carnes, SA	Coruche	100,00	-	100,00	99,99
SEBOL – Comércio e Industria de Sebo, S.A.	Loures	100,00	-	100,00	99,99
ITS – Indústria Transformadora de Subprodutos Animais, S.A.	Coruche	100,00	-	100,00	99,99
BIOLOGICAL - Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	Loures	100,00	-	100,00	99,99
AISIB – Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.	Mérida	100,00	-	100,00	99,99

## Empresas subsidiárias do subgrupo Portucel incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na Portucel			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
<b>Empresa-mãe:</b>					
Portucel, S.A.	Setúbal	47,44	33,65	81,09	81,09
<b>Subsidiárias:</b>					
Soporcel - Sociedade Portuguesa de Papel, SA	Figueira da Foz	100,00	-	100,00	81,09
PortucelSoporcel Floresta, SGPS, SA	Figueira da Foz	100,00	-	100,00	81,09
Portucel Finance, Zoo	Polónia	25,00	75,00	100,00	81,09
CELACIA - Celulose de Cacia, S.A.	Aveiro	-	100,00	100,00	81,09
CountryTarget SGPS S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	81,09
Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra - Produção e Comercialização de Vinhos, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Florestal - Sociedade para o Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Afocelca - Agrupamento Complementar de Empresas para Proteção Contra Incêndios, ACE	Portugal	-	64,80	64,80	52,55
Enerforest - Empresa de Biomassa para Energia, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Atlantic Forests, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, S.A.	Palmela	-	100,00	100,00	81,09
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Aveiro	-	94,00	94,00	76,23
Bosques do Atlantico, SL	Espanha	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Pulp SGPS, S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	81,09
Soporcel Pulp - Sociedade Portuguesa de Celulose, S.A.	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	81,09
CELSET - Celulose de Setúbal, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Portucel International GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Papel, SGPS S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	81,09
Portucel Soporcel North America Inc.	EUA	-	100,00	100,00	81,09
About the Future - Empresa Produtora de Papel, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Portucel Papel Setúbal, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Sales & Marketing NV	Bélgica	25,00	75,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Fine Paper , S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel España, S.A.	Espanha	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel International, B.V.	Holanda	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel France, EURL	França	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel United Kingdom, Ltd	Reino Unido	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Italia, SRL	Itália	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Lusa, Lda	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Deutschland, GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Handels, GmbH	Austria	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Afrique du Nord	Marrocos	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Poland SP Z O	Polónia	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Switzerland, Ltd	Suíça	25,00	75,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel International	Suíça	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Energia, SGPS S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	81,09
SPCG – Sociedade Portuguesa de Co-Geração Eléctrica, SA	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Enerpulp – Cogeração Energética de Pasta, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Cogeração de Energia, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Soporgen - Soc. Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Participações, SGPS S.A.	Setúbal	25,14	74,86	100,00	81,09
EucaliptusLand, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Arboser – Serviços Agro-Industriais, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Empremédia - Corretores de Seguros, Lda	Lisboa	-	100,00	100,00	81,09
EMA21 - Engenharia e Manutenção Industrial Século XXI, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Ema Cacia - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Aveiro	-	91,15	91,15	73,92
Ema Setúbal - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Setúbal	-	92,56	92,56	75,06
Ema Figueira da Foz - Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Figueira da Foz	-	91,47	91,47	74,18
Headbox - Operação e Controlo Industrial, S.A.	Setúbal	-	100,00	100,00	81,09
Cutpaper - Transformação, Corte e Embalagem de Papel, ACE	Figueira da Foz	-	50,00	50,00	40,55
PortucelSoporcel Serviços Partilhados, S.A.	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel International Finance, BV	Holanda	-	100,00	100,00	81,09
Colombo Energy Inc.	EUA	-	100,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Internacional SGPS S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	81,09
Portucel Moçambique - Sociedade de Desenvolvimento Florestal e Industrial, Lda	Moçambique	25,00	75,00	100,00	81,09
Portucel Florestal Brasil - Gestão de Participações, Ltda	Brasil	25,00	75,00	100,00	81,09
PortucelSoporcel Abastecimento de Madeira, ACE	Setúbal	60,00	40,00	100,00	81,09

## Empresas subsidiárias do subgrupo Secil incluídas no consolidado pelo método integral

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido na Secil			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Empresa-mãe:					
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Setúbal	-	99,998	99,998	99,998
Subsidiárias					
Secilpar, SL	Madrid	100,00	-	100,00	99,998
Somera Trading Inc.	Panamá	-	100,00	100,00	99,998
Hewbol, S.G.P.S., Lda.	Funchal	-	100,00	100,00	99,998
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Praia	-	100,00	100,00	99,998
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Praia	37,50	25,00	62,50	62,499
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	Funchal	100,00	-	100,00	99,998
Seciment Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	99,998
I3 Participações e Serviços, Ltda.	Rio de Janeiro	-	99,97	99,97	99,968
Serife - Soc. de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equip., Lda.	Lisboa	100,00	-	100,00	99,998
Silonor, S.A.	Dunkerque	100,00	-	100,00	99,998
Société des Ciments de Gabés	Tunis	98,72	-	98,72	98,716
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunis	-	98,72	98,72	98,716
Zarzis Béton	Tunis	-	98,52	98,52	98,519
Secil Angola, SARL	Luanda	100,00	-	100,00	99,998
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Lobito	-	51,00	51,00	50,999
Secil, Betões e Inertes, S.G.P.S., S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	99,998
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Britobetão - Central de Betão, Lda.	Évora	-	91,00	91,00	90,998
Eurobetão - Betão Pronto, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Secil Britas, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Lusoinertes, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	Leiria	51,19	48,81	100,00	99,998
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	Santarém	-	75,00	75,00	74,998
Ciminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	99,998
ALLMA - Microalgas, Lda.	Leiria	-	70,00	70,00	69,999
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Lisboa	-	90,87	90,87	90,868
Cimentos Costa Verde - Comércio de Cimentos, S.A.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
Solenreco-Produção e Comercialização de Combustíveis, Lda.	Porto	-	98,00	98,00	97,998
Prescor Produção de Escórias Moídas, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00	99,998
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	Leiria	100,00	-	100,00	99,998
Ciments de Sibline, S.A.L.	Beirute	28,64	22,41	51,05	51,049
Soime, S.A.L.	Beirute	-	51,05	51,05	51,049
Cimentos Madeira, Lda.	Funchal	57,14	-	57,14	57,142
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	57,142
Promadeira - Sociedade Técnica de Construção da Ilha da Madeira, Lda.	Funchal	-	57,14	57,14	57,142
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	Funchal	-	57,14	57,14	57,142
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda. (a)	Funchal	-	29,14	29,14	29,142
Pedra Regional - Industria Transformadora de Rochas Ornamentais, S.A. (a)	Funchal	-	29,14	29,14	29,142
Reficomb- Refinação e Comercialização de Combustíveis Derivados de Resíduos, S.A	Setúbal	100,00	-	100,00	99,998
Uniconcreto - Betão Pronto, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	99,998

(a) Sociedades detidas em 51% pela Brimade, S.A. e portanto controladas pelo Grupo

## Empresas incluídas no consolidado pelo método proporcional

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Supremo Cimentos, S.A.	Santa Catarina	-	50,00	50,00	50,00
Margem - Companhia de Mineração	Paraná	-	50,00	50,00	50,00
OP Beton Concreto e Engenharia, Ltda	Santa Catarina	-	50,00	50,00	50,00
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	Lisboa	-	50,00	50,00	50,00
Secil Prébetão, S.A.	Montijo	-	39,80	39,80	39,80



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### Presidente:

---

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

### Vogais:

---

Francisco José Melo e Castro Guedes

---

José Miguel Pereira Gens Paredes

---

Paulo Miguel Garcês Ventura

---

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

---

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

---

António Pedro de Carvalho Viana Baptista

---

Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

## PARTE 4

### CERTIFICAÇÃO DO REVISOR E RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS



## ***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada***

### ***Introdução***

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 4.343.613.506 euros e um total de capital próprio de 1.208.797.798 euros, o qual inclui interesses não controlados de 328.074.030 euros e um resultado líquido de 146.125.472 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

(ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

17 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077  
representada por:

  
António Alberto Henriques Assis, R.O.C.



## **SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**

### **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Contas Consolidadas**

#### **Exercício de 2013**

**Senhores Accionistas,**

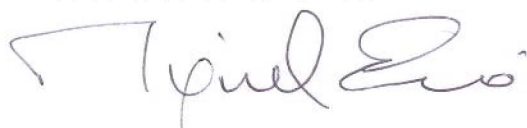
1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2013 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração e Directores da Sociedade. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparamos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciamos a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, que merecem o nosso acordo.
4. No âmbito das nossas funções, verificámos que:
  - a) a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração da posição financeira consolidada, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações dos capitais próprios consolidados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
  - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
  - c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.
  - d) O Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.



5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:
- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
  - b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.
6. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da empresa.

Lisboa, 22 de Abril de 2014

O Presidente do Conselho Fiscal



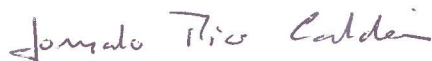
*Miguel Camargo de Sousa Eiró*

O Vogal



*Duarte Nuno d'Orey da Cunha*

O Vogal



*Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira*

## PARTE 5

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

---

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Valores em Euros	Notas	2013	2012
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	4	9.488.889	5.493.750
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5	115.768.091	56.377.910
Fornecimentos e serviços externos	6	(4.963.755)	(573.297)
Gastos com o pessoal	7	(9.716.612)	11.647.002
Provisões [aumentos/(reduções)]	8	(19.112)	(78.626.521)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)	11	-	(81.296.931)
Aumentos / (reduções) de justo valor	9	(47.987)	1.945.053
Outros rendimentos e ganhos	10	7.577.474	32.373
Outros gastos e perdas	10	(1.283.235)	(916.761)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>116.803.753</b>	<b>(85.917.422)</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	11	(338.449)	(298.068)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>116.465.304</b>	<b>(86.215.490)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	12	28.904.121	20.447.346
Juros e gastos similares suportados	12	(48.123.272)	(44.413.269)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>97.246.153</b>	<b>(110.181.413)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	13	37.734.936	526.091
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>134.981.089</b>	<b>(109.655.322)</b>
<b>Resultados por acção</b>			
Resultados básicos por acção, Eur	14	1,20	(0,97)
Resultados diluídos por acção, Eur	14	1,20	(0,97)



## BALANÇO INDIVIDUAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Valores em Euros	Notas	31-12-2013	31-12-2012
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	15	1.206.653	1.297.230
Goodwill	16	55.935.308	55.935.308
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	5	1.365.690.197	1.535.924.975
Outros activos financeiros	21	432.643.043	380.865.011
Activos por impostos diferidos	13	39.488.109	-
		<b>1.894.963.310</b>	<b>1.974.022.524</b>
<b>Activo corrente</b>			
Estado e outros entes públicos	17	479.067	1.166.717
Outras contas a receber	18	24.698.853	25.393.709
Diferimentos	19	249.363	167.547
Activos financeiros detidos para negociação	20	552.786	100.889
Outros activos financeiros	21	5.709.974	8.387.959
Caixa e depósitos bancários	24	389.907	53.461
		<b>32.079.950</b>	<b>35.270.282</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1.927.043.260</b>	<b>2.009.292.806</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	22	118.332.445	118.332.445
Acções próprias	22	(47.164.986)	(47.164.986)
Prémios de emissão	23	3.923.459	3.923.459
Reservas legais	23	23.666.489	23.666.489
Outras reservas	23	902.720.151	931.505.690
Resultados transitados	23	(77.969.159)	31.723.936
Ajustamentos em activos financeiros	23	(38.718.974)	(5.482.780)
Outras variações no capital próprio	23	(25.080.226)	(23.011.771)
		<b>859.709.199</b>	<b>1.033.492.482</b>
Resultado líquido do exercício		134.981.089	(109.655.322)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>994.690.288</b>	<b>923.837.160</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	8	4.719.112	82.266.521
Financiamentos obtidos	24	794.053.167	822.884.321
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25	1.355.943	1.374.716
		<b>800.128.222</b>	<b>906.525.558</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		57.564	109.924
Estado e outros entes públicos	17	18.030.013	12.291.189
Financiamentos obtidos	24	78.952.925	81.596.676
Outras contas a pagar	26	35.178.062	84.926.127
Diferimentos	19	6.186	6.172
		<b>132.224.750</b>	<b>178.930.088</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>932.352.972</b>	<b>1.085.455.646</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1.927.043.260</b>	<b>2.009.292.806</b>

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DE 1 DE JANEIRO DE 2012 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Valores em Euros	Notas	Capital realizado	Acções próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
<b>Capital próprio em 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>1</b>	<b>118.332.445</b>	<b>(47.164.986)</b>	<b>3.923.459</b>	<b>23.666.489</b>	<b>836.129.430</b>	<b>28.993.596</b>	<b>5.535.173</b>	<b>(9.371.378)</b>	<b>124.161.800</b>	<b>1.084.206.028</b>
<b>Alterações no exercício</b>											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	(5.530.150)	-	(5.530.150)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	(10.770.897)	-	-	(10.770.897)
Ajustamento de partes de capital em subsidiárias		-	-	-	-	-	-	-	(8.110.243)	-	(8.110.243)
Variação de justo valor em instrumentos financeiros derivados		-	-	-	-	-	2.483.284	-	-	-	2.483.284
Ganhos / (perdas) actuariais		-	-	-	-	95.376.260	-	-	-	(95.376.260)	-
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	-	-	247.056	(247.056)	-	-	-
Outros movimentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>95.376.260</b>	<b>2.730.340</b>	<b>(11.017.953)</b>	<b>(13.640.393)</b>	<b>(95.376.260)</b>	<b>(21.928.006)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>3</b>									<b>(109.655.322)</b>	<b>(109.655.322)</b>
<b>Resultado integral</b>	<b>4=2+3</b>									<b>(205.031.582)</b>	<b>(131.583.328)</b>
<b>Operações com detentores de capital no exercício</b>											
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	(28.785.540)	(28.785.540)
	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(28.785.540)</b>	<b>(28.785.540)</b>
<b>Capital próprio em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	<b>118.332.445</b>	<b>(47.164.986)</b>	<b>3.923.459</b>	<b>23.666.489</b>	<b>931.505.690</b>	<b>31.723.936</b>	<b>(5.482.780)</b>	<b>(23.011.771)</b>	<b>(109.655.322)</b>	<b>923.837.160</b>
Valores em Euros	Notas	Capital realizado	Acções próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
<b>Capital próprio em 1 de Janeiro de 2013</b>	<b>6</b>	<b>118.332.445</b>	<b>(47.164.986)</b>	<b>3.923.459</b>	<b>23.666.489</b>	<b>931.505.690</b>	<b>31.723.936</b>	<b>(5.482.780)</b>	<b>(23.011.771)</b>	<b>(109.655.322)</b>	<b>923.837.160</b>
<b>Alterações no exercício</b>											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	(2.657.492)	-	(2.657.492)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	(33.236.194)	-	-	(33.236.194)
Ajustamento de partes de capital em subsidiárias	<b>23</b>	-	-	-	-	-	-	-	589.038	-	589.038
Variação de justo valor em instrumentos financeiros derivados	<b>27</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos / (perdas) actuariais	<b>25</b>	-	-	-	-	-	(37.773)	-	-	-	(37.773)
Transferência para reservas e resultados transitados	<b>23</b>	-	-	-	-	-	(109.655.322)	-	-	109.655.322	-
	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(109.693.095)</b>	<b>(33.236.194)</b>	<b>(2.068.454)</b>	<b>109.655.322</b>	<b>(35.342.421)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>8</b>									<b>134.981.089</b>	<b>134.981.089</b>
<b>Resultado integral</b>	<b>9=7+8</b>									<b>244.636.411</b>	<b>99.638.668</b>
<b>Operações com detentores de capital no exercício</b>											
Distribuições	<b>23</b>	-	-	-	-	(28.785.540)	-	-	-	-	(28.785.540)
	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(28.785.540)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(28.785.540)</b>
<b>Capital próprio em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>6+7+8+10</b>	<b>118.332.445</b>	<b>(47.164.986)</b>	<b>3.923.459</b>	<b>23.666.489</b>	<b>902.720.150</b>	<b>(77.969.159)</b>	<b>(38.718.974)</b>	<b>(25.080.225)</b>	<b>134.981.089</b>	<b>994.690.288</b>

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Valores em Euros	Notas	2013	2012
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO</b>			
Pagamentos a fornecedores		(5.848.649)	(4.437.549)
Pagamentos ao pessoal		(52.812.345)	(27.400.711)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(58.660.994)</b>	<b>(31.838.260)</b>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		781.851	(2.244.972)
Outros recebimentos/(pagamentos)		15.149.796	3.375.252
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>(42.729.347)</b>	<b>(30.707.980)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		(52.269)	(43.767)
Investimentos financeiros		(2.320.466)	(228.115.292)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		67.579.457	86.690.248
Juros e rendimentos similares		622.406	5.392.306
Dividendos	5	106.939.990	309.738.277
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>172.769.118</b>	<b>173.661.772</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		2.252.335.000	591.546.167
Outras operações de financiamento		119.619	81.628
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(2.286.983.583)	(392.132.681)
Juros e gastos similares		(45.341.070)	(44.524.464)
Dividendos	23	(28.785.540)	(28.785.540)
Outras operações de financiamento		(21.047.751)	(380.954.250)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(129.703.325)</b>	<b>(254.769.140)</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)</b>		<b>336.446</b>	<b>(111.815.348)</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	24	<b>53.461</b>	<b>111.868.809</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	24	<b>389.907</b>	<b>53.461</b>

## ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1.	Identificação da empresa .....	8
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	8
3.	Resumo das principais políticas contabilísticas .....	8
3.1	Activos fixos tangíveis.....	9
3.2	Goodwill.....	9
3.3	Participações financeiras – método da equivalência patrimonial .....	9
3.3.1	Subsidiárias.....	9
3.3.2	Empreendimentos conjuntos .....	10
3.4	Conversão cambial.....	10
3.4.1	Moeda Funcional e de Relato .....	10
3.4.2	Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras .....	10
3.4.3	Subsidiárias.....	11
3.5	Imparidade de activos não correntes .....	11
3.6	Activos financeiros.....	11
3.7	Instrumentos financeiros derivados .....	12
3.8	Imposto sobre o rendimento .....	13
3.9	Outras contas a receber .....	13
3.10	Caixa e seus equivalentes .....	13
3.11	Capital social e Acções próprias.....	13
3.12	Financiamentos obtidos .....	14
3.13	Encargos financeiros com empréstimos .....	14
3.14	Provisões.....	14
3.15	Benefícios pós-emprego e outros.....	14
3.15.1	Planos de pensões de benefícios definidos.....	14
3.15.2	Férias e subsídio de férias e prémios .....	15
3.16	Valores a pagar correntes.....	15
3.17	Locações operacionais .....	15
3.18	Distribuição de dividendos .....	16
3.19	Rédito e regime do acréscimo .....	16
3.20	Activos e passivos contingentes .....	16
3.21	Eventos subsequentes .....	16
3.22	Gestão do Risco .....	17
3.22.1	Factores do risco financeiro .....	17
3.22.2	Factores de risco operacional.....	18
3.23	Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes .....	19
3.23.1	Imparidade do Goodwill .....	19
3.23.2	Pressupostos actuariais .....	19
4.	Vendas e serviços prestados .....	19
5.	Participações financeiras – método da equivalência patrimonial.....	19
6.	Fornecimento e serviços externos .....	22
7.	Gastos com o pessoal .....	23
8.	Provisões .....	23
9.	Aumentos/(reduções) de justo valor.....	23
10.	Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas.....	24
11.	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade .....	24
12.	Resultados financeiros .....	25
13.	Imposto sobre o rendimento .....	25
14.	Resultados por acção.....	26
15.	Activos fixos tangíveis.....	27
16.	Goodwill .....	27

17.	Estado e outros entes públicos .....	28
18.	Outras contas a receber .....	29
19.	Diferimentos.....	29
20.	Activos financeiros detidos para negociação .....	29
21.	Outros activos financeiros.....	30
22.	Capital social e acções próprias.....	30
23.	Reservas e outras rubricas do capital próprio .....	30
24.	Financiamentos obtidos .....	32
25.	Benefícios pós-emprego .....	35
26.	Outras contas a pagar.....	35
27.	Instrumentos financeiros derivados.....	36
28.	Saldo e transacções com partes relacionadas .....	37
29.	Gastos suportados com auditoria e revisão legal de contas .....	39
30.	Compromissos .....	40
31.	Cotações utilizadas .....	40
32.	Reconciliação entre Capitais próprios e resultado líquido .....	41

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

### 1. Identificação da empresa

**Designação:** Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.  
**Sede Social:** Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10º Piso, Lisboa  
**Capital Social:** Euros 118.332.445  
**N.I.P.C.:** 502 593 130

A Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ("Empresa") foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem por objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, nomeadamente nos sectores da produção de cimento e derivados, de pasta e de papel e ambiente, através das suas participadas Secil — Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., Supremo Cimentos, S.A., Portucel, S.A. e ETSA Investimentos, SGPS, S.A..

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de Março de 2014.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e as respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa. A Empresa preparou também contas consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), as quais reflectem em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Total do activo	2.416.570.246	2.218.667.336
Total do passivo	2.202.462.736	2.011.364.580
Total do capital próprio (antes de interesses não controlados)	(113.966.520)	(127.925.889)
Réditos totais	1.981.021.575	1.947.094.168

### 3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

### 3.1 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (Nota 15).

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos médios de vida útil
Edifícios e outras construções	7 – 10
Equipamentos:	
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.5).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos gastos de transacção e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos ou outros gastos (operacionais).

### 3.2 Goodwill

O *Goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias na data de aquisição (Nota 16).

O *Goodwill* não é amortizado e encontra-se sujeito a testes por imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do *Goodwill* correspondente.

### 3.3 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

A rubrica “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial” inclui os investimentos numa participada na qual a Empresa exerce controlo (o que ocorre quando a Empresa controla directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detém o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) ou influência significativa (o que ocorreria se a empresa participasse nas decisões financeiras e operacionais da empresa o que geralmente ocorre nos investimentos que representam entre 20% a 50% do capital de uma empresa).

As participações financeiras são relevadas ao método da equivalência patrimonial, subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada (Nota 5).

#### 3.3.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Empresa detém o controlo sobre outra entidade. Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da subsidiária na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *Goodwill*. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”.

É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão à excepção do *Goodwill*.

Quando a participação da Empresa nas perdas da subsidiária iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, a Empresa deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver incorrido em responsabilidades ou efectuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transacções com as subsidiárias são eliminados na extensão da participação da Empresa nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pela Empresa. Os investimentos em subsidiárias encontram-se detalhados na Nota 5.

### **3.3.2 Empreendimentos conjuntos**

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que a Empresa tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial, anteriormente detalhado.

## **3.4 Conversão cambial**

### **3.4.1 Moeda Funcional e de Relato**

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades subsidiárias são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato.

### **3.4.2 Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras**

Todos os activos e passivos da Empresa expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como rendimentos e gastos na demonstração individual dos resultados por naturezas do exercício.



### 3.4.3 Subsidiárias

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades subsidiárias que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato, para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, são convertidas para a moeda de relato como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras;

As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada demonstração dos resultados são convertidos pela taxa de câmbio média do período de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções.

### 3.5 Imparidade de activos não correntes

Os activos não correntes que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o activo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada activo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas por imparidade do *Goodwill* – ver Nota 3.2).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como rendimento operacional. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

### 3.6 Activos financeiros

A Empresa classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: Ao custo amortizado e ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecida na demonstração dos resultados. A classificação depende do objectivo na aquisição do investimento. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e sendo essa classificação reavaliada em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago e a pagar, incluindo despesas de transacção. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

#### Activos financeiros ao custo amortizado

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. São originados quando a Empresa fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data do Balanço, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos no balanço, nas rubricas “Outros activos financeiros” e “Outras contas a receber” correntes.

#### Activos financeiros detidos para negociação

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores e cujo justo valor possa ser mensurado de forma fiável. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

A Empresa avalia, em cada data de balanço, se há uma evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos activos financeiros detidos para negociação, a perda é calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente e reconhecida no resultado do exercício.

### **3.7 Instrumentos financeiros derivados**

A Empresa utiliza derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita.

Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, há uma parte dos mesmos que não se qualifica como cobertura contabilística. Os instrumentos derivados são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas no capital próprio ou na demonstração dos resultados, conforme sejam eficazes ou não na cobertura contabilística.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de “Valores a receber correntes” e de “Valores a pagar correntes”.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

### 3.8 Imposto sobre o rendimento

A partir do exercício com início em 1 de Janeiro de 2006, a Empresa é tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), constituído pelas empresas em que detém participação igual ou superior a 90% (conforme redacção em vigor até 31 de Dezembro de 2013) e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do Código do IRC.

Os ganhos e perdas imputados de empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidos, respectivamente, ao resultado do exercício, para apuramento da matéria colectável.

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de balanço (Nota 13).

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

### 3.9 Outras contas a receber

Os outros valores a receber correntes inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente contabilizados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado (Nota 18).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

### 3.10 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor (Nota 24).

### 3.11 Capital social e Acções próprias

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 22).

Os gastos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, como uma redução do capital próprio, na rubrica Acções próprias sendo os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação registados em Outras reservas. Em conformidade com a legislação comercial aplicável, enquanto as acções próprias se mantiverem na posse da sociedade, é tornada indisponível uma reserva de montante igual ao seu custo de aquisição.

Quando alguma empresa subsidiária adquire acções da empresa-mãe (acções próprias) o pagamento, que inclui os gastos incrementais directamente atribuíveis, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de gastos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas.

### **3.12 Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de gastos de transacção incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço (Nota 24).

### **3.13 Encargos financeiros com empréstimos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como gastos de financiamento, de acordo com o regime de acréscimo (Nota 12).

Os encargos financeiros de empréstimos directamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda uma ano) ou produção de activos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do activo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projecto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Qualquer proveito directamente relacionado com um investimento específico é deduzido ao custo do referido activo.

### **3.14 Provisões**

São reconhecidas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data (Nota 8).

### **3.15 Benefícios pós-emprego e outros**

#### **3.15.1 Planos de pensões de benefícios definidos**

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma são registadas de acordo com os critérios consagrados pela NCRF 28.

De acordo com a NCRF 28, as empresas com planos de pensões reconhecem os gastos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos beneficiários. Deste modo a responsabilidade total da Semapa é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projectadas.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no balanço e os gastos com pensões são registados na rubrica “Gastos com o pessoal”. Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu são reconhecidos directamente em capitais próprios, na rubrica “Resultados transitados” (Nota 23), bem como os impactos decorrentes da alteração de pressupostos.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente, nas situações em que os benefícios se encontrem a ser pagos ou se encontrem vencidos.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no Balanço, na rubrica “Responsabilidades benefícios pós-emprego”, no passivo não corrente.

Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, directamente em capitais próprios (Nota 25).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

### **3.15.2 Férias e subsídio de férias e prémios**

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

De acordo com o Sistema de Gestão de Desempenho, os trabalhadores têm possibilidade de receber uma gratificação no caso de cumprirem os objectivos definidos anualmente.

Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

### **3.16 Valores a pagar correntes**

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar correntes são registados pelo seu valor nominal, i.e., ao custo.

### **3.17 Locações operacionais**

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a Empresa locatária, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas locações operacionais são registados como gastos na demonstração dos resultados durante o período da locação.

### 3.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no exercício em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

### 3.19 Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração individual dos resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço e pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo regime contabilístico do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efectiva durante o período até à maturidade.

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas Outras contas a receber correntes e Outras contas a pagar correntes (Notas 18 e 26 respectivamente).

### 3.20 Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

### 3.21 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras individuais.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras individuais, se materiais.

### 3.22 Gestão do Risco

#### 3.22.1 Factores do risco financeiro

Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve directa e indirectamente actividades de gestão sobre as suas participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash-flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash-flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à holding dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash-flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respectivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

A Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua performance financeira. A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com a política aprovada pela Administração. Existe ainda junto da Semapa uma Comissão de Controlo Interno com funções específicas na área do controlo de riscos da actividade da sociedade.

##### Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas pode afectar significativamente as receitas da Semapa, principalmente através das suas subsidiárias.

##### Risco de taxa de juro

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, a Semapa procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, nomeadamente *collars* de taxa de juro. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

A Semapa, na sua gestão da exposição às taxas de juro, apenas realiza cobertura de fluxos de caixa. Estas operações são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Ganhos/Perdas por aumentos/reduções de justo valor em instrumentos financeiros em resultados financeiros líquidos na data da sua liquidação.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada directamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

O custo da totalidade da dívida financeira contraída pela Semapa está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afectar os resultados da Empresa. Nos casos em que a Administração considera adequado, a Semapa recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *collars* de taxa de juro para a gestão do risco de taxa de juro, tendo estes instrumentos como objectivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros.

A Semapa SGPS, durante o exercício de 2009, procedeu à contratação de três estruturas de *collars* de taxa de juro, com o objectivo de fixar uma banda de pagamento sobre os encargos financeiros relativos a dois empréstimos obrigacionistas expostos ao risco de flutuação das taxas de juro, até 2016.

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- 1 Alterações nas taxas de juro do mercado afectam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- 2 Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- 3 Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- 4 Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

#### Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias locais pode resultar na incapacidade dos clientes em saldar os seus compromissos decorrentes da venda de produtos.

O seguro de crédito tem sido um dos instrumentos adoptados pelas subsidiárias da Semapa para minorar os impactos negativos deste tipo de risco.

As vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos predefinidos e aprovados para cada cliente.

#### Risco de liquidez

A Semapa gere o risco de liquidez por duas vias: (i) garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde as suas subsidiárias exercem a sua actividade, e (ii) através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

#### 3.22.2 Factores de risco operacional

Os factores de risco operacional encontram-se essencialmente ao nível das empresas subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas e são os seguintes:

- Abastecimento de matérias-primas
- Preço de venda
- Procura dos produtos das empresas
- Concorrência
- Legislação ambiental
- Gastos energéticos
- Gastos de contexto



### 3.23 Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente do *Goodwill* e de contas a receber, e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

#### 3.23.1 Imparidade do Goodwill

A Semapa testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade do *Goodwill*, que regista no seu Balanço, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso ou do justo valor deduzido dos custos de vender. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

#### 3.23.2 Pressupostos actuariais

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos actuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

## 4. *Vendas e serviços prestados*

As prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, nos montantes de Euros 9.488.889 e Euros 5.493.750, respectivamente, referem-se a serviços prestados pela Semapa às suas subsidiárias nas áreas financeira, contabilística, fiscal e informática, entre outras, e foram integralmente realizadas no mercado interno (Nota 28).

O acréscimo ocorrido no montante das prestações de serviços no exercício de 2013 deveu-se, essencialmente, à alteração da metodologia de determinação do valor da operação.

## 5. *Participações financeiras – método da equivalência patrimonial*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os investimentos em participações financeiras registados pelo método de equivalência patrimonial em balanço, tinham a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2013				31-12-2012			
	% detida	Participação	Share premium	Total	% detida	Participação	Share premium	Total
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, S.A.	-	-	-	-	45,56%	267.713.894	-	267.713.894
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	99,99%	58.224.899	-	58.224.899	96,00%	53.455.286	-	53.455.286
Great Earth - Projectos, S.A.	100,00%	114.511.652	-	114.511.652	-	-	-	-
Interholding Investments, B.V.	100,00%	-	-	-	100,00%	5.937.808	-	5.937.808
NS.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	54,42%	6.953.096	-	6.953.096	100,00%	11.100.673	-	11.100.673
Portucel, S.A.	47,29%	644.354.473	-	644.354.473	47,29%	647.963.113	-	647.963.113
Seinpar Investments, B.V.	100,00%	154.655.485	384.661.500	539.316.985	100,00%	89.606.009	452.233.500	541.839.509
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	49,00%	27.985	-	27.985	49,00%	29.175	-	29.175
Semapa Inversiones, S.L.	100,00%	204.267	-	204.267	100,00%	5.748.633	-	5.748.633
Seminav - Investimentos, SGPS, S.A.	100,00%	2.002.862	-	2.002.862	100,00%	2.036.154	-	2.036.154
Aboutbalance, SGPS, S.A.	100,00%	46.990	-	46.990	100,00%	50.366	-	50.366
Inspiredplace, S.A.	100,00%	46.988	-	46.988	100,00%	50.364	-	50.364
		981.028.697	384.661.500	1.365.690.197		1.083.691.475	452.233.500	1.535.924.975

O movimento ocorrido na rubrica “Investimentos em participações financeiras” registados pelo método de equivalência patrimonial, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.535.924.975</b>	<b>1.744.935.841</b>
Constituições e aumentos de capital	-	203.701.941
Reduções de capital	-	(8.940.000)
Aquisições	1.862.599	24.413.353
Badwill	422.317	-
Diferença de conversão cambial	(2.657.492)	(5.530.150)
Alienações	-	(79.810.247)
Resultado líquido apropriado	115.344.718	30.969.411
Dividendos atribuídos	(106.939.990)	(309.738.277)
Share premium efectuados	107.785	-
Reembolso de:		
Share premium	(67.572.000)	(53.306.000)
Ajustamento de partes de capital	(33.236.194)	(10.770.897)
Utilização de provisão para capitais próprios negativos (Nota 8)	(77.566.521)	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.365.690.197</b>	<b>1.535.924.975</b>

Em 2013, a rubrica “Aquisições” respeita à aquisição de 1.789.542 acções do capital da ETSA Investimentos, SGPS, S.A. a Interesses minoritários, passando a Semapa a controlar 99,99% do capital desta entidade.

Em 2012, esta rubrica evidencia a aquisição, pela Semapa ocorrida em Janeiro de 2012, de 15% do capital social da Supremo Cimentos, S.A., no âmbito da aquisição de 50% deste Grupo Cimenteiro brasileiro conjuntamente com a sua subsidiária brasileira, NSOSPE, S.A., a qual procedeu à aquisição dos restantes 35%. Esta participação foi posteriormente, em Agosto de 2012, alienada à subsidiária Secil, S.A..

Os ganhos / (perdas) imputados de participações financeiras registados pelo método de equivalência patrimonial, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2013	2012
<b>Resultados apropriados</b>		
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, S.A.	(12.497.419)	(83.546.849)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	2.495.952	2.915.160
Great Earth - Projectos, S.A.	(42.557.841)	(39.213.538)
Interholding Investments, B.V.	(6.045.593)	(59.130)
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	1.089.901	3.500.272
Portucel, S.A.	97.639.259	89.364.053
Seinpar Investments, B.V.	69.226.043	63.359.772
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	(1.191)	(849)
Semapa Inversiones, S.L.	6.035.634	(6.794.684)
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	(33.275)	1.734.464
Aboutbalance, SGPS, S.A.	(3.376)	366
Inspiredplace, S.A.	(3.376)	364
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	-	(289.990)
	<b>115.344.718</b>	<b>30.969.411</b>
<b>Mais / (menos) valias na alienação de participações financeiras</b>		
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	1.056	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	-	25.408.499
	<b>1.056</b>	<b>25.408.499</b>
<b>Goodwill negativo apurado na aquisição de participações financeiras</b>		
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	422.317	-
	<b>422.317</b>	<b>-</b>
	<b>115.768.091</b>	<b>56.377.910</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 a informação financeira das participações financeiras, após se efectuar os necessários ajustamentos de harmonização de políticas contabilísticas, era como segue:

Valores em Euros	31 de Dezembro de 2013				
	Activos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Rédito
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	94.600.128	36.368.721	58.231.407	2.560.217	29.134.978
Great Earth - Projectos, S.A.	565.481.963	450.970.312	114.511.652	(45.513.835)	346.077
Interholding Investments, B.V.	3.561	22.673	(19.112)	(6.064.705)	-
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	70.216.235	57.438.441	12.777.794	2.002.926	-
Portucel, S.A.	2.765.772.714	1.407.562.393	1.358.210.321	206.058.325	1.530.609.430
Seinpar Investments, B.V.	539.327.451	10.466	539.316.986	69.226.043	69.260.034
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	58.232	1.122	57.111	(2.431)	-
Semapa Inversiones, S.L.	217.680	13.413	204.267	6.035.634	5.627.594
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	2.003.908	1.047	2.002.861	(33.275)	287
Aboutbalance, SGPS, S.A.	47.915	927	46.988	(3.376)	-
Inspiredplace, S.A.	47.915	927	46.988	(3.376)	-

Em 31 de Dezembro de 2012 a informação financeira das participações financeiras, após se efectuar os necessários ajustamentos de harmonização de políticas contabilísticas, era como segue:

Valores em Euros	31 de Dezembro de 2012				
	Activos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	Rédito
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, S.A.	611.078.260	23.446.260	587.632.000	(183.385.333)	60.290
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	97.652.792	41.970.201	55.682.591	3.102.267	35.630.090
Great Earth - Projectos, S.A.	320.322.407	397.888.929	(77.566.521)	(116.780.059)	400.559
Interholding Investments, B.V.	6.088.756	150.948	5.937.808	(59.130)	-
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	76.849.430	65.748.757	11.100.673	3.500.272	-
Portucel, S.A.	2.688.368.444	1.318.285.170	1.370.083.274	191.858.537	1.501.615.139
Seinpar Investments, B.V.	541.865.855	26.345	541.839.509	63.359.772	63.390.049
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	61.764	2.222	59.542	(1.732)	-
Semapa Inversiones, S.L.	5.748.631	(2)	5.748.633	(6.794.683)	-
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	2.038.503	2.350	2.036.153	1.734.464	262
Aboutbalance, SGPS, S.A.	50.364	-	50.366	366	-
Inspiredplace, S.A.	50.364	-	50.364	364	-

No final do exercício de 2013, a subsidiária Cimentospar – Participações Sociais, SGPS, S.A. foi incorporada por fusão na subsidiária Great Earth – Projectos, S.A., detida integralmente (100%) pela Semapa. Até essa data, a Great Earth detinha 54,44% do capital social da Cimentospar, sendo os restantes 45,56% detidos directamente pela Semapa.

Desta fusão, realizada para efeitos fiscais fora do regime da neutralidade fiscal, resultou um aumento de capital na Great Earth no montante de Euros 251.672.082 (aumento de capital social de Euros 159.037.657 e prémio de emissão de Euros 92.634.425) correspondente à integração da quota-parte do justo valor da participação de 45,56% detida directamente pela Semapa no Capital da Cimentospar (cujo único activo correspondia a 99,99% do capital da subsidiária Secil e que, por via da fusão, passou assim a ser detida directamente pela Great Earth).

O justo valor da Cimentospar foi determinado por referência ao seu único activo o qual, como mencionado, era representado por 99,99% do capital social da Secil, S.A.. Da determinação do justo valor desta subsidiária, com referência a Dezembro de 2013, resultou uma imparidade no montante de Euros 15.722.205, que se encontra a afectar negativamente o resultado líquido apresentado nas presentes demonstrações financeiras individuais do exercício de 2013 (via aplicação do MEP às subsidiárias referidas).

## 6. Fornecimento e serviços externos

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os gastos com “Fornecimentos e serviços externos” decompõem-se da seguinte forma:

Valores em Euros	2013	2012
Serviços especializados	3.775.696	2.745.025
Materiais	36.930	35.494
Energia e fluídos	58.386	51.019
Deslocações, estadas e transportes	80.450	352.650
Serviços diversos	1.114.091	1.094.153
Redébitos de serviços externos	(101.798)	(3.705.044)
	<b>4.963.755</b>	<b>573.297</b>

A rubrica “Redébitos de serviços externos” inclui, no exercício de 2012, um montante de Euros 3.565.578 correspondente ao pagamento efectuado pela CRH à Semapa em cumprimento da decisão arbitral, que condenou a primeira ao reembolso de parte das despesas incorridas pela segunda com o processo arbitral.

## 7. Gastos com o pessoal

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica “Gastos com o pessoal” decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 28)	7.013.395	2.459.512
Excesso de estimativa para prémios (Nota 28)	-	(3.840.056)
Outras remunerações	1.965.988	1.977.131
Benefícios pós-emprego (Nota 25)		
Gastos reconhecidos no exercício	65.634	5.782.818
Cortes ocorridos no plano	-	(19.053.485)
Outros gastos com pessoal	671.595	1.027.078
<b>Total de Custos / (ganhos) com pessoal</b>	<b>9.716.612</b>	<b>(11.647.002)</b>

A reversão da estimativa para remunerações variáveis, no exercício de 2012, ocorreu em virtude do seu efectivo pagamento não se ter verificado (Nota 28).

Em Assembleia Geral de Accionistas realizada a 27 de Dezembro de 2012 a Empresa deliberou revogar o sistema de reforma dos administradores que tinha sido aprovado na Assembleia Geral da sociedade do dia 30 de Março de 2005 (Nota 25).

O número de empregados ao serviço da Empresa em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foi de 20 e 21 pessoas, respectivamente.

## 8. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as provisões ascendiam a Euros 4.719.112 e Euros 82.266.521, respectivamente, e referem-se a provisões para fazer face a capitais próprios negativos e outros riscos e encargos.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Valores em Euros	Capitais próprios negativos	Outras	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2012</b>	-	<b>3.640.000</b>	<b>3.640.000</b>
Aumentos	77.566.521	1.060.000	78.626.521
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>77.566.521</b>	<b>4.700.000</b>	<b>82.266.521</b>
Aumentos	19.112	-	19.112
Utilizações (Nota 5)	(77.566.521)	-	(77.566.521)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>19.112</b>	<b>4.700.000</b>	<b>4.719.112</b>

A provisão para capitais próprios negativos, existente em 31 de Dezembro de 2012, relativa à subsidiária Great Earth - Projectos, S.A. (subsidiária integralmente detida pela Semapa) foi integralmente utilizada em 2013 uma vez que deixou de verificar a situação patrimonial que lhe deu origem (Nota 5).

## 9. Aumentos/(reduções) de justo valor

Durante os exercícios de 2013 e 2012, ocorreram as seguintes variações de justo valor:

Valores em Euros	2013	2012
Activos financeiros detidos para negociação		
- Ganhos / (perdas) (Nota 20)	431	(326.337)
Instrumentos financeiros derivados		
- Ganhos / (perdas) (Nota 27)	(48.418)	2.271.390
	<b>(47.987)</b>	<b>1.945.053</b>

A variação de justo valor ocorrida na rubrica de “Activos financeiros detidos para negociação” corresponde aos ganhos e perdas resultantes da alteração da cotação dos títulos detidos pela Semapa, conforme descrito na Nota 20.

A rubrica “Ganhos / (perdas) com instrumentos financeiros derivados” acomoda as variações de justo valor registadas no período com os instrumentos descritos na Nota 27.

## 10. Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2013	2012
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	8.000	-
Compensações por revogação de contratos	7.568.634	-
Outros rendimentos	840	32.373
	<b>7.577.474</b>	<b>32.373</b>

O montante de Euros 7.568.634 respeita a compensações obtidas de contrapartes pela revogação de contratos de aquisição de participações financeiras, a efectuar por aquelas entidades.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Outros gastos e perdas” decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2013	2012
Impostos	(650.410)	(820.459)
Donativos	(238.000)	(70.850)
Quotizações	(21.246)	(23.206)
Outros gastos	(373.579)	(2.246)
	<b>(1.283.235)</b>	<b>(916.761)</b>

## 11. Amortizações, depreciações e perdas por imparidade

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as amortizações, depreciações e perdas por imparidade decompõem-se como se segue:

Valores em Euros	2013	2012
<b>Depreciações de Activos fixos tangíveis</b>		
Edifícios	(181.289)	(174.930)
Equipamentos e outros tangíveis	(157.160)	(123.138)
<b>(Gastos) / reversões de depreciação e amortização</b>	<b>(338.449)</b>	<b>(298.068)</b>
<b>Perdas por Imparidade em Activos Intangíveis</b>		
Goodwill (Nota 16)	-	(81.296.931)
<b>Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)</b>	<b>-</b>	<b>(81.296.931)</b>

## 12. Resultados financeiros

Nos exercícios de 2013 e 2012, os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2013	2012
<b>Juros e rendimentos similares obtidos:</b>		
Juros obtidos de depósitos bancários	46.794	2.948.321
Juros de financiamentos concedidos a subsidiárias (Nota 28)	28.099.257	17.239.670
Ganhos em instrumentos financeiros derivados (Nota 27)	757.418	249.980
Outros rendimentos e ganhos financeiros	652	9.375
	<b>28.904.121</b>	<b>20.447.346</b>
<b>Juros e gastos similares suportados:</b>		
Juros de financiamentos obtidos junto de instituições de crédito	(10.252.706)	(9.606.857)
Juros de financiamentos obtidos junto de accionistas (Nota 28)	(297.197)	(307.317)
Juros de financiamentos obtidos junto de subsidiárias (Nota 28)	(1.157.789)	(4.877.209)
Perdas em instrumentos financeiros derivados (Nota 27)	(5.357.936)	(3.256.453)
Juros de outros financiamentos obtidos	(27.699.782)	(23.447.286)
Outros gastos e perdas de financiamento	(3.357.862)	(2.918.147)
	<b>(48.123.272)</b>	<b>(44.413.269)</b>

As rubricas “Perdas em instrumentos financeiros derivados” e “Ganhos em instrumentos financeiros derivados” acomodam as variações de justo valor registadas no exercício com os instrumentos descritos na Nota 27.

## 13. Imposto sobre o rendimento

Decorrente das alterações introduzidas pelo código do IRC, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014, entre outras ao nível da tributação de grupos de sociedades (o denominado RETGS), a percentagem de participação no capital social de subsidiárias que qualifica para efeitos de integração no grupo fiscal foi alterada para 75% (até 31 de Dezembro de 2013 esta percentagem era de 90%). Em resultado desta alteração legislativa, a partir de 1 de Janeiro de 2014, o Grupo fiscal do qual a Semapa é sociedade dominante passará a integrar as sociedades do Grupo Secil e do Grupo Portucel.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Imposto sobre o rendimento do exercício” apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	2013	2012
Imposto corrente	1.753.173	(526.091)
Imposto diferido	(39.488.109)	-
	<b>(37.734.936)</b>	<b>(526.091)</b>

A reconciliação da taxa efectiva de imposto nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é evidenciada como segue:

Valores em Euros	2013	2012
Resultado antes de impostos	97.246.153	(110.181.413)
Imposto esperado	25.770.231	(29.198.074)
Diferenças permanentes (a)	(25.566.783)	6.822.178
IRC de exercícios anteriores	(148.969)	382.161
Ganhos de imposto decorrentes do RETGS	(315.962)	(1.018.257)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	-	22.375.896
Prejuízos fiscais recuperáveis	(39.781.860)	-
Outros ajustamentos à colecta	90.302	12.688
Tributação autónoma	2.218.105	97.317
	<b>(37.734.936)</b>	<b>(526.091)</b>
Taxa efectiva de imposto	(38,80%)	0,48%
Taxa efectiva de imposto sem efeito do MEP	(7,26%)	7,23%

(a) Este valor respeita essencialmente a :

Valores em Euros	2013	2012
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial		
- MEP (Nota 5)	(115.768.091)	(56.377.910)
Perdas por imparidade não aceites fiscalmente (Nota 11)	-	81.296.931
Ajustamentos e provisões tributadas (Nota 8)	19.112	78.626.521
Benefícios pós-emprego (Nota 25)	65.634	5.782.818
Pensões pagas (Nota 25)	(122.180)	(1.645.511)
Reversão de provisões tributadas (Nota 25)	-	(100.380.578)
Encargos financeiros não dedutíveis	19.036.787	17.934.709
Outros	290.313	507.088
	<b>(96.478.425)</b>	<b>25.744.068</b>
<b>Impacto fiscal (26,50%)</b>	<b>(25.566.783)</b>	<b>6.822.178</b>

Em conformidade com as normas contabilísticas em vigor (Nota 3.8), a Empresa regista impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais sempre que seja expectável a sua utilização futura. Assim, foram calculados e registados no exercício corrente impostos diferidos activos, num montante de Euros 39.488.109, correspondentes a 23% dos prejuízos fiscais apurados até 2012 pelo grupo fiscal do qual a Semapa é sociedade dominante, disponíveis para reporte futuro, num montante global de Euros 171.687.431.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (cinco anos para a segurança social). Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período superior.

O Conselho de Administração entende que eventuais correcções àquelas declarações em resultado de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2013, sendo certo que já foram revistos os exercícios até 2011, inclusive.

## 14. Resultados por acção

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as acções da Semapa, pelo que não existe diluição dos resultados.



Valores em Euros	2013	2012
Resultado atribuível aos accionistas da Semapa	134.981.089	(109.655.322)
Número médio ponderado de acções em circulação	112.884.470	112.884.470
Resultado básico por acção	1,20	(0,97)
Resultado diluído por acção	1,20	(0,97)

O número médio ponderado de acções encontra-se deduzido de 5.447.975 acções próprias detidas pela Semapa SGPS, S.A..

## 15. Activos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos “Activos fixos tangíveis” bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em Euros	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	1.721.502	990.809	102.292	2.814.603
Aquisições	-	33.919	73.873	107.792
Abates e regularizações	-	(14.204)	-	(14.204)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.721.502	1.010.524	176.165	2.908.191
Aquisições	-	20.713	227.159	247.872
Alienações	-	(27.250)	-	(27.250)
Abates e regularizações	-	(1.399)	-	(1.399)
Transferências	62.719	145.881	(208.600)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.784.221	1.148.469	194.724	3.127.414
<b>Amort. acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	(629.033)	(595.772)	(102.292)	(1.327.097)
Aumentos	(174.930)	(123.138)	-	(298.068)
Abates e regularizações	-	14.204	-	14.204
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(803.963)	(704.706)	(102.292)	(1.610.961)
Aumentos	(181.289)	(157.160)	-	(338.449)
Alienações	-	27.250	-	27.250
Abates e regularizações	-	1.399	-	1.399
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(985.252)	(833.217)	(102.292)	(1.920.761)
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012	1.092.469	395.037	-	1.487.506
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012	917.539	305.818	73.873	1.297.230
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2013	798.969	315.252	92.432	1.206.653

## 16. Goodwill

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Goodwill” detalhava-se da seguinte forma:

Entidade	Ano Aq.	31-12-2013	31-12-2012
Portucel, S.A.	2010	55.935.308	55.935.308
		55.935.308	55.935.308

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2013 e 2012, na rubrica “Goodwill” foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Valor líquido no início do exercício</b>	<b>55.935.308</b>	<b>137.906.572</b>
Imparidades	-	(81.296.931)
Alienações	-	(674.333)
<b>Valor líquido no final do exercício</b>	<b>55.935.308</b>	<b>55.935.308</b>

Conforme preconizado pela NCRF 14, o *Goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade efectuados numa base anual conforme política contabilística descrita na Nota 3.2.

Relativamente ao *Goodwill* afecto à UGC associado ao segmento da Pasta e Papel, correspondendo esta unidade aos activos líquidos detidos na Portucel, S.A. e sendo esta uma sociedade aberta cujos títulos se encontram admitidos à negociação em mercado regulamentado (Euronext Lisboa), a Semapa optou, em 2013, por determinar a sua quantia recuperável, para efeitos de testes de imparidade, tendo por base o seu valor realizável líquido (correspondendo este ao valor da sua cotação em bolsa por referência ao dia 31 de Dezembro de 2013) menos custos de vender.

Em resultado do teste de imparidade efectuado, e respectiva análise de sensibilidade aos principais pressupostos assumidos, não foi identificada perda por imparidade no *Goodwill* afecto a esta unidade geradora de caixa.

## 17. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos.

Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

### Activos correntes

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	-	868.607
Imposto sobre o Valor Acrescentado	479.067	298.110
	<b>479.067</b>	<b>1.166.717</b>

### Passivos correntes

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	2.074.477	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	15.662.910	12.239.735
Imposto sobre o Valor Acrescentado	233.691	-
Contribuições para a Segurança Social	55.526	51.454
Outros tributos	3.409	-
	<b>18.030.013</b>	<b>12.291.189</b>

A rubrica “Retenções de Imposto sobre o Rendimento” (Passivo corrente) inclui, em 31 de Dezembro de 2013, um montante de Euros 14.111.051 (2012: Euros 12.239.735) correspondente à retenção na fonte de IRS efectuada sobre os montantes pagos aos membros do Conselho de Administração da Semapa em virtude do pagamento da última tranche relativa ao resgate do plano de pensões revogado em Dezembro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC” decompõe-se do seguinte modo:

Valores em euros	31-12-2013	31-12-2012
Imposto sobre o rendimento do exercício da própria empresa	(2.218.105)	(97.317)
Imposto sobre o rendimento do exercício de subsidiárias (RETGS)	(113.603)	(187.421)
Pagamentos especiais por conta	144.662	119.767
Retenções na fonte a recuperar	112.569	1.033.578
	<b>(2.074.477)</b>	<b>868.607</b>

## 18. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outras contas a receber” detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Outros devedores</b>		
Outros devedores - partes relacionadas (Nota 28)	24.632.959	25.051.426
Outros devedores - gerais	65.894	342.283
	<b>24.698.853</b>	<b>25.393.709</b>

## 19. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Diferimentos” detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Fornecimentos e serviços externos	64.669	60.704
Juros antecipados	184.694	106.843
	<b>249.363</b>	<b>167.547</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Outros rendimentos	(6.186)	(6.172)
	<b>(6.186)</b>	<b>(6.172)</b>
	<b>243.177</b>	<b>161.375</b>

## 20. Activos financeiros detidos para negociação

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Justo valor no início do exercício</b>	<b>100.889</b>	<b>427.363</b>
Aquisições	451.466	-
Alienações	-	(137)
Variações de justo valor (Nota 9)	431	(326.337)
<b>Justo valor no fim do exercício</b>	<b>552.786</b>	<b>100.889</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os “Activos financeiros detidos para negociação” tinham a seguinte decomposição:

Valores em Euros	Justo Valor	
	31-12-2013	31-12-2012
Banco Espírito Santo, S.A.	117.121	100.889
Fundo de participação CEMG	435.665	-
	<b>552.786</b>	<b>100.889</b>

## 21. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 as rubricas “Outros activos financeiros” correntes e não correntes eram integralmente constituídas por valores a receber de empresas do grupo. Os valores a receber correntes referem-se a operações de tesouraria de curto prazo que vencem juros a taxas de mercado, debitados trimestralmente. Os valores a receber não correntes referem-se aos suprimentos concedidos à subsidiária Great Earth – Projectos, S.A. (Nota 28).

## 22. Capital social e acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital social da Semapa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as pessoas colectivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:

Denominação	31-12-2013		31-12-2012	
	Nº de Acções	%	Nº de Acções	%
Longapar, SGPS, S.A.	21.505.400	18,17	21.505.400	18,17
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	16.199.031	13,69	16.199.031	13,69
Sodim, SGPS, S.A.	15.657.505	13,23	15.657.505	13,23
Banco BPI, S.A.	12.009.004	10,15	12.009.004	10,15
Bestinver Gestión, SGIIC, S.A.	11.865.210	10,03	11.865.210	10,03
Norges Bank (Banco Central da Noruega)	5.649.215	4,77	5.649.215	4,77
Cimigest, SGPS, S.A.	3.185.019	2,69	3.185.019	2,69
Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	625.199	0,53	625.199	0,53
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	535.000	0,45	535.000	0,45
Acções próprias	5.447.975	4,60	5.447.975	4,60
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	25.653.887	21,68	25.653.887	21,68
	<b>118.332.445</b>	<b>100,00</b>	<b>118.332.445</b>	<b>100,00</b>

## 23. Reservas e outras rubricas do capital próprio

### Prémio de emissão

Este ágio não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizado para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporado no capital.

### Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital, o que se verifica em 31 de Dezembro de 2013.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### Outras Reservas

Correspondem a reservas livres para distribuição aos accionistas, constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores.

Na sequência da aquisição de 2.720.000 acções próprias no exercício de 2007 e de 2.727.975 acções no exercício de 2011, foi tornada indisponível uma reserva no montante equivalente ao custo de aquisição global das referidas acções, em conformidade com a legislação comercial aplicável, reserva esta que deverá ser mantida até à alienação das referidas acções.

### Resultados transitados

#### Ganhos e perdas actuariais

São registados nesta rubrica os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades com benefícios pós emprego e o que efectivamente ocorreu, bem como de alterações efectuadas nos mesmos, conforme política descrita na Nota 3.15.1.

A aplicação do resultado do exercício anterior foi como segue:

Valores em Euros	Aplicação do resultado do exercício de:	
	2012	2011
Distribuição de dividendos	-	28.785.540
Outras reservas	-	95.376.260
Resultados transitados	(109.655.322)	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		
<b>(2012: SNC / 2011: SNC)</b>	<b>(109.655.322)</b>	<b>124.161.800</b>

### Ajustamentos em activos financeiros

Esta rubrica evidencia os ajustamentos decorrentes da utilização do método da equivalência patrimonial nas subsidiárias.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Ajustamentos em activos financeiros” decompõe-se da seguinte forma:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, S.A. (Nota 5)	-	142.105.317
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	(743.761)	(732.508)
Great Earth - Projectos, S.A. (Nota 5)	(29.268.553)	(150.793.409)
Portucel, S.A.	(7.140.044)	(1.252.135)
Seinpar Investments, B.V.	(6.979.569)	(2.803.002)
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	35.857.480	35.857.480
Semapa Inversiones, S.L.	(36.764.961)	(36.764.961)
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	9.417.586	9.417.603
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	(3.097.152)	(517.165)
	<b>(38.718.974)</b>	<b>(5.482.780)</b>

A rubrica “Ajustamentos em activos financeiros” registou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os seguintes movimentos:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>(5.482.780)</b>	<b>5.535.173</b>
Reconhecimento dos subsídios ao investimento no capital próprio das subsidiárias	(537.277)	(5.388.106)
Ganhos e perdas actuariais	(5.381.892)	4.352.698
Justo valor de Instrumentos financeiros	1.224.911	(1.427.784)
Reserva de conversão cambial	(27.642.628)	(5.258.632)
Ações próprias adquiridas por empresas subsidiárias	(1.074.918)	(2.683.340)
Diferenças de aquisição intragrupo de partes de capital	-	(326.330)
Transferência para resultados transitados	-	(247.056)
Outros movimentos	175.610	(39.403)
<b>Saldo final</b>	<b>(38.718.974)</b>	<b>(5.482.780)</b>

#### Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Justo valor de instrumentos financeiros	(16.889.228)	(17.478.265)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(8.190.998)	(5.533.506)
	<b>(25.080.226)</b>	<b>(23.011.771)</b>

Os montantes de Euros 16.889.228 e Euros 17.478.265 negativos apresentados na rubrica "Justo valor de instrumentos financeiros", correspondem à variação do justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, cujo *Mark to Market*, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, ascendia a, respectivamente, Euros 17.910.561 e Euros 18.341.470 negativos (Nota 26), e a componente de valor intrínseco ascendia a Euros 10.074.189 e Euros 15.065.232, respectivamente, contabilizados em conformidade com a política descrita na Nota 3.7.

Em 31 de Dezembro de 2013 o montante negativo de Euros 8.190.998 (2012: Euros 5.533.506) respeita à apropriação pela Empresa das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam fora da zona Euro, nomeadamente na conversão das demonstrações financeiras da subsidiária N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A., com sede no Rio de Janeiro, Brasil.

## 24. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Dívida a terceiros remunerada</b>		
Não Corrente	794.053.167	822.884.321
Corrente	78.952.925	81.596.676
	<b>873.006.092</b>	<b>904.480.997</b>
<b>Caixa e depósitos bancários</b>		
Numerário	4.690	4.494
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	385.217	48.967
	<b>389.907</b>	<b>53.461</b>
<b>Valor de mercado dos títulos em carteira</b>	44.463.638	30.998.978
<b>Dívida líquida remunerada</b>	<b>828.152.547</b>	<b>873.428.558</b>

#### Dívida remunerada não corrente

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Não correntes</b>		
Empréstimos por obrigações	525.000.000	525.000.000
Papel Comercial	211.400.000	199.450.000
Empréstimos bancários	64.285.715	108.000.000
Encargos com emissão de empréstimos	(6.632.548)	(9.565.679)
<b>Total de dívida remunerada não corrente</b>	<b>794.053.167</b>	<b>822.884.321</b>

#### Empréstimos por obrigações

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos por obrigações não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Empréstimos por obrigações</b>		
Semapa 2006 / 2016	175.000.000	175.000.000
Semapa 2006 / 2016	50.000.000	50.000.000
Semapa 2012 / 2015	300.000.000	300.000.000
	<b>525.000.000</b>	<b>525.000.000</b>

A Semapa SGPS, SA, tem contratados dois empréstimos obrigacionistas, nos montantes de Euros 50.000.000 e Euros 175.000.000 pelo prazo de 10 anos. Este último encontra-se cotado na Euronext Lisboa sob a designação "Obrigações Semapa 2006/2016".

No exercício de 2012 a Semapa efectuou uma emissão de um empréstimo obrigacionista num montante total de Euros 300.000.000 com maturidade de 3 anos (2015), cotado na Euronext Lisboa sob a designação "Obrigações Semapa 2012/2015".

#### Papel Comercial

No exercício de 2013, a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de Euros 100.000.000, pelo prazo de 7 anos, do qual se encontra utilizado um montante de Euros 60.000.000, em 31 de Dezembro de 2013.

No exercício de 2006, a Semapa contratou um programa de papel comercial até ao montante máximo de Euros 175.000.000, pelo prazo de 10 anos, do qual se encontra utilizado um montante de Euros 151.400.000, em 31 de Dezembro de 2013.

No exercício de 2008, a Semapa e a ETSA Investimentos contrataram um programa de papel comercial grupado até ao montante máximo de Euros 70.000.000, pelo prazo de 5 anos. Em 31 de Dezembro de 2013, este programa não estava utilizado.

#### Prazos de reembolso dos empréstimos

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários e outros empréstimos, de médio e longo prazo, detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
1 a 2 anos	330.714.286	108.000.000
2 a 3 anos	195.714.286	300.000.000
3 a 4 anos	2.857.143	225.000.000
	<b>589.285.715</b>	<b>633.000.000</b>

#### Dívida remunerada corrente

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Correntes</b>		
Empréstimos bancários	67.149.285	24.934.172
<b>Dívida bancária remunerada</b>	<b>67.149.285</b>	<b>24.934.172</b>
Empréstimos de curto prazo de accionistas	11.789.356	5.074.358
Empréstimos de curto prazo de subsidiárias	14.284	51.588.146
<b>Outras dívidas remuneradas</b>	<b>11.803.640</b>	<b>56.662.504</b>
<b>Total de dívida remunerada corrente</b>	<b>78.952.925</b>	<b>81.596.676</b>

#### Responsabilidades assumidas com Locações Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os planos de reembolso da dívida da Empresa referente a locações operacionais detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
A menos de 1 ano	68.141	97.913
1 a 2 anos	38.105	53.350
2 a 3 anos	23.321	27.860
3 a 4 anos	13.339	12.948
4 a 5 anos	-	5.934
<b>Valor total das responsabilidades</b>	<b>142.906</b>	<b>198.005</b>
<b>Custos incorridos no exercício*</b>	<b>801.480</b>	<b>767.865</b>

\* Inclui custos com rendas de imóveis



### Créditos bancários concedidos e não sacados

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os créditos bancários concedidos e não sacados ascendiam a Euros 159.915.000 e Euros 49.639.830, respectivamente.

## 25. Benefícios pós-emprego

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante do passivo reflectido em balanço, na rubrica “Responsabilidades por benefícios pós emprego”, corresponde à responsabilidade da Semapa afecta a um único beneficiário que não aderiu à revogação do plano de pensões dos administradores da Semapa, ocorrida em Dezembro de 2012, ascendendo esta responsabilidade a Euros 1.355.943 (31 de Dezembro de 2012: Euros 1.374.716).

As responsabilidades da Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, registaram a seguinte evolução:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>1.374.716</b>	<b>100.101.271</b>
Movimentos no exercício:		
Gastos reconhecidos nos resultados (Nota 7)	65.634	5.782.818
Perdas / (ganhos) actuariais	37.773	(2.483.284)
Pensões pagas no exercício	(122.180)	(1.645.511)
Resgate do plano de benefícios definido	-	(81.327.093)
Ganho reconhecido nos resultados - corte de responsabilidade (Nota 7)	-	(19.053.485)
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<b>1.355.943</b>	<b>1.374.716</b>

O cálculo actuarial considera os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	31-12-2013	31-12-2012
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tabela de Invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
Taxa técnica de juro	4,50%	5,00%
Taxas de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de reversibilidade das pensões	50%	50%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12
Formula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio

## 26. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Outras contas a pagar” correntes decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
Subsidiárias (Nota 28)	6.412.442	2.548.791
Fornecedores de investimentos	56.303	25.893
Consultores e assessores	193.247	148.505
Instrumentos financeiros derivados (Nota 27)	17.910.561	18.341.470
Outros credores	2.473.292	55.396.255
Acréscimo de gastos	8.132.217	8.465.213
	<b>35.178.062</b>	<b>84.926.127</b>

A rubrica “Outros credores” incluía, em 31 de Dezembro de 2012, um montante de Euros 48.796.256 correspondente a 60% da responsabilidade constituída por via da revogação do plano de pensões dos Administradores da Semapa cujo pagamento ficou diferido nessa data, e que foi maioritariamente liquidado no exercício de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Acréscimos de gastos” decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013	31-12-2012
<b>Acréscimo de gastos</b>		
Custos com o pessoal	862.993	781.274
Juros a pagar	6.777.295	6.736.048
Outros acréscimos de gastos	491.929	947.891
	<b>8.132.217</b>	<b>8.465.213</b>

## 27. Instrumentos financeiros derivados

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e por forma a cobrir o risco de taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas, a Semapa contratou 3 Collars: (i) Euros 175.000.000 com o Caixa BI; (ii) Euros 25.000.000 com o BPI e (iii) Euros 25.000.000 com o BES. Desta forma, a Semapa estabelece uma taxa máxima e mínima no pagamento dos fluxos de caixa dos referidos empréstimos.

Estes instrumentos, em consonância com o preconizado na NCRF 27, são registados nas demonstrações financeiras de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.7.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de “Outras a pagar correntes” (Nota 26), quando negativos e na rubrica “Outras contas a receber correntes” (Nota 18), quando positivo.

### Detalhe e maturidade dos Instrumentos Financeiros Derivados

O detalhe dos montantes apresentados em balanço referentes a instrumentos financeiros, no exercício de 2013 e 2012, decompõe-se conforme segue:

Valores em Euros	Moeda	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor 31-12-2013	Justo valor 31-12-2012
<b>Instrumentos financeiros designados como de cobertura</b>					
Collar de Taxa de Juro	EUR	175.000.000	20-Abr-16	(8.963.909)	(12.778.581)
Collar de Taxa de Juro	EUR	25.000.000	30-Nov-15	(1.053.129)	(1.599.750)
Collar de Taxa de Juro	EUR	25.000.000	30-Nov-15	(1.058.822)	(1.602.805)
Currency Interest Rate Swap	BRL	32.000.000	27-Mar-17	(4.182.294)	(2.360.334)
Currency Interest Rate Swap	BRL	64.075.000	26-Mar-17	(2.652.407)	-
<b>Saldo no fim do período</b>				<b>(17.910.561)</b>	<b>(18.341.470)</b>
<b>Total de instrumentos financeiros</b>				<b>(17.910.561)</b>	<b>(18.341.470)</b>

No decurso do exercício de 2013 e 2012, a variação do justo valor dos Instrumentos financeiros derivados decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Variação Justo valor (Negociação)	Variação Justo valor (Cobertura)	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>17.560</b>	<b>(10.933.729)</b>	<b>(10.916.169)</b>
Maturidade / liquidações	(1.120.877)	2.540.902	1.420.025
Variação de justo valor em resultados (Nota 9)	1.103.317	1.168.073	2.271.390
Reclassificação para resultados (Nota 12)	-	(3.006.473)	(3.006.473)
Variação de justo valor em Capitais	-	(8.110.243)	(8.110.243)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>-</b>	<b>(18.341.470)</b>	<b>(18.341.470)</b>
Maturidade / liquidações	-	4.490.807	4.490.807
Variação de justo valor em resultados (Nota 9)	-	(48.418)	(48.418)
Reclassificação para resultados (Nota 12)	-	(4.600.518)	(4.600.518)
Variação de justo valor em Capitais	-	589.038	589.038
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>(17.910.561)</b>	<b>(17.910.561)</b>

## 28. Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2013 os saldos com partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013			
	Outras contas a receber (Nota 18)	Outros activos financeiros (Nota 21)	Financiamentos obtidos (Nota 24)	Outras contas a pagar (Nota 26)
<b>Accionistas</b>				
Cimigest, SGPS, S.A.	167	-	2.879.223	-
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	-	-	231.148	-
Longapar, SGPS, S.A.	-	-	7.192.833	-
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	-	-	1.486.152	-
	<b>167</b>	<b>-</b>	<b>11.789.356</b>	<b>-</b>
<b>Subsidiárias</b>				
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	2.533.756	5.651.623	-	45.161
Great Earth - Projectos, S.A.	18.122.885	432.643.043	-	1.369.270
Interholding Investments, B.V.	644	15.500	-	-
Portucel, S.A.	923.161	-	-	1.808.849
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	16	-	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	120	-	14.284	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	8.000	-	-
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	120	-	-	1.937.929
Soporcel - Soc. Portuguesa de Papel, S.A.	34.994	-	-	-
Aboutbalance, SGPS, S.A.	-	-	-	302
Inspiredplace, S.A.	-	-	-	302
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	3.016.444	-	-	1.250.629
	<b>24.632.140</b>	<b>438.318.166</b>	<b>14.284</b>	<b>6.412.442</b>
<b>Outras empresas</b>				
YD Invisible, S.A.	652	34.851	-	-
	<b>652</b>	<b>34.851</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>24.632.959</b>	<b>438.353.017</b>	<b>11.803.640</b>	<b>6.412.442</b>

Em 31 de Dezembro de 2012 os saldos com partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2012			
	Outras contas a receber (Nota 18)	Outros activos financeiros (Nota 21)	Financiamentos obtidos (Nota 24)	Outras contas a pagar (Nota 26)
<b>Accionistas</b>				
Cimo SGPS, S.A.	-	-	203.445	-
Longapar, SGPS, S.A.	-	-	4.870.913	-
	-	-	<b>5.074.358</b>	-
<b>Subsidiárias</b>				
Celcimo, S.L.	-	-	548.298	-
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, S.A.	12.561	4.205.317	-	5.206
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	3.250.587	4.037.585	-	3.670
Great Earth - Projectos, S.A.	16.944.105	380.865.011	-	-
Interholding Investments, B.V.	644	134.324	-	-
Portucel, S.A.	2.830.893	-	-	-
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	15	-	-	-
Seinpar Investments, B.V.	-	10.733	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	-	-	56.510	-
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	-	-	-	1.968.222
Soporcel - Soc. Portuguesa de Papel, S.A.	9.992	-	-	-
Aboutbalance, SGPS, S.A.	-	-	-	91
Inspiredplace, S.A.	-	-	-	92
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	2.002.629	-	50.983.338	571.510
	<b>25.051.426</b>	<b>389.252.970</b>	<b>51.588.146</b>	<b>2.548.791</b>
<b>Total</b>	<b>25.051.426</b>	<b>389.252.970</b>	<b>56.662.504</b>	<b>2.548.791</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	Vendas e prestações de serviços (Nota 4)		Juros e outros rendimentos (Nota 12)		Gastos de financiamento (Nota 12)		Compras de bens e serviços		Vendas de bens de investimento	
		Rendimentos suplementares								
<b>Accionistas</b>										
Cimigest, SGPS, S.A.	-	60	-	-	(8.297)	(1.607.740)	-	-	-	-
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(30.669)	-	-	-	-	-
Longapar, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(228.694)	-	-	-	7.457	-
OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(29.536)	-	-	-	-	-
Sodim, SGPS, S.A.	-	190	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	<b>250</b>	-	-	<b>(297.196)</b>	<b>(1.607.740)</b>	-	-	<b>7.457</b>	-
<b>Subsidiárias</b>										
Celcimo, S.L.	-	-	-	-	(17.952)	-	-	-	-	-
Cimentospar - Participações, SGPS, S.A.	-	-	211.594	-	-	-	-	-	-	-
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	227.398	45	256.557	-	-	-	-	-	-	-
Great Earth - Projectos, S.A.	-	-	27.628.532	-	-	(346.077)	-	-	-	-
Interholding Investments, B.V.	-	-	2.061	-	-	-	-	-	-	-
Portucel, S.A.	6.447.062	2.345	-	-	-	-	-	-	-	-
Seinpar Investments, B.V.	-	-	513	-	-	-	-	-	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(898)	-	-	-	-	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	-	-	-	(70.811)	-	-	-	-	-
Soporcel - Soc. Portuguesa de Papel, S.A.	-	97.003	-	-	-	-	-	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	2.814.429	-	-	-	(1.068.129)	-	-	-	-	-
	<b>9.488.889</b>	<b>99.393</b>	<b>28.099.257</b>	-	<b>(1.157.790)</b>	<b>(346.077)</b>	-	-	-	-
<b>Outras empresas</b>										
YD Invisible, S.A.	-	-	652	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	<b>652</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9.488.889</b>	<b>99.643</b>	<b>28.099.909</b>	-	<b>(1.454.986)</b>	<b>(1.953.817)</b>	-	-	<b>7.457</b>	-

Em 31 de Dezembro de 2012 as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

Valores em Euros	Vendas e prestações de serviços (Nota 4)	Rendimentos suplementares	Juros e outros rendimentos (Nota 12)	Gastos de financiamento (Nota 12)	Compras de bens e serviços	Vendas de bens de investimento
<b>Accionistas</b>						
Cimigest, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(107.740)	-
Cimo SGPS, S.A.	-	-	-	(64.352)	-	-
Longapar, SGPS, S.A.	-	-	-	(242.965)	-	-
	-	-	-	<b>(307.317)</b>	<b>(107.740)</b>	-
<b>Subsidiárias</b>						
Celcimo, S.L.	-	-	-	(89.659)	-	-
Cimentospar - Participações, SGPS, S.A.	372.960	-	98.109	-	-	75.479.723
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	108.937	269	188.757	-	-	-
Great Earth - Projectos, S.A.	-	-	16.947.911	-	(400.559)	-
N.S.O.S.P.E. - Empreendimentos e Participações, S.A.	-	-	-	-	-	-
Interholding Investments, B.V.	-	-	4.162	-	-	-
Portucel, S.A.	3.390.433	31.676	-	(3.539)	-	-
Seinpar Investments, B.V.	-	-	731	-	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	-	-	-	(2.207)	-	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	-	-	(773.453)	-	-
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	-	-	-	(1.843.987)	-	-
Soporcel - Soc. Portuguesa de Papel, S.A.	-	79.895	-	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	1.621.420	18.620	-	(2.164.364)	-	24.412.353
	<b>5.493.750</b>	<b>130.460</b>	<b>17.239.670</b>	<b>(4.877.209)</b>	<b>(400.559)</b>	<b>99.892.076</b>
<b>Total</b>	<b>5.493.750</b>	<b>130.460</b>	<b>17.239.670</b>	<b>(5.184.526)</b>	<b>(508.299)</b>	<b>99.892.076</b>

As remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo a estimativa para o prémio de gestão, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foram as seguintes:

Valores em Euros	2013	2012
Conselho de Administração - Remuneração	2.225.184	2.398.041
Conselho de Administração - Prémio de gestão	4.724.207	-
Conselho de Administração - Reversão do excesso de estimativa para prémio de gestão relativo ao exercício anterior	-	(3.840.056)
Conselho Fiscal e outros órgãos sociais	64.004	61.471
<b>Impacto em resultados do exercício (Nota 7)</b>	<b>7.013.395</b>	<b>(1.380.544)</b>

## 29. Gastos suportados com auditoria e revisão legal de contas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os dispêndios com serviços de revisão legal de contas e auditorias decompõem-se como segue:

Valores em Euros	2013	%	2012	%
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	93.324	89%	167.148	100%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	6.000	6%	-	0%
<b>Total de serviços de auditoria</b>	<b>99.324</b>	<b>94%</b>	<b>167.148</b>	<b>100%</b>
Serviços de consultoria fiscal	6.000	6%	-	0%
<b>Total de outros serviços</b>	<b>6.000</b>	<b>6%</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>	<b>105.324</b>	<b>100%</b>	<b>167.148</b>	<b>100%</b>

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através da definição criteriosa dos trabalhos em sede de contratação.

### 30. Compromissos

A Semapa SGPS, S.A. celebrou com uma instituição financeira um contrato promessa de concessão de crédito tendo como objectivo financiar a aquisição de acções cotadas na Euronext Lisboa e que integrassem o PSI 20 e/ou aquisição de acções da Portucel.

No âmbito do referido contrato, a Semapa obriga-se a dar em penhor as correspondentes acções adquiridas e/ou acções da Portucel que detenha em carteira, ou alternativamente a constituição de um depósito a prazo, suficiente para manter um rácio de cobertura do montante em dívida nunca inferior a 1,25.

Desta linha de crédito encontrava-se utilizado, em 31 de Dezembro de 2013, o montante de Euros 100.000.000, tendo sido dadas em penhor 50.917.005 acções da Portucel.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Semapa prestou garantias a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira (ex-Direcção-Geral dos Impostos) no montante de Euros 1.441.763 e Euros 500.731, destinadas a caucionar a suspensão de processos de execução instaurados pela liquidação adicional de IVA referentes aos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente.

A NSOSPE (subsidiária brasileira detida pela Semapa) procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista (sob a forma de *debêntures*), no montante total de 128.100.000 Reais, tendo sido assumidos pela Semapa como compromissos e garantias relativamente a essa emissão um penhor das acções representativas da totalidade do capital social da NSOSPE, *equity support agreement* e uma livrança.

### 31. Cotações utilizadas

Os activos e passivos das subsidiárias estrangeiras foram convertidos para contravalores em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2013.

As rubricas de resultados do exercício foram convertidas ao câmbio da data da transacção.

As cotações utilizadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, face ao Euro, foram as seguintes:

	2013	2012	Valorização/ (desvalorização)
BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	2,8685	2,5077	(14,39%)
Câmbio de fim do período	3,2526	2,7036	(20,31%)

### 32. Reconciliação entre Capitais próprios e resultado líquido

A reconciliação entre o resultado líquido consolidado e o resultado líquido individual, do exercício de 2013, apresenta-se como segue:

Valores em Euros	2013
<b>Resultado líquido - SNC</b>	<b>134.981.089</b>
Diferença de justo valor da Secil no RL Individual	15.722.205
"Badwill" apurado em aquisições a Interesses minoritários	(422.317)
Diferença de tratamento em instrumentos financeiros de cobertura	(4.155.523)
Outras diferenças	18
<b>Resultado líquido - IFRS</b>	<b>146.125.472</b>

A reconciliação entre os capitais próprios consolidados e individual, em 31 de Dezembro de 2013, apresenta-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2013
<b>Total do capital próprio - SNC</b>	<b>994.690.288</b>
Reconhecimento dos subsídios em capital	(21.202.254)
"Goodwill" apurado em aquisições a Interesses minoritários	(346.138.670)
Diferença de justo valor da Secil no Capital próprio individual	220.892.829
Diferença de justo valor da Secil no Capital próprio consolidado	16.759.370
Diferença de justo valor da Secil no RL	15.722.205
<b>Total do capital próprio - IFRS</b>	<b>880.723.768</b>

Paulo Jorge Morais Costa  
Técnico Oficial de Contas

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:**

---

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

**Vogais:**

---

Francisco José Melo e Castro Guedes

---

José Miguel Pereira Gens Paredes

---

Paulo Miguel Garcês Ventura

---

António da Nóbrega de Sousa da Câmara

---

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

---

António Pedro de Carvalho Viana Baptista

---

Vitor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves



## PARTE 6

### CERTIFICAÇÃO DO REVISOR E RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS CONTAS INDIVIDUAIS



## ***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual***

### ***Introdução***

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.927.043.260 euros e um total de capital próprio de 994.690.288 euros, incluindo um resultado líquido de 134.981.089 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

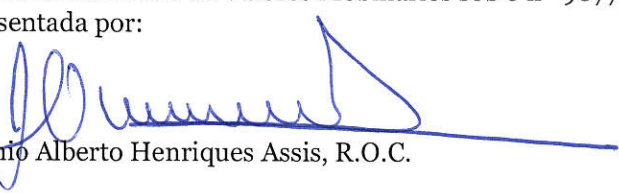
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

17 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077  
representada por:

  
António Alberto Henriques Assis, R.O.C.



**SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**  
**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**  
**Contas Individuais**

**Exercício de 2013**

**Senhores Accionistas,**

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2013 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
2. No decurso do exercício, acompanhamos com regularidade a actividade da empresa, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração da Sociedade e Directores. Acompanhamos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparamos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos, fiscalizando a sua independência. Apreciamos a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, que merecem o nosso acordo.
4. No exercício das nossas funções, verificámos que:
  - a) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações no capital próprio, a Demonstração individual dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
  - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
  - c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade;
  - d) O Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.
5. Somos do parecer que a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração é adequada.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

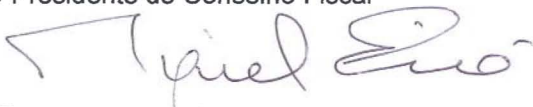
6. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras individuais;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da empresa.

7. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da empresa.

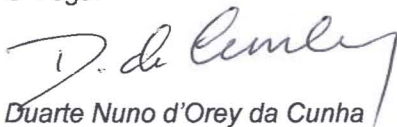
Lisboa, 22 de Abril de 2014

O Presidente do Conselho Fiscal



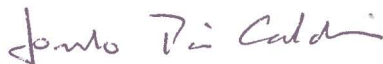
*Miguel Camargo de Sousa Eiró*

O Vogal



*Duarte Nuno d'Orey da Cunha*

O Vogal



*Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira*